

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM**  
**DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**TESE**

**A prática instituinte da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras-BA:  
conservação da biodiversidade e segurança alimentar e nutricional**

**VICTOR ANDRES NIKLITSCHEK URZUA**

**2023**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

**A prática instituinte da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras-BA:  
conservação da biodiversidade e segurança alimentar e nutricional**

**VICTOR ANDRES NIKLITSCHEK URZUA**

*Sob a orientação do professor*

**Renato S. Maluf**

Tese submetida como requisito parcial  
para obtenção do grau de **Doutor em  
Ciências Sociais**, no Programa de Pós-  
Graduação de Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ

Março de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

U72p Urzua, Victor Andres Niklitschek, 1972-  
A prática instituinte da Reserva Extrativista  
Marinha de Canavieiras-BA: conservação da  
biodiversidade e segurança alimentar e nutricional /  
Victor Andres Niklitschek Urzua. - Porto Seguro, 2023.  
261 f.: il.

Orientador: Renato Sérgio Jamil Maluf.  
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, Pós-graduação de Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2023.

1. Povos e Comunidades Tradicionais Costeiros. 2.  
Práxis instituinte do comum. 3. Reserva Extrativista  
Marinha de Canavieiras. 4. Soberania e Segurança  
Alimentar e Nutricional. 5. Território pesqueiro. I.  
Maluf, Renato Sérgio Jamil , 1952-, orient. II  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pós  
graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de  
Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade (CPDA)

VICTOR ANDRES NIKLITSCHEK URZUA

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA).

Tese aprovada em 17 de abril de 2023.

---

Prof. Dr. Renato Sérgio Jamil Maluf (CPDA/UFRRJ)  
(Orientador)

---

Profa. Dra. Carmem Silva Andriolli (CPDA/UFRRJ)

---

Profa. Dra. Annelise Caetano Fraga Fernandez (PPGCS/UFRRJ)

---

Profa. Dra. Catherine Prost (IGEO/UFBA)

---

Prof. Dr. Valter do Carmo Cruz (IGEO/UFF)



Emitido em 17/04/2023

ATA DE DEFESA DE TESE N° 91/2023 - DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 18/04/2023 08:59 )  
ANNELISE CAETANO FRAGA FERNANDEZ  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DepCS (12.28.01.00.00.00.83)  
Matrícula: ###677#9

(Assinado digitalmente em 18/04/2023 11:29 )  
CARMEN SILVIA ANDRIOLLI  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DepDAS (12.28.01.00.00.00.84)  
Matrícula: ###464#2

(Assinado digitalmente em 27/04/2023 11:54 )  
RENATO SERGIO JAMIL MALUF  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)  
Matrícula: ###70#4

(Assinado digitalmente em 19/04/2023 18:24 )  
VALTER DO CARMO CRUZ  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: ####.###.112-##

(Assinado digitalmente em 18/04/2023 14:17 )  
VICTOR ANDRES NIKLITSCHEK URZUA  
DISCENTE  
Matrícula: 2017####7

(Assinado digitalmente em 18/04/2023 14:13 )  
CATHERINE PROST  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: ####.###.325-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: 91, ano: 2023, tipo: ATA DE DEFESA DE TESE, data de emissão: 18/04/2023 e o código de verificação: 736fdeef93



**Dedico este trabalho:**

A Ana, seu amor e generosidade.

Às pescadoras, pescadores e marisqueiras da  
Resex Marinha de Canavieiras, que com sua garra  
me deram energia para prosseguir.



Posso sair daqui pra me organizar  
Posso sair daqui pra desorganizar  
Posso sair daqui pra me organizar  
Posso sair daqui pra desorganizar  
Da lama ao caos, do caos à lama  
Um homem roubado nunca se engana  
Da lama ao caos, do caos à lama  
Um homem roubado nunca se engana  
O sol queimou, queimou a lama do rio  
Eu vi um chié andando devagar  
E um aratu pra lá e pra cá  
E um caranguejo andando pro sul  
Saiu do mangue, virou gabiru  
Ô Josué, eu nunca vi tamanha desgraça  
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça  
uei um balaio, fui na feira roubar tomate e cebola  
la passando uma véia, pegou a minha cenoura  
"Aê minha véia, deixa a cenoura aqui  
Com a barriga vazia não consigo dormir"  
E com o bucho mais cheio comecei a pensar  
Que eu me organizando posso desorganizar  
Que eu desorganizando posso me organizar  
Que eu me organizando posso desorganizar  
Da lama ao caos, do caos à lama  
Um homem roubado nunca se engana  
Da lama ao caos, do caos à lama  
Um homem roubado nunca se engana  
O sol queimou, queimou a lama do rio  
Eu vi um chié andando devagar  
E um aratu pra lá e pra cá  
E um caranguejo andando pro sul  
Saiu do mangue, virou gabiru  
Ô Josué, eu nunca vi tamanha desgraça  
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça  
uei um balaio, fui na feira roubar tomate e cebola  
la passando uma véia, pegou a minha cenoura  
"Aê minha véia, deixa a cenoura aqui  
Com a barriga vazia não consigo dormir"  
E com o bucho mais cheio comecei a pensar  
Que eu me organizando posso desorganizar  
Que eu desorganizando posso me organizar  
Que eu me organizando posso desorganizar  
Da lama ao caos, do caos à lama  
Um homem roubado nunca se engana  
Da lama ao caos, do caos à lama  
Um homem roubado nunca se engana

*Da lama ao caos  
Chico Science, 1994*

## AGRADECIMENTOS

Sou grato pela vida e pela saúde, depois de tudo o que se passou no período 2019-2022 no Brasil. Elaborar e escrever uma tese sobre Reservas Extrativistas Marinhas, tratando do tema da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de comunidades pescadoras e marisqueiras durante uma pandemia, logo após o desastre ambiental do óleo, cujas consequências para os corpos, economias, alimentos, fauna e flora ainda não são claras, durante um governo negacionista, que paulatinamente sabotou os sistemas de saúde, educação, meio ambiente e segurança alimentar e nutricional foi tarefa árdua. Ainda assim, mesmo com tudo, entrego este material como um troféu pela persistência e como um presente para todos os que estiveram, de diferentes formas, nele envolvidos.

Agradeço ao CNPq pelo período em que recebi uma bolsa de pesquisa, entre setembro de 2017 e setembro de 2018. Também ao Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica Pau-Brasil (NEA-PB), da UFSB, que financiou uma bolsa de pesquisa entre julho de 2019 e agosto de 2021. Foi uma oportunidade de grandes aprendizados. Aos colegas do Núcleo, um forte abraço.

Tenho muito a agradecer às marisqueiras da Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do sul da Bahia, à Associação-mãe da Resex Canavieiras, às Associações de Pescadores e Marisqueiras da Biela, de Campinhos, de Atalaia, Puxim do Sul, Puxim da Praia e Oiticica, às Colônias de Pescadores Z-21 (Belmonte) e Z-51 (S.C. Cabralia), dos Pescadores Indígenas de Coroa Vermelha, de Santo Antônio e de Guaiú (S.C. Cabralia). Agradeço por aceitarem o desafio de co-elaborar e de realizar uma pesquisa acadêmica, em forma de projeto de extensão, que buscou visibilizar e valorizar o trabalho, cultura e conhecimento tradicional. Grupo maravilhoso. Pedrina, Lilian, Mônica, Maria d'Ajuda, Luena.

Gostaria de agradecer à equipe do ICMBio responsável pela Resex Canavieiras, que, desde o primeiro contato, foi muito gentil e solícita, vivendo aquele caos de manchas de óleo, Covid, a besta do apocalipse, "boiada", enchentes... meus agradecimentos para a equipe em nome de Tatiana de Souza. Agradeço à Paula Gomes, e Indara Mel, do PPGES da UFSB, por abrirem caminhos para acessar o universo da pesca nas fozes dos rios João de Tiba, Jequitinhonha e Pardo, extremo sul da Bahia.

O CPDA é um lugar muito vibrante, lugar de muita diversidade de ideias e de muita humanidade. Voltado a estudar justo neste lugar, orgulho de tê-lo na minha formação como pesquisador, professor e cidadão. Meus agradecimentos ao corpo técnico pelo suporte aos meus estudos e aos professores do PPG, por me ajudarem a construir pontes para os tantos conhecimentos a que tive acesso durante o doutorado. Pelas Profas. Zezé Carneiro, Thereza Menezes e Fátima Portilho, coordenadoras do CPDA nesse período, meus agradecimentos.

Minha turma de doutorado realizou o curso durante os momentos mais difíceis para a ciência e educação desde a redemocratização. Destruição de políticas

públicas, pandemia, negacionismo, violência, intolerância, falta de perspectivas. Foi necessária muita força de vontade e superação. Um forte abraço para os amigos e colegas Marcos, Fábio, Camila, Leandro Bonechini, Larissa, Emília, Gabriel, Paulo, Annagesse, Helena, Marcelo, Juliana, Leandro, Luiza.

Participar do Laboratório "Políticas Públicas, Estado e Atores Sociais" foi uma experiência muito enriquecedora e me apresentou uma série de debates das abordagens sobre sistemas alimentares, desigualdades, sustentabilidade e justiça alimentar que ampliaram minha percepção sobre Segurança Alimentar. Meus agradecimentos em nome de Luciene Burlandy, Marcio Reis e Renato Maluf.

Aos amigos que transcendem tempo e espaço e estão sempre no pensamento, inspirando, fazendo a vida mais divertida. Longe fisicamente, muito dentro do coração. Para Priscila, Paulo, Rafael, Pietro, Vicente, Felipe, Ique, Adriana, Tiago, Alexandre, Flávio. Ao Guilherme Hissa, que me ofereceu amizade e apoio em vários momentos de crise com esta tese. Às novas amizades do Sul da Bahia do mundo, Luciana Ávila, a Juliana Gontijo, Ângela Garcia, o Pedro Leal, Pablo Antunha e Maria Aparecida.

Aos professores Catherine Prost, Valter Carmo, Annelise Fernandez e Carmem Andriolli por fazerem parte da banca de avaliação, nesse momento tão feliz.

Agradeço enormemente ao Renato Maluf, meu orientador no percurso da Tese, que me apresentou um universo da soberania e segurança alimentar e nutricional e me encorajou na tarefa de relacioná-la com a conservação da biodiversidade. Sempre muito atento, provocador e questionador sobre os rumos dessa elaboração, me possibilitou um enorme aprendizado.

A Zezé e ao Alexandre, o apoio constante e as palavras de incentivo. A minha mãe, Monica, que me deu todo o suporte que podia durante a elaboração deste estudo e às minhas irmãs Claudia e Dani e meu sobrinho Eduardo, agradeço o apoio e a compreensão por ter me ausentado em tantos momentos.

Para minha amada Ana, que me deu as asas para realizar este antigo sonho.

## RESUMO

URZUA, Victor Andres N. **A prática instituinte da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras-BA: conservação da biodiversidade e segurança alimentar e nutricional.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

As Unidades de Conservação da Natureza têm sido frequentemente descritas como a principal estratégia de conservação da biodiversidade no Brasil, onde a proteção ao meio ambiente é estabelecida na constituição federal como um direito "de todos" e um "bem de uso comum" da população atual e das futuras gerações. Por sua vez, a noção de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) é relacionada a estratégias de realização do direito "de todos" ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades, que seja a de um ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida. Enquanto a realização da SSAN demanda ações intersetoriais de garantia do acesso à terra e território, de participação e controle social sobre os recursos e de garantia de acesso aos bens da natureza, as Unidades de Conservação do tipo Reservas Extrativistas (Resex), por suas características estruturantes, se apresentam como a institucionalização de um modelo de utilização da natureza que promove a conservação da biodiversidade a partir do manejo, da permanência e da participação ativa das comunidades extrativistas artesanais que historicamente integram os territórios, os chamados Povos e Comunidades Tradicionais (PCT). Nesses termos, esta pesquisa se situa na interface dos temas da conservação da biodiversidade e da SSAN e seu objetivo é entender se e como as Resex Marinhas podem ser entendidas como espaços onde a defesa do território pelas comunidades locais possibilita incorporar objetivos e práticas relacionadas com a SSAN e de que maneiras a noção de *práticas instituintes do comum* participam dessa junção. A premissa é de que essas práticas permeiam todo o processo de implantação e consolidação desses territórios e estão relacionadas com a garantia daqueles direitos. A Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras (BA) foi o lugar da pesquisa de campo e os procedimentos utilizados para análise dessas relações foi a aplicação de um inquérito sobre a insegurança alimentar nas comunidades pescadoras, apoiado na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, o acompanhamento de reuniões do Conselho Deliberativo entre 2020 e 2022 e de encontros com lideranças pescadoras, em 2022. Como consideração geral, é possível afirmar que a instituição da Resex Canavieiras está imbricada à organização das categorias dos pescadores e marisqueiras e que as práticas instituintes, ao promover o acesso a políticas públicas, mobilizam permanentemente a criação de *comuns*.

**Palavras-chaves:** Povos e Comunidades Tradicionais; Práticas Instituintes do Comum; Reserva Extrativista Marinha; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

## ABSTRACT

Nature Conservation Units have been described as the main strategy for biodiversity conservation in Brazil, where environmental protection is established in the Constitution of Federative Republic as a right "for all" and an "asset for common use" of the current population and future generations. In turn, the Food Security is related to strategies for realizing the right "of all" to regular and permanent access to quality food in sufficient quantity, without compromising access to other needs, such as an ecologically balanced environment, essential to a healthy quality of life. While the achievement of food security demands intersectoral actions to guarantee access to land, territory, and resources, participation and social control over natural resources, the Conservation Units of the Extractive Reserve type (Resex), due to their structuring characteristics, present themselves as the institutionalization of a model for the use of land and natural resources that promotes the conservation of biodiversity from the management, permanence, and active participation of the artisanal extractive communities that historically integrate the territories, called *traditional peoples and communities*. In these terms, this research is situated at the interface of the themes of biodiversity conservation and food security, and its objective is to understand if and how the Marine Extractive Reserve can be understood as spaces where the defense of territory by local communities makes the food security objectives and practices possible to be incorporated and in what ways the notion of commons instituting practices participate in this connection. The Marine Extractive Reserve of Canavieiras (BA) was the site of the field research, and the procedures used to analyze these relationships were the application of a survey on food insecurity in the fishing communities, supported by the Brazilian Scale of Food Insecurity, the monitoring of meetings of the Deliberative Council between 2020 and 2022, and meetings with fishing leaders in 2022.

**Keywords:** Traditional peoples and communities, Common Instituting Practices; Marine Extractive Reserve; Food and Nutritional Sovereignty and Security.

## **LISTA DE SIGLAS**

AMAPPP – Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores de Puxim da Praia  
AMEX – Associação-mãe da Reserva Extrativista de Canavieiras  
AMPB – Associação das Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte  
ANP – Agência Nacional do Petróleo  
APA – Área de Proteção Ambiental  
APAC – Associação de Pescadores e Agricultores de Campinhos  
APIP – Associação de Pescadores Indígenas Pataxós  
APPS – Associação de Pescadores de Puxim do Sul  
ATER – Assistência Técnica Rural  
BPS – Benefício de Prestação Continuada  
CAR – Cadastro Ambiental Rural  
CAR-BA – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional  
CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazenamento  
CDB – Convenção da Diversidade Biológica  
CDRC – Conselho Deliberativo da Resex Marinha de Canavieiras  
CDRU – Concessão de Direito Real de Uso  
CFP – Companhia de Financiamento da Produção  
CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais  
CNS – Confederação Nacional dos Seringueiros  
CNSSAN – Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos  
CODETER – Colegiado de Desenvolvimento Território de Identidade  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
CONFREN – Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos  
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores  
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada  
DHANA – Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas  
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura  
FBCN – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal  
IEA – Instituto de Estudos Amazônicos  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ISA – Instituto Socioambiental

IAN – Insegurança Alimentar e Nutricional

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MNRJ – Museu Nacional do Rio de Janeiro

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCT – Povos e Comunidades Tradicionais

PLANSAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar

PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RESEX – Reserva Extrativista

RESEX-Mar - Reserva Extrativista Marinha

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SSAN – Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

SUNAB – Superintendência Nacional do Abastecimento

UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

Z-20 – Colônia dos Pescadores e Aquicultores Z-20 de Canavieiras

Z-21 – Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-21 de Belmonte

Z-51 – Colônia de Pescadores Z-51 de Santa Cruz Cabrália

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b> - Principais formas de realização dos fluxos econômicos das atividades produtivas na Resex Canavieiras, em agosto de 2020 (n=58) .....	178
<b>Tabela 2</b> – Níveis de IAN de acordo com a autodeclaração racial, Resex Canavieiras (n=58) – 2020 .....	196
<b>Tabela 3</b> - Distribuição percentual dos níveis de segurança e insegurança alimentar segundo atividades produtivas desenvolvidas além da pesca/mariscagem, acumuladas, nas Áreas Protegidas da pesquisa Maré-saber (n=58) – 2020 .....	196

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b> - Tipologias do comum, segundo Vivero-Pol (2017) .....	87
<b>Quadro 2</b> - Pacotes de direitos (bundle of rights) em regimes de propriedades .....	92
<b>Quadro 3</b> - Tipologias de Unidades de conservação, categorias e características principais, segundo a Lei 9.985/2000 (Lei do SNUC) .....	120
<b>Quadro 4</b> - Correspondências das dimensões do Sistema de Monitoramento de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil e as dimensões adotadas internacionalmente .....	142
<b>Quadro 5</b> - Pontos de corte da EBIA segundo níveis de segurança/insegurança alimentar e pontuação referente às escalas com 8 e 14 perguntas.....	156
<b>Quadro 6</b> - Número total de famílias respondentes na Resex Canavieiras, por situação do domicílio, comunidades e localidades do inquérito SSAN Maré-saber - setembro/2020 (n=58) .....	160
<b>Quadro 7</b> - Percentual dos respondentes, por município, situação do domicílio e gênero, em percentagem – 2020 (N=58) .....	163
<b>Quadro 8</b> - Número de Associados e de Colonizados nas comunidades e localidades da pesquisa SSAN Maré-saber - Set/2020 .....	165
<b>Quadro 9</b> - Principais formas de preparação e conservação dos alimentos nas comunidades estudadas (2020) .....	170
<b>Quadro 10</b> - Principais alimentos cultivados e espécies de valor comercial e para consumo próprio produzidos nas comunidades pescadoras (2020).....	172
<b>Quadro 11</b> - Percentual de atividades produtivas realizadas além da pesca e/ou mariscagem, em percentuais, por beneficiários da Resex Canavieiras (n=58) – 2020 .....	175
<b>Quadro 12</b> - Comportamento da renda da pesca após os eventos do óleo e da pandemia 2019-2020 .....	181

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1</b> - Número de pessoas residentes nos domicílios, por faixas etárias, em valores relativos .....	169
<b>Gráfico 2</b> - Tempo de trabalho dedicado à atividade da pesca e mariscagem antes e depois dos eventos do crime do óleo no litoral nordestino e da pandemia do novo Coronavírus na Resex Canavieiras (n=58) – 2020 .....	179
<b>Gráfico 3</b> - Representação das origens dos alimentos no total de alimentos acessados pelas famílias na Resex Canavieiras, por mês, entre junho e setembro de 2020 (N=58) .....	183
<b>Gráfico 4</b> - Proporção da participação dos alimentos adquiridos com dinheiro em feiras e estabelecimentos comerciais no total de alimentos adquiridos no mês pelas famílias pescadoras e marisqueiras da Resex Canavieiras, por município – 2020 (n=58) .....	184
<b>Gráfico 5</b> - Inscritos no CadÚnico, auxílios e benefícios sociais solicitados e acessados pelos pescadores e marisqueiras beneficiários da Resex Canavieiras, em 2020 (n=58) .....	188
<b>Gráfico 6</b> - Distribuição proporcional dos domicílios por nível de segurança e insegurança alimentar e nutricional no Brasil, Região Nordeste e Resex Canavieiras, na pesquisa Vigisan (2020) e na pesquisa Maré-saber na Resex Canavieiras (2020) .....	191
<b>Gráfico 7</b> - Distribuição dos níveis de segurança alimentar entre pescadores e marisqueiras da Resex Canavieiras nos municípios de Canavieiras (n=41) e Belmonte (n=17), 2020 .....	193
<b>Gráfico 8</b> - Distribuição dos níveis de segurança e insegurança alimentar na região Nordeste e nas comunidades pescadoras da Resex Canavieiras, por situação do domicílio - 2020 .....	194
<b>Gráfico 9</b> - Distribuição dos níveis de segurança e insegurança alimentar segundo tempo de trabalho dedicado à pesca ou mariscagem por beneficiários da Resex Canavieiras – 2020 (n=58) .....	197
<b>Gráfico 10</b> - Distribuição dos níveis de segurança e insegurança alimentar segundo a dinâmica da renda da pesca ou mariscagem por beneficiários da Resex Canavieiras – 2020 (n=58) .....	198

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Localização do campo de estudos da pesquisa Maré-saber: municípios, localidades visitadas e Áreas Protegidas .....	9
<b>Figura 2</b> - Localização da Resex Canavieiras, localidades da pesquisa de campo e abrangência dos ecossistemas de manguezal, restinga e de várzeas .....	10
<b>Figura 3</b> - Expansão da lavoura cacaueira no Estado da Bahia, do século XVIII ao XXI .....	19
<b>Figura 4</b> - Uso das terras no sul da Bahia (com dados aerofotogramétricos de 1964 e 1968) .....	20
<b>Figura 5</b> - Cobertura vegetal no litoral sul/extremo sul da Bahia, em 1945 (A), 1960 (B), 1974 (C), 2000 (D) e infraestrutura viária principal .....	23
<b>Figura 6</b> - Expansão do cultivo de eucalipto no Estado da Bahia entre 1980 e 2005. ....	25
<b>Figura 7</b> - Pontos e polígonos identificados como empreendimentos de carcinicultura no entorno ou parcialmente inseridos na área da Resex Marinha de Canavieiras, pontos indicativos de infraestruturas de turismo e pontos indicando comunidades com direito ao território da Resex Canavieiras, 2020. ....	28
<b>Figura 8</b> - Localização dos Campos de produção de petróleo e Blocos das Rodadas de Licitações no Litoral Sul baiano, Unidades de Conservação e perímetro da Resex Canavieiras .....	30
<b>Figura 9</b> - Pontos da faixa costeira da Resex Canavieiras com ocorrência de manchas e bolotas de óleo (2019/2020).....	31
<b>Figura 10</b> - Mapa de conflitos socioambientais em relação aos cultivos de eucaliptos em municípios do Sul e Extremo Sul baiano, 2005.....	37
<b>Figura 11</b> - Ilustração das etapas de obras de escavação e de operação de tanques de carcinicultura no município de Canavieiras-BA (2019) .....	38
<b>Figura 12</b> - Quadro da filmagem da manifestação "Natureza sim, Resex não", financiado por empresários, contra a instituição da Resex Marinha de Canavieiras (2007) .....	66
<b>Figura 13</b> - Ato público em defesa da Resex Canavieiras (2018) .....	68
<b>Figura 14</b> - Esquema de representação das comunidades beneficiárias da Resex Canavieiras em polígonos.....	70
<b>Figura 15</b> - As quatro dimensões da SSAN, segundo a FAO (2011) .....	136
<b>Figura 16</b> - Realização da oficina "Educação através da Imagem", 2020.....	147
<b>Figura 17</b> - Tela com participantes de uma das reuniões virtuais do Projeto Maré-saber, 2020 .....	150
<b>Figura 18</b> - Fluxo dos níveis de IAN e suas principais indicações .....	155

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>OBJETIVOS E METODOLOGIA.....</b>	<b>7</b>
<b>LOCALIZAÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>OS CAPÍTULOS .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I – Dinâmicas das transformações espaciais no Sul da Bahia e conflitos entre territorialidades .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Dinâmicas das transformações socioespaciais na porção sul do Estado da Bahia promovidas pela sujeição do território ao capital .....</b>	<b>16</b>
<b>1.1.1 A lavoura Cacaueira como estruturante do Litoral Sul baiano .....</b>	<b>17</b>
<b>1.1.2 A atividade madeireira que devasta.....</b>	<b>21</b>
<b>1.1.3 A pecuária amplia a devastação e concentra terras.....</b>	<b>22</b>
<b>1.1.4 A silvicultura preenche e avança .....</b>	<b>24</b>
<b>1.1.5 A carcinicultura encurrala .....</b>	<b>26</b>
<b>1.1.6 O Turismo expropria .....</b>	<b>27</b>
<b>1.1.7 O petróleo mancha e contamina .....</b>	<b>29</b>
<b>1.2 Territorialidades em conflito: populações costeiras tradicionais e as transformações socioespaciais .....</b>	<b>32</b>
<b>CAPÍTULO II A Criação da Reserva Extrativista de Canavieiras.....</b>	<b>42</b>
<b>2.1 Elementos históricos das Reservas Extrativistas como proposta e como instituição do comum.....</b>	<b>43</b>
<b>2.2 Territórios pesqueiros: base para a criação da Resex de Canavieiras .....</b>	<b>49</b>
<b>2.2.1 O território pesqueiro .....</b>	<b>53</b>
<b>2.2.2 É no manguezal que está a riqueza .....</b>	<b>56</b>
<b>2.3 A Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras .....</b>	<b>60</b>
<b>2.3.1 O Processo de criação da Resex Canavieiras .....</b>	<b>61</b>
<b>2.3.2 Caracterização de comunidades detentoras do direito à Resex Canavieiras .....</b>	<b>69</b>
<b>CAPÍTULO III – O comum e a prática instituinte do comum como chaves de leitura para a relação conservação da biodiversidade e segurança alimentar .....</b>	<b>79</b>
<b>3.1 A reflexão sobre o princípio do comum.....</b>	<b>82</b>
<b>3.1.1 Abordagens epistêmicas sobre o Comum.....</b>	<b>87</b>
<b>3.2 Comum e a práxis instituinte .....</b>	<b>96</b>
<b>3.2.1 Transformar práticas em costumes: a práxis instituinte .....</b>	<b>97</b>

<b>CAPÍTULO IV - A Conservação da Biodiversidade e a SSAN se encontram no comum?.....</b>	<b>103</b>
<b>4.1 Conservacionismo como instituição e o socioambientalismo como prática instituinte .....</b>	<b>104</b>
<b>4.1.1 O debate conservacionista e a perspectiva da prática socioambientalista .....</b>	<b>105</b>
<b>4.1.2 Percurso do debate e institucionalização do conservacionismo no Brasil .....</b>	<b>112</b>
<b>4.2 A SSAN e as práticas instituintes do comum.....</b>	<b>121</b>
<b>4.2.1 O conceito e a abordagem da SSAN no cenário internacional.....</b>	<b>122</b>
<b>4.2.2 O campo da SSAN no Brasil .....</b>	<b>125</b>
<b>4.2.3 A incorporação da noção de Soberania Alimentar.....</b>	<b>132</b>
<b>4.2.4 A multidimensionalidade da SSAN e as práticas instituintes do comum .....</b>	<b>135</b>
<b>CAPÍTULO V – O acesso à alimentação adequada e manutenção do meio ambiente no território da Resex Marinha de Canavieiras .....</b>	<b>145</b>
<b>5.1 O projeto Maré-saber e a pesquisa de campo .....</b>	<b>146</b>
<b>5.1.1 A pesquisa de campo .....</b>	<b>146</b>
<b>5.1.2 A elaboração de formulário socioambiental e inclusão da EBIA.....</b>	<b>150</b>
<b>5.1.3 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA .....</b>	<b>154</b>
<b>5.1.4 Aplicação dos formulários.....</b>	<b>157</b>
<b>5.1.5 Estratégias para realização da pesquisa em campo .....</b>	<b>158</b>
<b>5.1.6 Amostra e análise dos dados.....</b>	<b>159</b>
<b>5.2 Aspectos socioambientais e territoriais de grupos beneficiários da Resex Canavieiras sob a perspectiva do acesso aos alimentos .....</b>	<b>161</b>
<b>5.2.1 Perfil do entrevistado .....</b>	<b>162</b>
<b>5.2.2 Do associativismo .....</b>	<b>164</b>
<b>5.2.3 Identificação em categorias analíticas estabelecidas pelo Poder Público.....</b>	<b>167</b>
<b>5.2.4 Família, casa e quintal.....</b>	<b>168</b>
<b>5.2.5 Trabalho e renda familiar: acesso aos alimentos .....</b>	<b>174</b>
<b>5.2.6 Formas de acesso aos alimentos .....</b>	<b>182</b>
<b>5.2.7 Acesso da família a políticas públicas relacionadas com sua segurança alimentar ..</b>	<b>186</b>
<b>5.3 Segurança alimentar em contextos de crise: óleo e a pandemia.....</b>	<b>189</b>
<b>5.3.1 Incidência de Insegurança Alimentar nas comunidades e análise segundo variáveis indicadoras de SSAN e Ebia .....</b>	<b>190</b>
<b>5.4 Práticas instituintes do comum na consolidação do território da Resex .....</b>	<b>198</b>
<b>5.4.1 Conselho Deliberativo da RESEX – CDRC .....</b>	<b>199</b>
<b>5.4.2 Fortalecimento da Resex e prática instituinte da SSAN .....</b>	<b>205</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>210</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>217</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>237</b>
<b>ANEXO I – Formulário pesquisa conservação da biodiversidade e soberania e segurança alimentar e nutricional .....</b>	<b>238</b>

“Só na foz do rio é que se ouvem os murmúrios de todas as fontes.”

— João Guimarães Rosa

*“E o mar tem dono?*

*Nós vamos continuar lutando pelo que é de todos!”*

— Pedrina Rodrigues

Liderança marisqueira de Belmonte,  
Resex Marinha de Canavieiras-BA

## INTRODUÇÃO

No dia 30 de agosto de 2019 foi noticiado pela primeira vez o aparecimento de manchas de óleo bruto na costa nordestina brasileira, avistadas inicialmente em praias do litoral do Estado da Paraíba e de Pernambuco. Vindas do mar aberto, de fonte misteriosa, se alastraram por cerca de 4 mil quilômetros de litoral e atingiram mais de 1.000 localidades, em 130 municípios, de 9 estados da região Nordeste e 2 da região Sudeste, até fevereiro de 2020<sup>1</sup>. Dentre as localidades, foram atingidas mais de 40 Unidades de Conservação<sup>2</sup>. Considerado como o desastre ambiental de maior extensão da história do Brasil, teve como principais efeitos a potencial contaminação de ecossistemas litorâneos, sua fauna e flora, e imposto restrições de pesca, consumo e venda de pescados a centenas de comunidades pescadoras dependentes da grande variedade de espécies de peixes, crustáceos e moluscos existentes nos ambientes estuarinos atingidos, manguezais, ambientes de praia, de recifes de corais e ambientes marítimos.

Na época do desastre, foi estimado que entre 145 e 350 mil pescadores artesanais e marisqueiros, que em geral ocupam faixas socioeconômicas de baixa renda, tiveram suas rotinas de trabalho, comercialização e consumo de produtos<sup>3</sup> e modos de vida afetados, implicando numa queda dos já baixos níveis de segurança alimentar dessas populações e das populações pobres consumidoras dos seus pescados. A cadeia produtiva da pesca artesanal, particularmente, sofreu grandes impactos em todos os seus segmentos, desde os suprimentos, passando pela produção, beneficiamento, distribuição e o consumo. Afetou diretamente o abastecimento dos mercados urbanos (feiras-livres, peixarias, supermercados) e o

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo-localidades-atingidas>

<sup>2</sup> De acordo com pesquisadores do Instituto de Ciências do Mar - LABOMAR, da Universidade Federal do Ceará e Soares et al., 2020.

<sup>3</sup> Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/oleo-pode-restringir-trabalho-de-144-mil-profissionais-da-pesca.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwa&fbclid=IwAR0AG962pkhSzvZC\\_C8SDHxuVoQ4kByKpCmQB5bQHiGyAxaUJKNeeEi-y-U](https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/oleo-pode-restringir-trabalho-de-144-mil-profissionais-da-pesca.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa&fbclid=IwAR0AG962pkhSzvZC_C8SDHxuVoQ4kByKpCmQB5bQHiGyAxaUJKNeeEi-y-U) e <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/08/um-ano-depois-oleo-deixa-rastro-de-danos-ambientais-e-na-pesca-do-nordeste.shtml>

fornecimento de frutos do mar para restaurantes e outros estabelecimentos comerciais. Simultaneamente à crise de consumo de pescados, o desastre atingiu drasticamente o turismo, importante atividade econômica regional e que muitas vezes complementa a renda dessas populações.

O desastre não ficou limitado à cadeia produtiva da Pesca Artesanal ou do turismo. Gerou, ampliou e agravou problemáticas relacionadas com a qualidade e integridade do meio ambiente, do acesso aos recursos e de seu uso, da capacidade de atendimento do sistema de saúde e desestruturou economias alimentares locais, vivenciados pelas comunidades atingidas. A situação de fragilização das economias desses grupos historicamente vulneráveis foi aprofundada e agravada com o surto do novo Coronavírus SARS-CoV-2, declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como pandemia no início do mês de março de 2020. Com as restrições de locomoção colocadas pela crise sanitária, aprofundaram-se aquelas condições impostas pelo desastre do óleo para os pescadores artesanais. Às limitações da pesca em si e aos outros efeitos do derrame do óleo na renda, saúde e meio ambiente, somaram-se fatores tais como a grande dificuldade de comercialização, desvalorização e inflação dos produtos, queda brusca da renda e enormes apuros em acessar recursos emergenciais. É possível dizer que esses diferentes problemas manifestam uma crise ambiental, na medida em que as práticas espaciais, aquelas que são desenvolvidas com a finalidade de garantir a reprodução social e a produção material da sociedade, tornaram-se inviáveis, em virtude da degradação das condições gerais de produção. Na atividade da pesca artesanal, a crise ambiental é acompanhada de uma crise alimentar.

Nesse contexto de crise [sócio]ambiental provocada pelo aparecimento das manchas de óleo por todo o litoral nordestino, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) lançou, em novembro de 2019, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), um edital de incentivo e auxílio à projetos de pesquisa voltados a temas relacionados com os efeitos do derramamento de óleo na região sul da Bahia, poucos meses antes do surto pandêmico de Covid-19. Um grupo de professores e alunos vinculados ao Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais – CFCHS, do campus Sosígenes Costa, no município de Porto Seguro, submeteu a esse Edital o Projeto Ação Maré-saber, um conjunto de atividades que teve como objetivos a construção participativa de um diagnóstico dos impactos

causados pelo derramamento de óleo na vida das comunidades pesqueiras e marisqueiras de Santa Cruz de Cabrália e de Belmonte, litoral sul da Bahia. O projeto foi coordenado pela professora Dra. Ana Carneiro Cerqueira, do Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade – PPGES<sup>4</sup> e teve como foco identificar os níveis de (in)segurança alimentar e nutricional vividos pelas famílias marisqueiras no período em que as manchas de óleo atingiram o litoral. Além disso, pretendia traçar as conexões da insegurança alimentar com fatores de ordem econômica, sociocultural e de saúde física e emocional. Fui convidado a participar da elaboração dessa proposta e colaborei com elementos conceituais da soberania e segurança alimentar e nutricional e com a aplicação de ferramentas de pesquisa digitais aplicadas às Ciências Sociais e geotecnologias. Com a aprovação do Projeto, houve o convite para participar da Ação, desempenhando a função de pesquisador colaborador. Com o desdobramento e ampliação das atividades nos anos seguintes, passei a contribuir como coordenador adjunto.

O Projeto Maré-saber chegou até os pescadores de Santa Cruz Cabrália e às marisqueiras de Belmonte por intermédio de duas estudantes<sup>5</sup> do curso de Mestrado do PPGES, que, por desenvolverem estudos sobre essas comunidades, facilitaram o processo de aproximação. O Projeto foi apresentado para um grupo de lideranças pescadoras e marisqueiras dessas instituições em um encontro nessa instituição, em fevereiro de 2020. Nessa ocasião, tomou-se conhecimento de que essas lideranças também participavam da "Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia" e da "Associação dos Pescadores e Pescadoras Indígenas Pataxós de Coroa Vermelha", APIP.

A Rede de Mulheres é um coletivo feminino que nasceu em um contexto de crise ambiental provocada pela implantação de grandes projetos de desenvolvimento na região do sul da Bahia, sobretudo a partir da década de 1970, e que foi acentuada na década de 2000, com a instalação de tanques de carcinicultura nas proximidades dos manguezais de Canavieiras e da represa da Usina Hidrelétrica de Itapebi, localizada no baixo curso do rio Jequitinhonha, há cerca de 100 Km de sua foz, no município de Belmonte. As mulheres catadoras de mariscos e marisqueiras<sup>6</sup> perceberam

---

<sup>4</sup> Em 2019 o PPGES tinha como coordenador o Prof. Dr. Márcio Lima.

<sup>5</sup> Indara Mel Santana Mendes e Paula Pimenta Gomes.

<sup>6</sup> A mariscagem é o termo que define o processamento básico dos mariscos.

alterações gradativas no comportamento, tamanho e quantidade de diversas espécies de mariscos e crustáceos e peixes após o início de operação desses empreendimentos, entre 2003 e 2006. Os efeitos das interferências sobre as dinâmicas fluvial e dos ecossistemas de mangue foi sentida, em primeiro lugar, pelas mulheres marisqueiras, pelas características de sua atividade. A Rede, portanto, resulta da auto-organização das catadoras e marisqueiras pelo enfrentamento dos efeitos devastadores do projeto de desenvolvimento para a região e pela percepção da proteção do "território pesqueiro", importante formulação do movimento social da pesca artesanal. Por isso, as lideranças presentes ao encontro sugeriram que o Projeto deveria englobar as comunidades que tinham direito ao uso do território da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras<sup>7</sup>, pois, segundo elas, as circunstâncias e os danos causados pelo desastre do óleo deveriam ser divulgadas para a sociedade. Elas quereriam dar visibilidade às ações de combate realizadas coletivamente pelos pescadores e marisqueiras, de promover a valorização da presença dos extrativistas nos territórios em sua atribuição – cultural e contratual – de proteger os ambientes e ecossistemas, assumindo um protagonismo fundamental para a realização de ações contingenciais, enquanto o poder público agia com grande morosidade. Com esses argumentos, a abrangência do Projeto maré-saber foi ampliada para comunidades da Resex Canavieiras que desejassesem participar. Essa expansão espacial do Projeto Maré-saber foi determinante para a definição de um marco teórico que fosse capaz de abranger as peculiaridades das dinâmicas sociais, ambientais e políticas dessa Unidade de Conservação. A escolha desse marco, o *comum* como uma construção sobretudo política e a sua *prática instituinte* como o exercício da permanente (re)criação das (auto)organizações sociais, políticas e, no limite, de uma contínua automodificação no percurso da ação, como será visto adiante, foi resultante do desenvolvimento da Ação e da necessidade de referências conceituais para a leitura dos processos socioambientais que ocorriam no território da Resex.

Salientamos que essas comunidades já haviam chamado a atenção antes do Projeto Maré-saber, durante as atividades de reconhecimento do território do Extremo Sul da Bahia. Entretanto, antes de descrever esse percurso, é importante destacar que a motivação para este estudo teve sua origem em experiências anteriores na

---

<sup>7</sup> Unidade de Conservação da natureza prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei Nº 9.985/2000).

elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Conservação da natureza<sup>8</sup> e diretamente na gestão de Unidade de Conservação de Uso Sustentável<sup>9</sup>. Nessas experiências, tomei conhecimento do processo criativo de negociação, elaboração, proposição, aceitação e execução de normas de uso de territórios que estão, institucionalmente, na órbita dos "bens de uso comum pelo povo" e que, legalmente, devem ser defendidos, protegidos e preservados, tanto pelo poder público como pela "coletividade", como indicado no Art. 225 da Constituição Federal do Brasil, de 1988.

Entretanto, em diversas ocasiões, os embates locais entre, por exemplo, os interesses da agricultura familiar e o movimento ambientalista, sobretudo no manejo das terras e destinação dos seus usos, criavam fortes impasses entre os setores da conservação da biodiversidade e da produção de alimentos. Essa circunstância me fez perguntar se (e como) a agricultura familiar poderia fortalecer o sistema de Unidades de Conservação, ao mesmo tempo em que estaria produzindo alimentos saudáveis e diversos. Em alguns campos do saber e conhecimentos essa consideração poderia soar retórica;<sup>10</sup> contudo, se assim fosse, a agricultura familiar poderia ser entendida como provedora de "bens públicos" de interesse comum – comida e natureza – assumindo assim uma dimensão *múltipla*, ao articular a produção de alimentos à conservação da biodiversidade (Maluf, 2003; Sabourin, 2008; Abramovay, 2002).

Com essa motivação, iniciei a pesquisa de doutorado mapeando, nos municípios do sul baiano, iniciativas que tratassem das políticas públicas de conservação da biodiversidade e de soberania e segurança alimentar e nutricional, preferencialmente de forma integrada. Assim, conheci projetos de estruturas de apoio ao extrativismo localizados no interior e no entorno da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, elaborados e apresentados por Colônias e Associações de pescadores, pescadoras e de marisqueiras para edital de seleção de projetos sociais para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (Edital Bahia Produtiva Nº 14/2019).

---

<sup>8</sup> Realizei uma série de atividades relacionadas com a criação e implantação de Unidades de Conservação e de Planos de Manejo entre 2010 e 2014.

<sup>9</sup> Desenvolvi atividades de gestão da APA Estadual de Macaé de Cima (RJ) entre 2014 e 2016.

<sup>10</sup> Em geral, estudos de agroecologia, ações de movimentos sociais agrários, agriculturas (peri)urbana, antropologias, etnografias e geografias de Povos e Comunidades Tradicionais, cartografias sociais, ecologias políticas, parte de estudos e ações sobre os territórios tradicionais e protegidos abordam as relações entre a manutenção da biodiversidade e a permanência de práticas de manejo com a produção de alimentos saudáveis.

Paralelamente, realizei um levantamento bibliográfico, no qual pude constatar que as políticas públicas de conservação da biodiversidade e de segurança alimentar, por estarem em eixos temáticos específicos, não costumam ser, no âmbito dos governos, elaboradas ou executadas de forma integrada<sup>11</sup>. Foi o que me sugeriu a ainda restrita produção no campo das Ciências Sociais e Humanas sobre esta interação, muito situada no campo das Ciências da Nutrição e biológico-econômicas. Assim, identificar um esforço em realizar esta integração, por parte de ações propostas por comunidades tradicionais pesqueiras, em uma Reserva Extrativista, revelou-se uma instigante questão de pesquisa. "Território Pesqueiro" e "Reserva Extrativista Marinha" são categorias que se mostraram centrais na nossa elaboração, pois articularam a possibilidade de interação da conservação da biodiversidade com a instituição dos chamados "bens comuns", que, nesses casos, são relacionados com práticas e condutas coletivas, com modos de vida específicos, apoiados no extrativismo – a natureza – e a produção de alimentos.

Ao compreender o comum como um princípio que articula uma ação política que determina e delibera, em comum, o objeto, coisa ou o conteúdo do que é o "bem comum", entendo que as práticas coletivas seriam as definidoras do caráter comum de uma coisa ou de um conjunto de coisas e, por isso, seriam "práticas instituintes" do comum, como desenvolvem Dardot e Laval (2017). Vista por esse ângulo, a gênese e a história das Reservas Extrativistas carregam em si a noção de comum, pois são elas mesmas a expressão da luta pela sua coletivização no seu processo de institucionalização.

Com base nessa premissa, esta pesquisa tratará dos pescadores e marisqueiras artesanais dos territórios que hoje constituem a Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras. A organização da luta pela defesa dos territórios tradicionais pesqueiros, de onde as comunidades retiram seu alimento e sustento, coincide com a ação política de criação da Resex. Esse coincidir não é ocasional. Ao se reconhecerem nos princípios que norteiam as Reservas Extrativistas, a luta pela Resex Marinha se torna o fator polarizador das iniciativas de manutenção dos modos de vida, da valorização da cultura e da melhoria da qualidade de vida e do acesso dos pescadores a direitos

---

<sup>11</sup> Entretanto, deve-se destacar que o Plano Nacional para a Promoção de Produtos da Sociobiodiversidade, de 2007, tinha como objetivos *promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e garantir alternativas de geração de renda para as comunidades rurais* por meio do acesso a mercados e aos instrumentos de comercialização (grifo nosso).

territoriais e sociais, que, na sua compreensão, passam pela manutenção das relações com a natureza, o que implica a conservação da própria natureza.

A opção por estudar esta Reserva Extrativista teve como principal critério o reconhecido nível de organização e ativismo do movimento dos pescadores e marisqueiras desse trecho do litoral baiano, que, ao identificarem nas Resex um espelho de suas lutas por direitos territoriais, ambientais e por cidadania, adotaram esse modelo de Unidade de Conservação para garantir o direito ao território pesqueiro, por meio da sua institucionalização.

## OBJETIVOS E METODOLOGIA

Este estudo tem como objetivo geral identificar e analisar a articulação entre a defesa do território pesqueiro pelas comunidades que integram a Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras e a busca da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN). A questão de pesquisa que orientou a elaboração desta Tese foi verificar se e como esta Resex, Unidade de Conservação da Biodiversidade, pode ser entendida como espaço onde a defesa do território pelas comunidades locais possibilita incorporar objetivos e práticas relacionadas com a SSAN e de que maneiras as *práticas instituintes* do *comum* participam desse processo. Parto do pressuposto de que as práticas relacionadas com a conservação da biodiversidade e a busca por assegurar a produção de alimentos saudáveis e uma alimentação adequada das respectivas populações constitui o processo contínuo de implantação e consolidação do território das Reservas Extrativistas Marinhas.

O referencial teórico da pesquisa visou debater as noções de conservação da biodiversidade e de soberania e segurança alimentar e nutricional à luz do conceito de *comum*, este abordado como resultante de uma *prática instituinte*. A noção de *comum*, que se articula nas categorias território pesqueiro e Reserva Extrativista Marinha, foi qualificada tendo como referência principal a elaboração proposta por Dardot e Laval (2017) e as sistematizações propostas por Vivero-Pol (2017) e Sauvêtre (2017), complementadas por elaborações de outros autores.

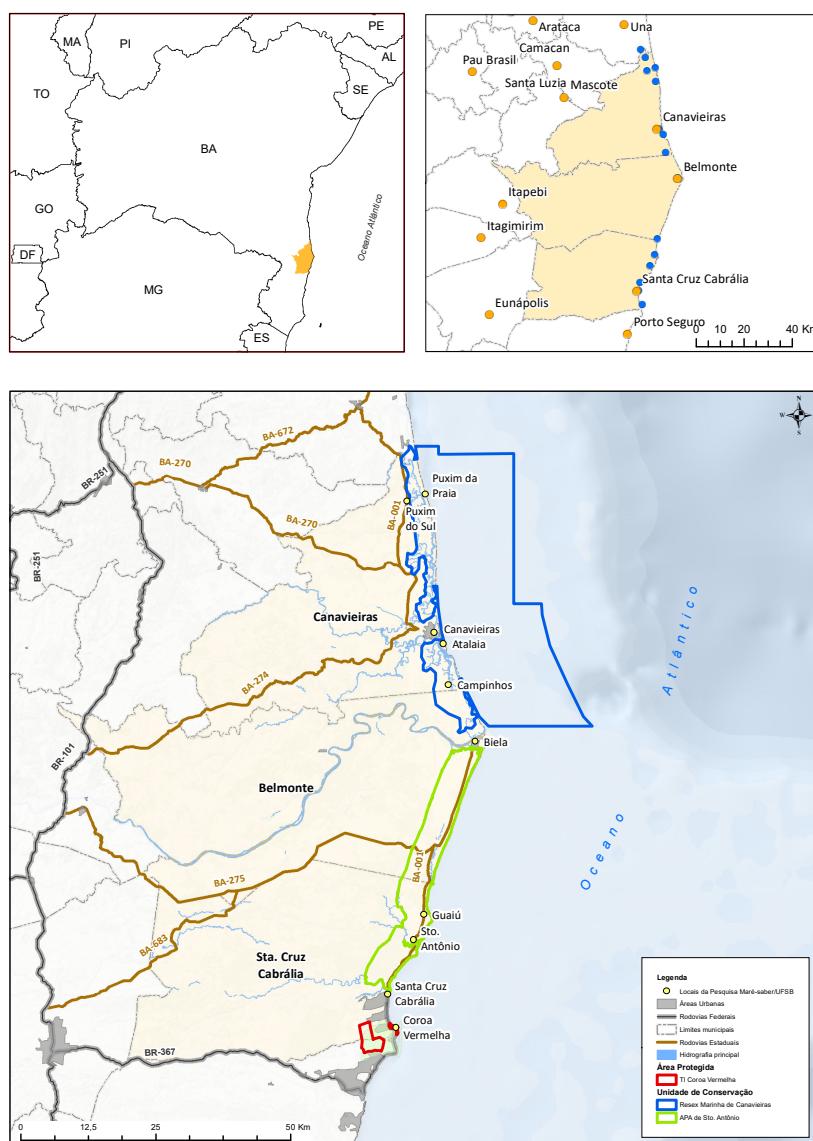
A noção de Conservação da Biodiversidade foi discutida sob uma abordagem inicialmente histórica, passando pela perspectiva economicista e biológica, até chegar à abordagem do *socioambientalismo*, próxima das ciências sociais e que permite considerar elementos ou objetivos da segurança alimentar. Nesse percurso, o tema

da SSAN foi acessado como meio de problematizar a produção de alimentos em áreas protegidas do tipo Reservas Extrativistas e a situação alimentar das comunidades pescadoras. Assim, o conceito de SSAN foi discutido em uma perspectiva histórica e de acordo com diversas abordagens, de modo que a concepção contemporânea, que inclui as perspectivas da justiça e equidade, pudesse ser contextualizada nessa UC.

Baseando-me (1) na leitura da bibliografia, (2) em reuniões virtuais envolvendo temas, organizações e lideranças ligadas à Resex de Canavieiras, (3) na observação participante das reuniões do Conselho Deliberativo da Resex Marinha de Canavieiras entre 2020 e 2022, (4) na experiência de elaboração e execução de um diagnóstico participativo sobre segurança alimentar junto a lideranças da Resex, em 2020, (5) nos resultados obtidos por tal levantamento, (6) nas comunicações via aplicativo Whatsapp com lideranças da Resex e (7) na consulta à legislação pertinente e às bases de dados dos órgãos de Estado, argumentarei que a articulação entre as perspectivas da conservação da biodiversidade e da SSAN é agenciada pelas *práticas instituintes do comum* mobilizadas pelas lideranças pescadoras e marisqueiras para assegurar esses direitos.

## LOCALIZAÇÃO

A Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras<sup>12</sup> foi demarcada por meio do Decreto Presidencial de 5 de junho de 2006, tendo como objetivos proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da UC. Na **Figura 1** a Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras é localizada no contexto dos municípios e das localidades abordadas pelo Projeto Maré-saber.

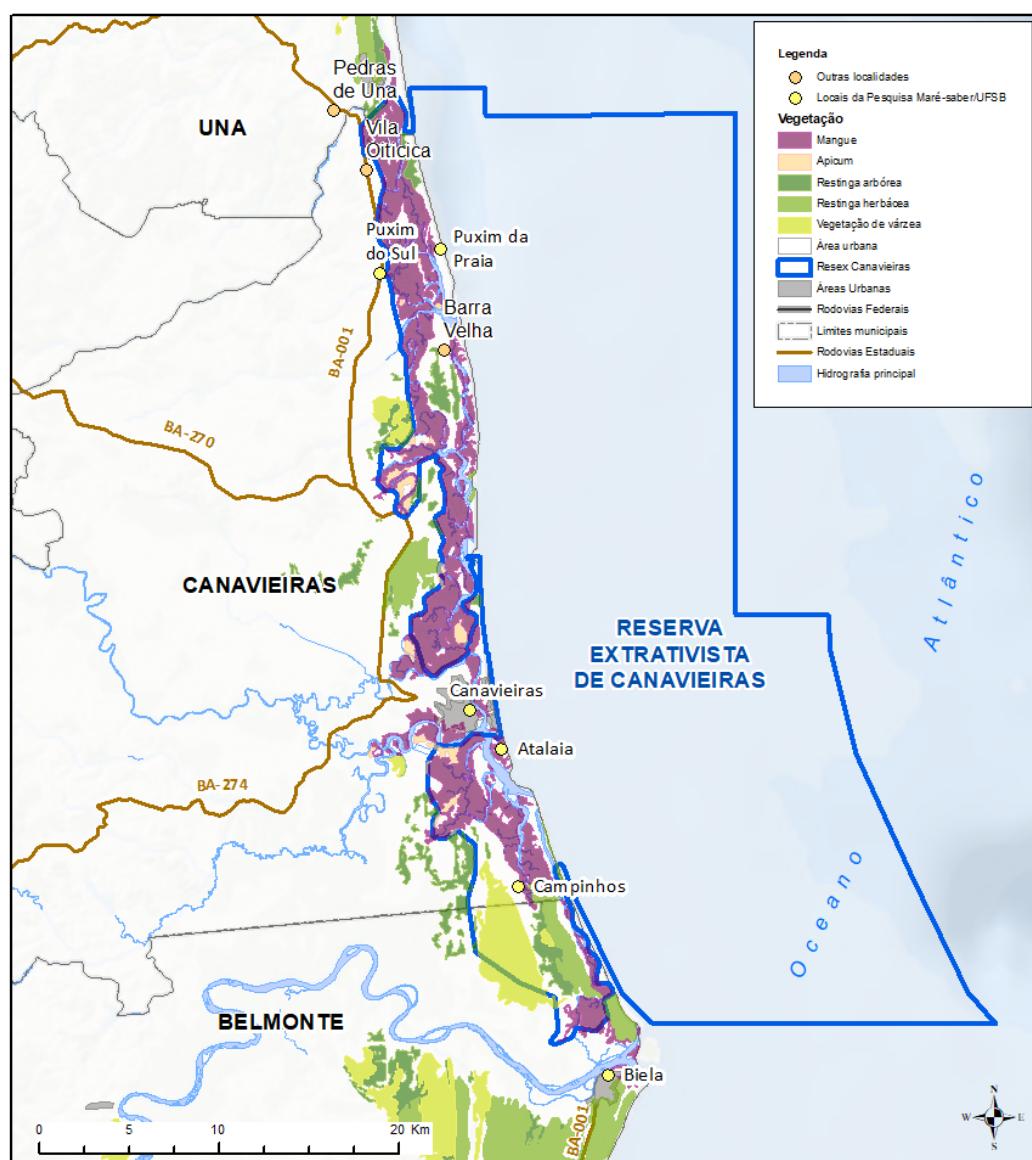


**Figura 1** - Localização do campo de estudos da pesquisa Maré-saber: municípios, localidades visitadas e Áreas Protegidas

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados secundários.

<sup>12</sup> As Reservas Extrativistas são Unidades de Conservação da natureza previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei Nº 9.985/2000) e constituem o grupo das Unidades de Uso Sustentável.

Na **Figura 2**, sua localização está no contexto dos limites municipais, das comunidades da pesquisa Maré-saber e dos ecossistemas inseridos em seus limites. Sua área, de pouco mais de 100 mil hectares, possui cerca de 83% de mar, 12% de manguezais, várzeas e outras áreas alagáveis e aproximadamente 5% de terra firme. Abrange a costa dos municípios de Belmonte, Canavieiras e Una, no sul baiano, sendo que a maior parte do território se localiza no município de Canavieiras.



**Figura 2** - Localização da Resex Canavieiras, localidades da pesquisa de campo e abrangência dos ecossistemas de manguezal, restinga e de várzeas

Fonte: Adaptado de Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica (2020)

## OS CAPÍTULOS

Esta Tese está estruturada em três partes e organizada em cinco capítulos e a bibliografia. As três partes são a (1) contextualização da criação de Resex Marinha de Canavieiras, (2) a fundamentação teórica necessária para discutir a segurança alimentar e nutricional de populações tradicionais residentes em unidades de conservação do tipo Reservas Extrativistas e Marinhas e (3) o levantamento e análise de dados obtidos em campo e sua discussão. Essa organização não necessariamente estabelece uma divisão em sentido estrito, mas marca as etapas que foram consideradas necessárias para sustentar o argumento e dar uma sequência à elaboração.

A primeira parte engloba os Capítulos I e II. No primeiro Capítulo, a abordagem foi direcionada para o reconhecimento e descrição das dinâmicas das transformações socioespaciais da região sul do Estado da Bahia, condicionadas pela instalação de grandes projetos de desenvolvimento econômico e de produção de *commodities*, em escala comercial, para os mercados nacional e estrangeiro. Assim, percorreu-se os processos de transformação na ocupação dos espaços por setor, desde a estruturação da lavoura cacaueira, no século XVIII, passando pela atividade madeireira, pecuária, silvicultura do eucalipto, carcinicultura e turismo de massa, até a indústria petroleira, no século XXI<sup>13</sup>.

O primeiro Capítulo, portanto, abre o debate sobre as territorialidades em conflito, especificamente sobre as populações costeiras pescadoras artesanais e marisqueiras. Neste ponto, se os processos "convencionais" indicariam a marginalização, desterritorialização e mesmo o desaparecimento desses povos, diante do poder econômico da expansão e intensificação da acumulação capitalista, um outro processo passou a ocorrer nos manguezais de Canavieiras: a resistência à expropriação e a mobilização das marisqueiras e dos pescadores por dispositivos de proteção dos recursos pesqueiros que pudesse garantir sua permanência nos territórios. Disso trata o Capítulo II, iniciando com os elementos históricos que possibilitaram a criação e institucionalização desse tipo de Unidade de Conservação e sua relação com a noção de *comum*, sua adaptação para ambientes costeiro-marinhos e sua relação com os Territórios Pesqueiros.

---

<sup>13</sup> Somam-se à essa a indústria minerária e a infraestrutura necessária a operação dessas.

A segunda parte do Capítulo II abrange a base conceitual tomada como referência para discutir a SSAN e a instituição da Resex Marinha de Canavieiras. Uma vez que esse tipo de UC tem como principal característica a gestão compartilhada e o regime de concessão de uso coletivo dos territórios e dos recursos nelas existentes, a noção de comum pareceu muito apropriada para o entendimento desses processos no território e das formas como as comunidades pescadoras se relacionam com os recursos naturais, defendem seus modos de vida e consolidam seus territórios. Ao explorar a noção do comum em suas diversas concepções, abordagem do Capítulo III, a noção de *prática instituinte* do comum se revelou como elemento fundamental na viabilização do comum como um princípio político que constrói ou institui o que é significado como "comuns", e que institui o comum como um sistema de direitos coletivos sobre riquezas e recursos.

Feita a opção pela noção de *comum* e da *prática instituinte* como a perspectiva do ato de instituir, no território, os elementos do comum, foram exploradas as concepções de Conservação da Biodiversidade e de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que a questão desta pesquisa passa por relacionar o debate do comum com essas noções, intermediada pela implantação da tipologia específica Reserva Extrativista Marinha.

A partir dessa problemática, o Capítulo IV abordará os processos que envolveram a institucionalização da conservação da biodiversidade e da SSAN no Brasil, a fim de identificar interações entre esses campos ao longo do tempo de sua consolidação como políticas públicas. O capítulo está subdividido em duas partes. Na primeira, serão discutidas das noções de preservacionismo e conservacionismo, fundamentos da institucionalização da proteção à natureza no Brasil e a emergência do paradigma do socioambientalismo, que, ao tornar visível formas diferenciadas de práticas políticas populares e participativas para a conservação da biodiversidade, pode ser associada às práticas instituintes do comum. Devemos destacar que o extrativismo marinho pressupõe o manejo de espécies da fauna utilizadas para abastecer os sistemas alimentares ou para o autoconsumo dos pescadores extrativistas, o que gera desaprovação por boa parte dos preservacionistas.

A segunda parte compreende o estudo sobre a história do conceito de SSAN, como forma de apreender os contextos políticos que influenciaram nas suas transições, até a noção mais atual, que, em sua abrangência multidimensional,

multiescalar e relacional, permite que lhe sejam atribuídas qualidades de *comuns*. De fato, alguns dos chamados "determinantes da SSAN", que também serão revisados, são considerados "comuns" em outros contextos, como o acesso à terra, aos recursos naturais, a sistemas de saúde e de educação, trabalho e renda, por exemplo.

O Capítulo V é dedicado à sistematização e análise dos dados produzidos durante a pesquisa-diagnóstico Maré-saber, dos dados do inquérito sobre os níveis de insegurança alimentar das famílias pescadoras, das informações obtidas durante o acompanhamento às reuniões do Conselho Deliberativo da Resex e nas conversas com lideranças pescadoras em reuniões virtuais e presenciais e, principalmente, as ações, iniciativas, atividades desenvolvidas coletivamente, pelo território e pelo comum, entre 2019 e 2023. Mais longo que os demais, neste Capítulo procuraremos observar se é possível afirmar que há a produção de comuns, de determinantes da IAN e de práticas instituintes da SSAN.

O Capítulo está dividido em quatro subcapítulos. No primeiro, serão apresentadas as especificidades da pesquisa de campo Maré-saber durante o período de confinamento provocado pela pandemia da Covid-19, isto é, o processo de adaptação metodológica para a realização da pesquisa. Assim, no Projeto Maré-saber assumi um papel de articulador de grupos e mediador de processos de aprendizado em instrumentos de pesquisa popular, além de pesquisador. No segundo, serão descritos e analisados os dados socioeconômicos e ambientais obtidos com as entrevistas nas comunidades da Resex e que dão base de entendimento para os níveis de (in)segurança alimentar registrados. O formulário trabalha os dados na escala familiar, mas abrange as diversas escalas e dimensões do fenômeno da Insegurança Alimentar. No terceiro subcapítulo, esses dados serão cruzados com os dados da insegurança alimentar (Ebia) e analisados considerando o contexto de crise ambiental aguda e de desmonte de Políticas Públicas sociais e ambientais, o que estabeleceu desafios diferentes daqueles anteriormente vividos.

No quarto subcapítulo será apresentado um recorte de algumas das ações que acompanhei durante a pesquisa, definidas pelas lideranças pescadoras como de "fortalecimento e consolidação do território". Nos espaços e atividades em que meu lugar era de observador participante, busquei identificar nas ações e discursos elementos que correspondessem à *práticas instituintes* dos objetivos da segurança alimentar como instituintes de comuns que reforçassem a "consolidação do território".

Esse subcapítulo é uma experiência: trata-se de uma aproximação ao uso do método etnográfico para a interpretação das reuniões do Conselho Deliberativo da Resex e de projetos e ações no território. Realizado no período de arrefecimento da pandemia, a multidimensionalidade da SSAN estaria na relação da prática de servir almoços coletivos e tradicionais, a comensalidade, e a prática política, deliberativa, dessas Reuniões. Para além das limitações contextuais evidentes, busca indicar algumas possibilidades de desenvolvimento de futuros estudos e projetos.

## **CAPÍTULO I – Dinâmicas das transformações espaciais no Sul da Bahia e conflitos entre territorialidades**

Este Capítulo está voltado para a descrição das dinâmicas das transformações espaciais da região sul do Estado da Bahia, compreendidas como um processo contínuo de modernização produtiva e de incorporação dos espaços ao modelo de produção capitalista, na maior parte das vezes do tipo agroexportador, em suas diferentes fases, ao longo do tempo, de modo que seja possível reconhecer os contextos socioespaciais que condicionam o estabelecimento de conflitos entre diferentes formas de manejo e de apropriação dos recursos naturais e territórios e que farão com que surjam movimentos de resistência aos efeitos destruidores dessas atividades. Nessa perspectiva, serão apresentadas as principais características dos setores produtivos que mais influenciaram nas transformações espaciais e que afetaram populações historicamente vulneráveis ou marginalizadas, conflitos socioambientais que fizeram emergir as lutas que, entre outras, resultaram na Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras.

Percorreremos os processos de transformação na ocupação dos espaços desde a estruturação da lavoura cacauícola, no século XVIII, passando pela atividade madeireira, pecuária, silvicultura do eucalipto, carcinicultura e turismo de massa, até a indústria petroleira, no século XXI. Com isso, pretende-se descrever os movimentos históricos de ocupação dos espaços pelo empreendimento capitalista que marcam a consolidação desse território e, ao atingir determinados grupos de populações tradicionais costeiras dedicadas à pesca artesanal, têm como resposta a auto-organização e a resistência à destruição ambiental e a expropriação social que lhe são características.

Enumeradas as atividades e suas influências na progressiva incorporação dos territórios ao sistema de produção e apropriação capitalista dos espaços, serão exploradas algumas das implicações para as populações tradicionais neles localizadas ou deles desterritorializadas. Para isso, o segundo subcapítulo relacionará as atividades descritas com movimentos populacionais regionais e, mais especificamente, de ocupação e povoamento dos territórios referentes à faixa litorânea dos municípios de Belmonte e Canavieiras, priorizando as (re)ações e formas de resistências das populações de pescadores tradicionais às atividades destruidoras.

## **1.1 Dinâmicas das transformações socioespaciais na porção sul do Estado da Bahia promovidas pela sujeição do território ao capital**

O processo que culmina com a criação da Reserva Extrativista de Canavieiras, pode ser mais bem compreendido a partir da recuperação dos trajetos das transformações espaciais na região do sul e do extremo sul baiano, com destaque para a ascensão e declínio da lavoura cacaueira e a progressiva conversão do uso das terras, a partir da década de 1950, motivada pelo projeto de modernização e industrialização do Estado brasileiro. Uma das marcas desse processo de transição foi o estabelecimento de mecanismos de exploração dos recursos naturais que permitiram aos agentes do investimento capitalista operar em escala comercial, que, ao ampliar a capacidade produtiva da indústria madeireira, que "abriu" os espaços para, no decorrer do tempo, a expansão da pecuária e a instalação e progressiva ampliação da silvicultura, da carcinicultura, do empreendimento turístico nacional e internacional, da mineração e da indústria do petróleo transnacional incluísssem a região do sul do Estado da Bahia em circuitos globais como exportador de *commodities*, extensão do projeto modernizador-industrializador.

O processo de transformação na ocupação dessa região da Bahia é bem descrito no artigo de Nascimento (2009), que, ao analisar os reflexos da expansão das culturas de cacau e do eucalipto nos municípios de Belmonte e Canavieiras, nos leva às fases iniciais de ocupação da região, ainda no século XVI, com a exploração do pau-brasil e o início do cultivo da cana-de-açúcar e do cacau, até o final do século XX, momento crucial em que a silvicultura de eucalipto supera cacauicultura em importância econômica e em que há uma maior diversificação produtiva. Esta autora, a despeito da existência de atividades extrativistas como da fibra da piaçava e a pesca, a lavoura de mandioca, milho, feijão, coco e arroz, além da criação de gado leiteiro para autoconsumo e para o mercado interno por indígenas e colonos, afirma que entre os séculos XVI e XIX essa faixa litorânea apresentava um padrão de ocupação esparso e disperso, muitas das vezes como fazendas que, futuramente, se transformariam em povoados. Ao assumir que a atividade cacaueira, iniciada no século XVIII e expandida até meados do século XX, quando passa por um processo de decadência que se acentua na década de 1980, comandou a ocupação econômica da região, a autora parece admitir que é o empreendimento voltado para o mercado externo aquele que organiza a estrutura e funcionamento dos territórios, mantendo as demais atividades

à margem desse processo, o que automaticamente invisibiliza parte dos atores. Não pretendendo, por hora, nos deter neste debate, interessa aqui, do processo de ocupação que se inicia com a lavoura cacaueira, identificar algumas das origens da formação dos territórios e territorialidades das populações tradicionais costeiras no litoral sul da Bahia, para situar territorialmente os processos que justificam o movimento pela Resex Marinha.

### **1.1.1 A lavoura Cacaueira como estruturante do Litoral Sul baiano**

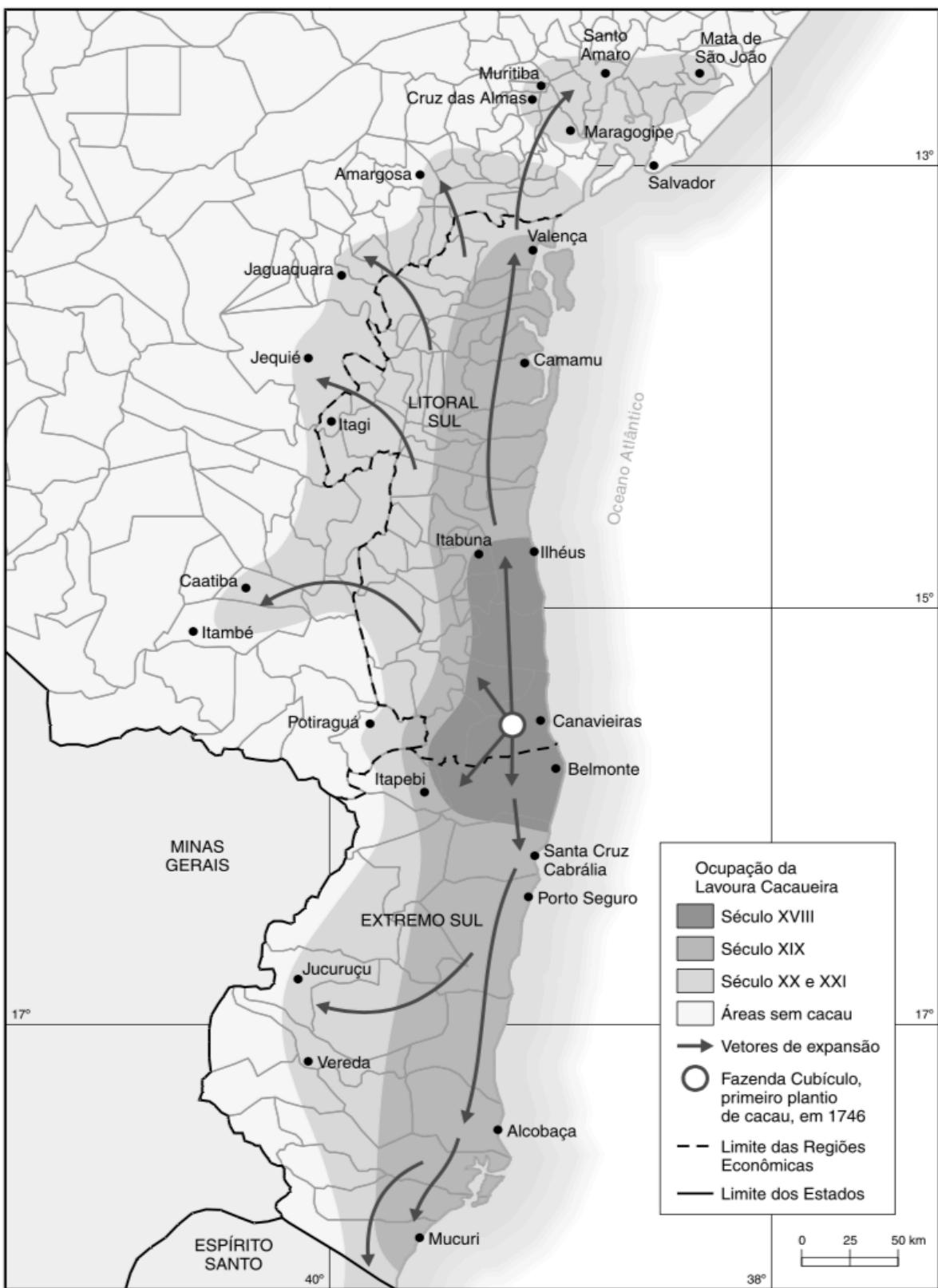
A lavoura cacaueira no Estado da Bahia foi iniciada no século XVIII, inicialmente restrita aos antigos territórios de Canavieiras, que atualmente englobaria sua área e a dos municípios vizinhos de Pau Brasil, Camacã e Santa Luzia, ao norte e, a oeste, Potiraguá e Mascote, e de Belmonte, em área que equivaleria à sua e a do município de Itapebi, a oeste, até a fronteira com o Estado de Minas Gerais, seguindo o baixo curso do vale do Rio Jequitinhonha. Ao Norte, a lavoura estaria limitada a Ilhéus (Nascimento, 2009; Aguiar, 2014). Sua expansão ocorreria somente no século XIX, ampliando sua área cultivada pelo litoral nos atuais municípios de Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro e Prado, ao sul, e, ao norte, pelo litoral, até o atual município de Valença (**Figura 3**).

Com os fracassos iniciais das plantações de cacau, as capitâncias de Ilhéus e de Porto Seguro, incorporadas à Capitania da Bahia, por volta de 1760, passaram à função de abastecedoras de alimentos para o Recôncavo baiano e outras regiões. A exploração extrativista, a pesca e a policultura de alimentos foram se constituindo como as atividades que, acompanhando a lavoura cacaueira emergente, garantiram certa expansão demográfica e a criação de diversas vilas no litoral, estabelecendo, aos poucos, um padrão de ocupação concentrado na costa, em uma estrutura de arquipélago que teve longa duração. No início do século XIX os principais produtos eram a madeira e, em menor quantidade, farinha de mandioca, o arroz, o milho e o feijão (Aguiar, 2014, p. 198).

É no período entre a segunda metade do século XIX e meados do século XX, entre 1850 e 1960, que o estabelecimento e expansão da cacaicultura transformam profundamente toda a dinâmica socioeconomia regional. A introdução de variedades mais resistentes de cacaueiros estimulou a interiorização do povoamento, o emprego de grande parte da força de trabalho disponível, o desbravamento das matas e a

consequente afirmação dessa como a principal atividade econômica da região (Aguiar, op. Cit.). Iniciada nas margens dos rios Pardo, Salsa e Jequitinhonha, seu desenvolvimento fez com que, nas primeiras décadas do século XX, toda a região do litoral ao sul de Salvador passasse a ser identificada pela monocultura do cacau, que, ocupando os aluviões e tabuleiros, interioriza-se para as serras, por rios e trilhas de tropas. Essa expansão teve Ilhéus, Itabuna, Canavieiras e Belmonte como os principais centros de difusores da cacaueira e de escoamento da produção. Na segunda metade do século XX, novas áreas passam a ser incorporadas à *plantation*, criando um vasto contínuo de terras cultivadas que passam a ocupar novas terras nas faixas litorâneas ao norte de Salvador e ao sul de Porto Seguro, por todo o extremo sul, além de interiorizar-se até o limite do bioma da mata atlântica com a caatinga (**Figura 3**). As boas condições biofísicas (geomorfológicas, edafológicas e vegetação), boa estrutura de escoamento da produção, com conexão ferroviária e rodoviária entre os centros produtores e portos (de Ilhéus, Canavieiras/rio Pardo e Belmonte/rio Jequitinhonha) e disponibilidade de mão de obra, proveniente de áreas do semiárido baiano, atraída pela possibilidade de emprego e terra para cultivo, o uso da mão de obra de ex-escravizados, seus descendentes e dos imigrantes japoneses e europeus trouxe, para os governos e classes de grandes proprietários de terras, a expectativa de aumento da produção e ampliação das áreas cultivadas (Nascimento, 2009).

É possível visualizar tal configuração do espaço do litoral sul baiano, nesse período, na **Figura 4**. O mapa dessa figura dá destaque à área da cacaueira no final da década de 1960, que, segundo seus autores, girava em torno de 200 mil hectares. Também aponta para as áreas de avanço real ou potencial da pecuária bovina desde o interior e "áreas ocupadas com matas, mangues, capoeiras, culturas permanentes (seringueiras, dendê, cravo-da-índia e coco-da-baía), culturas de subsistência [autoconsumo] e pequenas pastagens" (ver legenda), conferindo, a existência de um sistema produtivo mais complexo, com exploração madeireira, cultivos para abastecimento dos mercados local e regional. As florestas do sul da Bahia e do norte do Espírito Santo eram os últimos maciços florestais "virgens" de toda região leste do Brasil e que, por estarem próximos a grandes centros populacionais, "condiciona sua importância para as indústrias madeireiras" (Leão e Gouvêa, 1971, pg. 13).



**Figura 3 - Expansão da lavoura cacauera na Bahia, do século XVIII ao XXI**

Fonte: Nascimento (2007), sobre dados da CEPLAC (1975; 1976) e IBGE (2002)

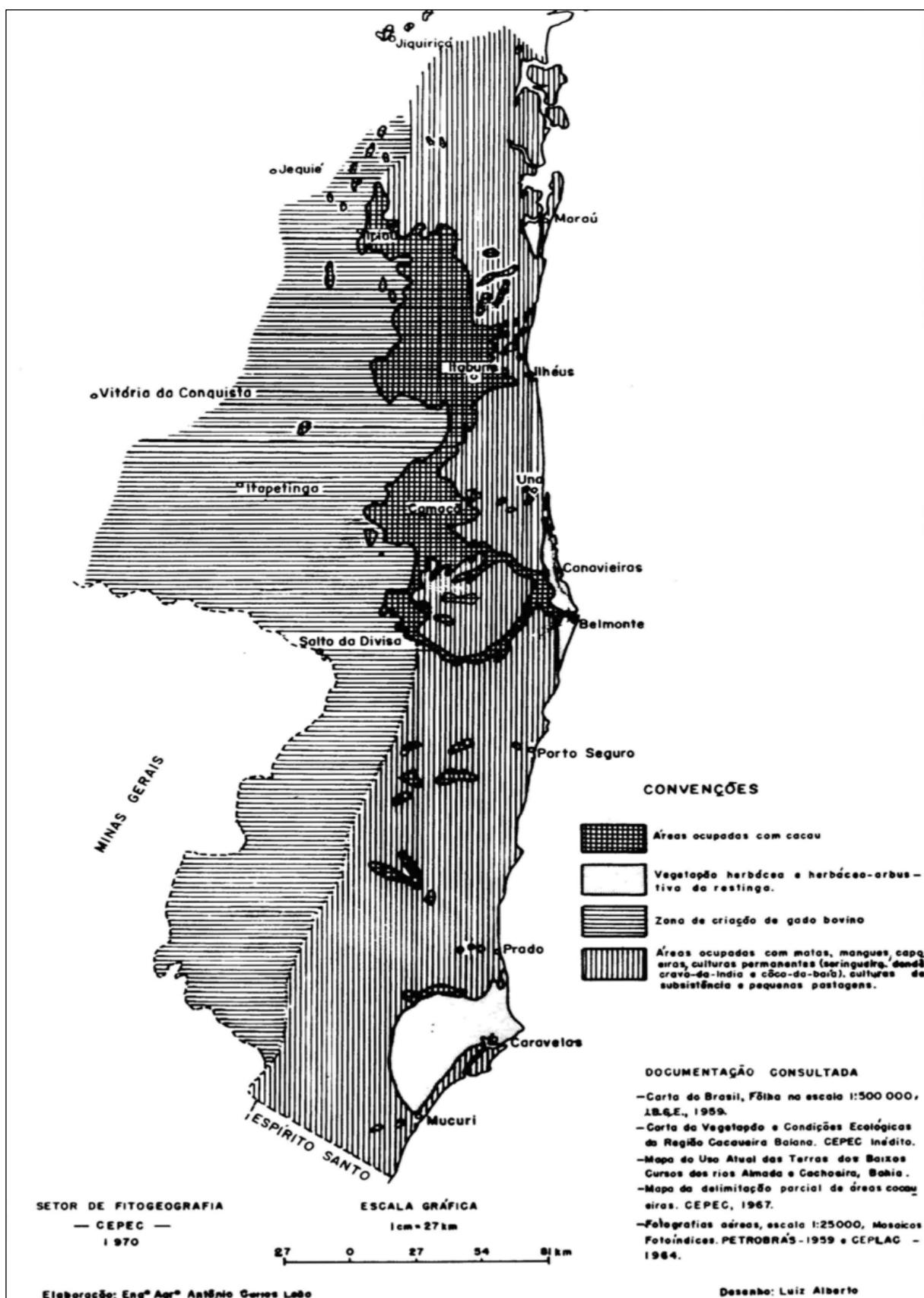


Figura 4 - Uso das terras no sul da Bahia (dados aerofotogramétricos de 1964 e 1968).

Fonte: Leão e Gouvêa, 1971.

A cacaueira baiana teria passado por três fortes crises no século XX, que desestruturaram e terminaram por arruinar a produtividade e a competitividade do cacau no mercado internacional, o que acarretou numa progressiva – e agressiva – substituição da lavoura cacaueira por pastagens e eucaliptais.

A primeira crise ocorreu no final da década de 1920; teve como causas os eventos climáticos que se sucederam – estiagens e enchentes que, levaram à diminuição das áreas totais cultivadas. A crise se aprofundou com a baixa dos preços do cacau no mercado internacional, contribuindo assim para que uma boa parcela de proprietários perdesse suas terras para os bancos (CEPLAC, 1982 *apud* Aguiar, 2014; Marinho, 2001; Botelho, 1954). A segunda crise, ocorrida no final da década de 1950; teve relação com a perda de competitividade da cacaueira baiana no mercado internacional, frente ao ingresso do cacau das colônias europeias na África, Costa do Marfim, Gana, Nigéria, e Sudeste Asiático, na Indonésia. A terceira crise ocorreu a partir metade da década de 1980, a época da melhor produção. Foi associada à contaminação dos cultivos pelo fungo *Moniliophthora perniciosa*, conhecido como vassoura-de-bruxa, que arrasou as plantações. Ao alastramento da doença juntou-se a progressiva redução das áreas plantadas, a defasagem do padrão tecnológico adotado e perda de competitividade, rendimento e queda de preços (Parente, 2003). Nesse processo, Nascimento (2009) e Araújo (2014) destacam que na década de 1990 fazendas foram abandonadas, muitas entregues aos bancos como pagamento de dívidas; houve a descapitalização e endividamento de cacaueiros; trabalhadores rurais e colonos deslocaram-se, em êxodo, para os centros e subcentros urbanos da região, engrossando as fileiras da exclusão social na cidade e no campo. No campo, muitas das áreas de cultivo de cacau foram transformadas em pastagens, depois de passar por um intenso processo de desmatamento.

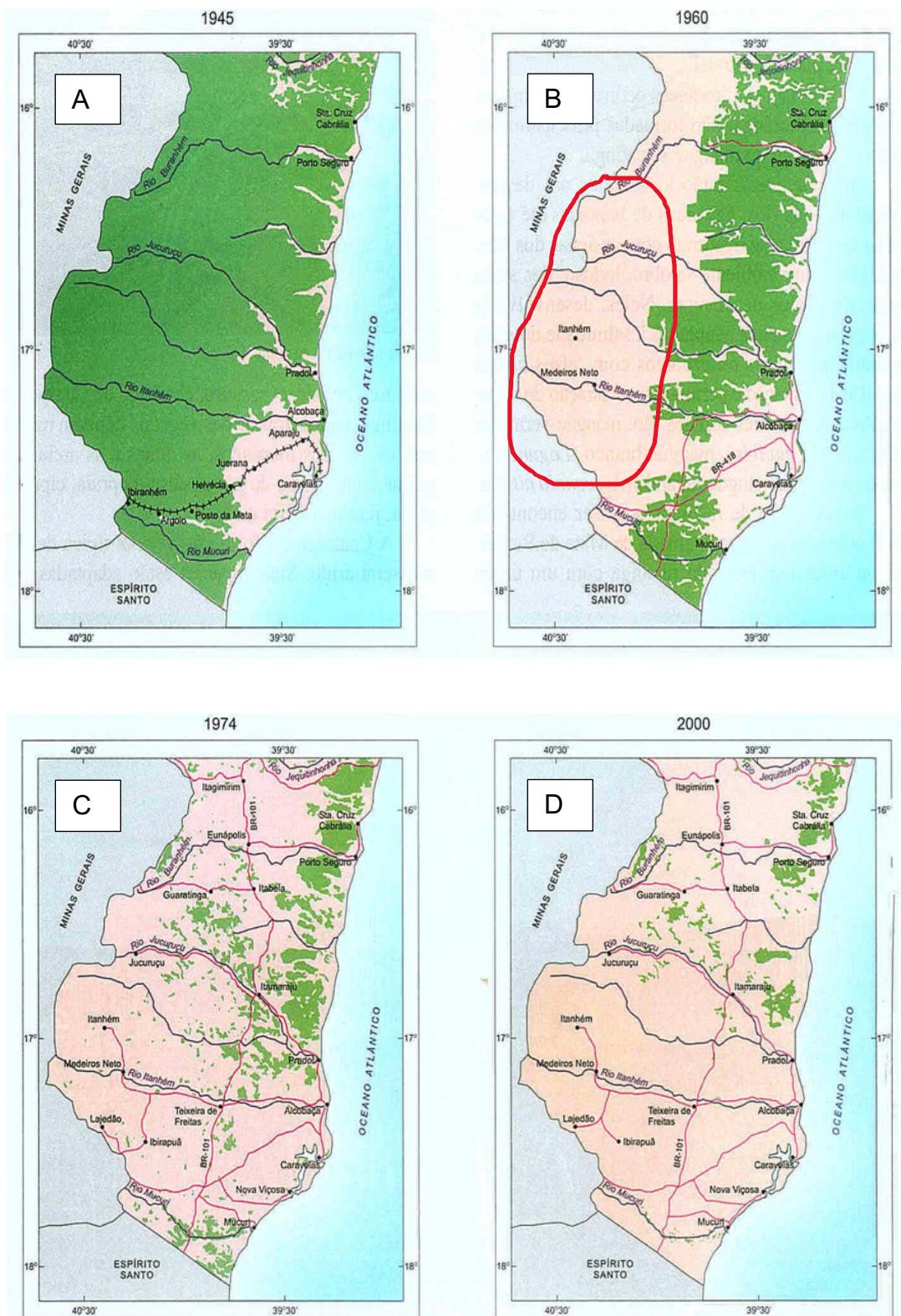
### **1.1.2 A atividade madeireira que devasta**

A atividade madeireira no Sul e Extremo Sul da Bahia ocorre desde os tempos da exploração do Pau-Brasil, no século XVI, seguida pelo estabelecimento de entrepostos comerciais na costa, como vias de exportação. Até a década de 1950, o ritmo de extração da Mata Atlântica, na região, ocorria no “tempo” do cacau cabruca, tipo de manejo da lavoura que dependia das matas para manter-se. Assim, apresentava-se relativamente bem conservada, possivelmente devido às dificuldades

de acesso, às ainda rústicas técnicas de manejo dos madeireiros e da dispersão das cidades e dos povoados existentes. Com a construção da Estrada de Ferro Bahia-Minas (Teófilo Otoni (MG) - Caravelas/BA) houve um aumento considerável na extração de madeira (Pedreira, 2009), mesmo limitada à fronteira com os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo (Figura 5A). A partir da década de 1950, a exploração da madeira começa a ser organizada de forma a operar em uma escala comercial crescente (Figura 5B). Ainda assim, a região, até o início da década de 1970, participava da economia de forma periférica, complementar à estrutura primário-exportadora, na exploração de madeiras nobres. A abertura e pavimentação do trecho da BR-101 entre Vitória e Salvador, em 1973, possibilitou o acesso e, com isso, a intensificação da exploração e o escoamento da produção (Figura 5C). A facilidade de transporte contribuiu decisivamente para a ampliação da atividade, com parques industriais moveleiros e madeireiras. A extração madeireira se tornou a atividade econômica mais relevante do extremo sul baiano ao longo da década de 1980, deixando como resultado gigantescas áreas desmatadas (Figura 5D).

### **1.1.3 A pecuária amplia a devastação e concentra terras**

A pecuária bovina é introduzida na região no início do século XX, em um movimento que Pedreira (2004) descreve como de sentido oposto ao da cacauicultura: no lugar da costa para o interior, até os limites impostos pelo relevo, a pecuária, proveniente do nordeste de Minas Gerais, seguiu do interior para a costa, abrangendo todos os municípios do Litoral Sul. Consolidada como uma das atividades mais importantes, a pecuária contribuiu substancialmente para acelerar não somente o processo de devastação da mata, sobretudo na porção norte dessa região, mas também para transformar profundamente a estrutura fundiária da agricultura que, até os anos de 1950 era de base familiar voltada para o consumo em um mercado local ou microrregional. Sua expansão representou a ampliação da concentração de terras, alvo de aquisições legais ou apoderadas de pequenos proprietários (Aguiar, 2014; Pedreira, 2008).



**Figura 5 - Cobertura vegetal no litoral sul/extremo sul da Bahia, em 1945 (A), 1960 (B), 1974 (C), 2000 (D) e infraestrutura viária principal**

Fonte: SILVA, 2012 *apud* OLIVEIRA, 2017

\* Dados não disponíveis na área circunscrita na figura B

Das transformações na cobertura vegetal e no uso do solo da região, a ampliação do processo de retirada das matas pela atividade madeireira e o avanço das atividades da pecuária e da silvicultura econômica, povos e comunidades que habitavam essas áreas foram paulatinamente expulsos das áreas de uso tradicional e "encurralados" nas poucas áreas em que não havia interesse imediato do capital internacional, como as praias, estuários e manguezais.

#### **1.1.4 A silvicultura preenche e avança**

O plantio em grande escala do eucalipto (*Eucalyptus granfis*), no Brasil, foi incentivado no II Plano Nacional de Desenvolvimento e no I Programa Nacional de Papel e Celulose, executados a partir da década de 1970. Com recursos disponibilizados especialmente para adquirir as terras para o cultivo, tinham como objetivo facilitar o ingresso do Brasil no mercado mundial de celulose. O desenvolvimento incipiente da silvicultura passa a ocorrer seguindo o caminho aberto pela atividade madeireira, nas duas décadas anteriores.

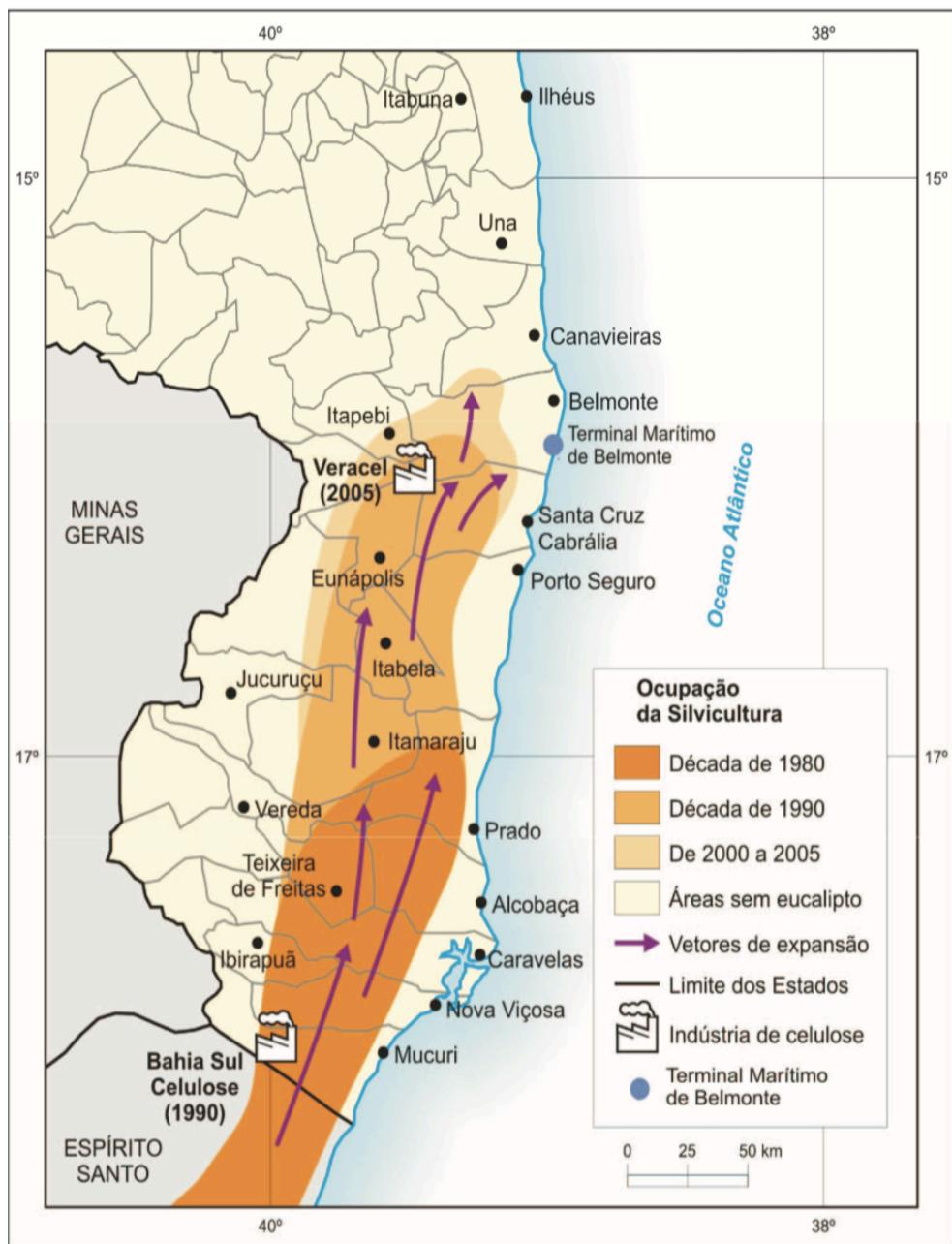
Durante a década de 1990, a atividade foi ampliando gradativamente a ocupação do relevo de tabuleiros pouco mais ao norte, ocupando, no sentido sul-norte, antigas áreas de pastagens dos municípios de Itamaraju, Itabela, Eunápolis, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte. No início da década de 2000, os eucaliptais aumentaram suas áreas, no sentido sul-norte, no eixo da BR-101. Belmonte teve áreas de cultivos ampliadas e a instalação de uma unidade industrial de Celulose e um terminal marítimo, ambos da empresa Veracel SA<sup>14</sup>., joint-venture entre as empresas Suzano [Fibria] e a Stora Enzo<sup>15</sup>, que passa controlar praticamente todas as áreas de eucalipto no norte do Espírito Santo e extremo sul baiano.

Em 2018, as áreas destinadas à silvicultura na Bahia eram de cerca de 600 mil hectares e estavam presentes em todos os municípios do extremo sul no litoral sul, sempre ocupando, preferencialmente, os tabuleiros, já bastante devastados pelas madeireiras e pastagens. A síntese do processo pode ser visualizada na Figura 6, que representa, no espraiamento da silvicultura, a estruturação de um espaço em função de produção de mais uma *commodity*.

---

<sup>14</sup> A Veracel iniciou suas atividades em 1991, como Veracruz Celulose, subsidiária do Grupo Odebrecht. Associou-se à Stora Enzo em 1997; em 2000 a Aracruz entra na sociedade e, em 2003, a Odebrecht retira-se.

<sup>15</sup> A Fibria SA, controlada pela multinacional finlandesa Stora Enzo, foi fundida à Suzano em 2019.



**Figura 6** - Expansão do cultivo de eucalipto no Estado da Bahia entre 1980 e 2005.

Fonte: Nascimento (2007)

Coube ao Estado implantar a infraestrutura que viabilizou o empreendimento da celulose e de criar um arranjo institucional que permitisse operar sistemas de incentivos fiscais de atração de setores do núcleo dinâmico da economia, pensados pelos governos para inserir a região no circuito de acumulação global, articulada com o projeto de desenvolvimento nacional iniciado em meados da década de 1970 (Fanzeres, 2005; Pedreira, 2008; Malerba, 2007).

### **1.1.5 A carcinicultura encurrala**

É atribuída à carcinicultura, a criação de camarões em cativeiro, a geração dos impactos mais significativos nos ecossistemas costeiros. A atividade tem se expandido nas últimas décadas sobretudo em países tropicais da Ásia África e América Latina, em modelos de produção em larga escala que são, na sua maioria, para atender as demandas dos mercados internacionais. Para esses países, a carcinicultura se fortalece como estratégia de crescimento econômico orientado para a exportação, sendo os maiores compradores/importadores o Japão, Estados Unidos e União Europeia (FAO, 2012 e 2020). Planejada para atender as demandas do mercado internacional de pesca, esse tipo de atividade é, pelas suas características, normalmente instalada em áreas de manguezais, pois a água salobra oferece as condições ideais para a reprodução e engorda dos camarões.

No Brasil, a carcinicultura é uma das principais atividades do setor da maricultura e a principal espécie cultivada é o *Litopenaeus vannamei*, ou camarão branco do pacífico, exótica, proveniente do Pacífico Oriental. Praticamente toda a produção é realizada na região Nordeste e diversos municípios das regiões do Litoral Sul e do Extremo Sul baiano receberam esses empreendimentos no início da década de 2000. Canavieiras recebeu os primeiros tanques e as primeiras fazendas começaram a funcionar em 2003, na planície costeira do rio Pardo, em espaços onde predominava o ecossistema de manguezais e onde eram desenvolvidas atividades de pesca de peixes e crustáceos. Em 2007, havia um total de 14 fazendas de camarões no município. No ano de 2016, Oliveira identificou 19 (dezenove) fazendas de camarões no entorno da Resex Canavieiras, sendo 14 (quatorze) delas com mais de 10ha em funcionamento (Oliveira, 2016). Em 2018, havia 28 grandes produtores. Segundo a Associação dos Criadouros de Camarão do Sul da Bahia, novos viveiros têm sido instalados no município.

Realizamos uma contagem baseada em imagens de satélite GoogleEarth®, de 2020 (Figura 7) e foi possível identificar 48 (quarenta e oito) pontos de áreas que indicavam ser tanques de carcinicultura, totalizando aí de 635 ha. Embora proibidos nesse ecossistema<sup>16</sup>, ao menos 16 (dezesseis) desses empreendimentos estavam confrontantes aos limites da Reserva Extrativista ou parcialmente inseridos nela.

---

<sup>16</sup> De acordo com a Resolução CONAMA nº 312/2002.

### **1.1.6 O Turismo expropria**

O estímulo ao empreendimento turístico imobiliário na região é iniciado na década de 1990, depois da estruturação dos Planos Turísticos de Ilhéus e Porto Seguro, na década de 1970, que previa a instalação e ampliação da rede hoteleira e pousadas e a capacitação de recursos humanos. O litoral e as praias foram sendo sucessivamente agregados a planos de turismo regionalizados, mas que previam investimentos internacionais. Para isso, os municípios foram segmentados em setores administrativos, as "Costas" (das Baleias, do Descobrimento, do Cacau, etc.) e passaram a ter recursos e ações direcionadas, seguindo essas denominações.

Para a indústria do turismo, as terras da Resex geraram a exclusão de áreas destinadas à construção de diversos *resorts*, empreendimentos baseados no modelo de turismo de enclave, destinado a consumidores de altíssima renda e que ocupariam mais de 14 km de litoral, sem nenhuma integração com a economia local e que previam o fechamento de acessos a áreas tradicionalmente utilizadas para a pesca (Machado, 2007). Aguiar (2011) teve acesso a documentos da prefeitura que descreviam ao menos cinco empreendimentos de turismo de luxo em terrenos que ficariam impedidos com a criação da Resex. Juntos, somavam cerca de 800 apartamentos distribuídos por Atalaia, Puxim de Fora, e Barra Velha.

No município de Una, onde há uma fração da área da Resex, foi instalado um complexo de turismo do tipo *resort*, chamado Transamérica, na localidade de Comandatuba, enquanto em Canavieiras há empreendimentos desse tipo, porém de menor porte (Figura 7). Em Canavieiras e Belmonte, o potencial turístico é associado ao patrimônio natural, nas barras de rios, rios e manguezais, estuários e em alto mar, ambientes tradicionalmente utilizados pelas populações pescadoras artesanais. No modelo de exploração turística, às comunidades locais caberia exercer funções menos qualificadas, em empreendimentos de propriedade de empresários originários de outras regiões (Machado, 2007).



**Figura 7** - Pontos e polígonos identificados como empreendimentos de carcinicultura no entorno ou parcialmente inseridos na área da Resex Marinha de Canavieiras, pontos indicativos de infraestruturas de turismo e pontos indicando comunidades com direito ao território da Resex Canavieiras, 2020.

Fonte: Imagem Lansat GoogleEarth® 2020 analisada e modificada pelo autor.

### **1.1.7 O petróleo mancha e contamina**

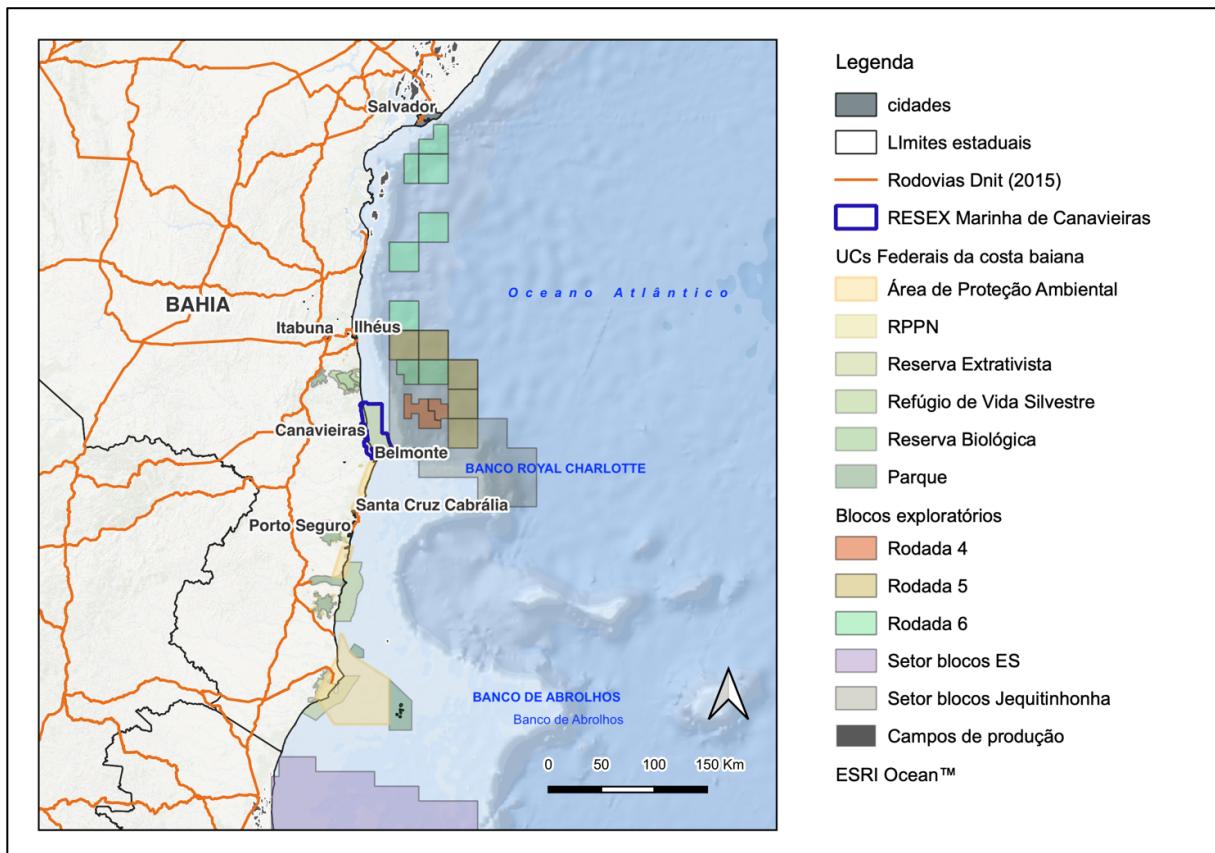
A exploração de Petróleo no Estado da Bahia foi iniciada em 1941, em Salvador, e o auge da produção ocorreu ao longo das décadas de 1960 e 1970, passando a declinar conforme as descobertas de óleo e gás natural na "Bacia de Campos" (RJ) ganhavam viabilidade econômica. Foi no final da década de 1960 que a exploração do petróleo entra em sua fase marítima, realizando operações na chamada "plataforma rasa", ou "águas rasas". Entre as décadas de 1970 e 1980 foram intensificadas as atividades de sísmica e de perfuração de poços nas Bacias Sedimentares de Cumuruxatiba (Banco de Abrolhos), Jequitinhonha (Banco Royal Charlotte) e Camamu-Almada, todos no Litoral Sul da Bahia (Milani et al., 2000). Na década de 1990 as atividades sísmicas foram novamente ampliadas e, por afetarem a fauna aquática<sup>17</sup>, indiretamente atingiam a pesca artesanal. Também começam a ser mais frequentes os registros de vazamentos e contaminações de praias e manguezais por óleo e seus derivados.

Em todo o litoral da Bahia, a concessão, implantação e desenvolvimento produtivo da indústria do petróleo e gás natural *offshore* passou a ocorrer mais intensamente a partir da década de 2000. A ampliação do investimento capitalista transnacional na exploração petroleira implicou o aumento do número de vazamentos de óleo, que atingiam ecossistemas frágeis como manguezais, estuários e praias, nas regiões do Litoral Norte, Recôncavo e por todo Litoral Sul.

Na região de Canavieiras, as atividades petrolíferas foram reorganizadas a partir da 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> Rodadas de Licitações de Blocos de campos de petróleo marítimos da ANP, realizadas em 2000 e em 2002, quando o Bloco BM-J-2, localizado a cerca de 20 km da costa do município de Canavieiras, foi adquirido pela empresa Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (Figura 8). Nessa mesma época, a 5<sup>a</sup> Rodada de Licitações Internacionais para a Exploração de Petróleo e Gás no Brasil incluíram áreas que haviam sido classificadas como as de maior sensibilidade às atividades na costa brasileira: o banco de Abrolhos e o banco Royal Charlotte (Marchioro, 2005).

---

<sup>17</sup> Admite-se que a atividade sísmica seja uma das maiores fontes de poluição sonora marinha provocada pelo homem, sendo potencialmente causadora de impactos ambientais em ecossistemas marinho e costeiro e na atividade da pesca artesanal. A biota está sujeita a efeitos físicos (danos a tecidos, órgãos e audição), sensoriais (alteração da percepção do animal), comportamentais (alteração de padrões de mergulho e respiração), crônicos (estresse) e efeitos indiretos (disponibilidade de presas) provocados pelas ondas sísmicas (IBAMA, 2003; CONAMA, 2004; URZUA, 2003).



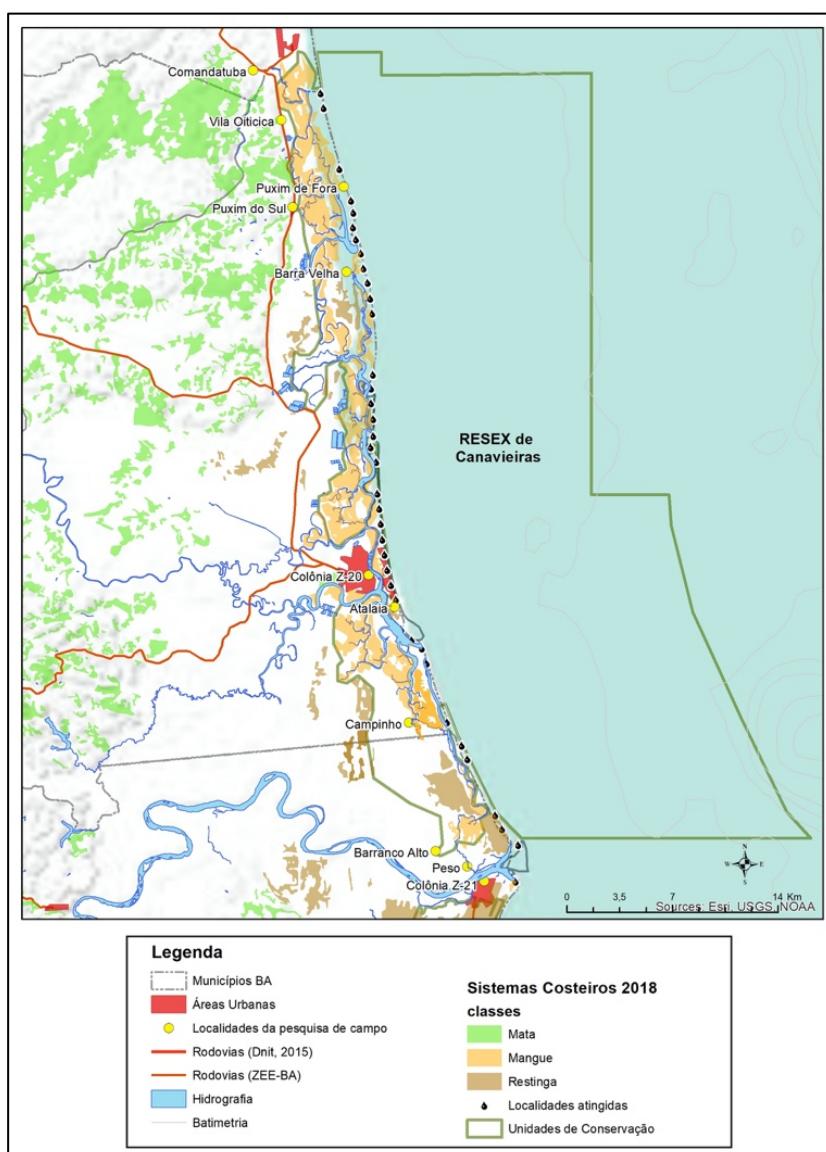
**Figura 8 - Localização dos Campos de produção de petróleo e Blocos das Rodadas de Licitações no Litoral Sul baiano, Unidades de Conservação e perímetro da Resex Canavieiras**

Fonte: adaptado de ANP, 2020

Em 2019, o surgimento das manchas de petróleo em mais de mil localidades dos nove estados do Nordeste e nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, foi o maior desastre ambiental em extensão que o Brasil já viveu. Somando-se os efeitos sobre a vida de comunidades pescadoras, entre outras categorias, a dimensão do desastre se tornou imensurável (Câmara et. al., 2021; Pena et al., 2020; Barros et. al., 2021). Na área da Reserva Extrativista dados oficiais<sup>18</sup> indicaram que o óleo atingiu ao menos 37 pontos em diferentes localidades, mas concentrados em Barra Velha e Puxim de Fora, localidades em que predominam pescadores e pequenos produtores rurais, na Praia da Costa, onde se localizam empreendimentos turísticos locais e restaurantes, e na foz do rio Jequitinhonha, nos manguezais onde ocorrem a pesca de mariscos e caranguejos (Figura 9).

<sup>18</sup> Dados disponibilizados pelo IBAMA no site: <https://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo>

O monitoramento do óleo realizado por organizações não governamentais e associações de pescadores e marisqueiras, com apoio do ICMBio<sup>19</sup>, identificou o aparecimento de pelotas de óleo no período entre 26 de outubro e 24 de dezembro de 2019 em toda a faixa costeira da Resex. O período mais agudo ocorreu entre 29 de outubro e 4 de novembro, quando surgiram manchas de óleo em praticamente todas as praias e barras de rios. Nas localidades inseridas na Resex, foi estimada a retirada de cerca de 40 toneladas de óleo misturado à areia.



**Figura 9** - Pontos da faixa costeira da Resex Canavieiras com ocorrência de manchas e bolotas de óleo (2019/2020)

Fonte: adaptado de ICMBio e IBAMA (2019/2020)

<sup>19</sup> O ICMBio, por meio da Gestão da Reserva Extrativista de Canavieiras, apoiou a organização comunitária para o combate ao óleo, fornecendo suporte material e logístico para o recebimento de doações e estocagem provisória do óleo coletado, além de acompanhar e sistematizar o processo de monitoramento comunitário.

Com este levantamento das transformações territoriais do litoral sul baiano induzidas e, de certa forma, comandadas pelos diferentes ciclos de investimento do capital privado nacional e transacional e do capital público, procuramos identificar pressões sobre os recursos naturais e sobre os modos de vida das populações tradicionais presentes nos territórios. O próximo item fará a correlação entre o desenvolvimento desses grandes projetos de investimento com a formação das territorialidades das populações costeiras tradicionais, a fim de expor tensões territoriais, sociais e ambientais a que estiveram sujeitas e que, em determinados momentos, representaram marcos para o início da sua auto-organização e da criação de alianças para o enfrentamento e resistência às formas de expropriação e despossessão sofridas e observadas em outras regiões.

## **1.2 Territorialidades em conflito: populações costeiras tradicionais e as transformações socioespaciais**

No desenvolvimento recente do projeto de expansão da fronteira de exploração capitalista e a intensificação de suas atividades, ao avançar sobre os territórios, aprofundam-se as pressões sobre as populações que haviam se formado, ou territorializado, nos períodos anteriores. Processos de valorização da terra, de expropriação, espoliação e expulsão de povos e comunidades, acompanhados pela concentração das terras e limitações de acesso aos recursos naturais se tornaram mais frequentes e intensos, conforme o projeto modernizador avançou. Um conflito (sócio)ambiental pode se estabelecer quando há o envolvimento de grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território e dos recursos, entretanto, tal como destacado na elaboração de Acselrad (2004), não obstante desorganizar composições socioespaciais, esses processos também impulsionaram formas de organização e mobilização na disputa por esses mesmos espaços. É partindo dessa premissa que tentaremos descrever, a seguir, o processo de ocupação e povoamento dos territórios referentes à faixa litorânea dos municípios de Belmonte e Canavieiras, considerando múltiplas escalas e vinculando (re)ações das populações costeiras de pescadores tradicionais que orientariam a criação da Resex Canavieiras.

Do processo histórico de ocupação dos territórios que atualmente representam os municípios de Canavieiras e Belmonte e do estabelecimento da estrutura socioeconômica e produtiva baseada na produção de *commodities* que os integrou à economia mundial e nacional, Aguiar (2014) indica que os movimentos migratórios e deslocamentos populacionais que convergiram para a região do litoral sul da Bahia estiveram historicamente associados, se não condicionados, aos diferentes períodos das atividades economicamente ali predominantes. Como visto, o processo se inicia com o estabelecimento da atividade cacaueira, que atraiu grandes fluxos de pessoas para região produtiva de Ilhéus-Itabuna, que abrangia Canavieiras e Belmonte. A cacaucultura influenciou na atração desses fluxos para desbravar, conquistar e organizar o território, de forma a abrir o caminho para as demandas do projeto agroexportador, instalado ao longo do século XIX.

Assim, com apoio na história da formação desses municípios e com atenção aos grandes indutores da contínua (re)organização territorial, este item buscará relacionar à expansão dos empreendimentos capitalistas a formação social das populações tradicionais costeiras, o surgimento de conflitos socioambientais e de estratégias de resistência aos impactos gerados sobre os espaços da reprodução social das comunidades, que, ao final, adotariam o modelo das Reservas Extrativistas como caminho para a proteção do território.

O panorama do último quarto do século XIX na região de Canavieiras era de transição entre um sistema predominantemente extrativista vegetal de madeira, de essências florestais e de piaçava, que eram as principais atividades econômicas, acompanhadas da produção agrícola familiar, em pequenas propriedades, de farinha de mandioca, milho e feijão (Reis, 2006, *apud* Aguiar, 2014) e pesca, para uma progressiva substituição pela cacaucultura. De acordo com Botelho (1954), foram fluxos de pessoas de outros estados do Nordeste – alguns autores citam especificamente o Sergipe – e de agricultores do Recôncavo baiano as regiões que mais contribuíram com contingentes de trabalhadores para a zona do cacau. Nascimento (2014) observa que nesse processo de transição a estrutura fundiária também passaria por alterações. A tendência à valorização e fortalecimento das terras agricultáveis teve como consequências a ascensão da figura do "coronel", a expropriação das pequenas propriedades e a despossessão das famílias, a concentração de terras e a forçosa e violenta imposição da migração campo-cidade.

O ocaso da atividade, imposto pela vassoura de bruxa, a quebra da lavoura cacaueira no final da década de 1980, provocou a ampliação da concentração e o desemprego de uma parcela significativa da mão de obra empregada na lavoura.

A partir da década de 1990, a crise e decadência da cacaicultura e seus efeitos, como o abandono de lavouras, a quebra da cadeia produtiva (processamento e comercialização), o endividamento dos fazendeiros proprietários de terras, desemprego e êxodo rural, o desemprego urbano e o desaquecimento da economia regional, foram fatores determinantes para o aumento das pressões sobre recursos naturais (Mascarenhas, 2004 *apud* Aguiar, 2011), que, explorados de forma predatória, passaram, a interferir diretamente sobre os modos de vida das populações pescadoras extrativistas, tornando-se um elemento importante para a constituição do movimento de criação de uma área ambientalmente protegida.

As atividades que coexistiram no tempo e sucederam a cacaicultura em importância econômica regional, como a exploração madeireira, a pecuária e a silvicultura, e aquelas de menores dimensões, mas com forte influência sobre populações tradicionais estabelecidas no litoral, como a carcinicultura e do turismo de massa ou de enclave, também lhes determinaram deslocamentos territoriais.

A pequena propriedade rural foi organizada, na origem, por famílias que tomaram a posse de porções das terras devolutas, agregando benfeitorias e dando-lhes certo valor econômico, mas, principalmente, realizando a função social ao que era visto como improdutivo. Ainda assim, a atividade madeireira reduziu, em pouco mais de 20 anos, cerca de 40% da cobertura vegetal da região, abrindo caminho para uma nova paisagem, que foi recebendo as primeiras "florestas plantadas" de eucalipto e pinus, nos espaços abertos que não tivessem sido ocupados pela pecuária. Foi nesse período, na década de 1970, que a estrutura fundiária do Extremo Sul passou por transformações, passando das pequenas posses familiares, pescadores e indígenas para uma estrutura de forte concentração de terras.

Não é difícil encontrar em veículos de comunicação variados e em épocas distintas, notícias relacionadas com a atuação das madeireiras, de extração ilegal de madeira nobre, expulsões, grilagem, expropriação violenta, invasão de terras, entre outras ações praticadas contra indígenas e pequenos proprietários rurais por "colaboradores" reconhecidos por sua violência, incluindo agentes policiais, e com a

conivência de autoridades locais para a realização das ações de expropriação<sup>20</sup> (Sotto-Maior, 2015). Com o tempo, os problemas ambientais resultantes do desmatamento das florestas nativas, tais como erosão, perda de biodiversidade, alteração dos regimes hídricos, além do uso de agrotóxicos, ampliaram as tensões entre as diferentes formas de apropriação dos recursos naturais.

A instalação e a ampliação do complexo industrial de celulose e das áreas de florestas plantadas teve como resultados imediatos uma série de disputas em torno das formas de apropriação dos recursos. No relatório sobre os conflitos relacionados à expansão da silvicultura, Fanzeres (2005) destacou como essas disputas se traduziam em confrontos desproporcionais e violentos contra as populações existentes, pela apropriação das terras ocupadas por posseiros, etnias indígenas e de outros povos, por meio de sua expulsão ou encaralados pelas vastas plantações.

A autora apresenta uma tipificação dos conflitos ambientais na região. Os principais tipos de conflitos por ela verificados foram os que resultaram de disputas fundiárias, originadas com a privatização de terras públicas que eram usadas em regimes que poderiam ser caracterizados como de *comuns*. Às questões ambientais relacionou o descumprimento de legislação, o assoreamento de corpos hídricos, desmatamento dos remanescentes florestais, desaparecimento de espécies e transformação da paisagem, além de transformações do uso da terra e dos recursos naturais. As pressões e conflitos com as áreas de agricultura para o autoconsumo e caça (e o extrativismo) foram associadas à segurança alimentar das comunidades e a impactos ao patrimônio histórico e cultural, incluindo-se aí as formas e meios de vida das populações tradicionais. Outros conflitos muito reconhecidos seriam os de restrições de acesso e circulação, as pressões sobre infraestruturas públicas, desagregação do tecido social e violências morais e físicas.

Em Belmonte e em Canavieiras, os conflitos fundiários e de uso e manejo dos recursos naturais, criados com a progressiva instalação do complexo industrial, foram relacionados com a segurança alimentar das comunidades existentes. De fato, a perda da posse e do acesso aos recursos naturais que viabilizavam a existência dos modos tradicionais de vida das populações já estabelecidas são importantes

---

<sup>20</sup> C.f.: <https://www.ecodebate.com.br/2017/10/02/impactos-sociais-e-ambientais-da-bralanda-no-sul-e-no-extremo-sul-baiano-por-elissandro-dos-santos-santana-e-ramon-rafaello/>  
<http://desacato.info/2017/02/24/impactos-socioambientais-da-bralanda-no-sul-da-bahia/>

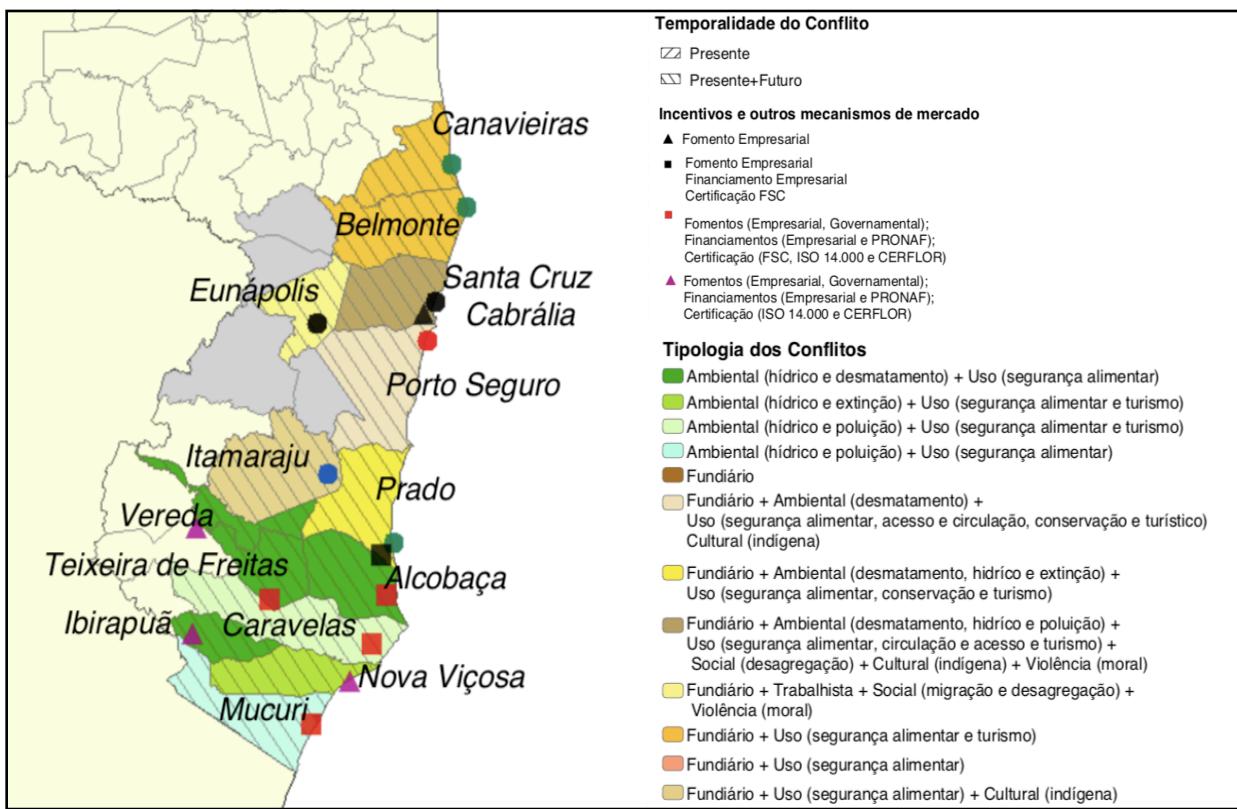
elementos que explicam, em parte, os riscos para sua segurança alimentar<sup>21</sup>. Expropriados dos elementos materiais básicos que garantiam a produção e disponibilidade de alimentos para autoconsumo e para obtenção de renda, as famílias se viram obrigadas a sair dos seus territórios e desligar-se das atividades produtivas, instalando-se nas periferias urbanas e, em determinadas situações, nos manguezais. Tal condição potencializou os efeitos da crise da lavoura cacaueira, aumentando as pressões sobre os ambientes naturais, seus recursos e sobre as populações historicamente neles estabelecidas. Nesse contexto, as comunidades pescadoras/coletoras/extrativistas se sentiram diretamente atingidas, o que também motivou a criação de áreas protegidas. Na **Figura 10** é possível visualizar como a autora setorizou a temporalidade e as tipologias dos conflitos, segundo sua pesquisa.

Em 2008, Pedreira relatou que, na região, a intensificação das vendas de terras estava associada à crise de endividamento dos agricultores proprietários, assim como estariam relacionadas com o “encurralamento” das comunidades em meio aos eucaliptais. Esses fatores teriam sido determinantes para a redução abrupta na produção de alimentos na região, por ela identificada em dados oficiais. Numa breve atualização, para o ano de 2020, incluiríamos conflitos do tipo ambiental, com desmatamentos influenciando processos erosivos e, com isso, interferindo na qualidade dos recursos hídricos.

Mais recentemente, uma das estratégias para manter a expansão das áreas cultivadas por eucaliptos foi integrar a terra e trabalho dos agricultores tradicionais às demandas das empresas (arrendamentos). Essa nova estratégia, que ao fim reduz as áreas de cultivo de alimentos, deverá ter implicações diretas na produção de comida e consequências diretas na soberania e segurança alimentar dessas populações e no abastecimento dos mercados locais e regionais.

---

<sup>21</sup> Mais adiante, as noções de soberania, segurança e insegurança alimentar e nutricional serão aprofundadas.



**Figura 10** - Mapa de conflitos socioambientais em relação aos cultivos de eucaliptos em municípios do Sul e Extremo Sul baiano, 2005

Fonte: adaptado de Fanzeres (2005)

Nas áreas mais costeiras, úmidas, o encurralamento das comunidades e a degradação dos ecossistemas realiza-se com a **carcinicultura**. Esta gera os conflitos mais explícitos por serem mais visíveis na rotina dos pescadores. Sua amplitude e permanência atingem diretamente a capacidade das comunidades pescadoras de extrair seu alimento e de manter seu sustento. Alguns dos impactos que geram os conflitos podem ser resumidos da seguinte forma: a redução e extinção de habitats e de áreas de mariscagem, pesca e captura de caranguejos; surgimento de doenças exóticas na fauna local e consequente diminuição dos estoques pesqueiros e biodiversidade; perda da produtividade e de espaços de pesca; expulsão de marisqueiras, pescadores e catadores de caranguejo de suas áreas de trabalho e a restrição de acesso aos estuários e manguezais (privatização de áreas de marinha); "tomada" dos mercados regionais pelo camarão marinho cultivado no lugar dos camarões pescados (Souza, 2017; Prudente, 2016 e entrevistas a marisqueiras e pescadores de Canavieiras e Belmonte).

Para dar uma dimensão da destruição dos manguezais promovida pela atividade, apresentamos quadro (*frames*) de uma videoreportagem disponibilizada na rede Youtube®, que apresenta novas tecnologias de controle ambiental da produção, que se torna cada vez mais intensiva.



**Figura 11 - Ilustração das etapas de obras de escavação e de operação de tanques de carcinicultura no município de Canavieiras-BA (2019)**

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=kf7bk7RqzBU>

Numa perspectiva ampla, criação da Reserva Extrativista conteve o processo de mercantilização do uso dos recursos pela carcinicultura, mas ainda depende do controle e fiscalização da atividade, localizada a montante das áreas de mangues.

Paralelamente, nas décadas de 1980 e 1990, com a consolidação e expansão das atividades voltadas ao turismo, a região experimentou uma supervalorização dos terrenos à beira-mar. Como consequência imediata, houve enormes pressões pela saída das populações que ocupavam principalmente as áreas de praias, normalmente famílias de pescadores artesanais. Durante esta pesquisa, houve a escuta de vários depoimentos<sup>22</sup> e o acesso a estudos abordando a relação do avanço do turismo nas suas várias modalidades e a venda e parcelamento de áreas, a progressiva desterritorialização e conversão de famílias de pescadores em trabalhadores pouco especializados de baixa renda e as consequências ambientais, econômicas, sociais e culturais desse processo no sul da Bahia (Machado, 2014; Dumith, 2012; Aguiar, 2019, entre outros).

<sup>22</sup> Depoimentos de pescadores e de netos de pescadores, que atualmente residem em bairros periféricos, que deixaram de desenvolver atividades de pesca por ter vendido suas propriedades para pessoas vindas "de fora".

Empreendimentos do tipo resort, descritos no item anterior, estavam planejados para o município de Canavieiras, nas localidades de Atalaia, Barra Velha e Puxim da Praia, situadas na faixa de restinga de ilhas costeiras, entretanto, a Reserva Extrativista se impôs como um espaço intangível para atividades que não fossem de conservação da biodiversidade, praticadas pelas comunidades de pescadores e marisqueiras beneficiárias da Unidade<sup>23</sup>. Desse modo, tal como com a carcinicultura, a Resex impediu que o uso mercantilizado dos recursos e a expropriação das terras avançasse sobre essas áreas, como ocorreu por praticamente todo o litoral baiano.

Em Canavieiras, assim como em muitos outros municípios litorâneos da região, a intensa e pesada atividade industrial petroleira sempre foi vista como ameaçadora para as populações e comunidades pescadoras tradicionais. A realização dos leilões de Blocos pela ANP, no início da década de 2000, e o acesso ao conhecimento dos potenciais impactos ambientais e sociais das diversas etapas da exploração de petróleo sobre os ecossistemas e na atividade da pesca repercutiu nessas comunidades, ampliando as motivações da categoria dos pescadores e marisqueiras por auto-organização e defesa dos territórios pesqueiros. Nesse período houve muita mobilização das comunidades tradicionais e de entidades ambientalistas, preocupadas com os riscos que esta atividade poderia oferecer para a biodiversidade do banco de Abrolhos.

A execução da fase de exploração, que engloba a pesquisa geotécnica, sondagem e prospecção sísmica, alertou o setor da pesca artesanal para os possíveis efeitos ambientais dessa e das demais fases – a de produção, a de refino e a de transporte – dessa indústria na atividade pesqueira. De modo geral, a exploração do petróleo está relacionada com a delimitação de zonas de exclusão de pesca (Urza, 2003), o que acarreta questões produtivas e, consequentemente, alimentares. Além da exclusão da pesca, o impacto nos casos de vazamentos em qualquer das etapas da produção do petróleo mostra-se catastrófico para os frágeis ecossistemas que fornecem alimentos e renda.

---

<sup>23</sup> A definição de famílias beneficiárias de Reserva Extrativista consta na Instrução Normativa ICMBio N° 35/2013. Nela, considera-se beneficiária a família que compõe população tradicional, que atende aos critérios de perfil de família beneficiária da UC, reconhecida pela comunidade e pelas instâncias de gestão da unidade como **detentora do direito ao território compreendido na UC e acesso aos seus recursos naturais e às políticas públicas voltadas para esses territórios** (grifo nosso).

As comunidades pescadoras de Canavieiras, que já tinham a luta histórica, mas uma mobilização ainda pulverizada contra os interesses da especulação imobiliária, do turismo imobiliário e da carcinicultura, vendo-se diante da dimensão dos possíveis impactos socioambientais e socioeconômicos da indústria petroleira, passaram a incorporar a luta iniciada pelo grupo de mulheres marisqueiras e a considerar a possibilidade de defesa do território e dos modos de vida na forma de uma unidade de conservação do tipo Reserva Extrativista Marinha. Dessa forma, os continuados aparecimentos de óleo nas praias e manguezais estimularam as populações de catadores de mariscos e crustáceos, pescadoras e marisqueiras a iniciarem movimentos de organização popular para enfrentar impactos socioambientais relacionados com o aparecimento desses resíduos.

Já com a Resex criada, o desastre do óleo de 2019 impulsionou (e exigiu) a organização mais ampla da categoria dos pescadores e pescadoras artesanais. Além do apoio de projetos já existentes e parcerias com agências de cooperação internacionais e universidades<sup>24</sup>. No nível local e regional, as comunidades pescadoras beneficiárias da Resex e do entorno utilizaram seu conhecimento sobre as dinâmicas atmosféricas, de correntes marinhas e marés para, com seus petrechos e técnicas de pesca e cata, capturar grandes quantidades de óleo. A proteção aos manguezais e estuários mobilizou um grande número de famílias pescadoras e consolidou a atuação da Rede de Mulheres e das Associações locais de pescadores e marisqueiras, que passaram a ter papel fundamental no fortalecimento dos territórios da Resex Canavieiras e de outras áreas protegidas e Unidades de Conservação.

Os grupos de pescadores e marisqueiras também se encontram em situação muito vulnerável em relação a outros impactos provenientes do processo de crescimento econômico e modernização da produção. Cordell (1989) já havia identificado conflitos entre formas de manejo da pesca já na década de 1970, no Litoral Sul baiano, em que a pesca industrial, invariavelmente, é a atividade que mais diretamente afeta a pesca artesanal tradicional.

---

<sup>24</sup> Uma das ações mais significativas foi a campanha "Mar de Luta: Justiça Social aos Povos das Águas atingidos pelo Petróleo", que objetivou dar visibilidade aos impactos socioambientais nas comunidades pesqueiras como forma de pressionar os governos estaduais e federal por respostas e reparações. Foi organizada pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras artesanais (MPP) e realizada pela articulação de organizações vinculadas à pesca em nível nacional, o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) e a Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (Confrem) e outros parceiros.

A invasão das áreas de pesca, estuários e mangues, a competição desigual pelos espaços de trabalho e a sobrepesca, aumento do esforço de pesca, poluição de corpos d'água são outros fatores que ampliaram os impactos sociais e ambientais sobre a pesca (Cordell, 1989; Urzua, 2003; De Paula, 2018).

Com o objetivo de compreender o contexto espacial em que se estabeleceram os conflitos em torno da apropriação, uso e significação dos recursos naturais existentes nos territórios no sul da Bahia, foi caracterizado o processo de avanço do empreendimento capitalista nesses espaços, ao longo do tempo. Rogério Haesbaert (2012) traz a ideia de Guattari e Rolnik de que o território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se de tal forma que sai do seu curso, a ponto de chegar a não mais existir da forma "original". A humanidade estaria em um imenso movimento de desterritorialização, contínuo, no sentido de abandono do território pelos agenciamentos, a linha de fuga. Também traz a discussão de Deleuze e Guattari de que para cada movimento de desterritorialização há movimentos de reterritorialização. A reterritorialização é movimento concomitante e indissociável da desterritorialização e abrange a construção de novos territórios. Uma maneira convencional de exemplificar esse movimento conjunto é atribuir aos grandes projetos de investimento o papel de desterritorializador que, ao agenciar a saída das populações das áreas de uso comum, promove a reterritorialização delas, em outros espaços.

Entretanto, pode-se dizer que às ameaças de desterritorialização, as comunidades pescadoras de Canavieiras criaram um movimento de resistência e defesa do território da pesca que se institucionalizou como uma Unidade de Conservação da natureza, a Reserva Extrativista Marinha. Se essa institucionalidade resultou de uma prática política mobilizatória e exigiu do pescador estudar e conhecer coisas que nunca fizeram parte de seu universo de atividades, é possível inferir que sua "reterritorialização" ocorre na institucionalização da luta pelo território coletivo, o que lhe confere "ressignificações". O pescador faz assim do território um *ato instituinte* do direito por território.

Sem ficar detido nesses conceitos, a partir dessa ideia de institucionalização dos territórios será abordada, no próximo capítulo, a criação da Reserva Extrativista Marinha como o caminho possível para a proteção do território pesqueiro.

## **CAPÍTULO II A Criação da Reserva Extrativista de Canavieiras**

Este capítulo é dedicado a explorar o processo de criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras como meio institucionalizado de proteção dos territórios pesqueiros, compreendidos como o conjunto formado pelas áreas de pesca (ou pesqueiros), de desenvolvimento de atividades complementares e as de moradia dos grupos de populações dedicados à pesca artesanal, extrativismo e mariscagem. O que se objetiva é aproximar-se de uma leitura desse processo, que é histórico e espacial, em que a categoria analítica "conservação da biodiversidade" seja atrelada à prática social que fundamentou a elaboração da categoria Reservas Extrativistas, presente na legislação que regula o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Entende-se que a "Reserva Extrativista" foi elaborada como categoria "nativa", resultado da demanda, da organização e da aliança de uma diversidade de tipos de populações tradicionais de garantias de direitos territoriais e transitou para uma categoria "análítica", conforme a prática política pela sua institucionalização gerou resultados legais.

Assim, no primeiro item do Capítulo resgataremos a discussão sobre a origem das Resex, que ocorre no contexto da luta dos seringueiros amazônicos pela garantia da manutenção da floresta e de sua permanência nos territórios do extrativismo, frente às ameaças das profundas transformações da cobertura vegetal que seriam exigidas com a mudança da base produtiva, da borracha para a pecuária, em meados da década de 1980. Nessa discussão, interessa relacionar os elementos constituintes das Resex que foram replicados ou adaptados para as Resex Marinhas, como, por exemplo, a co-gestão, conselhos deliberativos e outras ferramentas de gestão compartilhada e cessão de uso das terras que fazem parte da proteção aos ecossistemas e das populações que dele dependem para sua existência.

Admitindo que as Resex Marinhas derivam das discussões e ações que institucionalizaram as Resex, no segundo item do Capítulo discutiremos a noção de Território Pesqueiro como a categoria "nativa" que está subjacente e organiza a prática da instituição dessa tipologia de UC. O "Território Pesqueiro" é a categoria que sistematiza as demandas das populações tradicionais pesqueiras por espaços protegidos destinados à produção pesqueira artesanal que garantam os diversos modos de viver e de se relacionar com a natureza e produzir alimentos. Nesse sentido, os manguezais são os espaços que muito bem representam essas demandas.

No terceiro item do capítulo entramos na descrição do processo de criação da Resex Marinha de Canavieiras propriamente dito. Nele, discutiremos os elementos que antecederam a sua instituição, compreendida como a publicação do decreto de criação, como forma de destacar a importância das relações que pescadores e marisqueiras estabelecem com a natureza, especialmente na clareza sobre a necessidade de conservar e manter os ecossistemas marinhos, ideia trabalhada na noção de território pesqueiro. É da percepção dos impactos ambientais dos projetos de crescimento econômico (ou Grandes Projetos de Investimento) e das incertezas que seus efeitos podem gerar sobre a continuidade da atividade para toda a coletividade, que a mobilização pela criação da área protegida tem início.

Ainda nesse item, serão descritas, de forma geral, as características territoriais, socioeconômicas e ambientais de comunidades inseridas e/ou detentoras do direito (beneficiárias) da Resex, destacando as comunidades que participaram da pesquisa socioambiental e do inquérito sobre Segurança Alimentar e Nutricional, PPGES/UFSB e a AMEX, Rede de Mulheres e das Associações de Pescadores e Marisqueiras das comunidades participantes. A descrição objetiva identificar elementos das realidades locais que revelem manifestações do *comum* como práticas coletivas auto-organizadas, em que exista um compartilhamento equitativo e uma gestão democrática de recursos (materiais ou imateriais), serviços ou espaços (Malerba, 2007, p. 149), na forma de processo ou como ato instituído. Essas descrições também servirão para contextualizar as informações levantadas durante a aplicação dos formulários socioeconômicos e da Ebia, no Capítulo 5.

## **2.1 Elementos históricos das Reservas Extrativistas como proposta e como instituição do comum**

A origem das Reservas Extrativistas remete às experiências de auto-organização de trabalhadores seringueiros que ocorreram a partir de meados da década de 1970, em um contexto de crise da borracha e resistência à transferência da propriedade das terras com os seringais para grupos econômicos do Sudeste/Sul, interessados em substituir a base econômica extrativista e implantar atividades madeireiras e de pastoreio bovino em vários estados da região Norte do país. Deve-se destacar que o Estado, com sua política de desenvolvimento apoiada em um regime militar autoritário induziu o avanço de grandes empreendimentos sobre áreas

de pequenos produtores rurais, em um amplo movimento de ocupação que visava incorporar à economia capitalista nacional e internacional as riquezas naturais<sup>25</sup> e atenuar os problemas agrários nas regiões Sudeste e Nordeste (Almeida, 2004). Esse avanço detonou uma série de conflitos sociais por terras e territórios, como por exemplo de posseiros com agropecuárias, de seringueiros com pecuaristas, de pequenos produtores atingidos por inundações de barragens, lutas de colonos sem-terrás – o futuro MST.

A expansão progressiva dessas atividades e a percepção das profundas mudanças que passavam a ocorrer na base produtiva fez com que as populações extrativistas de seringueiras percebessem que sua reprodução social e econômica estava ameaçada, na medida e que os espaços em que estavam organizadas suas práticas produtivas estavam ameaçados. Mauro Almeida, que acompanhou os extrativistas do alto curso do rio Juruá (AC), descreve que a investida nessa região não chegou como estradas ou incentivos, mas na forma de especulação imobiliária: como exemplo de funcionamento, de modo geral, as terras contendo as áreas de seringais passavam de um proprietário local para empresas do Sudeste-Sul, paulistas, na década de 1980, que as arrendava para seringalistas.

Com o fim dos subsídios governamentais para a borracha, em 1987, os seringalistas arrendatários passaram a ter interesse na exploração de madeira e o arrendando as terras. Para Almeida, o “cenário clássico da fronteira capitalista em aproximação”, com “ingredientes” de grilagem de terras, destruição da floresta, depredação das estradas de seringa e violentas expulsões de moradores (Almeida, 2004., p. 40). É nesse quadro que a mobilização, organização e luta dos seringueiros por direitos territoriais e de continuidade dos modos de vida garantiram a resistência aos ímpetos do mercado pela apropriação das terras e ao Estado, com os modelos de colonização e reforma agrária incompatíveis com o modo de existência dessas populações. O manifesto seringueiro era não somente contra a superexploração de pessoas, mas também da natureza, pelos homens.

A proposta das Reservas Extrativistas previa a permanência nos territórios onde os seringueiros tradicionalmente viviam com suas famílias no seringal. O seringal é uma unidade territorial formada por um conjunto de “colocações”, que são as unidades

---

<sup>25</sup> O termo “riquezas naturais”, muito utilizado por lideranças pescadoras, é utilizado nesta tese como forma de extrapolar a esfera econômica a que o termo “recurso natural” costuma estar associado.

socioespaciais de um tamanho ideal. Como se tratava de seringais nativos, as “estradas de seringa” seguiam pela mata e o sistema de lotes não dava conta dessa configuração. “O instrumento legal vigente de distribuição de terra não servia” e “as pessoas [o movimento sindical] queriam pensar numa cosia coletiva, mais socialista (...) uma discussão contra o individualismo” (Pantoja, 1997). Como resultado das discussões do Conselho Nacional dos Seringueiros, as Reservas Extrativistas foram concebidas como grandes extensões de terras convertidas em propriedade da União mediante decreto presidencial, “sobre as quais os trabalhadores teriam direito perpétuo de usufruto” (Almeida, op. Cit., p. 44). Dessa forma, havia um entendimento de que somente a ocupação coletiva e a impossibilidade de fracionar a propriedade, que deveria passar a ser pública, evitaria a “tragédia da privatização da natureza” (Almeida, op. Cit., p. 45), garantindo assim as formas de ocupação e uso dos recursos que se pretendia preservar. Por ser de propriedade da União, a área da Resex seria (e é) concedida para entidades de representação dos interessados, normalmente associações dos beneficiários (os sujeitos de direitos). A União repassa a cessão das áreas sob regime de direito real de uso para essas associações, que repassa a cessão para os moradores “beneficiários”.

Um elemento importante da proposta de Reservas Extrativistas pelos seringueiros foi levar para dentro da sua reivindicação, que era por um arranjo fundiário que garantisse o território extrativista, o componente da conservação ambiental e da biodiversidade. Embora os movimentos de luta pela terra e o movimento ambientalista tivessem diferenças históricas e que sua articulação tenha sido construída por meio de uma relação recheada de embates e aprendizados que exigiram muito esforço mútuo, foram os ambientalistas que perceberam nas demandas dos seringueiros a importância prática e simbólica de sua luta: “eles queriam a floresta em pé, enfrentavam a sanha devastadora das empresas agropecuárias que chegavam do Sul do país” (Esterci e Valle, 2003, p. 13). Além do fator “proteção da natureza”, as reivindicações por territórios e ambientes deveriam ser acompanhadas por políticas de preços e de comercialização da borracha, além de políticas de saúde e de educação (Almeida, 1993), o que sugere uma perspectiva intersetorial e do anseio por acessar a cidadania.

A partir desse reconhecimento, pesquisadores envolvidos com povos indígenas e com os seringueiros fizeram a mediação com organizações internacionais, potencializando as pressões sobre o governo Sarney (1985-1990), de transição democrática, que decretou a criação das reservas Extrativistas (Decreto Nº 98.897/1990). O interessante dessa relação é que na discussão do modelo, o tema da ecologia apareceu para o movimento dos seringueiros como algo que parecia ser inerente às suas atividades cotidianas, na relação com as bases de recursos que garantiam a sua existência como seringueiros. A atividade extrativista foi sendo percebida como *compatível* com a conservação da natureza e do meio ambiente, por mais que fosse a contragosto dos conservacionistas (Pantoja, 1996; Esterci, 2003). No primeiro momento, o foco foi unir aos interesses da reforma agrária à questão ambiental e, ao mesmo tempo, incorporar as preocupações ambientais à orientação política e práticas econômicas dos seringueiros (Esterci e Valle, 2003).

A mobilização em torno da proposta das Reservas Extrativistas fez com que os seringueiros aparecessem na cena política articulando as suas demandas por justiça social e de melhoria das condições de vida a questões globais de preservação ambiental (Pantoja, 1997) e, na escala nacional e regional, a articular outros grupos de populações tradicionais que tinham embates similares. Suas práticas lhes deram a potencialidade de se constituir como forças sociais que não mais poderiam ser desconsideradas nas negociações do planejamento do território. Para além das respostas a problemas localizados, alteraram o que Almeida chama de relação política com os centros de poder (Almeida, op. Cit., p. 371).

As novas práticas pretenderam generalizar o localismo das reivindicações e, com a mobilização, aumentar o poder de negociação e barganha com os governos. Com o tempo, as formas de ação transcendem as realidades localizadas e geraram movimentos com maior abrangência, ampliando as lutas por direitos territoriais para o nível nacional (Almeida, 1993; Almeida, 2004). Allegretti (1987) observou que, para o extrativista, a mata é um espaço domesticado, usado, qualificado e nominado. Mostra que existem espaços públicos e privados bem definidos, com limites respeitados, onde se expressam domínios sofisticados do ecossistema, que precisam estar disponíveis. Para ela, o que determina as características da utilização dos espaços de recursos naturais (floresta ou mata, rio, praia, mangue etc) pelos extrativistas é a condição de não destruição dos espaços naturais pela prática produtiva.

Essas práticas produtivas foram por ela qualificadas como artesanais por, na época, gerarem excedentes de pouco valor comercial, o que não possibilitava sua capitalização, em uma forte relação de dependência aos “recursos naturais” para sua sobrevivência. Como exemplos, a pesca artesanal, a agricultura familiar e a coleta de produtos florestais. O princípio que a autora identificou foi de que o conhecimento, manejo e preservação das áreas naturais garantiriam que as populações residentes dessas áreas não passariam fome, pois dali retirariam o sustento e subsistência, “necessidades básicas”, nas suas palavras. Haveria, portanto, um “equilíbrio” na relação. Esse estado (de coisas) passa por profundas transformações a partir do início das novas etapas de acumulação de capital e produção de commodities, que pressiona os recursos.

As Resex têm como peculiaridade sua lógica interna. O termo “reserva extrativista” teria sido criado pelos seringueiros, como uma analogia às “reservas indígenas” descritas no Estatuto do Índio, no sentido de terras reservadas para trabalhadores extrativistas, terras destinadas à sua posse e ocupação, onde pudessem exercer o direito ao usufruto e utilização das riquezas existentes para sua subsistência.<sup>26</sup> Entretanto, Mauro Almeida revela que, por trás dessa “autodefinição”, quase institucional, há um componente que preenche a definição com outras simbologias e cosmologias: o da concepção de uma ordem social-natural que se realiza na relação de respeito que se estabelece no convívio entre os humanos e formas não-humanas, estas últimas as dirigentes da vida na floresta. Pode-se dizer que, nessa compreensão, o termo “reserva” ganhou uma conotação de algo que deve ser reservado para as práticas específicas da população extrativista, que deve ser protegido por sua ontologia (Almeida, 2004).

Uma das categorias fundiárias com maior resistência do patronato rural, as Resex, no seu processo de instituição, possibilitaram que a desapropriação e emissão de posse de terras migrasse do Incra para o Ibama (e atualmente para o ICMBio). As áreas desapropriadas pelo órgão ambiental são denominadas como de interesse social e ecológico, com emissão de posse imediata. Seus regramentos seriam estabelecidos em um Plano de Utilização, instrumento de auto-organização e de sujeição a determinadas normas contratuais.

---

<sup>26</sup> Com base no Capítulo III da Lei Nº 6.001/1973, o Estatuto do Índio.

Em seu estudo sobre a institucionalização das Resex, Cunha (2010), destaca as alterações que as propostas iniciais sofreram, com sua inclusão no SNUC, instituído pela Lei Nº 9985/2000. Mantidos os aspectos considerados cruciais na proposta original das Reservas Extrativistas, i.e., a concessão de uso extrativista, desapropriação de áreas privadas e proteção aos modos de vida tradicionais, foram desconsiderados outros aspectos importantes, como a autogestão e os Planos de Utilização, elementos importantes para o processo de participativo. Isso trouxe modificações na relação do Estado e das comunidades na gestão dessas unidades, podendo ser sintetizadas como a tutela estatal das áreas e todo seu arcabouço burocrático de gestão territorial.

O SNUC estabeleceu a criação de um novo espaço decisório, o Conselho Deliberativo, consolidou o papel de tutela do órgão ambiental, com a figura do chefe de unidade e marcou a tendência a dar maior importância ao saber técnico-científico, assim estabelecendo o Plano de Manejo como a principal ferramenta de gestão, em detrimento aos saberes empíricos, tradicionais e consuetudinários, previsto nas propostas dos Planos de Utilização. Na prática, a gestão passou a ser responsabilidade do órgão ambiental.

Sobre as instâncias de participação, o Conselho Deliberativo é o espaço em que as disputas entre os grupos podem significar ganhos para o processo democrático, entretanto, destaca Cunha, a ação dos grupos não poderia ficar restrita ao Conselho, pois isso afetaria sua própria capacidade de intervenção sobre os processos participativos (essa afirmação encontra a noção da *práxis instituinte*, como será visto no próximo capítulo). Os Conselhos, afirma, devem servir para diminuir as assimetrias nas relações de poder dos grupos envolvidos e considerar que esse tipo de UC pressupõe o protagonismo das populações de modo de vida tradicional na gestão do território (Cunha, op. Cit.). Deve-se apontar, ainda, que os Conselhos, como fóruns que são, abrigam forças sociais muitas vezes antagônicas e que as estratégias para obter resultados favoráveis são articuladas em outros espaços.

Percorrer algumas das características mais importantes do processo histórico de criação das Reservas Extrativistas, como a identificação das ameaças advindas da expansão das atividades madeireira e pecuária sobre os seringais; a mobilização para resistir à transferência da propriedade das terras e das riquezas naturais ao capital especulativo; a organização e luta por direitos territoriais e pela continuidade dos

modos de vida tradicionais; a criação de instrumentos legais de distribuição de terras mais adequados à realidade extrativista e que privilegiasssem a concessão, ocupação e usos coletivos; a incorporação da conservação ambiental às reivindicações por justiça social e a participação direta no processo decisório e na gestão dos territórios, até a sua institucionalização via SNUC, revelou que diversos elementos referentes ao processo de criação da Resex Canavieiras guardam similaridades com o modelo instituído pela legislação ambiental. Guardam também similaridades com práticas coletivas e auto-organizadas de gestão democrática dos recursos e espaços, características dos "bens comuns".

## **2.2 Territórios pesqueiros: base para a criação da Resex de Canavieiras**

A formação das chamadas populações tradicionais no Brasil foi descrita por Diegues como um processo iniciado com a colonização portuguesa do século XVI, moldado na adaptação da população não-indígena ao meio natural, servindo-se do conhecimento indígena sobre a natureza para desenhar um “modelo sociocultural de ocupação do espaço e de utilização dos recursos naturais”, grosso modo, denominado de “cultura rústica”, em que as famílias se organizavam em unidades de produção e consumo, articuladas a outras famílias por laços de reciprocidade e de relações fracas com núcleos urbanos e com grandes proprietários rurais. Esse padrão esteve relacionado com o modelo de exploração intensiva de certos produtos, realizada em determinadas regiões, muito valorizados no mercado europeu, pela colonização. Exemplos clássicos são o pau-brasil no litoral, a cana-de-açúcar no Nordeste e a borracha no Norte. O deslocamento<sup>27</sup> dos eixos dinâmicos de exploração e povoamento, ao longo do tempo, deixavam para trás núcleos de populacionais que subsistiam como economias de autossuficiência (Diegues, 2000, p. 26 et. seq.).

Ainda segundo Diegues, essas populações alijadas dos núcleos dinâmicos da economia se organizaram em formas específicas da cultura rústica,

“refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeras

---

<sup>27</sup> Pode-se inferir que desses deslocamentos foram sendo formados o que se comprehende atualmente por territórios tradicionais.

variantes locais determinadas pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que nele persistem” (Diegues, op. cit., p. 28).

Processo semelhante aconteceu na formação das comunidades pescadoras e marisqueiras de Canavieiras. Como indicado anteriormente, entre os séculos XVI e XIX, o padrão de ocupação da faixa litorânea ao sul de Ilhéus era inicialmente disperso e esparso, fundado em fazendas, dedicadas à cacaui cultura, com a presença de atividades extrativistas, policultura de alimentos, pesca e da pecuária leiteira de pequena escala, que forneciam produtos para autoconsumo e para abastecimento de alimentos para a região. Nesse contexto de estabelecimento das atividades produtivas, Nascimento (2013) destaca que até o final do século XIX a ocupação dessa faixa litorânea não foi capaz de garantir a fixação da população e o desenvolvimento das atividades produtivas, embora tivessem sido criados núcleos de povoamento às margens dos rios Jequitinhonha, no atual município de Belmonte, e dos rios Salsa e Pardo, na atual Canavieiras, ao longo desse século.

O surgimento de povoados de pescadores no litoral nordestino teria ocorrido por volta do século XVIII (Câmara Cascudo, 1957 *apud* Diegues, 2000). As comunidades pescadoras atuais teriam sido formadas por descendentes de trabalhadores excluídos das plantações que eram interiorizadas, sobretudo as lavouras de cacau pioneiras. Cordell (1983 e 1989) traçou um plano geral das origens dos pescadores artesanais, sobretudo os localizados na região Nordeste: seriam descendentes gerações sucessivas de trabalhadores do sistema de produção colonial de *plantations*, do setor de serviços, pessoas sem posses ou migrantes do interior, grupos e indivíduos que não conseguiram realizar uma mobilidade social. Assim, sem a possibilidade de se inserir no sistema formal, de adquirir terra ou moradia, buscaram refúgio em áreas marginais à produção e à cidade, como os manguezais, as planícies de maré e as partes remotas das praias litorâneas. Nessas localidades, buscaram formas de sobrevivência – autossubsistência, nas palavras do autor – por vezes associada a transações “semicomerciais”. Seus assentamentos localizaram-se preferencialmente em “terrenos de marinha” ou de domínio público, tal como descritos no Código de Pesca de 1938, e suas moradias, por força da marginalização, situaram-se em áreas consideradas inacessíveis, remotas, marginais à economia, “onde os direitos de propriedade não existem ou formas de apropriação muito vagas” (Cordell, 1983, p. 3).

Descritos por ele como “beirados”, eram grupos que pescavam nas águas rasas dos estuários e recifes desde Salvador até Abrolhos, usando equipamentos tradicionais como “linhadas”, “cercos” e “covos” ou “manzuás”, entre outros<sup>28</sup>. A jangada, modalidade de pesca marítima originalmente utilizada por indígenas, mas adaptada por europeus e africanos tanto para a pesca em alto-mar como na costeira e estuarina, teria sido o principal elemento da territorialização das populações litorâneas nordestinas. Atualmente, essa modalidade de pesca estaria restrita a poucas localidades, entre elas o sul da Bahia (Diegues, op. cit., p. 47), mais especificamente em localidades que hoje fazem parte da Resex de Canavieiras<sup>29</sup>. A produção pesqueira (incluindo-se nela os mariscos e crustáceos), como de costume, é parcialmente consumida pela família e parcialmente comercializada, além de ser incluída em trocas não-mercantis e doações. Entretanto, durante conversas e entrevistas para este estudo sobre os hábitos alimentares, foi recorrente a afirmação da preferência por alimentos não oriundos da pesca. Isso seria devido ao constante manuseio do marisco e do constante consumo do pescado.

Ainda segundo Diegues, as atividades produtivas realizadas em terra teriam menor importância em relação a aquelas realizadas no mar ou, segundo o que foi descrito durante entrevistas para este estudo, nas “marés”<sup>30</sup>. Ainda assim, o extrativismo vegetal da piaçava, do dendê e de frutos nativos e cultivados, como a mangaba e o coco, além de roças de mandioca, hortas e a criação de animais, se apresentariam como fontes complementares de geração de renda e de acesso a alimentos, até os tempos atuais.

No início da década de 1980, as comunidades tradicionais de áreas litorâneas dedicadas à pesca artesanal chamavam a atenção da ciência sobretudo pela sua capacidade de manejo dos recursos naturais pesqueiros e pelo conhecimento sobre a conservação da biodiversidade, adquiridos na prática laboral. Considerando um contexto de progressiva deterioração e degradação dos ecossistemas das águas

---

<sup>28</sup> Linhadas são artes de pesca muito usadas na captura de peixes de fundo; o cerco consiste na utilização de uma grande rede utilizada para cercar cardumes de peixes; covos e manzuás são petrechos de pesca, transportáveis, que contam com uma ou mais aberturas (funil de entrada), para a entrada do pescado Fonte: <<https://www.icmbio.gov.br/cepsul>>

<sup>29</sup> Ao longo o tempo, o corte das árvores para a produção das jangadas (piúba) foi coibida pelos órgãos ambientais, afetando a continuidade da prática desse tipo de pescaria.

<sup>30</sup> A “maré” define um período em que determinadas ações somente são possíveis com o nível das águas adequado. Assim, na perspectiva dos catadores de mariscos e crustáceos, é o momento de baixamar que possibilita a realização da atividade nos manguezais.

rasas, a pesca artesanal passou a ser vista como atividade que realizava o manejo pesqueiro associado à conservação dos recursos naturais. Esse argumento foi desenvolvido ao longo do tempo, se apoiando na noção de que somente com a integridade dos ambientes naturais e com a garantia do acesso e uso dos recursos, essas populações poderiam continuar existindo conforme as tradições e os modos de vida não totalmente sujeitas à lógica e significações capitalistas. Essa noção teve como dado fundamental pesquisas realizadas desde as décadas de 1970 e 1980 que correlacionaram o desaparecimento de importantes espécies e a destruição ou descaracterização de diversos ambientes marinhos, resultado da ampliação dos sistemas de (sobre)pesca em escala industrial, com uma baixa acentuada dos rendimentos dos mestres de barcos, que pescam em alto-mar, e dos pescadores que utilizam métodos mais rústicos, em ambientes de estuários. Cordell verificou quedas de quantidades nos estoques tanto de peixes de valor comercial como dos peixes que serviam de alimento para as famílias pobres (Cordell, 1983).

No final da década de 1980 e ao longo da década de 1990, os pescadores artesanais da Bahia lutavam para controlar os territórios marítimos dos mangues, estuários e recifes de coral, em contraposição ao cada vez maior domínio da pesca industrial. As populações costeiras seriam as responsáveis, nessa época, por cerca de 70% das capturas no litoral sul da Bahia. Essa pesca servia não apenas para autoconsumo e complementação de renda, mas, sobretudo, como uma alternativa para os modos de vida dos pobres e excluídos da região. A pesca artesanal tradicional, desenvolvida em um contexto de pobreza e marginalização social permanente, a sua associação ao estigma da exclusão social e sua vinculação à imagem de primitivismo e ineficiência produtiva escondem sua contribuição para, por exemplo, "a existência de uma arte culinária baiana, apreciada internacionalmente, para a manutenção da indústria turística, e para o fornecimento de pescado fresco para o mercado doméstico" (Cordell, 1989, pg. 3).

A produção do conhecimento sobre os sistemas de manejo realizados pela pesca artesanal familiar deixou claro que, baseados em um conhecimento ecológico adquirido empiricamente, na prática das relações com as especificidades dos ambientes, os pescadores artesanais, tal como outros extrativistas, dependem da manutenção dos recursos e do acesso aos territórios em que se localizam, ao longo do tempo e das gerações, para continuarem a existir como categoria social, para

garantir sua alimentação e sustento, para conseguir participar dos circuitos de comercialização e trocas, trabalho e renda, sociabilidade, cultura e identidade.

### **2.2.1 O território pesqueiro**

O avanço da destruição ambiental provocada pelo agronegócio e pelo hidronegócio<sup>31</sup> motivou a mobilização nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, articulados politicamente, pela regularização dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras. O Território Tradicional Pesqueiro, que é a expressão do conhecimento específico e fundamental para o acesso aos recursos de que depende para sua vida, se define no exercício "num território coletivo, *comum*, que é de uma coletividade (...) um território coletivo de autonomia, liberdade, relação harmoniosa com os recursos naturais" (MPP, 2012).

A noção de Território Tradicional Pesqueiro foi elaborada a partir da realização da I<sup>a</sup> Conferência Nacional da Pesca Artesanal, em Brasília, no ano de 2009. Essa Conferência objetivou mobilizar e organizar as lutas da categoria dos pescadores artesanais em torno da reivindicação por Políticas Públicas de estímulo e de proteção da atividade, o que requereria reverter o processo de destruição dos ambientes em que a atividade da pesca é realizada, de garantir os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos pescadores artesanais e do reconhecimento e valorização das formas próprias de organização social.

Durante a Conferência, os grupos temáticos organizados apontaram a perda de territórios como elemento central das discussões sobre os conflitos socioambientais gerados com o avanço dos Grandes Projetos de Investimentos sobre espaços tradicionalmente ocupados em áreas costeiras. A sistematização das ameaças foi ao encontro das análises de outros campos do saber, reconhecendo a carcinicultura, mineração e suas barragens, política energética, estrutura hidrelétrica, parques eólicos, portos e plataformas *offshore*, enfim, o modelo que prioriza e estrutura a exploração e exportação de *commodities* como os vetores das ameaças.

---

<sup>31</sup> O termo "hidronegócio" sintetiza o processo de *commoditificação* da água. Alguns exemplos seriam a apropriação dos recursos hídricos pela carcinicultura, centrais hidrelétricas, grandes projetos de irrigação, barragens, água engarrafada etc. a água destitui-se de sentidos simbólicos para ser coisificada enquanto recurso hídrico. C.f. Dicionário de Agroecologia e Educação, 2021.

Das experiências percebidas localmente e com o acesso às informações sobre Grandes Projetos de Empreendimentos aquícolas previstos em todo Brasil, a percepção das ameaças aos seus modos de viver e de lidar com a natureza e mesmo aquelas dirigidas aos elementos naturais em si, a elaboração da noção de Território Tradicional Pesqueiro surge em 2010, como movimento de defesa do "território de pesca". Sugeria o direito de permanência das comunidades pesqueiras nos territórios onde se praticava a atividade e dos locais de residência, espaços que passaram a ser objetos de especulação do capitalismo extrativista na sua fase neoliberal. Essa noção embasou o desenvolvimento das ações de mobilização social e do setor para o "enfrentamento aos grandes projetos" e para "constituir instrumentos legais que garantam a permanência" (MPP, 2012).

Depois de 2010, o autorreconhecimento da importância social, ambiental, cultural, econômica e alimentar dos territórios em que a prática da pesca era realizada estimulou a criação da Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. Coordenada pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), propôs a elaboração de um Projeto de Lei de iniciativa popular para o reconhecimento do Território Pesqueiro como

"as extensões, em superfícies de terra ou corpos d'água, utilizadas pelas comunidades tradicionais pesqueiras para a sua habitação, desenvolvimento de atividades produtivas, preservação, abrigo e reprodução das espécies e de outros recursos necessários à garantia do seu modo de vida, bem como à sua reprodução física, social, econômica e cultural, de acordo com suas relações sociais, costumes e tradições, inclusive os espaços que abrigam sítios de valor simbólico, religioso, cosmológico ou histórico." (MPP, 2015).

Com inspiração no formato das Terras Indígenas e das Reservas Extrativistas, o Território da Pesca é idealizado como um espaço delimitado pela prática produtiva da atividade, das relações peculiares que o pescador estabelece com os espaços de pesca, da vivência social e da expressão da cultura própria, que se forma e que se relaciona com as peculiaridades dos ambientes aquáticos, marcada pelo conhecimento profundo da natureza e de seus ciclos.

A resistência ao avanço da destruição socioambiental promovida pelos grandes projetos de investimento e de crescimento econômico, atrelados ao modelo desenvolvimentista implantado desde meados da década de 2000, motivou a luta pelo reconhecimento, proteção e garantia do direito ao território das comunidades tradicionais pesqueiras, prevendo-se a regularização desses territórios.

De fato, a proposta do PL Nº 131/2020, o PL do Território Pesqueiro, tem como destaques o reconhecimento dos direitos, historicamente constituídos, de uso coletivo dos territórios em que ocorre a prática da pesca artesanal e dos espaços em terra ocupados pelos sujeitos da pesca, fundamentais para a reprodução física e cultural e para a permanência das comunidades, protegendo-os e, principalmente, preservando-os, de modo que continuem a existir e manter a diversidade e a pluralidade cultural formadora da sociedade brasileira. Em outras palavras, manter a existência dos modos de ser e de viver diversos requer preservar e proteger os lugares onde os grupos sociais diferenciados vivem e praticam suas atividades produtivas – que habitualmente contemplam a produção de alimentos.

Na elaboração do direito ao território, a proposta destaca que a este deve ser garantida a sua integridade, de modo que a reprodução das comunidades pesqueiras e a manutenção dos sistemas socioambientais seja assegurada. Na definição dos territórios, a priorização da propriedade coletiva em favor das comunidades, a consideração de critérios de territorialidade indicados por elas próprias e a emissão das cessões de uso ou de concessão de direito real de uso às organizações representativas dos pescadores artesanais indicam uma concepção política dos espaços produtivos e de residência como comuns, o que é ratificado pelas diretrizes políticas da proposta, que preveem ampla participação comunitária na formulação das políticas fundiárias, de ordenamento costeiro e na gestão dos recursos hídricos.

Desse modo, como concepção defendida e apoiada pelas principais organizações representativas dos pescadores e pescadoras artesanais em nível nacional,<sup>32</sup> e o processo que envolveu as atividades de divulgação da Campanha, organização e participação comunitária e social, a realização de seminários estaduais e nacional e a própria elaboração da proposta de Projeto de Lei pode ser caracterizado como uma ação prática e coletiva de reconhecimento e instituição de um bem comum vinculado à pesca artesanal, mas sua realização se apresentada como uma *prática política* que pretende instituir, na forma de Lei, um conjunto de garantias de direitos sobre o acesso, uso e permanência nos espaços de moradia e trabalho do pescador.

Abordar o tema dos Territórios Pesqueiros nos serviu aqui como uma referência para reconhecer a importância da criação, implantação e consolidação da Reserva

---

<sup>32</sup> Anteriormente citadas, são elas o MPP, o CPP; a ANP e a CONFREM.

Extrativista de Canavieiras. Embora a primeira Resex Marinha date de 1992<sup>33</sup>, a Resex Canavieiras de 2006 e o PL do Território Pesqueiro tenha sido apresentado ao Congresso Nacional em 2020, foi este último que deu sentido à dimensão territorial da atividade. Como bem sintetizou Eduardo Schiavone Cardoso, em artigo de 2003: a definição de território proposto pela Geografia Crítica considera o uso que a sociedade faz de um determinado espaço, por meio de relações de apropriação da natureza, mediadas pelo trabalho social (Cardoso, 2003, p. 120). A apropriação e o uso histórico dos territórios, que esse autor denomina de "práticas territoriais de gestão das pescarias", legitimaria o estabelecimento de normas e princípios de uso desses espaços elaboradas de forma comunitária. O território pesqueiro teria em si, portanto, elementos do trabalho, da apropriação da natureza e das formas comunitárias próprias de organização das pescarias e a criação, também comunitária, de ferramentas de gestão e fiscalização da atividade (Cardoso, op. Cit, p. 121).

Diversos desses elementos estarão presentes na elaboração da noção de prática instituinte do comum, que traz a concepção do comum como uma prática política, como será visto no próximo capítulo. O que pode ser registrado é que as Reservas Extrativistas são vistas como um dos instrumentos que podem ser utilizados para alcançar os objetivos de permanência nos territórios e de manutenção da sua integridade, quando os territórios da pesca se encontram em áreas públicas e particulares que demandem proteção ambiental.

## **2.2.2 É no manguezal que está a riqueza**

Chegamos a um dos principais espaços onde ocorre o encontro entre a cultura pescadora e a natureza, onde o ambiente oferece as riquezas que serão transformadas, pelas formas específicas de manejo e de relações com os ambientes naturais [cosmologias], em alimentos e que as sustentarão como grupos que expressam modos de vida específicos, conforme abordado anteriormente. Os manguezais são historicamente aproveitados sob intensa exploração. No Brasil colônia, os mangues eram amplamente utilizados para a produção de lenha, carvão, tanino<sup>34</sup>, para a pesca e para a produção de sal. A extração de madeira para

---

<sup>33</sup> A Reserva Extrativista Marinha de Pirajubé-SC, Decreto Nº 533/1992.

<sup>34</sup> Tanino é uma substância química extraída de sementes, cascas e caules de frutos verdes com propriedades antioxidantes/anti-inflamatórias.

combustível nos engenhos e para as populações estuarinas era, dentre os usos, a mais intensa. Segundo uma abordagem social, os mangues foram descritos como espaços de refúgio dos marginalizados, territórios onde as pessoas que estivessem vivenciando a miséria poderiam encontrar algum marisco ou peixe que garantisse sua alimentação e, com isso, manter-se vivo (Cordell, 1989; Castro, 1967).

Os manguezais têm a característica de ser um ecossistema de transição entre os ambientes terrestre e aquático e, ao mesmo tempo, de transição entre ambientes fluviais (de água doce) e marinhos (de água salgada), sujeitos aos regimes de marés. Dentre as diversas "funções ecossistêmicas"<sup>35</sup>, são berçários naturais de uma fauna característica (crustáceos e moluscos), além de peixes e outros animais, que migram para as regiões costeiras em alguma fase de seu ciclo de vida.

O ecossistema de manguezal é constituído por um conjunto de feições que variam ao longo da faixa intertidal ou de entremarés<sup>36</sup>. As feições são o lavado, o bosque de mangue (ou mangue) e o apicum. O lavado, feição em contato direto com o estuário ou com a águas costeiras, corresponde a bancos de lama que ficam expostos nos períodos das marés grandes (ou de grande amplitude), as baixa-mares de lua cheia ou nova, também conhecidas como marés de lua. Nele, são encontrados enterrados mariscos como a lambreta, espécie alimentar muito apreciada na cozinha baiana e bastante utilizada para autoconsumo. Na superfície desses bancos de lodos vivem comunidades de microalgas bentônicas que sintetizam a fitomassa distribuída pelo ecossistema para os corpos d'água. É nessa feição que ocorre a "lavagem" das fêmeas de diversas espécies de caranguejos, quando, em período reprodutivo, ocorre a desova em massa de suas larvas nos rios.

A feição coberta de árvores características do ecossistema é o bosque de mangue, que, no Brasil, apresenta três gêneros: o mangue-vermelho (gênero *Rhizophora*), o mangue-branco, conhecido como mangue-manso (gênero *Laguncularia racemosa*) e o mangue-preto, conhecido como mangue siriúba ou sereiba (gênero *Avicennia*). A característica mais marcante dessa feição está nas

---

<sup>35</sup> As "funções ecossistêmicas" tratam das interações entre elementos de um ecossistema que desencadeiam "serviços ecossistêmicos", que são os benefícios diretos ou indiretos apropriáveis pelos seres humanos. Um serviço ecossistêmico do manguezal seria, por exemplo, a retenção de sedimentos, a fixação de terras e controle de processos erosivos (<http://ecologia.ib.usp.br/portal>).

<sup>36</sup> Faixa localizada entre os limites inferior e superior das marés altas e baixas, conhecidas como preamar e baixa-mar, na maré de sizígia – ou "maré de lua", fase em que ocorrem as maiores amplitudes de maré.

raízes aéreas ou pneumatóforas, raízes lenhosas que crescem verticalmente para fora do solo (mangue preto e mangue branco), e pelos rizóforos do mangue-vermelho, que funcionam como “escoras” em um ambiente lodoso, que se torna visível nas baixamarés. Essas características fazem das raízes de mangue substrato para algas, abrigo e alimento para uma grande cadeia trófica, de animais invertebrados, vertebrados e, no limite, o Ser humano. O mangue-vermelho e o mangue-branco colonizam os locais mais baixos e o mangue-preto/siriúba as partes mais altas, mais afastadas da influência das marés.

Segundo o Atlas dos Manguezais do Brasil, do ICMBio (2018), nos rizóforos do mangue vermelho podem ser encontrados, de acordo com a amplitude da maré, mariscos como a ostra-do-mangue e os crustáceos que são a fonte da alimentação. O tanino das cascas e das raízes do mangue-vermelho teriam sido amplamente utilizados, ao longo do tempo, para tingir couro de vermelho. No mangue vermelho são capturados os caranguejos aratu, com os quais são feitos os famosos catados, iguaria muito apreciada na culinária baiana. Essa produção, por exemplo, movimenta uma "economia alimentar" que sustenta uma rede de cerca de 700 mulheres e suas famílias, que têm acesso aos manguezais protegidos de Canavieiras. Nessas áreas também se encontra o caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), crustáceo endêmico de grande importância socioeconômica e alimentar, que pode ser a única fonte de renda das famílias em determinados períodos do ano.

O extrato da casca do mangue-branco teria propriedades terapêuticas e seus taninos ainda podem ser utilizados na curtição e couros. O mangue-preto tem tronco cor castanho-clara e amarelada quando raspado. Os primeiros usos, pelos colonizadores, teriam sido das folhas, como tempero para alimentos ensopados. A casca do mangue-preto teria propriedades repelentes de mosquitos e o chá da casca teria propriedades medicinais, sendo usada em tratamentos de úlceras.

A feição apicum, também chamada de salgado, se localiza na parte mais interna, normalmente mais alta, do ecossistema. Com aparência de clareiras, é nessa planície hipersalina que se concentram os nutrientes que o manguezal utiliza para sintetizar a matéria orgânica animal e vegetal, além de comunidades de plantas herbáceas e algas cianofíceas que sustentam a diversidade biológica de crustáceos e aves, residentes ou migratórias, associada ao manguezal. Nos apicuns ocorrem os muito apreciados guaiamuns (*Cardizoma guanhumi*), espécie de grande importância social,

econômica ambiental. Por sua importância a vulnerabilidade ambiental, faz parte de um Plano de Gestão Local<sup>37</sup> (PGL), na Resex de Canavieiras.

Com relação ao uso e ocupação dos manguezais e estuários, é no Império que surge a legislação referente aos *terrenos de marinha*, que, de forma simplificada, podem qualificados como as áreas de domínio do governo brasileiro, definidas por uma distância de 33 metros da linha de preamar ao continente. Com essa definição, todos os manguezais que fossem (e são) englobados pelos terrenos de marinha passaram a pertencer ao governo federal, dotando a esses territórios a qualidade de bem público, formalizado em 1934 por meio do Código das Águas (Decreto nº 24.643/1934), que os normatizou como ‘bens públicos dominicais’ (patrimônio da União). O Código das Águas teria estabelecido regras especiais para as populações residentes, tolerando a ocupação e uso desses terrenos, desde que não colidisse com o interesse público. Em 1965, o Novo Código Florestal incluiu os manguezais na figura das áreas de preservação permanente – APP<sup>38</sup>.

O ecossistema de manguezal é indiretamente protegido pelas Leis de Proteção à Fauna (Lei nº 5.197/1967) e na Lei de proteção à Vegetação Nativa (Lei nº 12.651/2012 – Novo Código Florestal) que correspondentemente, definem que

“os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase de seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha”

E, no Novo Código Florestal, manguezal é

“ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos à ação das marés, formado por vasas lodosas recentes ou arenosas, às quais se associa, predominantemente, a vegetação natural conhecida como mangue, com influência fluviomarinha, típica de solos limosos de regiões estuarinas e com dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os Estados do Amapá e de Santa Catarina” (Lei 12.651/20120, inciso XIII do artigo 3º).

Esses aspectos legais servem como base para o processo reivindicatório dos direitos territoriais pesqueiros, que, em Canavieiras, tomarão a forma da Reserva Extrativista. Os manguezais, considerados berçários de enorme biodiversidade, se encaixariam como áreas de propriedade do Estado, reforçando essa condição estabelecida pelo Código de Águas.

---

<sup>37</sup> A Portaria ICMBio Nº 1.076/2020 aprovou o PGL do Guaiamun, processo que envolveu a participação da comunidade pesqueira de catadores beneficiários da Resex Canavieiras.

<sup>38</sup> APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (Brasil, 2012).

Na prática, os manguezais são sujeitos a uma infinidade de impactos ambientais diretos e indiretos, decorrentes dos grandes projetos de investimentos enumerados anteriormente, da pesca industrial e de más práticas por pescadores, que, embora sejam em uma escala incomparável aos efeitos da carcinicultura ou do turismo, criam situações locais de degradação. Esses impactos poderiam ser atribuídos às ações desreguladas do *livre acesso aos bens públicos*, como será discutido no próximo capítulo, mas o ponto central é que esses ambientes são a base da sustentação de milhares de famílias carentes. Para exemplificar, o levantamento realizado por Curado, em 2010, indicou que os mariscos do mangue respondiam pela maior parte das capturas dos pescadores da Resex de Canavieiras, especialmente o caranguejo-uçá (Curado, 2010). Durante a pesquisa Maré-saber, marisqueiras de Canavieiras e Belmonte declararam que em diversas comunidades a atividade que gerava mais renda era a coleta do aratu, além do camarão, siri-de-ponta e lambreta.

O município de Canavieiras abrange uma das maiores áreas contíguas de manguezais da Bahia, de pouco mais de 8 mil hectares e, embora essas áreas estejam sob forte pressão por atividades e usos conflitantes, indicadas ao longo deste capítulo, encontram-se em bom estado geral de conservação (ICMBio, 2018, Machado, 2007; Dumith, 2012). O extrativismo da fauna de crustáceos, moluscos e peixes se destaca como uma das principais fontes de proteínas das populações que ocupam manguezal de Canavieiras e, muitas vezes, a principal origem da renda familiar. Por isso, o derramamento de óleo ocorrido no litoral da região pode ser classificado como uma tragédia que se abateu sobre esses grupos, pois incidiu diretamente sobre suas já frágeis condições de vida. Como dito, essa situação foi agravada pela crise sanitária desencadeada pela pandemia da Covid-19 a partir de março de 2020 e durante os dois anos seguintes.

### **2.3 A Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras**

As Reservas Extrativistas têm como uma de suas principais características a peculiaridade de instituir a co-gestão dos territórios, apoiada em instrumentos que asseguram a participação comunitária e a descentralização do controle do poder decisório, na figura dos Conselhos Deliberativos. Junto, mas antes disso, as Resex têm a peculiaridade de ser uma das duas UC que resulta de uma demanda da população, que tem instrumentos previstos em lei para iniciar um processo em que o Estado é acionado para realizar a institucionalização do território protegido. Isso

estabelece outro paradigma nas relações geralmente conflituosas entre povos tradicionais e o Estado que costumam caracterizar a criação das UC: no lugar de resistir à criação e implantação das unidades de conservação e de estar sujeitos à criminalização de suas atividades, as populações tradicionais defendem a UC e tratam de criar regramentos que garantam a conservação da natureza, assim como a proteção da atividade e os elementos culturais inerentes.

A definição de Reserva Extrativista Marinha derivou das discussões entre as perspectivas das ações de restrições à pesca para a proteção dos ambientes marinhos (as áreas de proteção integral) com as demandas das comunidades tradicionais de pescadores, especialmente o direito [consuetudinário] sobre áreas historicamente por eles ocupadas e manejadas e que garantiram a preservação dos ambientes (Cardoso, 2003, Dumith, 2012). No Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a definição legal do direito de uso de áreas de pesca enquadra o pescador artesanal na categoria "extrativista", conceito que vai ser incorporado pelas populações de pescadores e marisqueiras conforme sua progressiva identificação e da possibilidade de acessar direitos na forma de políticas públicas e, mais que isso, de se reconhecer na definição.

### **2.3.1 O Processo de criação da Resex Canavieiras**

Diversos autores apresentam a Resex Marinha de Canavieiras como resultado de mobilizações sociais das comunidades pescadoras artesanais tradicionais, que, com a finalidade de garantir sua permanência nos espaços por elas historicamente ocupados e manter seus modos de vida, que se realizam nas relações com a natureza, optaram pelo modelo de UC que com eles guardam relações, onde a biodiversidade e ecossistemas são protegidos da destruição ambiental e cultural.

O processo de criação da Resex teve como contexto espacial a crise da economia do cacau no sul baiano. A região de Canavieiras foi muito afetada pelo declínio da produção cacaueira na região, por ser uma das cidades polarizadoras dessa economia. Sofreu enormes impactos socioeconômicos, obrigando o poder público a buscar alternativas para o reaquecimento de sua economia. Uma das formas encontradas para recuperar a economia foi incentivar, já no início da década de 1990, a implantação de projetos de carcinicultura, atividade reconhecidamente de alto potencial de impacto socioambiental. Ainda assim, Estado e município atraíram

investimentos para desenvolver o setor, que se instalou nas bordas dos manguezais. A carcinicultura se estabeleceu inicialmente com o cercamento de áreas anteriormente de uso comum da pesca e catação de mariscos e crustáceos, seguida pela implantação de fazendas às margens dos rios, prosseguiu desmatando e aterrando manguezais durante sua implantação e provocando assoreamentos, lançando efluentes contaminados, na sua operação. Paralelamente, passou a impedir o acesso às áreas de pesca e aos recursos naturais coletivamente utilizados e "grilando" (apropriando-se) de áreas úmidas e locais de moradia. Atentas aos impactos da atividade<sup>39</sup>, as comunidades pesqueiras do litoral norte do município entraram em alerta sobre os riscos à continuidade da pesca artesanal.

O empreendimento turístico também foi muito incentivado. Essa atividade reforçou e ampliou a grilagem de terras, expulsão de populações, desmatamento e poluição. Muitas famílias foram ludibriadas ou simplesmente expulsas de suas ocupações, substituídas por *resorts* ou casas de veraneio e pousadas. Finalmente, em menor escala, mas não menos importante, a chegada de levas de migrantes flagelados, ex-agricultores das lavouras de cacau que foram dispensados das fazendas ou se viram obrigados a abandonar suas terras. Esses fluxos se instalaram nos manguezais de Canavieiras, pressionando a exploração dos recursos naturais. Concomitantemente, outros empreendimentos eram ampliados e, ainda que não estivessem ao alcance da vista, passaram a interferir nas dinâmicas e ciclos naturais das águas, tal como a expansão da silvicultura de eucaliptos e lavras minerárias.

Esse foi o contexto que fez com que em meados da década de 1990, fossem iniciadas as primeiras mobilizações para a defesa do território tradicionalmente ocupado pelas comunidades pesqueiras, motivadas, segundo Pereira (2019), pela percepção da redução dos estoques de caranguejo, entre outros mariscos e crustáceos, por sobrepesca, por desmatamento ou poluição e pragas. Essas mobilizações foram organizadas pela Associação das Catadeiras de Caranguejo, uma associação informal, do bairro Birindiba, na cidade de Canavieiras, e das associações de pescadores e marisqueiras de Barra Velha e Puxim, que sentiram mais diretamente os efeitos da poluição, desmatamentos e aterros sobre a disponibilidade de crustáceos. Pereira (2017) destaca que a associação de Birindiba começou a debater

---

<sup>39</sup> Sobretudo o desmatamento e aterros nos manguezais, assoreamentos e efluentes contaminados, "grilagem" de terras públicas, expulsão de pescadores e impedimento de acesso às áreas de pesca.

internamente sobre a criação de "algum mecanismo que pudesse proteger o território e os recursos ameaçados ou impactados (Pereira, op. Cit., p. 38).

No início de 2000, esse grupo, composto basicamente por marisqueiras, consegue o apoio da Secretaria Municipal de Agricultura e, com muitos debates, define o modelo das Reservas Extrativistas como o modelo mais próximo dos seus anseios. Diz Aguiar (2011) que se identificaram como comunidade pescadora artesanal que dependiam da extração de recurso naturais nos manguezais e pesqueiros, então diretrizes das Resex. Entretanto, talvez não houvesse uma clareza do que essa decisão acarretaria. Em 2001 a Associação seguiu o rito burocrático e acionou o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais<sup>40</sup> (CNPT), enviando documentos abaixo-assinados e solicitando a visita técnica à região (Pereira, *ibid*). Esse foi o primeiro ato formal pela instituição da Resex de Canavieiras. Conforme as discussões em torno da criação da Reserva ampliavam-se (em número de reuniões) e ficavam mais intensas, outras comunidades se inseriram no processo de criação. Campinhos, Puxim do Sul e a Colônia de Pescadores juntaram-se ao fortalecimento do movimento e foi criado o "grupo Pró-Resex".

Alguns estudos já citados dão conta de que o formato da Reserva Extrativista Marinha teria sido sugerido pela OSCIP Pangea, de Salvador, que desenvolvia estudos para recuperação e conservação do manguezal no início da década de 2000, para um grupo de marisqueiras. Outros atribuem esse papel à ONG Ecotuba, que desenvolvia o monitoramento da fauna local. Independentemente do grupo envolvido, com o pedido de criação já feito, o Pangea se envolveu no processo e apoiou o grupo, ampliando as discussões em torno da criação da UC nas comunidades pesqueiras e ajudando a qualificar o discurso das lideranças locais que se formavam.

Em determinados momentos, em 2002, grupos de pescadoras, de catadeiras e de marisqueiras identificaram, durante da cata (ou coleta) dos mariscos, o aumento do número de episódios de mortandade de caranguejos e camarões. Perceberam que esses episódios sempre ocorriam após o derrame de efluentes das fazendas de camarões recém-instaladas. Em pouco tempo, associaram a frequência dos derrames de efluentes com a redução drástica dessa fauna, o que as colocava em situação de

---

<sup>40</sup> O CNPT foi criado pelo IBAMA em 1992, encarregado de promover e implantar projetos e ações demandadas pelas populações tradicionais, na prática, as Resex. Depois de 2009, passam para o ICMBio, e promovem a pesquisa, manejo e conservação de ambientes usados por esses povos.

fragilidade alimentar, pois afetava a base da geração de alimento e renda das famílias pescadoras. Isso fez germinar um forte sentimento por organização para a defesa de um território, que, para elas, deveria ser protegido, pois dependiam da sua manutenção e preservação para se manter econômica, social e culturalmente. O Pangea, passa a promover reuniões e encontros, aproximando a temática da Resex às comunidades pescadoras inseridas nas áreas de manguezais, ajudando a criar uma rede de organizações sociais em torno da mobilização pela UC.

Nesse ambiente, começaram as tratativas para a elaboração de um acordo de pesca com os órgãos ambientais federais, ferramenta básica na elaboração dos regramentos do manejo pesqueiro numa gestão compartilhada.

A entrada de representações e lideranças pescadoras e marisqueiras no movimento e sua união em torno do objetivo de criar a Resex criou condições para o fortalecimento das próprias associações e comunidades e para a integração entre elas (Pereira, 2006). De fato, em conversas que foram realizadas com lideranças marisqueiras sobre a mobilização da Rede de Mulheres, uma liderança de Belmonte declarou que a luta pela Resex era ela mesma elemento da motivação para o fortalecimento da organização e abrangência das Associações de pescadoras e marisqueiras. Nesse sentido, no início das mobilizações, o papel das Associações se confunde com a criação da Resex. Nessa mesma perspectiva, um importante registro feito por Pereira afirma a compreensão dos pescadores da relação entre a ação política e a instituição da Resex:

"No momento em que essas comunidades se juntaram teve início a luta política pela criação da Resex: 'o que nós entendemos por início é o início da luta política que foi justamente quando as sete associações se juntaram no processo de criação da Reserva' (...) liderando os diversos acontecimentos em prol da demarcação e proteção do seu território, sendo, portanto, mais que uma luta por espaço territorial, uma luta social e política por garantias de direitos" (Pereira, 2016, p. 43).

A reunião do grupo Pró-Resex com as demais comunidades inseridas nas áreas de manguezais em Canavieiras e a Colônia de Pescadores originou o grupo "G-7", que, de acordo com diversos autores, tomou à frente do processo de criação e implantação da Resex, que até então era liderado por técnicos da Prefeitura de Canavieiras, até então favorável à UC.

Dois dos resultados mais notórios das atividades coletivas desse grupo foi a criação de um conjunto de regulamentações sobre a atividade da pesca em um sistema de ordenação do uso dos recursos pesqueiros, o "Acordo de Pesca", homologado pelo ICMBIO e instituído pela Instrução Normativa Nº 83, de janeiro de 2006, seis meses antes do Decreto de criação da UC.

No final do mês de maio desse mesmo ano, esse grupo participou de um encontro com a então Ministra de Estado de Meio Ambiente Marina Silva, no município de Ilhéus (BA), argumentando sobre a criação da UC. Poucos dias depois, no dia 6 de junho, a Reserva Extrativista foi criada por decreto, representando uma enorme vitória para os grupos favoráveis à Resex, sobretudo, para as lideranças pescadoras. Atribuir a criação da Resex a um encontro isolado com a Ministra seria uma leviandade. O evento com a autoridade pública previa debater políticas públicas e ações de conservação do bioma da Mata Atlântica<sup>41</sup>, entretanto, revelou e atribuiu ao grupo uma tremenda força política no ato instituinte.

Essa força gerou contraforças: em oposição à criação da Resex, setores empresariais da carcinicultura, hotelaria e do comércio, com suporte político e material dos poderes executivo e legislativo municipal, empreenderam campanhas fortemente difamatórias e divulgaram boatos para a população do município. Em junho de 2007, após aguardar a revisão do ato de criação da Resex, o movimento "Natureza sim, Resex não" conseguiu mobilizar diversos esses diversos setores e a população em geral para uma "marcha" contra a UC<sup>42</sup>. Processo fraudulento, atraso no desenvolvimento da cidade, saída de investidores, perda de propriedades e desemprego eram justificativas para a recategorização da Resex como Área de Proteção Ambiental<sup>43</sup> (APA), categoria de UC com menos regramentos.

---

<sup>41</sup> C.f. <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2006-05-27/marina-silva-participa-de-seminario-sobre-mata-atlantica-na-bahia>

<sup>42</sup> C.f. <https://www.youtube.com/watch?v=Say9KGnPTgs>

<sup>43</sup> Dois exemplos são o PL 3.068/2015, arquivado, e o PL 2.381/2021, rejeitado.



**Figura 12** - Quadro da filmagem da manifestação "Natureza sim, Resex não", financiado por empresários, contra a instituição da Resex Marinha de Canavieiras (2007)

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=Say9KGnPTgs>

Entretanto, os ataques serviram como motivação para a intensificação da defesa do território das comunidades tradicionais pesqueiras. O contexto de conflitos e os riscos mais evidentes de perda da demarcação ou da recategorização da UC provocou a reação das lideranças, que intensificaram a articulação social dos pescadores, pescadoras e marisqueiras. A ampliação do raio de atuação e a articulação política com outros setores da pesca artesanal. Assim, em 2008, entraram na articulação as associações de pegadores e catadeiras de caranguejos e camarões que atuavam na Resex. A articulação fortaleceu as organizações ligadas à pesca, catadeiras, mariscagem, de agricultores familiares, com suas variações, e artesãs.

Em 2009, é fundada a Associação-mãe da Reserva Extrativista de Canavieiras (AMEX), com a finalidade de promover o fluxo de informações, conhecimentos e demandas que surgiam durante os encontros entre as Associações e delas com outras organizações ou indivíduos. Em outras palavras, tinha como tarefa conduzir e encaminhar as discussões coletivas, facilitando assim os debates sobre o funcionamento da UC e apoiar seus processos de gestão, a fim de tornar o processo, como previsto no estatuto das Resex, mais participativo e democrático. Sua criação se originou da necessidade de uma organização que polarizasse as demandas da rede de associações, a fim de promover seu fortalecimento institucional (Pereira, 2017; Curado, 2014). A AMEX se tornaria, em dezembro de 2015, a associação concessionária da cessão da área da Reserva Extrativista Marinha sob o regime de Concessão de Direito Real de Uso Gratuito Resolúvel – CCDRU.

Também em 2009, o Conselho Deliberativo da Reserva é criado por meio de portaria do ICMBIO (Portaria Nº 71/2009). Como de praxe, o Conselho Deliberativo tem por finalidade contribuir com ações direcionadas para o cumprimento dos objetivos da UC e para a elaboração e execução do seu Plano de Manejo. Segundo lideranças, o Plano de Manejo foi planejado e sua elaboração iniciada com o mapeamento dos ecossistemas. A preocupação das equipes era exclusivamente sobre a questão dos recursos naturais, o que gerou contrariedade das lideranças pescadoras. Não havendo a previsão de que o Plano contemplaria o setor da cultura e modos de vida das comunidades pesqueiras, não houve acordo e a elaboração do documento foi suspensa, sendo provisoriamente substituída pelo Acordo de Gestão, elaborado coletivamente e de forma participativa.

Ao longo dos anos, mesmo com forte oposição, ameaças às lideranças e crimes ambientais executados para desestabilizar a co-gestão da Resex, houve diversas conquistas que fortaleceram e garantiam a manutenção da proteção ao território pesqueiro. Algumas delas foram citadas acima, como a ampliação das formas de representação e organização social, o acesso a políticas públicas, a experiência na gestão do território, na tomada de decisão de forma coletiva e na elaboração e gestão de projetos específicos para a pesca e agricultura familiar. Outras conquistas relacionadas à Resex são a valorização da existência e da importância econômica, social, cultural e ambiental da pesca artesanal em suas diversas modalidades, o freio no avanço do processo de mercantilização da natureza, a construção de habitações para mais de 400 famílias, via Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Créditos Apoio Inicial (INCRA), voltados para apoiar a produção pesqueira e da agricultura familiar, atendendo a mais de 700 famílias, aquecimento do comércio local, Banco comunitário e moeda solidária, implementação do Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde), em 2012, fomento do turismo de base comunitária, fábrica de gelo, construção de benfeitorias para beneficiamento e estocagem dos produtos da pesca, incentivo à pesquisa científica, fiscalização ambiental, entre outras.

Importante destacar que todas as conquistas por direitos e acesso à cidadania e à co-gestão territorial foram resultado da organização dos pescadores ao longo de 16 anos e é, segundo eles próprios, sentida positivamente por todos, por meio da

conservação ambiental, da segurança alimentar e da dinamização das economias dos municípios. (CPP, 2018).<sup>44</sup>

A instituição do modelo Reserva Extrativista representou um reconhecimento formal do Estado brasileiro em relação à presença e à luta das comunidades extrativistas da região pela conservação e uso sustentável do mar e da mata, um dos últimos fragmentos da Mata Atlântica da região sul da Bahia e um dos mais conservados do que restou da Mata Atlântica (CNDH, 2018).



**Figura 13 - Ato público em defesa da Resex Canavieiras (2018)**

A esse tipo de organização e permanência dos processos de afirmação das territorialidades e da co-atividade, pode-se atribuir a formação de sujeitos coletivos, que, como será visto no próximo capítulo, é um dos fundamentos da realização do comum. Como aponta Pantoja (1996), as Reservas Extrativistas têm a peculiaridade de ser uma proposta criada por um movimento social organizado, sindical, uma demanda social que pressupõe que a população que reivindica esteja organizada localmente e participando do processo, que tenha instituições locais, como associações e cooperativas, fortes e funcionando. Essas características falam da abordagem da *práxis instituinte*, que tem que ser realizada necessariamente de forma consciente. pelos sujeitos. Isso significa que pode haver um embate entre a concepção dessas UC que é maior do que o direito ao uso direto ou não dos recursos, mas de diferenças na concepção dos sujeitos participantes.

<sup>44</sup> Carta aberta à comunidade Reserva Extrativista de Canavieiras: em defesa do território extrativista. Disponível em: <<http://www.cppnacional.org.br/noticia/em-carta-aberta-extrativistas-da-resex-de-canavieiras-rebatem-campanha-difamat%C3%B3ria>> Acesso em junho de 2020.

### **2.3.2 Caracterização de comunidades detentoras do direito à Resex Canavieiras**

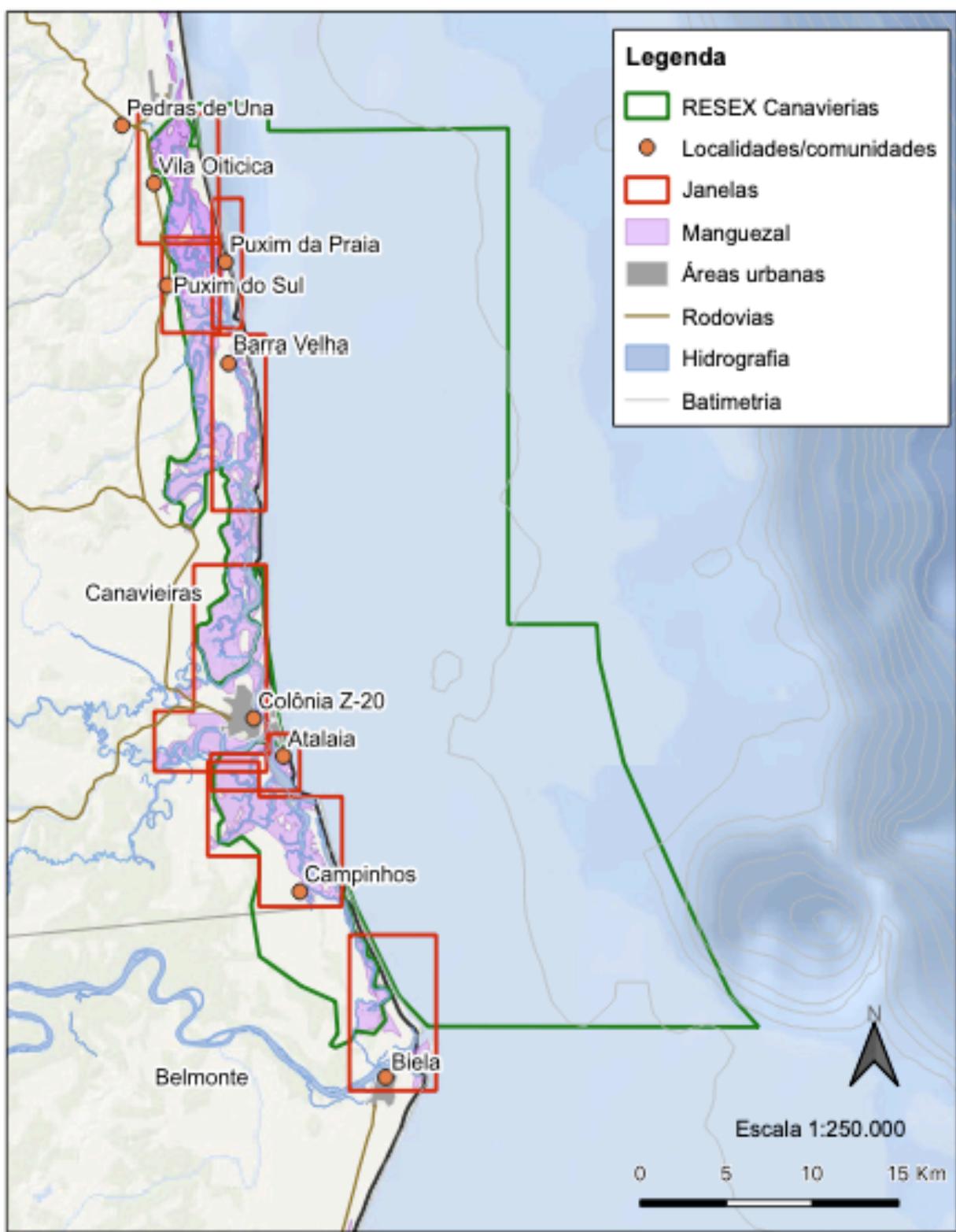
Na formulação de nossa representação da abrangência espacial de cada uma das localidades descritas, recorremos às considerações sobre como as formas de percepção e utilização do espaço marcam a cultura marítima na relação com a natureza e como o próprio espaço, que, estando imbricado na organização dos grupos humanos, expressa-se na vida social e, no limite, viabilizaria acordos, ordenamentos e territorialidades. Simone Maldonado traz a provocação da diferença da territorialidade da terra e da água, ou melhor, do mar, e como isso é fundamental na formação da identidade pescadora e nas formas de organização do território e da produção (Maldonado, 2000a; Maldonado, 1993 *apud* Andrade, 2020).

Para ela, esse estatuto remete à relevância da percepção do meio físico para os pescadores, na medida em que, por serem móveis e cíclicos, os recursos explorados na pesca não apresentam padrões fixos, entretanto, para a organização da produção, os pescadores dividem o espaço marítimo em áreas – mais ou menos – permanentes, os *pesqueiros* ou *zonas de pesca*, divisão que, por sua vez, expressa certo domínio do espaço marítimo, “sem ferir a pesca alheia” (Maldonado, 2000a, p. 63).

Assim, cada uma das comunidades participantes da pesquisa Maré-saber e, comunidades que tenham tido importância no processo de formação da Resex, são apresentadas em polígonos de atuação que, pelas características da atividade, não são precisos, mas permite a representação em variadas escalas, abrangências e interações socioambientais. Para tanto, tomamos como referência os territórios em que os grupos de pescadores estão assentados e a prática da pesca nos estuários, principalmente no ecossistema de manguezal. Essa territorialidade foi desenhada a partir de outros estudos<sup>45</sup> e das narrativas de lideranças pescadoras em entrevistas. Como frisa Machado (2007), “a apropriação dos espaços obedece a uma dinâmica local própria, da qual surgem as unidades de trabalho utilizadas por cada grupo” (**Figura 2.3**).

---

<sup>45</sup> Dos quais destacamos o mapeamento das áreas de pesca e portos na Resex Canavieiras realizado por Machado (2017).



**Figura 14** - Esquema de representação das comunidades beneficiárias da Resex Canavieiras em polígonos

Fonte: elaboração do autor, com informações obtidas em campo e adaptações de Machado (2007).

## **Biela (Belmonte)**

O bairro da Biela está localizado na Sede do município de Belmonte e, embora não esteja inserido na área da Resex Canavieiras, foi incluído neste estudo por ser comunidade de pescadores e marisqueiras *beneficiários* da UC e que tem lideranças muito ativas na sua gestão, por meio da representação no Conselho Deliberativo.

O acesso a Belmonte pode ser feito a partir de Porto Seguro, e pelo município de Itapebi, em trajeto paralelo ao rio Jequitinhonha. O bairro Biela está localizado em uma zona periférica da cidade, no limite da área urbana, às margens do rio Jequitinhonha, em área rotineiramente alagável. Esse bairro é formado por habitantes tradicionalmente vinculados à atividade da pesca e, por isso, reconhecido como uma comunidade urbana de pescadores e marisqueiras.

Por ser urbana, traz alguns elementos que o diferencia de outras comunidades pesquisadas, especialmente nas características dos espaços de moradia, de relações institucionais e de relações sociais, o que influencia nas formas de organização das ações políticas para sua reprodução social e, no limite, do que consideraremos como práticas instituintes do comum. O bairro tem equipamentos públicos de saúde e educação. O nível médio é acessado nos bairros próximos. Conta com comércio relativamente diverso e mercados de alimentos.

Algumas das especificidades, frente às demais comunidades da Resex localizadas nas áreas rurais, são a falta de espaços para o cultivo de alimentos e criação de animais para autoconsumo ou como alternativa de obtenção de renda. A falta acesso ou acesso precário à infraestruturas urbanas, apresenta as enormes carências que reforçam alguns problemas característicos de famílias de baixa renda em periferias urbanas. Além desses elementos, a comunidade de pescadores e marisqueiras sofre com a marginalização econômica e com o forte preconceito social, que têm, segundo lideranças entrevistadas, reflexos no acesso a postos de trabalho, na renda e o efeito de “invisibilidade” da categoria.

As principais atividades são a pesca costeira e estuarina e, nos mangues e praias, a coleta e beneficiamento do camarão (*Xiphopenaeus kroyeri*) e do siri (*Callinectes exasperatus*), além do caranguejo-açu (*Ucides cordatus*), do aratu (*Goniopsis cruentata*) e moluscos, como o sururu (*Mytella guyanensis*) e a lambreta (*Phacoides pectinatus*).

Mesmo com grandes dificuldades em manter-se relevante econômica e culturalmente, a mobilização social das marisqueiras, que se organizaram em uma Associação, tem conseguido resgatar importantes aspectos culturais tradicionais, como o samba de roda, que se tornou importante instrumento de luta política da categoria (Gomes, 2020) e conquistou uma unidade de beneficiamento de pescado, por meio da compensação ambiental pela construção de um porto de escoamento de celulose, no município. Essa Associação também foi contemplada com recursos do Edital Bahia Produtiva de apoio a Projetos Socioambientais para equipar essa estrutura.

### Campinhos

Localizada mais ao sul da Resex, em zona rural, esta comunidade, que é a reunião dos povoados de Jacaré, Brasas, Laranjeiras, Marobá e Campinhos, está a cerca de 10km da Sede do município de Canavieiras. Por ser acessível apenas por barco<sup>46</sup>, depende das condições climáticas e das marés para ser acessada; por isso, pode ser considerada de difícil acesso. Até 2019, a comunidade não tinha acesso a diversos serviços públicos básicos, ou, havendo o acesso, a qualidade era considerada insatisfatória, como água, energia elétrica, saneamento, segurança pública, comunicações e saúde. Outros serviços eram considerados insuficientes, como o acesso à educação e atividades culturais.

No final da década de 2010, muitas casas foram substituídas por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), fato considerado como uma conquista intermediada pela existência da Resex de Canavieiras. A construção das pouco mais de 40 casas de alvenaria foi possíveis graças à mobilização da população local em torno de projetos de desenvolvimento e fortalecimento comunitário. Esse tipo de mobilização também possibilitou adquirir uma embarcação escolar que transporta os estudantes até as escolas municipais em Canavieiras e Atalaia.

As principais atividades produtivas são a pesca estuarina, a coleta de crustáceos e moluscos e a produção agrícola de base familiar em pequena escala. Da pesca, foram citados o sururu (*Mytella guyanensis*), o siri-de-ponta (*Callinectes danae*) e de mangue (*Callinectes exasperatus*), caranguejo e ostra (*Crassostrea rhizophorae*),

---

<sup>46</sup> O acesso por terra depende das condições do clima e do estado das estradas, que são de areia. Motocicletas têm mais facilidade de transitar.

mas a atividade de maior destaque é o catado de aratu (*Goniopsis cruentata*), normalmente realizado pelas mulheres. A produção de mangaba (*Hancornia speciosa*), apresenta grande potencial de ser uma fonte de renda não-pesqueira estável (Guimarães e Curado, 2021). A existência de atividades agrícolas de base familiar, pequena escala, mas relativamente diversa, e a existência de criações de animais domésticos e gado bovino, em pequenas pastagens, complementam a alimentação e a renda das famílias. Essas criações diversas compensam os períodos em que a atividade da pesca e coleta deve ficar suspensa (defeso).

Em Campinhos, tal como em diversas comunidades costeiras de Canavieiras, houve e seguem ocorrendo importantes embates com a produção de camarões de cativeiro. Houve diversos relatos de degradação ambiental dos cursos d'água provocada pelo descarte de resíduos das fazendas, ocasionando a mortandade de espécies de interesse econômico e alimentar para os pescadores. Também há o registro de ataques e ameaças às lideranças comunitárias historicamente engajadas na formação territorial, social, cultural e ambiental da Resex, vindas do conflito com a carcinicultura e de novos proprietários de terras, que pretendiam investir na pecuária e no monocultivo de coco nessa localidade (CNDH, 2018; Pacheco, 2014; conversas com lideranças, 2020). Durante nossa participação em reuniões do Conselho Deliberativo da Resex, em 2022, ao expor o conflito estabelecido com pecuaristas, que estão abrindo uma estrada sobre áreas de várzeas vizinhas à comunidade, lideranças expuseram os danos provocados por essas ações. As várzeas, que tem a função ecológica de recarregar o lençol freático com água doce, são historicamente utilizadas pelos pescadores para o extrativismo animal e vegetal e para obter água para consumo. Usando a expressão "estamos perdendo o bem comum que é a água", uma dessas lideranças resumiu o sentido do comum e a necessidade de ações políticas permanentes para garantir o recurso.

### **Centro/Colônia Z-20**

A sede do município de Canavieiras pode ser acessada por via terrestre ou por via marítima, pelos rios Salsa ou Pardo. Na sede, onde se localiza a Colônia de Pescadores Z-20, os pescadores residem, na sua maior parte, nos bairros periféricos, ocupando as beiras de rios e estuários, muitas vezes aterrados em função da expansão urbana, e que ainda funcionam como locais para a catação. Não há na Sede

de Canavieiras um bairro que seja exclusivamente composto por pescadores, entretanto, alguns bairros são reconhecidos como tendo consideráveis contingentes de pescadores, como os de Antônio Osório, Birindiba, Jardim Burundanga, Sócrates Resende, Pedro Menezes, Cidade Nova e Tancredo, além do Centro. A criação do movimento pela qualidade ambiental e proteção dos manguezais e das atividades de pesca e mariscagem surgiu da mobilização de um grupo de mulheres marisqueiras do bairro Birindiba. Essas mulheres perderam boa parte da área de cata tradicional com a construção da ponte que liga o Centro à Atalaia, obra que destruiu boa parte do mangue que era utilizado por famílias para a cata do caranguejo; observaram que assim perderam espaços de obtenção de alimentos e renda.

Os pescadores residentes na Sede de Canavieiras têm maior facilidade de acesso aos serviços públicos de abastecimento de água, coleta de resíduos, saneamento, energia elétrica, sinal de telefonia móvel e acesso à internet, sistema público de transportes, acesso a serviços de saúde e educação. Entretanto, essa facilidade nem sempre se converte no acesso formal real. Há grandes lacunas nesses bairros no que se refere à infraestrutura urbana.

## **Atalaia**

A comunidade de Atalaia, uma das áreas de ocupação mais antigas da faixa costeira, fica a cerca de 5km da Sede do município de Canavieiras e, desde a construção da ponte sobre o rio Pardo, no início da década de 1980, pode ser acessada por via terrestre. Com a ponte, os moradores têm certa facilidade de acessar equipamentos urbanos em Canavieiras, como serviços públicos e particulares de saúde, escolas e mercados de compra e venda de produtos, que são escassos na localidade. O abastecimento de água é realizado por empresa pública e a comunidade têm acesso à energia elétrica por empresa concessionária da sua distribuição.

A atividade pesqueira sempre foi a principal atividade produtiva e econômica, complementada pela caça e pequenas lavouras para autoconsumo (Machado, 2007). Atualmente, a maior parte dos moradores está direta ou indiretamente vinculada à pesca em alto-mar, estuarina ou à mariscagem. Os principais pescados são as lagostas, siri, sururu, o aratu, o caranguejo, em menor escala, e o camarão. Há também a atividade da cata de aratu e siri nos manguezais adjacentes à comunidade.

Além, da pesca, os moradores cultivam coco, dendê e frutas diversas, que servem para autoconsumo e, eventualmente, venda.

Ao facilitar o acesso à ilha de Atalaia, Machado (2007) destaca que a construção da ponte não apenas intensificou as relações comerciais entre os moradores da ilha e a sede do município, mas, sobretudo, objetivou viabilizar empreendimentos destinados ao turismo e veraneio, estimulando, assim, a especulação imobiliária e a aquisição de propriedades por pessoas de fora da comunidade, o que criou fortes conflitos com a população. Ainda que exista o acesso a equipamentos públicos, a falta de políticas públicas para saúde, educação, assistência social e a falta de iniciativas públicas de fomento para atividades de desenvolvimento com sustentabilidade e conservação ambiental são indicados pelas lideranças como origem de diversos conflitos socioambientais (CNDH, 2018; entrevistas em campo, 2021).

### **Barra Velha**

A comunidade de Barra Velha está localizada a cerca de 20km da Sede do município de Canavieiras e seu acesso é realizado por via terrestre. Por ser insular, há um trecho de travessia por balsa rústica, condicionada pelas marés. Assim, o acesso é considerado difícil. Esta comunidade, mesmo não tendo participado das pesquisas de campo, têm grande importância simbólica na constituição da Resex, pois foi ali onde o processo de organização social da luta o movimento pela manutenção do território tradicional pesqueiro e pela criação da Resex de Canavieiras se fortaleceu, como reação à mortandade de caranguejos-uçá, provocada pelos efluentes da carcinicultura.

Barra Velha também foi o local onde os conflitos entre os que eram “contra” e “a favor” da Resex se mostraram mais explícitos, pautados nos embates sobre a posse da terra e embargos à construção de hotéis e resorts. É comum, nas entrevistas e reportagens, a descrição de casos de violência contra a comunidade, geralmente ações atribuídas a pessoas ou grupos, normalmente fazendeiros, contrários à Resex, que tentam desmobilizar e enfraquecer a organização social que defende a proteção do território pesqueiro tradicional e os “bens da natureza” (CNDH, 2018, p. 33).

As principais atividades produtivas são a pesca artesanal tradicional camarão branco, crustáceos e mariscos, principalmente no mangue e no estuário do riacho da Barra Velha, além do cultivo de coco e do dendê, dos quais são produzidos frutos *in*

*natura* e produtos minimamente processados, como óleos. Em seu estudo, Pacheco (2014) identificou, ainda, o cultivo misto de mangueiras, abacateiros, mangabeiras e laranjeiras, além de pequenas pastagens e a criação de animais, para autoconsumo. Machado identificou, em 2007, a extração da piaçava, a produção de farinha de mandioca e o cultivo de pequenas hortas.

Até 2018, a comunidade não era totalmente atendida por rede de distribuição de energia elétrica, embora uma parcela tenha recebido painéis solares de geração de energia, em 2005. Tampouco havia Posto de Saúde ou Escolas, assim como não dispunha de rede de telefonia fixa ou móvel. O difícil acesso gera enormes dificuldades para a mobilidade dos extrativistas, afetando a venda de seus produtos, que são negociados, principalmente, na Sede do município, onde adquirem provisões.

### **Puxim da Praia (ou Puxim de Fora)**

Também situada na parte norte da Resex, mas numa faixa insular de pouco mais de 200 metros, apresenta acesso mais difícil. Por terra, com veículos traçados, a partir da Ilha de Comandatuba, ou pelo rio Raposa, de barco. Pelo difícil acesso e sem meios de comunicação, sempre houve uma tendência de a comunidade estar frequentemente mais isolada. No final de 2020, foram instaladas antenas de internet, conquista mediada pela Resex Canavieiras. A ocupação dessa porção do território é esparsa e conta com um pequeno povoado, onde acontecem os encontros comunitários, as socializações, trocas e discussões sobre as demandas locais.

Não havia Postos de Saúde ou escola de Ensino Médio na comunidade, o que exigia o deslocamento de estudantes e enfermos para as localidades de Puxim do Sul, Oiticica ou Canavieiras e, eventualmente, Pedras de Una. O acesso à energia elétrica dependia de geradores e o abastecimento de água era realizado por meio de poços artesianos individuais e coletivos.

Com uma população de idade mais avançada, as famílias, se dedicam à pesca e à produção de derivados de coco-da-baía, como o óleo e o coco seco. A produção era comercializada principalmente para Itabuna e Ilhéus. A atividade da pesca, realizada principalmente nos estuários, é realizada para autoconsumo, sendo rica e importante fonte de alimentos. A venda da pesca é complementar.

Em Puxim da Praia, houve fortes pressões sobre os habitantes por parte da indústria do turismo, que tinha como estratégia a expropriação das terras para a construção de empreendimentos imobiliários, tal como aconteceu em todo o litoral baiano desde a década de 1990 (Cavalcante, 2011; Pacheco, 2014). Com a implantação da Resex, essas pressões, que eram exercidas pelos interesses de redes Transamérica de hotéis e resorts, diminuíram, entretanto, a mesma rede promove o conflito com a comunidade, pois usa a Resex como área de extensão de suas atividades, com passeios de lanchas e barcos, interferindo diretamente na pesca, pois espanta os cardumes e vira embarcações dos extrativistas, além de provocar processos erosivos nas margens dos rios (Dumith, 2018; entrevistas com lideranças, 2020).

### **Puxim do Sul e Oiticica**

Oiticica e Puxim do Sul são comunidades vizinhas, situadas na parte norte da Resex, a pouco mais de 30km da Sede municipal. Têm sua origem relacionada aos movimentos migratórios dos séculos XVII e início do XVIII, muito vinculados à expansão da lavoura cacauíra e foram estruturadas a partir de Assentamentos Rurais da década de 1970, suas atividades produtivas vinculavam-se à agricultura, criação de bovinos em pequena escala e à pesca estuarina, além da mariscagem.

As duas localidades tinham acesso a serviços públicos básicos, como o fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água, transporte público, sinal de telefonia móvel, acesso à internet, unidade de saúde de saúde, educação infantil, fundamental e de jovens e adultos (EJA), comércio de alimentos e serviços diversos. Atualmente, as atividades agrícolas têm importância econômica complementar à pesca ou outras atividades, mas apresentavam certa diversidade, com um misto de cultivos de frutíferas, extração vegetal da piaçava e do dendê, e áreas de cultivo de eucaliptos, mais recentes. Na medida em que a agricultura perdeu competitividade, as atividades da pesca e mariscagem assumiram maior importância econômica.

A pesca estuarina, além de ter grande importância para a segurança alimentar local, abastece o mercado municipal de Canavieiras. A atividade produtiva da pesca é preferencialmente orientada para a captura artesanal de camarão sete-barbas, do caranguejo-uçá e do guaiamum, realizada nos manguezais do rio Raposa, do riacho Ribeira e do rio Salgado, da pesca em estuários e da mariscagem.

Nas duas comunidades, a produção pesqueira é destinada, em sua grande parte, para a comercialização. A produção para autoconsumo é composta por espécies de baixo valor comercial. Machado (2007) avaliou que os baixos rendimentos obtidos na atividade pesqueira em Oiticica, no período de sua pesquisa, estavam relacionados com a baixa produtividade e com a falta de organização, articulação e cooperação entre os indivíduos (ou famílias) da categoria. Em Puxim do Sul o quadro é um pouco diferente, com a sociedade civil mais organizada e atuante.

Essas comunidades têm conflitos fundiários históricos envolvendo a empresa Vera Cruz Celulose, atualmente denominada Veracel Celulose, relacionados com a expropriação de terras e expulsão das comunidades tradicionais de seus territórios, desmatamento, contaminação do solo e água por agrotóxicos.

O esvaziamento da agricultura aumentou a importância da pesca para a geração de renda e alimentos. Entretanto, nos manguezais, onde tradicionalmente se realiza a atividade de pesca do camarão, foram estabelecidas diversas fazendas de criação de camarões (carcinicultura), de propriedade de empresários da região sul do Brasil. Seu estabelecimento significou o início de uma série de impactos socioambientais negativos na parte norte da Resex, onde se concentram esses empreendimentos. A contaminação de rios e mangues, a diminuição do pescado e crustáceos, a intimidação contra as famílias pescadoras, ameaças e violências são alguns dos conflitos estabelecidos (Machado, 2007; Pacheco, V. 2014; GAMBA, 2016; Dumith, 2018; CNDH; 2018, Tomáz e Santos, 2016; CPP, 2019)

### **CAPÍTULO III – O comum e a *prática instituinte* do comum como chaves de leitura para relacionar conservação da biodiversidade e segurança alimentar**

A opção pela noção de comum como base conceitual, chave de leitura e de análise do processo de luta pela instituição da Resex Canavieiras e das formas de uso ocupação de seu território pelas comunidades pescadoras locais se deve ao fato de que essas Unidades de Conservação têm como principais características a gestão compartilhada e o regime de concessão de uso coletivo dos territórios e dos recursos nelas existentes. Essa forma se aproxima, numa abordagem socioespacial e política, da definição de Martinez-Alier das áreas comuns, que seriam constituídas por espaços compartilhados por uma comunidade sujeita a determinadas regras (Martinez-Alier, 2007, p. 115). O comum também aparece no desenho almejado pelos movimentos sociais de pescadores para os Territórios Pesqueiros, contornando as formas de apropriação dos recursos pelas coletividades e defesa de modos de vida. Tido como um pressuposto da pesquisa, situamos a sua discussão no campo das epistemologias propostas por Vivero-Pol (2017) para identificar nas suas diferentes abordagens elementos que possam conduzir a leituras mais amplas e suas possíveis manifestações na organização social dos pescadores da Resex Canavieiras.

Durante esta elaboração e a realização de atividades em campo, ficou mais clara a importância das práticas políticas dos sujeitos no território para acessar o comum almejado. Mais que isso, o comum conquistado e instituído. O comum é visto como princípio político que constrói ou institui comuns, e que institui o comum como um sistema de direitos sobre riquezas e recursos. A noção de *prática instituinte* é um elemento fundamental na viabilização do comum como princípio político que constrói e institui comuns, por isso será explorada para discutir a articulação entre conservação e soberania e segurança alimentar e nutricional.

Voltando à descrição de Martinez-Alier, pode-se dizer que sua concepção serve de base para a crítica ao célebre artigo do biólogo Garret Hardin (1968), “A Tragédia dos Comuns”, que, em certa medida, provocou o debate sobre as questões ambientais no âmbito das ciências sociais e a “redescoberta” do comum. Em seu artigo para a revista Science, Hardin argumentou que a gestão dos recursos e espaços comuns, ou de livre acesso, levaria, inexoravelmente, à destruição do recurso compartilhado, na medida em que os interesses individuais (maximização dos benefícios e minimização de custos) se sobreporiam aos interesses coletivos. Diante de uma suposta

incapacidade de uma gestão comunitária eficiente, a solução, por ele proposta, seria privilegiar a propriedade privada ou manter a propriedade pública estatal, para a definição de regras de uso e da gestão eficiente (Hardin, 1968; Aguiton, 2019; Cardoso et al., 2011).

Essa elaboração da negação dos comuns como sistema social de acesso aos recursos naturais conecta-se ao postulado da “racionalidade do comportamento do homem econômico”, que, segundo Dardot e Laval (2007, p. 153), não é capaz ou não pretende levar em consideração os efeitos da ocupação e uso descontrolado de um determinado recurso comum. O texto de Hardin explicita sua aproximação ao malthusianismo, ao estabelecer como a maior preocupação da humanidade a superpopulação de seres humanos e seu consumo de energia exponencialmente crescente, o que, ao fim, levaria ao esgotamento dos recursos e à pobreza social, como busca demonstrar (Hardin, 1968, p. 1244). Hardin elabora a ideia de que os recursos apropriados em comum, por serem limitados, estão sujeitos à degradação massiva e ao desaparecimento, conforme a sanha desenfreada dos interesses individuais – verdadeira característica do homem – prevaleçam sobre os coletivos. Esse caminho trágico que o manejo das áreas de “acesso livre” – denominação de Hardin para os bens comuns – seria sua privatização ou a apropriação pelo Estado, que ficariam com a responsabilidade de definir as regras de acesso e uso. Por suas conclusões, a “tragédia dos comuns” foi em muito apoiada por setores da ciência moderna e progressivamente consolidou-se como parte da sabedoria convencional dos estudos ambientais, do planejamento dos recursos e das ciências econômica, ecológica e política (McEvoy, 1988, p. 214 *apud* Fenny et. al., 2001). É recorrente, o uso de termos e expressões que variaram de sua abordagem, como por exemplo a “capacidade de carga” e “só a privatização (ou a estatização) dos bens comuns garante sua preservação”.

Sua elaboração recebeu uma série de críticas vindas, sobretudo, do campo das Ciências Sociais. Entre as críticas, Hardin teria erroneamente definido situações de acesso livre como propriedade comum. David Fenny (2001) definiu, de modo geral, quatro categorias de direito de propriedade (acesso livre, propriedade privada, propriedade comum ou comunal e propriedade estatal), que nos servem tanto para delinear as formas possíveis de apropriação dos chamados recursos comuns, o comum na sua forma política e para acessar a crítica ao artigo de Hardin: em regimes

de acesso *livre*, não há direitos de propriedade bem definidos e o acesso aos recursos não é regulado, sendo livre e aberto para todos. A pesca oceânica seria um exemplo. Por sua vez, em regimes de *propriedade privada*, os direitos de acesso e uso dos recursos pertencem a um proprietário individual, a um grupo de indivíduos ou a empresas ou corporações. Esses usuários têm a possibilidade de transferir esse direito para terceiros. Os regimes de *propriedade comum* (ou comunal) se caracterizam pela apropriação do recurso por uma comunidade de usuários interdependente bem definida, que tem o direito de excluir a ação de outros usuários externos e de regular o acesso e o uso por membros da comunidade local. Os direitos do grupo podem ser legalmente reconhecidos e geralmente os direitos aos recursos não transferíveis. Pescas interiores e costeiras, pastagens e áreas florestais são exemplos de propriedades comuns. Na propriedade estatal os direitos de acesso e uso dos recursos são controlados exclusivamente pelos Estados (Fenny et. al., 2001; Cunha, 2004).

Vistas as categorias de direito de propriedade, Martinez-Alier (2007) critica a elaboração de Hardin nos seus sentidos principais, a de que o crescimento da população pressionaria a exploração dos recursos “comuns” de forma mais intensa, e, assim, a ganância individual conduziria à miséria coletiva e o de que somente formas privadas ou estatais de gestão seriam capazes de garantir, por meio de uma força reguladora, a perenidade dos recursos comuns. O contra-argumento de Martinez-Alier, tal como o de Fenny, identificou que essa elaboração teve como base uma classificação equivocada do *comum*, atribuindo-lhe características das áreas de acesso livre, como o acesso aberto e a falta de regulação sobre o uso dos recursos. Martinez-Alier também chamou a atenção para o fato de que o artigo de Hardin teria avaliado apenas duas situações: a do acesso livre e a propriedade privada. Para ele, uma classificação mais apurada já deveria considerar, além desses, a propriedade comunitária e a propriedade estatal (ou pública). Além disso, Hardin teria errado ao colocar mais ênfase no crescimento populacional do que nas pressões do mercado sobre os recursos (Martinez-Alier, op. Cit., p .116).

Esses elementos explicitam as grandes diferenças dessas categorias e é sobre a peculiaridade da “governança dos bens comuns” que outras interpretações sobre os *comuns* vão ser organizadas. De forma sintética, Vivero-Pol (2017) enquadrou a formulação de Hardin como parte de uma narrativa do comum encurralada pelo

individualismo possessivo, pelas escolhas racionais e pelo darwinismo social em conjunto com a “tragédia”, argumentos da escola da teoria econômica neoclássica, muito próxima dos economistas neoliberais.

A partir dessa crítica aos corolários de Hardin, serão percorridas algumas das principais linhas de pensamento que abordam a “natureza” do comum, suas principais características. A referência sobre o comum que servirá de base para fazer a leitura das relações entre conservação da biodiversidade e segurança alimentar na Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras é a de que a noção de *comuns* vem sendo cada vez mais associada a um paradigma de convergência de lutas contra o capitalismo neoliberal e de considerar sua superação (Vivero-Pol, 2017; Dardot e Laval, 2007).

### **3.1 A reflexão sobre o princípio do *comum***

Uma compreensão inicial<sup>47</sup> sobre o termo *comuns* está normalmente relacionada ao conjunto de regras que permitia aos camponeses e agricultores de uma comunidade o acesso e uso coletivo de florestas, pastagens e bosques, de acordo com certos costumes. Originalmente, atribui-se essa estrutura aos camponeses da Inglaterra medieval, entretanto, alguns autores, como Dardot e Laval (2016 e 2017) buscam associar a interpretação do termo a eventos mais recentes, como aqueles relacionados com a militância altermundista e ecológica do final da década de 1990, nos movimentos antiglobalização que ocorreram na cidade de Seattle (EUA) e do Primeiro Fórum Social Mundial, na cidade de Porto Alegre. Nesse período, a ameaça da ampliação do neoliberalismo apresentava um duplo aspecto, revelado por Naomi Klein: a “privatização de todos os aspectos da vida cotidiana e a transformação de toda atividade e todo valor em mercadoria” (Klein, 2001, p. 81).

Para esses movimentos, foi a tomada de consciência de que esses aspectos tratavam de uma ameaça comum (aqui no sentido de *todos*) que permitiu a unificação de movimentos na defesa dos comuns<sup>48</sup> e no “retorno dos comuns”, uma referência aos espaços comunais que permitiam o uso coletivo dos recursos disponíveis. Sobre esse aspecto, Cristian Laval (2018) esclarece que a militância altermundista interpreta

---

<sup>47</sup> Alguns dos artigos que serviram como referências bibliográficas deste item tiveram tradução livre do inglês e francês para o português, com apoio do programa de tradução online “deepl translator” (<https://www.deepl.com/translator>).

<sup>48</sup> Aqui parecem sugerir que se trata dos “bens comuns”.

o neoliberalismo como a apropriação generalizada dos recursos alimentares, terras, espaços urbanos, dos seres vivos, do conhecimento, da informação, enfim, de todos os aspectos da vida coletiva.

Essa interpretação foi, aos poucos, sendo relacionada ao processo histórico de apropriação dos espaços comuns, iniciado na Idade Média na Europa, a partir do fortalecimento dos direitos de propriedade sobre os espaços comunais que permitiam o uso coletivo dos recursos disponíveis, destacando que essas práticas, até aquele momento, prevaleciam sobre o direito de propriedade. Os direitos consuetudinários da época permitiam que os pobres vivessem graças ao acesso aos recursos indispensáveis, disponíveis naqueles espaços: pesca, frutos, madeira, ervas medicinais, pastagens, entre outros. Como destaca Laval (2008), se o cercamento, termo usado para denominar processo de apropriação desses espaços, destruiu os "comuns" e viabilizou o nascimento do sistema capitalista na Inglaterra, o "retorno dos Comuns", expressão cunhada grupos altermundista, remete às "lutas contra os aspectos mais nocivos do neoliberalismo" e destaca "as lutas a favor de uma nova organização social, baseada em novos princípios de solidariedade, partilha, respeito ao meio ambiente e à biodiversidade" (Dardot e Laval, 2017, p. 114). O termo elaborou uma analogia histórica para colocar a sociedade contemporânea frente a frente com o principal fundamento do sistema dominante: a propriedade privada (Laval, 2018, Aguiton, 2017, Klein, 2001).

A temática do comum normalmente tem como base a produção de Marx e Polanyi, ambas orbitando sobre a apropriação privada da propriedade comunal e a acumulação primitiva, da mercadorização da natureza, terra, vida, trabalho e dinheiro, leituras essas derivadas da identificação dos processos de cercamento e expropriação de terras [ou outros bens comuns] em diferentes momentos da história do capitalismo. Mais recentemente, foram as pesquisas de Elinor Ostrom sobre o "governo dos comuns" – o elo entre a norma de reciprocidade, gestão democrática e participação ativa na produção de um bem – que balizaram os movimentos antiglobalização (Laval, 2018; Dardot e Laval, 2017). De qualquer forma, os comuns podem ser encontrados por toda a parte e em diferentes formas. Cumprem importantes funções culturais, religiosas, ambientais e alimentares, especialmente do conjunto mais vulnerável e pobre da população, ao oferecer a fonte diária de alimentos e de renda. Estimava-se que em 2013 mais de dois bilhões de pessoas em todo o

mundo dependiam dos “bens comuns” – florestas, áreas de pesca e outros recursos naturais – para sua alimentação e outras necessidades diárias. Essas áreas, frequentemente classificadas como terras públicas, eram, em muitas partes do mundo, gerenciadas por seus habitantes em regimes de propriedade comum (Weston e Bollier, 2013, p.160; Viveiro-Pol, 2017).

É nesse contexto que exploraremos algumas das abordagens sobre o *comum*, para nos aproximar das maneiras que o conceito pode contribuir para os objetivos deste trabalho, particularmente as maneiras como participaria da incorporação dos objetivos da SSAN à Conservação da biodiversidade em Resex Marinhais.

Algumas propostas de sistematização das diferentes tipologias de classificação dos comuns e de vertentes teórico-acadêmicas e práticas do comum foram realizadas recentemente. Tomaremos as tipologias do comum e as epistemologias propostas por Viveiro-Pol (2017) e as linhas teóricas organizadas por Sauvêtre (2017)<sup>49</sup>. como caminhos introdutórios para a compreensão do acúmulo de conhecimento sobre o conceito e como forma de justificar as opções teóricas deste estudo.

O “retorno dos Comuns” traz a discussão da representação dos “bens comuns” como mecanismos históricos de governo e, ao mesmo tempo, como elementos de inovação que podem atingir a hegemonia Estado-Mercado. Viveiro-Pol (2017), que discute o papel da alimentação como agente de mudanças ambientais planetárias e coloca em debate o *comum* como um caminho possível para a superação do modelo neoliberal por meio da governança coletiva e da sustentabilidade, busca sistematizar o comum em seus significados polissêmicos, inicialmente definindo duas tipologias, descritas a seguir, que nos auxiliam no processo de elaboração do conceito: a primeira dependeria dos propósitos morais, operacionais e normativos e a segunda tem como base as características ontológicas e fenomenológicas dos recursos.

Um entendimento padrão estabelece que os bens comuns podem ser interpretados como recursos – materiais ou imateriais – compartilhados, regidos por uma comunidade e com regras de autorregulação. Vistos sob a perspectiva das condutas e costumes éticos e da moralidade, podem ser interpretados como bens que beneficiam a sociedade como um todo e são fundamentais para a vida, independentemente da forma como são possuídos, produzidos ou governados

---

<sup>49</sup> Sauvêtre, 2017 *apud* Dal'Bo da Costa, 2018

(Vivero-Pol, 2017, p. 6). Para além dos bens e recursos, o processo de contínuo estabelecimento da qualidade de comum às coisas vai sendo compreendido como uma prática de ação política, instituinte.

As definições morais, operacionais e normativas indicam qual a função do comum e quais seus objetivos numa perspectiva utilitarista dos recursos e das características dos mecanismos de governo. As lógicas operacionais são compostas por narrativas utilitaristas e descritivas, que enfatizam os aspectos práticos das propriedades e do regime de propriedades, da gestão, a descrição da definição de fronteiras e natureza do recurso e da comunidade que gerencia os bens comuns. Defende a posição de que os bens comuns são úteis para subsistência humana e para a sustentabilidade do recurso. As narrativas descritivas buscam tornar visíveis as formas tradicionais e contemporâneas do comum e o registro da continuidade dos comuns ao longo da história. As definições normativas, que são fundamentadas na justiça, almejam a transformação moral dos sistemas dominantes globais do capitalismo, o individualismo e a competição. O *comum* aqui é apresentado como alternativa para superar as múltiplas crises do capitalismo.

As abordagens ontológicas e fenomenológicas definem os comuns a partir de dois conjuntos de atributos que mesmo com as diferenças marcantes, vão estabelecer uma boa complementaridade no campo acadêmico: as características intrínsecas dos bens e recursos norteiam a abordagem ontológica e a abordagem fenomenológica se detém nas percepções, valores ou prática sociais que os humanos têm sobre qualquer recurso ou ação (Vivero-Pol, op. Cit, p. 8).

Na abordagem ontológica um bem é caracterizado pelos seus atributos intrínsecos. Isso significa dizer que as propriedades internas, sua “natureza” determinaria sua relação [seus laços relacionais] com os seres humanos e, por consequência, os regimes de propriedade e o desenho institucional adequado para atingir um objetivo. É uma abordagem atomista, em que os bens podem ser classificados de acordo com suas características naturais, limites, regimes de propriedade e instituições que os governam e tende a não considerar componentes relacionados, como o impacto das normas sociais, dos conflitos em seus lugares e tempos, de tal forma que é chamada de essencialista (Van Tichelen, 2015 *apud* Vivero-Pol, 2017) sendo normalmente adotada pelos economistas neoclássicos, que desenvolveram a teoria dos bens públicos e privados, base do argumento de Hardin.

A abordagem fenomenológica, diferentemente da ontológica, comprehende o comum como uma construção social, determinado pelas pessoas ou grupos de pessoas em circunstâncias particulares, sendo, por isso, sempre situado (territorializado) e relacional<sup>50</sup>. De modo geral, aborda a ação de agentes que atribuem valores aos recursos e projetam suas formas de governança para alcançar objetivos concretos, especialmente se os recursos forem considerados essenciais para os seres humanos. Os regimes (ou direitos) de propriedade e mecanismos de governança podem (e devem) ser diversos, para dar conta do objetivo, que é garantir o acesso aos bens. Por sua vez, o objetivo deve estabelecer elos com questões de justiça social e direitos.

Ainda na abordagem fenomenológica, Etienne Verhaegen (2015), propõe que os bens comuns possam ser analisados como instituições, direitos universais, práticas sociais e políticas. Para ela, a questão central dos comuns é mais uma questão do conjunto de direitos em torno do recurso, sua governança e as condições que permitem sua execução, do que somente a “intencionalidade” dos agentes. Argumenta a autora que a “ancoragem territorial” dos modelos de propriedade exige a transformação dos quadros legais que regem as relações de propriedade (Verhaegen, 2015).

“Tornar comum”, em sua dimensão política, exigiria uma mudança nos marcos e dispositivos legais que governam a sociedade. Esse seria o “poder constituinte” dos comuns (Bailey e Mattéi, 2013, *apud* Verhaegen, 2015) (**Quadro 1**).

---

<sup>50</sup> A dimensão relacional entendida aqui como um conjunto articulado de práticas e experiências, pessoais e coletivas, inseridas em contextos específicos.

**Quadro 1 - Tipologias do comum, segundo Vivero-Pol (2017)**

Propósitos morais, operacionais e normativos.	Função e objetivos do comum; perspectiva utilitarista; Operacionais: Narrativas utilitaristas (lógica operacional) e descritivas (visibilidade do comum). Comuns como instituições úteis. Normativas: comuns como direitos, justiça, racionalidade moral, comum como alternativa de superação do capitalismo.
Características ontológicas e fenomenológicas dos recursos	- Ontológicas: atributos intrínsecos dos bens, sua natureza determina a sua relação com os seres humanos e, daí estabelecem-se as instituições e os regimes de propriedade. Essencialista. Fenomenológicas: práticas sociais; construção social do comum, situado/territorializado e relacional. Valores são atribuídos aos bens, instituições e governanças são projetadas; comuns como instituições, conjunto de direitos.

Fonte: adaptado de Vivero-Pol, 2017.

### **3.1.1 Abordagens epistêmicas sobre o Comum**

Mesmo considerando que o reconhecimento das tipologias anteriormente descritas por si só já serve como eixo norteador para a compreensão do comum, é relevante associar às tipologias um conjunto de escolas de pensamento, ou epistemologias (Vivero-Pol, 2017) e de pensadores, a fim de situar o debate na academia, de modo que tenhamos um panorama da aplicabilidade do conceito nas premissas deste trabalho. Longe de pretender esgotar as discussões das diferentes matrizes, que serão sucintamente apresentadas, busca-se ampliar as possibilidades de compreensão de elementos das realidades locais identificadas neste estudo e suas relações com os demais campos de estudos abordados.

A partir da palestra de Pierre Sauvêtre<sup>51</sup> “Comum’: do que estamos falando?”, delimitamos os elementos de compreensão do comum em cinco vertentes, que podem ou não fazer referência às tipologias descritas anteriormente, embora quase sempre fique evidente. Uma das vertentes delimita a prática do comum para o uso dos recursos naturais ou dos bens e conhecimentos imateriais estabelece que sejam produzidos e repartidos de forma autogerida e auto-organizada, geralmente por comunidades locais utilizadoras dos recursos, sem intermediação do Estado ou do Mercado, e que produziria gestões e resultados mais eficientes. Equivale às definições normativas e operacionais e tem na economista Elinor Ostrom a principal referência.

<sup>51</sup> O conteúdo da palestra realizada no Centro Cultural Internacional Cerisy (França), em 2017, foi organizado e traduzido por Dal'Bo da Costa (2018).

Ostrom, Nobel de Economia de 2009, pesquisou as características políticas, institucionais e comportamentais dos bens comuns e recursos comuns em centenas de casos pelo mundo, estabelecendo-se como uma ponte entre os aspectos epistêmicos, ontológicos e constituintes com as práticas do Comum (Vivero-Pol, 2017). Desenvolve sua teoria em oposição à do biólogo Garret Hardin (1968), demonstrando que, primeiro, nem as resoluções estatais nem as definições dos mercados têm tido total sucesso na manutenção do uso produtivo dos recursos naturais pelos indivíduos em longo prazo. Segundo, identificou que regimes de propriedade ou de gestão comunitárias haviam tido bons resultados na regulação e manutenção dos recursos naturais, por meio de consensos sociais<sup>52</sup>. Pretende, portanto, retirar progressivamente dessas esferas (a estatal e privada) tudo o que se possa produzir com mais eficácia sob um regime dos comuns. Para isso, seria necessário construir instituições e sistemas de regras e normas aceitas e respeitadas por todos (Ostrom, 1990; Dardot e Laval, 2017; Aguiton, 2019; Laval, 2018).

Algumas das críticas à teoria de Ostrom referem-se à categorização da natureza como recurso administrável por comunidades: ao centrar a análise na "governabilidade" e na gestão, desconsidera que os recursos são partes dos ecossistemas e que, por terem seus ciclos vitais, sua sustentabilidade não poderia ficar restrita à gestão antrópica (Aquiton, 2019). Laval (2018) critica em Ostrom a falta de discussão das implicações morais, éticas e políticas em tornar comuns os recursos.

Os regimes de propriedade comum devem prever decisões coletivas sobre o manejo de recursos, mas, como as interpretações não saem da lógica econômica, parecem sempre objetivar a "eficiência" do sistema comum. Na sua perspectiva, a construção dos comuns se coloca em situações particulares e para certos bens específicos, não colocando em questão a racionalidade dos mercados ou do Estado.

Mesmo rompendo com alguns dos pressupostos da economia neoclássica dominante, sua análise não pretende considerar o comum como um princípio geral de reorganização social, mas um apelo à pluralidade de formas de atividades, direitos e regras no campo da economia (Dardot e Laval, 2017, p. 164 et seq.).

---

<sup>52</sup> Os bens ou recursos comuns, na perspectiva da Economia Política de Ostrom, são classificados de acordo com atributos-chaves, que revelam a sua "natureza": a excludibilidade e rivalidade [subtraibilidade] (Cf. Cardoso, T.M. e Aguiton, C.)

Uma segunda vertente identificada por Sauvêtre, relacionada com a abordagem fenomenológica, entende os comuns como práticas sociais e tem como base a ideia da mutualização [reciprocidade] e cooperação na produção e reprodução do trabalho, o que representaria uma possibilidade de um cenário pós-capitalista, por uma via marxista. Toma como referência os autores Michael Hardt e Antonio Negri. Quando se referem ao comum, Hardt e Negri<sup>53</sup> entendem que a "riqueza comum do mundo material", a terra, o ar, a água, os ecossistemas, as "dádivas da natureza", são "heranças da humanidade" e deveriam ser compartilhadas por todos e geridas de forma democrática, em uma perspectiva dos comuns como direitos universais (Hardt e Negri, 2016).

A terceira linha ou vertente coloca o comum no sentido da auto-organização cidadã, realizada por meio do "municipalismo libertário", onde seria possível adotar instituições populares descentralizadas e dotá-las de capacidade administrativa e decisória, a "democracia comunal direta". Tem como referência o escritor anarquista Murray Bookchin que, ainda que se refira à cidade, comprehende a crise ambiental estreitamente vinculada à crise social, fundamento da Ecologia Social, por ele fundada (Dal'Bo da Costa, 2018, p 118). Próxima à abordagem fenomenológica, essa linha considera que os comuns podem ser elementos de transformação política e social.

A quarta linha que discute o comum entende a tomada da esfera pública como bem comum, submetendo ao direito de uso do cidadão os espaços ou serviços públicos. O principal autor dessa linha, normativa, fundamentada na justiça, é Stefano Rodotà, jurista italiano, que ajudou a colocar, junto com outros pares, o debate do comum no centro do debate público, ao introduzir no Código Civil italiano, na parte da propriedade pública, a noção de bens comuns junto com as noções de bens públicos e bens privados, superando assim a suposta dualidade Estado soberano e propriedade privada (Dal'Bo da Costa, 2018; Dardot e Laval, 2017).

Essa experiência italiana dos bens comuns pressupõe um governo que se realize como uma “democracia ativa”, que Dardot e Laval entendem como a única saída da crise da democracia.

---

<sup>53</sup> Dardot e Laval (2017) realizam boa análise da teoria do comum de Hardt e Negri.

A concepção geral da “democracia ativa” introduz a quinta vertente, que toma o comum como forma de autogoverno e de "radicalização da democracia". Nessa, o comum se estabelece como força política e prática social. Os principais autores são Pierre Dardot e Christian Laval e estão alinhados com a escola política de pensamento, na abordagem da governança dos bens como alternativa ao capitalismo. Para eles, o comum é um princípio que articula lutas práticas contra a racionalidade do capitalismo neoliberal. Nesse sentido, comum não seria coisa, substância ou qualidade própria de uma coisa ou de um conjunto de coisas, como sugere a perspectiva ontológica, mas o fundamento ou princípio político que ordena comanda e rege a própria atividade política, esta compreendida como o "tomar parte" da deliberação pública. Sendo assim, fundamento político, o comum não poderia ser um objeto, um fim ou finalidade que se almeje, mas, antes disso, uma ação política que determina e delibera, em comum, o objeto ou o conteúdo que é o "bem comum".

O comum, portanto, não se confunde com o "bem comum", mas estabelece-se como o princípio que impele à sua busca. Nesse sentido entendo que sua aplicação ao objeto desta pesquisa mobiliza a observar e refletir sobre as ações e processos de instituição da RESEX como o *comum* e, como tal, com fundamentos políticos que necessitam ser elucidados. É uma determinada atividade que torna algo comum: nada seria comum em si ou por natureza, mas as práticas coletivas seriam as definidoras do caráter comum de uma coisa ou de um conjunto de coisas. Haveria, assim, comuns diversos, de acordo com o tipo de atividade dos atores que os instituem, conservam e mantêm. Se é sempre o tipo de atividade que torna a coisa comum, teríamos, por exemplo, comuns fluviais, marinhos, comuns florestais, comuns de conhecimento, entre outras possibilidades. Nessa perspectiva a Conservação da Biodiversidade e a Soberania e Segurança Alimentar podem ser compreendidas como *comuns*.

A instituição do comum ocorre por meio de deliberações coletivas e produção de regras específicas de funcionamento. Essa instituição é do objeto, não do princípio, e deve ser sustentada ao longo do tempo por práticas que permitam modificar algumas das regras por ela mesma estabelecidas, a fim de evitar a paralisação do instituinte (prática) no instituído (comum) e de superar os conflitos contidos nos interesses sociais. Os autores definem essa prática como *práxis instituinte*, "a prática de governo dos comuns pelos coletivos que lhes dão vida" (Dardot e Laval, op. Cit., p. 618), noção será abordada mais adiante.

Uma importante característica do comum como princípio é que este "define uma norma da inapropriabilidade" (Dardot e Laval, op. Cit., pg. 619). O inapropriável não vem a ser o que ninguém pode se apropriar, mas aquilo do qual *não se deve apropriar*, isto é, o que não é passível de apropriação por ser destinado ou reservado ao uso comum. O comum teria como principal definição ser o que não pode ser apropriado nem pelo Estado nem pelo Mercado. Essa característica de inapropriabilidade teria então, na sua forma política – diferente das demais formas de entendimento do comum – a potência da superação da oposição Mercado e Estado, ou do binômio propriedade privada e propriedade estatal, estabelecida na sociedade (neo)liberal. Dessa forma, o que é inapropriável deveria ser determinado pela *práxis instituinte*.

Embora a assertiva aparente certa contradição, afinal, se instituir o inapropriável depende do ato de um(uns) grupo(s) de sujeitos, "instituir o inapropriável" significa subtrair a coisa da apropriação-pertencimento para uma destinação social. Os autores colocam como exemplo a destinação da terra para a produção de alimentos, uma necessidade social, mas poderíamos cogitar o mar ou os ecossistemas marinhos ou estuarinos para a produção de alimentos e para a conservação da biodiversidade. Portanto, a criação de áreas protegidas de uso sustentável do tipo Reservas Extrativistas poderia ser uma forma de instituir o inapropriável, de "regrar seu uso sem fazer-se proprietário dela" (Dardot e Laval, op. Cit., p. 620).

Essa reflexão leva os autores a reinterpretar o uso do termo "bens comuns": o comum não seria um bem, pois não é um objeto a ser possuído ou constituído, mas, um princípio político que constrói ou institui comuns, ainda que seja palavra de ordem que expresse "as lutas, práticas e direitos e formas de viver que se apresentam como contrários aos processos de privatização e às formas de mercantilização" (Dardot e Laval, op. Cit., p. 101).

Essas vertentes, elaboradas e organizadas por um variado conjunto de autores, podem estar contidas ou situadas nas escolas do pensamento (ou epistemologias) propostas na classificação de Viveiro-Pol (2017), que traz para a noção de comum significados epistêmicos em abordagens múltiplas, que incluem a perspectiva acadêmica e o pensamento de base ativista. A primeira escola de pensamento que esse autor anuncia é a do pensamento econômico, que traz a perspectiva das propriedades intrínsecas dos bens comuns, tal como descrito nas abordagens ontológicas. De modo geral, no debate econômico dominante, um bem é visto sob a

perspectiva de satisfação de uma necessidade e isso passaria pela lógica da produção e consumo do bem, comercial ou não. Assim, o comum viria a ser uma propriedade dos bens, porém, argumentam Dardot e Laval, os comuns não são redutíveis a bens comuns, mas tornam-se instituições (Dardot e Laval, 2017, p. 148).

Na escola do pensamento jurídico, a abordagem dos bens comuns tem como pressuposto os direitos legais sobre determinado recurso, fazendo com que os direitos de propriedade sejam a base para defini-los. Atualmente, os múltiplos tipos de direitos de propriedade<sup>54</sup> sobre diferentes tipos de recursos levam à consideração de que os direitos de propriedade seriam “pacotes de direitos” (*bundle of rights*) para os proprietários ou usuários. São cinco tipos independentes entre si e possíveis de ser combinados com os três regimes de propriedades (ver **Quadro 2**), oferecendo assim maior pluralidade aos regimes de propriedade (Honoré, 1961; Schlager e Ostrom, 1992 *apud* Vivero-Pol, 2017).

**Quadro 2 - Pacotes de direitos (bundle of rights) em regimes de propriedades**

<b>Titulares de direitos</b>	<b>Sistema de direitos de propriedade</b>	<b>Pacote de Direitos</b>
Estado	Comuns	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso: Direito de entrar em uma área definida e desfrutar de seus benefícios sem extrair recursos</li> <li>• Extração: Direito de obter produtos especificados de um sistema de recursos e extrair esses produtos da área para usos prescritos.</li> </ul>
Coletivos	Públicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administração: Direito de participar das decisões que regulamentam os recursos ou que melhoram a infraestrutura.</li> </ul>
Individuais	Individuais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exclusão: Direito de participar na determinação de quem tem, e quem não tem, acesso e uso de recursos.</li> <li>• Alienação: Direito de vender, alugar, legar ou transferir de outra forma qualquer ou todos os direitos dos componentes anteriores.</li> </ul>

Fonte: adaptado de Vivero-Pol, 2017.

No sistema de propriedade *comum*, os recursos devem ser regidos por normas que tenham como objetivos torná-los disponíveis para todos os membros da

---

<sup>54</sup> Os tipos de direitos de propriedade podem ser privados (concedidos a indivíduos e pessoas jurídicas e corporações), públicos (ou estatais) e coletivos (legalmente reconhecidos em muitas estruturas jurídicas nacionais e internacionais).

sociedade, independentemente de seu possuidor legal. As restrições de uso devem garantir seu acesso justo, de forma que o uso individual, privado, não se sobreponha ao uso coletivo. Vivero-Pol (2017) defende que os bens de propriedade coletiva são [ou deveriam ser] relativamente protegidos do processo de mercadorização, pois ao retirar determinados bens do circuito de mercantilização seria garantida a manutenção de determinados sistemas e modos de vida e existência.

A escola do pensamento histórico aborda o comum na perspectiva dos arranjos e narrativas políticas, econômicas e institucionais que datam o avanço dos processos de mercantilização e privatização dos comuns. Os “comuns históricos” têm como pano de fundo a gestão coletiva dos recursos em benefício das comunidades. Os bens comuns são compostos por recursos naturais e pelo conjunto de práticas construídas coletivamente que regulam sua produção, acesso e distribuição. A perspectiva histórica nos oferece a possibilidade de fazer a retrospectiva das formas de governança dos bens comuns na atualidade, evidencia sua recriação ou desaparecimento e abre leituras alternativas aos mecanismos de controle estatal ou de mercado. Cabe destacar que esta perspectiva (re)cria uma ponte entre os “bens comuns” – água, pesca, florestas etc. – e sua atribuição de historicamente produzir alimentos diversificados, ao longo do tempo, para comunidades rurais e urbanas.

“A propriedade comum pode parecer hoje uma forma anedótica (...) dada a primazia hegemônica da propriedade privada, mas durante séculos a propriedade comum e a governança coletiva dos bens comuns foram consideradas como formas eficientes de administrar os recursos naturais” (De Moor, 2015 *apud* Vivero-Pol, 2017)<sup>55</sup>.

Além da função econômica de produzir bens para a sobrevivência da comunidade, os “comuns” desempenhavam uma função social, com o papel de um sistema de bem-estar social e referência para os vínculos comunitários.

A escola política de pensamento, a quarta, tem como eixo a consideração de que todo bem comum é uma construção social. Busca superar a definição ontológica hegemônica dos economistas por uma definição “social e politicamente derivada” (Vivero-Pol, 2017, p. 22). Um bem ser percebido como privado ou público depende menos das suas características inerentes, mas dos valores sociais que predominem em um determinado grupo ou população a respeito do que deve ser fornecido por

---

<sup>55</sup> Tradução livre.

mecanismos fora da esfera do mercado. Dessa forma, os graus de exclusão e rivalidade da escola da economia não dependeria somente da natureza do bem, mas da definição e aplicação de direitos de propriedade, regulamentos e sanções, todas construções políticas. Os comuns são rivais, mas não-excludentes, afastando-se das noções reducionistas de bens públicos e bens comuns.

Essa escola foi agrupada em duas correntes que se opõem: a corrente dos *bens como recursos* e a da *governança dos bens*. Na primeira, os bens comuns são vistos como sistemas de governo auto-regulamentados que podem coexistir com as atuais formas de mercado livre, do regime de propriedade privada e dos “estados soberanos”<sup>56</sup>. A abordagem teórica dos Bens Públicos Globais (Global Commons – GPG em inglês) é a mais influente dessa corrente, sendo derivada da teoria econômica dos bens públicos e privados e teve origens no Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD. Para os ideólogos do “*Global Commons*” a coexistência com a forma atual do capitalismo neoliberal é possível a partir de ações públicas internacionais, diretrizes voluntárias para atores corporativos e ajustes na política e direito internacionais (Vivero-Pol, 2017, p. 24).

A corrente da *governança dos bens como alternativa ao capitalismo* aborda os bens comuns como possibilidade transformadora do sistema hegemônico formado pelo “duopólio” mercado neoliberal e estado. A abordagem da governança política procura estabelecer uma postura alternativa que postula que os bens comuns são definidos por ações comuns empreendidas pelas comunidades auto-organizadas. A postura é alternativa por se propor como uma forma de “governança” não fundamentada nos mecanismos de mercado, ou de maximização do lucro individual, e de estado, que tem como base o “comando e controle”.

Nessa corrente, o comum é enraizado na história e as ações políticas são inovadoras e transformadoras. O *comum* não trata da natureza do bem, mas do regime de manejo ou governança dos recursos, de forma comunitária e como propriedade coletiva. Para além disso, o comum não indica recursos, comunidades, lugar ou coisa, mas o arranjo institucional desses elementos (Dedeurwaerdere et. al,

---

<sup>56</sup> O “estado soberano” seria composto pelos proponentes dos bens públicos globais, fundamentais para o bem-estar da humanidade. Na lógica dos “bens públicos globais”, o Estado é o provedor desses bens e seu fornecimento deve ser realizado pelo trabalho conjunto entre governos e mercados (Kaul et. al., 2012).

2014) em cada lugar e tempo (Friedmann, 2015 *apud* Vivero-Pol, 2017). Implica numa produção coletiva de bens que estão no campo do *inapropriável*.

A diversidade de significados e interpretações do “comum” que a escola política do pensamento traz, tais como o bem comum, bem público, riqueza comum<sup>57</sup> e interesse público, são algumas das formas de elaborar o comum em uma lógica da construção social que está muito presente na escola de pensamento de base ativista, uma racionalidade posicionada fora do universo acadêmico formal, com menos consistência teórica, mas que abriga mais diversidade na formulação do comum. Parte da ideia de que o capitalismo se desenvolveu (e desenvolve) com a apropriação dos bens comuns e a consequente privatização dos recursos antes comunitários, de propriedade coletiva, governados pelas comunidades e produzidos de forma autônoma. Neste caminho, bens comuns e a economia de livre mercado são consideradas entidades que colidem. As bases que sustentam a civilização ocidental moderna, o Estado, a nação, a lei, o mercado, trabalho, propriedade privada, direito(s), parentesco, tudo é posto em questão diante da abrangência das crises do capitalismo. Os bens comuns são definidos por uma outra racionalidade política, do comum, que deve substituir a racionalidade neoliberal (Dardot e Laval, 2017, p. 608).

Defende que qualquer estrutura teórica que pretenda compreender o comum deve aprender com as práticas e experiências da vida real, nos múltiplos contextos em que são realizadas. Por isso, enfatiza a dimensão relacional do comum<sup>58</sup>, a liberdade e o poder de decidir sobre o que é comum e a instituição de práticas comuns sobre um determinado recurso, com base em decisões coletivas. Entende-se que os comuns surgem toda vez que uma comunidade opta por administrar uma riqueza natural, por vezes como recurso, coletivamente, com acesso equitativo e sustentável.

Essa revisão e sistematização serve para situar alguns dos possíveis campos da abordagem do *comum* e, como antes dito, não cabe aqui esgotar o tema, mas percorrê-lo em suas múltiplas definições e situar a multiplicidade circunstâncias que o campo do comum pode incidir sobre os objetivos desta pesquisa.

---

<sup>57</sup> Marisqueiras do recôncavo da Bahia costumam empregar a categoria “riqueza natural”, ampla e integradora, como forma de superar a perspectiva econômica reducionista, implícita no “recurso natural”, este que é parte importante do sistema, mas não a principal.

<sup>58</sup> Uma vez mais, a dimensão relacional como um conjunto articulado de práticas e experiências, pessoais e coletivas, inseridas em contextos específicos.

No caso da Resex Canavieiras, as pesquisas acadêmicas a que se teve acesso e as entrevistas realizadas com grupos de pescadores e marisqueiras revelaram que entendimento sobre o que é o comum, do ponto de vista das comunidades, pode variar, aproximando-se da noção do "bem comum", da coisa que é de todos e que está sob cuidados de um grupo – e por isso precisa de instrumentos de gestão e ação coletiva, de governabilidade, englobando-se o processo de gestão compartilhada ICMBio e AMEX – e uma perspectiva mais próxima da *prática instituinte*, que aparece na ação política das lideranças das comunidades, com as suas estratégias de criação ou reconhecimento dos bens e as ações articuladas entre comunidades e entre essas e os parceiros institucionais. O conjunto desses tipos e epistemologias do comum traz uma compreensão de que há, em certos níveis, a co-existência das diferentes abordagens na definição do conceito, o que, em certa medida, lhe confere sua característica polissêmica. Embora sejam abordagens de concepções distintas, possuem elementos de complementariedade e podem ser igualmente utilizadas.

Nessas diferentes abordagens e interpretações sobre o comum, há, na elaboração de Dardot e Laval (2017), um elemento fundamental na viabilização do comum como princípio político que constrói ou institui comuns, e que institui o comum como um sistema de direitos sobre riquezas e recursos: a *práxis instituinte*.

### **3.2 Comum e a *práxis instituinte***

Ao explorar a ideia de que se a *práxis*, como ato, está constantemente buscando a mudança e a transformação, e que o instituído, resultado da *práxis*, tende apegar-se à estabilidade, à inércia, é a partir do tensionamento entre o ato e a instituição que a própria instituição vai constantemente incorporar novos elementos das práticas.

Para que seja possível estabelecer relações entre as abordagens do comum e a noção de *práxis instituinte*, Dardot e Laval afirmam que é preciso evitar a sedutora *essentialização* do comum, que ocorreria sempre que o caráter comum de determinadas coisas que são, ou que deveriam ser comuns, são confundidas com alguma propriedade, qualidade ou pertencimento compartilhada por todos. No lugar disso, buscar-se o entendimento de que o *comum* deve ser elaborado como uma co-atividade, acompanhada de uma obrigação. Isso significa dizer que apenas a atividade prática dos homens em conjunto pode tornar coisas em comuns e somente a atividade prática dos homens, em co-atividade, poderia produzir *sujeitos coletivos*, como

sujeitos politicamente articulados, surgidos como efeito da co-atividade, um dos fundamentos da realização do comum (Dardot e Laval, 2017).

O comum traz na sua raiz etimológica o registro da *dádiva*, e isso remete às “prestações e contraprestações referentes a toda uma comunidade”. Isto seria uma espécie de obrigação de reciprocidade referente às responsabilidades públicas que devem ser executadas, os chamados “encargos em comum”. Essas responsabilidades irremediavelmente levariam à concepção política da *coobrigação*, que tem o sentido de obrigação e participação em uma atividade, e entre aqueles engajados numa mesma atividade. É no engajamento para a realização de uma mesma atividade, no *agir comum*, que são produzidas as normas morais e jurídicas que regulam a ação (Dardot e Laval, 2017, p. 24-25).

É com essa estrutura argumentativa que os autores passam a afirmar que “o comum não é um bem” e, não sendo objeto, renunciam ao emprego do termo “bens comuns” (Dardot e Laval, op. Cit, p. 53). Contudo, não se converte em um princípio moral abstrato: é compreendido como um *princípio político* que, a partir das práticas dos homens, gera os comuns e lhes dá vida.

### **3.2.1 Transformar práticas em costumes: a *práxis instituinte***

O *comum*, como princípio político que orienta as atividades, deve ser acompanhado pela perspectiva do ato de instituir no território seus elementos, qualidades e processos. O ato instituente precisa ser, segundo os autores, consciente, no sentido de que o direito de uso comum do território seja contrário à propriedade, nas formas estatal ou privada – diga-se, em um contexto europeu. Nessa perspectiva, criar [novos] direitos de uso, como aqueles definidos na implantação das Resex Marinhais, por exemplo, e reconhecê-los por meio de normas sociais de inapropriabilidade, teria como consequência a imposição de limites ao avanço dos processos de privatização, mercantilização e financeirização das riquezas naturais e recursos materiais em curso. Para que esses direitos de uso perdurem, caberia considerar regras de direito que passassem a se realizar, no longo prazo, como costumes incorporados às ações (Dardot e Laval, 2017, p. 430).

Os autores sustentam que embora não seja possível, individual ou coletivamente, decretar ou instituir de antemão um costume, “as pessoas podem

produzir regras de direito por meio de sua prática coletiva (...) é possível decidir a instituição de regras capazes de se tornarem costumes pela força da prática". Esta seria uma questão a resolver quando se entende a instituição como um ato (Dardot e Laval, *op. Cit.*, p. 430). Essa discussão, nem sempre explícita, permeia o processo de co-elaboração, estabelecimento e manutenção do conjunto de regras e acordos que objetivam a permanência de formas de vida e existência que ocorrem na Resex Canavieiras, além da própria Resex, em dois aspectos: no primeiro, relacionar [associar] elementos da tradição pesqueira artesanal local e de defesa do território pesqueiro com a instituição da Reserva Extrativista, uma Unidade de Conservação. Isso requereu acatar determinados princípios da agenda ambiental institucionalizada (pelo SNUC) e torná-los aspectos recorrentes nas atividades extrativistas, até supostamente fazer parte do costume e estar incorporado às ações. O segundo estaria na manutenção dos elementos tradicionais das práticas de manejo nos regramentos da UC, o que garante, por meio da relação com a produção de alimentos, a conservação da biodiversidade. Em ambas, estaremos diante da constante incorporação de novos elementos das práticas à instituição.

"Instituir um costume" faz necessário compreender o que é uma *instituição*. Como verbo, instituir pode ser o ato de estabelecer um estado de coisas, empreender, adestrar ou educar. Ganha sentido ativo: "o que é instituição como ato de instituir?" Estabelecer uma norma de ação ou um poder legítimo seriam exemplos de instituição como ato. Como substantivo, instituição é o resultado do ato o que entra em foco. Assim, Instituição, por exemplo, é o sistema de regras que rege uma coletividade, mas não a ação de legislar; pode ser o estabelecimento da instrução, mas não o ato de instruir. Desse modo, a instituição seria práxis e coisa, *ato* e *inércia*. Por sua vez, a *institucionalização* pode ser compreendida o ato de "oficializar uma coisa que já existe e não é reconhecida, conferindo-lhe a fixidez de uma regra explícita que até então valia apenas de modo implícito" (Dardot e Laval, *op. Cit.*, p. 431). Isso ocorre quando uma organização, por meio de um processo de reconhecimento *ex post facto* – retroativo – de suas atividades, adquire personalidade moral e ocorre uma mudança no seu estatuto, tornando-se titular de um direito. Destaca-se assim o contraste das dimensões da *atividade criadora* (instituição) e do *reconhecimento* da atividade (institucionalização).

Na problematização do “ser” da Instituição, o caráter contraditório de ser *práxis* e *coisa* não se resumiria à distinção entre *instituição* como “ato” e *instituído* como “resultado”. Isso porque essa distinção não presume a permanência do ato para além do seu resultado, como não presume que o resultado será *coisa*. O que pretendem dizer é que, no lugar de separar as duas características em dois momentos distintos, é a realidade do resultado, do instituído, que se deve compreender como *práxis* e como *coisa*. Isso significaria que é necessário compreender como em certas circunstâncias a *práxis*, adquirindo a qualidade de “*coisa*” [inércia] pode tornar-se instituição e, assim, diferenciar-se das formas práticas que ainda não têm essa qualidade, mas que seguem sendo provedoras da instituição (Dardot e Laval, *op. Cit.*, p. 436). Essa relação instituinte-instituído é uma abordagem interessante para analisar, por exemplo, as relações entre a gestão do ICMBio e as atividades das Associações de pescadores, marisqueiras e outras categorias e Conselho Deliberativo, mas também da dinâmica de contínua transformação da estrutura instituída da Resex, se for considerada uma leitura multiescalar relacional.

A fim de explicar a conversão de novas formas<sup>59</sup> de vida em costumes, Castoriadis, buscando uma abordagem que se afastasse da casualística e determinista, introduz a discussão da ideia do “momento instituinte”, que seria a capacidade específica do Ser humano de criar, a partir de “nada”, significados originais em que a representação das coisas seria “radicalmente nova”, e que, para ele, estaria no campo do “imaginário”, em oposição às concepções funcionalistas (1982 *apud* Dardot e Laval, *op. Cit.*, p. 447). Para Dardot e Laval, Castoriadis pretende, com essa formulação, evidenciar que o sistema de significações tem origens no imaginário social.

O imaginário, para Castoriadis, teria duas dimensões: a do instituído e a do instituinte. A primeira, do instituído, remete às significações e instituições já estabelecidas (por exemplo, a relação entre o desejo de um território pesqueiro protegido e a existência da categoria Reserva Extrativista Marinha) e a segunda,

---

<sup>59</sup> É possível que seja necessário relativizar esse “novo”, afinal, pode ser o resgate de elementos tradicionais, em substituição à subjetivação neoliberal, conjugado com elementos de instituições [fixos] e novos elementos decorrentes das chamadas tecnologias sociais, surgidas a partir do enfrentamento às crises socioambientais e da incorporação de outros elementos socioculturais à tradição. Essa formulação inicial encaminha para a discussão instituinte-instituído de Marx, descrita por Dardot e Laval (2017). De qualquer forma, a noção de uma significação imaginária social pode ser uma boa contribuição para escapar da predominância de uma perspectiva de matriz estritamente econômica.

instituinte, aponta as origens do surgimento das novas significações e instituições, ao longo da história (Dardot e Laval, *op. Cit.*, p. 447). O instituinte é a forma criativa que antecede o surgimento e o processo de institucionalização da coisa. Seriam as novas significações que se encontram na possibilidade da criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras. O instituído é a coisa estabelecida, a categoria Reserva Extrativista, que possibilita a existência institucionalmente reconhecida e protegida do território pesqueiro de Canavieiras.

O imaginário, para Castoriadis, é tanto a capacidade de representar algo ainda ausente, mas já percebido (chamada de “imaginação reprodutora”) como a capacidade de fazer surgir como imagem [projetar] alguma coisa que não existe ou que nunca tenha existido. Para Castoriadis, o verdadeiro poder criador seria o de instituir significações imaginárias. Sendo “participável por todos”, esse poder seria obra coletiva (Dardot e Laval, *op. Cit.*, p. 447-449).

Embora esse conceito tenha sido refutado pela concepção de que a *práxis*, como instituição que opera sobre condições preexistentes, transformando-as profundamente, essa afirmação pode ser interessante para compreender de que formas se relacionam as ações e expectativas dos pescadores e marisqueiras com as atribuições e obrigações que a instituição da Resex faz surgir no cotidiano dessas populações. Em outras palavras, o que seria “a Resex que queremos?”, o que significa “Resex para Sempre”? Deste ponto, seria possível considerar a Resex Canavieiras como instituição e instituinte?

A última pergunta encaminha a discussão sobre a prática (ou *práxis*) instituinte como um processo (ou ato) que cria o novo, mas que comporta elementos do passado, da tradição, como fundamentais para a autoprodução do homem como sujeito do processo. Essa perspectiva é retratada na seguinte frase de Marx: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 1978, p. 329).

A frase de Marx condensa uma conceituação da *práxis* como uma “atividade autotransformadora condicionada”, a base para desenvolver a ideia da *práxis instituinte*: o fazer dessa atividade transformadora está fora do universo estrito da aplicação da técnica; revela que a criação das coisas não se faz “a partir do nada ou criação absoluta”, mas em um contexto histórico e sempre em circunstâncias e

condições que, primeiramente, não foram escolhidas, mas encontradas, instituídas, herdadas das gerações anteriores. Neste ponto, o fazer dos homens estaria condicionado aos resultados das atividades precedentes, discutido cima. Esse condicionamento não seria impeditivo da criação do novo, mas, pelo contrário, o tornaria possível. Esse é o segundo sentido do *fazer*, que considera que ao agir nas condições já determinadas, os homens (o corpo social) agem sobre essas mesmas condições, de modo que estabelecem novas condições. Assim, subvertem o estado anterior das coisas e trazem à existência o que não tinha precedente, modificando as circunstâncias.

Nesta abordagem, o que fica em destaque é que não são somente as circunstâncias exteriores que são modificadas, mas considera a transformação dos próprios atores, que se “produzem” como sujeitos *em e por* sua ação. Disso, se infere que a *práxis* (a prática), mais do que “efeito” da transformação das circunstâncias exteriores, “é a autoprodução de seus sujeitos por automodificação do ator no curso da própria ação (Dardot e Laval, *op. Cit.*, p. 464).

Enfim, comparadas, a noção de *práxis* de Castoriadis se orienta para a “autonomia humana” como finalidade e o seu fazer é um “fazer instituinte”, que possibilita a criação de novas significações imaginárias. Seu principal desafio é indicar o caminho da transformação da instituição em projeto de autonomia. Em Marx, *práxis* é a contínua autoprodução do homem como sujeito. Sua dificuldade estaria em como realizar a transformação da *práxis* em “*práxis emancipadora*”<sup>60</sup> (Dardot e Laval, *op. Cit.*, p.465). Essa noção é a base da elaboração de Dardot e Laval para a *práxis* instituinte: se realiza em algum lugar (“*in situ*”), sempre parte de condições preexistentes, dadas, “que não foram produzidas por elas, mas ao mesmo tempo ela faz que advenham novas condições” (Dardot e Laval, *op. Cit.*, p. 466). A realização da *práxis* como um fazer contínuo consciente produziria novos sujeitos que, ao longo do processo, também criariam novas subjetivações.

Criar. A partir das formulações dos autores que são nossa principal referência, podemos apontar que a criação de novas instituições é um dos principais pontos da

---

<sup>60</sup> Segundo esses autores, em Marx, a *práxis emancipadora* se distinguiria por adotar um posicionamento de ruptura com toda tradição, o que seria uma contradição em termos, na medida em que o próprio ensina que toda *práxis* traz em si um passado que, em certa medida, a condiciona e, simultaneamente (e em consequência disso), cria o novo com e a partir do passado (Cf. Dardot e Laval, 2017, p. 466).

elaboração de Dardot e Laval sobre a possibilidade de o *comum* vir a ser um princípio de organização política e social como alternativa ao capitalismo, ou mercado, e ao socialismo, ou Estado, como recorrentemente se referem. Nesse contexto, a práxis instituinte teria como “função”, em primeiro lugar, tornar essa instituição do comum – o ato – claro, organizado como um *sistema de regras que se origina da atividade instituinte*. Ainda segundo essa lógica, a práxis instituinte traz consigo algo que foi herdado, um sistema de regras já instituído. Assim, ao possibilitar a inventividade na elaboração e o estabelecer novas regras, a práxis instituinte dá à herança sentidos que não poderia ter antes – e isso pode ser o criar. A segunda função seria evidenciar a [existência e] necessidade de que as atividades instituintes devam ser contínuas, de modo que o *instituído* não se autonomize ou se paralise “em relação ao ato” (Dardot e Laval, *op. Cit.*, p. 471). Por último, a práxis instituinte não emanaria de um “coletivo anônimo”<sup>61</sup>, mas, por produzir seu próprio sujeito na continuidade de sua realização, no exercício de se renovar para além do ato criador, ela é “autoprodução de um sujeito coletivo” (Dardot e Laval, *op. Cit.*, p. 472).

Esse conjunto de noções e conceitos atrelados à *práxis* instituinte do comum apresenta diretrizes e abordagens que podem contribuir para a caracterização do processo de instituição da Unidade de Conservação Reserva Extrativista. O comum participa da relação da conservação da biodiversidade com a produção de alimentos na necessidade que o extrativista produtor de alimentos tem da própria “preservação da riqueza” para manter a sua existência como tal, pela produção para autoconsumo, venda e outras relações. Essa preservação passa pelos processos de significação, de criação de regramentos, de autonomia, consciência, tradição e coletivização.

No próximo Capítulo, onde serão abordadas a formação das ideias de conservação da biodiversidade e da SSAN, a *prática instituinte do comum* aparecerá sempre que suas premissas puderem ser reconhecidas nas suas elaborações conceituais e nas suas práticas políticas.

---

<sup>61</sup> O “coletivo anônimo” é o que cria as significações imaginárias que projetam a instituição, mas, por essa qualidade, suas atividades fogem do controle direto da consciência, não sendo, assim, emancipadoras (*Castoriadis, 1978 apud Dardot e Laval, 2017:461*)

## **CAPÍTULO IV - A Conservação da Biodiversidade e a SSAN se encontram no comum?**

Tendo situado teoricamente a discussão sobre o comum e a prática instituinte do comum no capítulo anterior, este capítulo é dedicado a esmiuçar os processos que envolveram a institucionalização da conservação da biodiversidade e da SSAN no Brasil, a fim de explorar se há, ou não, referências, considerações e interações entre esses campos ao longo do tempo de sua consolidação como políticas públicas e se é possível compreender esses processos numa abordagem de prática instituinte e análogos à instituição do comum.

O capítulo está subdividido em duas partes. Na primeira é relativa à Conservação da Biodiversidade e em início na discussão das noções de preservacionismo e conservacionismo, fundamentos da institucionalização da proteção à natureza, no Brasil, tensionando-as com o paradigma do socioambientalismo, que traz para esse debate a participação popular na elaboração das políticas públicas de conservação da natureza e da gestão das áreas protegidas. Em seguida, será problematizada a relação entre seu processo histórico de institucionalização e a SSAN, no Brasil, em vias de estabelecer correlações com a perspectiva da *prática instituinte* do comum, isto é, se as formas que o estabelecimento do sistema de conservação da biodiversidade pode ser compreendido como sendo uma prática instituinte do comum e que, nessa prática, se consideram elementos (ou objetivos) da SSAN na sua concepção e realização. Essa correlação leva a observar o lugar que a SSAN teve na institucionalização da Conservação da Biodiversidade e da proteção da natureza e da biodiversidade.

O que se pretende é apresentar um panorama da instituição da conservação da biodiversidade para discutir as Reservas Extrativistas Marinhais como Unidades de Conservação que provém do campo de discussões do socioambientalismo que, se não chegou a dominar o debate do modelo de conservação ambiental que se institucionalizou, estabeleceu um novo paradigma, com a democratização do acesso e uso das áreas protegidas.

A segunda parte do Capítulo foi dedicada a reconhecer na abordagem da SSAN elementos que pudessem ser compreendidos como processos ou resultados de práticas instituintes de comuns. A abordagem da SSAN toma a alimentação como um direito, direito que se realiza com o acesso regular a alimentos saudáveis e de

qualidade, adequados aos hábitos culturais, com base em práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. Esse direito tem relações com outros direitos fundamentais, como a saúde, educação, moradia, trabalho, informação e participação democrática.

Nos campos da conservação da biodiversidade e das ciências sociais essa abordagem vem ganhando certo destaque nas últimas décadas, tanto no que diz respeito à melhoria geral dos níveis de (in)segurança alimentar, como "sair do mapa da fome" da ONU, como nos resultados decorrentes da piora desses índices, nos últimos anos, ou "voltar" ao mapa (VIGISAN, 2020; 2022). A melhora ou piora dos níveis de insegurança alimentar, por sua vez, extrapola o ato de comer, passando a abranger as condições ambientais, políticas e econômicas da produção e as desigualdades no acesso aos alimentos. Muitos desses elementos, definidos como determinantes da insegurança alimentar, fazem parte da "agenda" da instituição de comuns como práticas de superação das inequidades.

É com essa perspectiva que, na segunda parte deste capítulo, a história do conceito de SSAN será visitada, como forma de apreender os contextos políticos que influenciaram nas suas transições, até a noção mais atual, que, em sua abrangência multidimensional, permite atribuir qualidades de instituição de comuns.

#### **4.1 Conservacionismo como instituição e o socioambientalismo como prática instituinte**

Neste subcapítulo será abordada a discussão, não necessariamente antagônica, entre as noções de preservacionismo e conservacionismo, norteadores do debate público sobre as formas de proteção e conservação da biodiversidade e que exerceram enorme influência no trato da questão ambiental no Brasil, até a institucionalização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Um ponto de partida para o debate: Monosowski (1989) destaca que o *valor econômico* dos “recursos naturais” incidiu, ao longo da história da economia brasileira, sobre as concepções e ações do Estado à questão ambiental (grifo nosso). Isso teria ocorrido desde o período colonial, passando pela adoção do padrão de desenvolvimento industrial, a partir da década de 1930, até a instituição de uma base

legal específica para o meio ambiente, com objetivos nacionais sobre a questão ambiental, na década de 1980. Essa abordagem estabeleceu uma percepção predominantemente utilitarista sobre a natureza (Diegues, 1995; Monosowski, 1989 *apud* Diegues, 1995). É possível destacar que a produção de alimentos não era considerada diretamente neste debate.

Do debate ambiental proposto por essas abordagens, a emergência do socioambientalismo como paradigma esteve ancorado no processo de redemocratização do Estado e do maior espaço para a participação popular nos rumos do desenvolvimento nacional, na sua inclusão no processo de desenvolvimento e de redução das desigualdades sociais e ambientais. Surge no debate ambiental como reflexo do campo dos direitos e da justiça, de demandas de setores sociais mais diversos e pode ser associado a práticas políticas que têm (ou tiveram) como pano de fundo os diferentes contextos político-econômicos que estruturaram a constituição do tema da conservação e proteção ambiental, como a luta popular pela preservação da floresta Amazônica na década de 1980.

#### **4.1.1 O debate conservacionista e a perspectiva da prática socioambientalista**

Existe um debate bastante amplo e muito bem explorado a respeito da relação entre a Conservação da Biodiversidade e a criação de Unidades de Conservação da Natureza. Esse debate é comumente contextualizado nos termos de uma modernidade das ciências biológicas, sob as referências das correntes do ambientalismo conhecidas como conservacionismo e preservacionismo. São essas noções que supostamente vão nortear, desde finais do século XIX, as concepções de natureza, notadamente pragmáticas e utilitaristas, que serviram como base para a elaboração das políticas públicas de “defesa dos recursos naturais” e da orientação geral de como essas políticas foram executadas ao longo do século XX. Realizaremos aqui uma breve síntese das origens e fundamentos dessas noções de proteção e conservação ambiental no Brasil, como elas se vinculam com a ascensão do movimento ambientalista brasileiro, muito estruturado sobre a biologia da conservação, até o surgimento do socioambientalismo e a conservação com viés socioambiental.

A discussão *conservacionismo* e *preservacionismo* ocorria na virada do século XIX para o XX nos EUA, e influenciou toda a elaboração da legislação e de políticas públicas para a proteção e conservação da natureza no Brasil e no mundo. A construção das linhas argumentativas pode ser resumida ao embate entre a concepção do uso racional dos recursos, conservacionismo, e a concepção da natureza sublime e selvagem (*wilderness*), o preservacionismo.

As diferentes correntes do ambientalismo são nomeadas de forma muito peculiar por Martinez-Alier (2016), que as identifica como “culto ao silvestre”, “evangelho da ecoeficiência” e a “justiça ambiental” ou o “ambientalismo dos pobres”, esta última denominada de “ecologismo popular” por Hector Alimonda, que, reconhecendo que existem movimentos ambientais “de ricos”, com origem em preocupações ambientais “informadas”, identifica movimentos populares que se mobilizam por motivações ambientais, embora nem sempre usem esse termo para nomear suas lutas (Alimonda, 2011, pg. 39; tradução livre).

A corrente denominada “culto ao silvestre”, referente ao preservacionismo, surgiu nos EUA por meio e influência das obras dos naturalistas do século XIX, especialmente John Muir (1838 – 1914), precursor dessa corrente e entusiasta da criação de Parques Naturais como os de Yosemite e Yellowstone. A preocupação histórica dessa corrente foi a preservação da “natureza intocada”, operacionalizada com a escolha de áreas naturais onde os humanos seriam excluídos, na proteção ativa da fauna e flora silvestres pelos seus valores estéticos e ecológicos intrínsecos, não considerando valores econômicos ou para sustentação da vida humana (autoconsumo). Nessa concepção, as áreas protegidas deveriam ser públicas, porém vetadas para o *uso direto*, ocupação e comercialização, ficando reservadas para o usufruto e benefício da população como um todo e não a “interesses particulares”.

Tendo como base uma filosofia romântica, compreendia que o sentido da natureza havia sido distorcido pela humanidade e a valorizava como um bem a ser preservado para a posteridade, não aceitando a permanência humana, o que, na sua execução como política pública ambiental, normalmente afeta as populações tradicionais residentes das áreas em questão. O paradigma do preservacionismo é projetado nas chamadas UC de Proteção Integral, que devem ser "livres de alterações causadas por interferência humana" (Brasil, 2000) e das quais figuram os Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Refúgios da Vida Silvestre, entre outras.

Mais recentemente, de acordo com Martinez-Alier, esse movimento tem sido, cada vez mais, atraído pela linguagem econômica, não obstante a disseminada crença na “ecologia profunda”, ou “o valor intrínseco da natureza” e a natureza como algo sagrado. Na perspectiva economicista, é recorrente [*leitmotiv*] a alusão aos “serviços ecossistêmicos” prestados pela natureza aos humanos, serviços que devem ter avaliações econômicas, pois dessa forma seria possível atrair estado e mercado (ou empresários e políticos, com sugere o autor) para o campo da conservação ambiental. Ainda segundo o autor, esta corrente é entusiasta do “princípio de ‘impacto positivo líquido’” (Martinez-Alier, op. Cit., pg. 54), que defende que grandes empresas, corporações e/ou Estados-nação possam realizar atividades altamente impactantes, em qualquer lugar (leia-se ecossistema), desde que apoiem a implantação de áreas protegidas de uso indireto (ou restrito), como Parques e Reservas Biológicas. Esse pressuposto é sistematizado nos estudos sobre a Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade (*The Economics of Ecosystems and Biodiversity - TEEB*), que propõem abordagens econômicas sobre o valor dos “serviços ecossistêmicos” e o “reconhecimento do valor da biodiversidade”, frente aos impactos das empresas sobre a Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos – BSE (CI-BRASIL, 2012), em um processo não muito sutil de mercantilização e privatização da natureza, transcritos como iniciativas de mitigação de impactos e/ou compra de “ativos ambientais”.

Essa aproximação, em certo nível contraditória, entre o preservacionismo com a perspectiva economicista, firmada nos preceitos da economia dos ecossistemas e biodiversidade, teria levado a uma maior valorização da segunda corrente do ambientalismo, denominada como “evangelho da ecoeficiência” por Martinez-Alier, e que deriva dos primeiros esforços da política ambiental estadunidense na gestão de resíduos e no manejo de florestas, fosse na sua conservação, fosse na sua conversão em plantações de árvores. Essa corrente teve como principal interlocutor Gifford Pinchot (1856 – 1946), que, supostamente, “perdeu” o debate para John Muir.

Em certo nível de contraposição, a corrente conservacionista, que teve como maior expoente o engenheiro florestal Gifford Pinchot (1865-1946), defendia a possibilidade da exploração racional dos recursos naturais, a “minimização dos impactos”, com base nos princípios de desenvolvimento por via do uso racional dos recursos no presente; da prevenção ao desperdício, de modo a não comprometer o consumo das gerações futuras; e o que poderia ser definido como uma ideia da

repartição dos benefícios do desenvolvimento pelo uso dos recursos naturais para todos os setores da sociedade. Desta corrente ambiental se origina todo o vocabulário relacionado com o “desenvolvimento sustentável”. Este paradigma justifica a criação das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, tipologia que aceita a exploração da natureza, desde que garanta a perenidade dos recursos ambientais e que sua utilização seja socialmente justa e economicamente viável (Brasil, op. cit.). Nessa tipologia encaixam-se as Áreas de Proteção Ambiental (APA), as de menores restrições de uso e ocupação, as Florestas Nacionais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Extrativistas.

Na sua origem, o conceito de sustentabilidade foi atribuído a um conjunto de indicadores da capacidade de se obter lucros monetários a partir da plantação de árvores, na Alemanha do século XIX. A sustentabilidade (*nachhaltigkeit*), introduzida no manejo florestal, foi pensada inicialmente como ferramenta conceitual para gerar rendimentos sustentáveis a partir do manejo e financeirização da natureza. Martinez-Alier, observando as “tecnologias ambientais” atuais, cita como exemplos desse processo, temos a criação de políticas econômicas ambientais (impostos e licenças para poluir), regulação da extração de “recursos naturais”, mercados de direitos de poluir e créditos de carbono, “capital natural”, entre outras que, destaca o autor, resumem a ideia de “desenvolvimento sustentável” surgida na Conferência da ONU/CMMAD (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), em 1972, e organizada no Documento “Nosso Futuro Comum”, conhecido como “Relatório Brundtland”, de 1987. Essa corrente está aliada à doutrina da “modernização ecológica” e à modelos relacionais sobre níveis de desenvolvimento, emissões de poluentes, degradação ambiental e renda, entre outras variáveis.

Os conceitos de crescimento e desenvolvimento são discutidos por Martinez-Alier (2016) na perspectiva da ecologia política e do decrescimento, linhas críticas ao “desenvolvimento sustentável”. Para essas, o crescimento econômico, na sua agressividade, mostra-se incompatível com sustentabilidade ambiental, uma vez que cria e amplia a degradação ambiental e aumenta a pobreza, enquanto o desenvolvimento, orientado como um espelho invertido de realidades econômicas do capitalismo global, estabelece os termos, uniformiza e homogeneíza a maioria heterogênea e diversa do sul geopolítico global (Esteva, 2000; Martinez-Alier, 2016), impondo estilos de vida do tipo “americano”. Atualmente, o “conservacionismo”

descreve a corrente que engloba preservacionistas e conservacionistas, definindo-se como o conjunto das atividades com foco estritamente na conservação de áreas naturais, sem maiores envolvimentos com outras questões subjacentes (Fernandez, 2016). Disso contrastam as correntes emergentes da ecologia política e do socioambientalismo.

Em contraposição, o movimento pela Justiça Ambiental, que aponta o caráter socialmente desigual das condições de acesso à proteção ambiental<sup>62</sup> combina uma variedade de movimentos e redes locais de resistências que abordam questões de reprodução social e cultural, com certo destaque para a alimentação, soberania alimentar e nutrição, normalmente associando-as a questões ambientais, territoriais e fundiárias<sup>63</sup>. É nessa relação que a defesa da biodiversidade ganha a conotação de defesa da sua própria existência. Nesse diálogo, a defesa dos modos de existência assimila as reivindicações por justiça climática e justiça hídrica. Como exemplo, Martinez-Alier (2016) cita os manguezais, onde a luta por sua defesa contra o sistema de produção da carcinicultura está relacionado tanto às necessidades de sustento da vida de pescadores, que neles vivem e trabalham, como da função geo-ecológica, da biodiversidade do ecossistema e de sua beleza cênica.

De modo geral, a aproximação dos movimentos por conservação da biodiversidade com os movimentos sociais por justiça ambiental e alimentar costuma ser dificultosa, não somente porque a prática da conservação costuma estar vinculada ao paradigma da modernização ecológica<sup>64</sup>, mas principalmente por esse paradigma da Conservação ter sido cooptado por grandes empresas, Estados e agentes financeiros, que, em nome do “desenvolvimento sustentável”, promovem as profundas alterações nas formas e nos modos de existência das populações que historicamente dependem do acesso aos recursos da natureza para garantir a sua própria alimentação, participar dos circuitos de comercialização e trocas, da sociabilidade, cultura, trabalho e renda. Essas condições foram apresentadas, por exemplo, durante

---

<sup>62</sup> Cf. ACSELRAD, H. Justiça Ambiental- novas articulações entre meio ambiente e democracia. In IBASE/CUT-RJ/IPPUR-UFRJ. Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente - o debate internacional. Rio de Janeiro: [s.n.]. 2000. p. 7-12.

<sup>63</sup> Essas questões, como será visto na próxima seção, também são abordadas como elementos da categoria dos determinantes da insegurança alimentar e nutricional.

<sup>64</sup> De modo geral, entende-se a "modernização ecológica" como o processo em que as instituições políticas internalizam as preocupações ambientais a fim de conciliar o crescimento econômico com a solução para as questões ambientais, enfatizando a adaptação tecnológica, o enaltecimento da economia de mercado nesse processo e a convicção na colaboração e no consenso (Blowers, 1997 *apud* Acselrad, 2002).

o processo de reivindicação pelo território pesqueiro protegido que atualmente é a Resex Marinha de Canavieiras<sup>65</sup>.

Embora a criação e institucionalização de dispositivos legais de controle e redução de danos e impactos ambientais sobre populações seja fundamental para o acesso à justiça ambiental, como a compensação econômica por impactos socioambientais, que faz parte das estratégias do ecologismo popular, para Martinez-Alier seria mais autêntica a busca por outras formas de valoração, estruturantes, como os direitos humanos, direitos territoriais e lutas relacionadas com a autonomia e soberania alimentar e territorial. Esse seria o caminho do “ecologismo popular” base do socioambientalismo, que representa as resistências das chamadas populações tradicionais e indígenas ao avanço das ambições expansionistas da economia mundial sobre fontes de recursos energéticos e de *commodities*.

O que Martinez-Alier descreve como “ecologismo popular” encontra ressonância no movimento socioambientalista brasileiro, tem origem no encontro de setores do movimento ambientalista da década de 1970 e 1980 com classes trabalhadoras, sindicatos, grupos, setores e lideranças populares mobilizados para dialogar sobre problemas comuns, como o acesso aos recursos naturais, a poluição industrial nas cidades, a reforma agrária “ecológica” pelo movimento de trabalhadores sem terra, o saneamento e abastecimento por movimentos comunitários periurbanos, as mobilizações em defesa de povos indígenas yanomamis e de resistência dos seringueiros à destruição da floresta com os seringais, os chamados “empates”. O socioambientalismo, que nasce a partir dessas articulações, esteve diretamente relacionado com a consolidação do processo de redemocratização do Estado brasileiro, que tem como marcos o fim do período da ditadura militar, a promulgação da nova Constituição de 1988 e eleições presidenciais em 1989 (Santilli, 2005). Uma das “novidades” do socioambientalismo foi politizar os fatores técnicos referentes ao desenvolvimento, expondo, no debate da problemática ambiental, os contextos social, econômico, cultural, ético e político dos saberes populares e tradicionais na sua relação com o meio ambiente (Jesus Junior, 2019).

---

<sup>65</sup> A recategorização da Resex para APA pelo movimento “Natureza sim, Resex não” é a expressão do uso do discurso “ecológico” e de “conservação da natureza” para fins comerciais ou para a manutenção do poder local.

Em 1992, a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Brasil (CNUMAD/Rio-92), criou uma atmosfera de encontro, diálogo e de crítica ao modelo restritivo de conservação predominante em um contexto de desenvolvimento desigual. Abriu-se espaço para fortalecer ainda mais o movimento de mobilização e articulação social para o meio ambiente que já vinha acontecendo desde a década anterior. A Conferência agenciou a maior aproximação entre movimentos sociais pelos direitos das comunidades tradicionais e um movimento ambientalista renovado e ambientalista-acadêmico mais consistente, que consolidou o campo do conhecimento do socioambientalismo. Com certa simultaneidade, a emergência dos movimentos socioambientalistas e o incremento de ONGs no campo da conservação ambiental revelaram outros significados e interpretações da questão ambiental, compreendida de forma mais politizada, mais diversificada em sua concepção e com maior tensionamento entre os atores.

A redemocratização do Estado e o paradigma da sustentabilidade trouxeram a perspectiva de que existia uma necessidade urgente em priorizar os interesses coletivos e os direitos difusos sobre os interesses individuais em questões que abrangiam a estrutura fundiária e propriedade das terras, a participação social nos processos decisórios sobre os modelos de desenvolvimento, a promoção e valorização da diversidade cultural, o manejo tradicional e conservação dos recursos naturais e da biodiversidade Nesse contexto, o socioambientalismo estabeleceu-se como ponte para a necessidade emergente de elaborar e executar políticas públicas ambientais que abarcassem as populações tradicionais detentoras de conhecimentos e práticas que ampliam a concepção de conservação da biodiversidade. Dessa forma, o socioambientalismo passou a ter grande força política nos processos de negociação por espaços da conservação que tivessem diferentes entendimentos sobre a relação homem e natureza.

Dessa discussão, é possível estabelecer relações do Socioambientalismo com a *prática instituinte do comum*. O socioambientalismo, como visto, surge em um contexto de práticas políticas dos seringueiros para garantir a permanência e manutenção de formas de manejo específicas, as "colocações", que somente seriam possíveis se constituídas em (ou instituídas como) territórios coletivos de uso comum, como abordado no Capítulo 2 desta Tese. O Socioambientalismo, como procuramos descrever, origina-se das práticas políticas dos seringueiros por territórios e, para isso,

costuram alianças e realizam atividades autotransformadoras que criam o "novo" em um contexto histórico e em circunstâncias herdadas, estabelecendo as novas condições: as Reservas Extrativistas.

O socioambientalismo, por ter sua origem nos movimentos sociais, se refere à prática instituinte na medida em que, no processo de transformação das instituições que pretende, considera a transformação dos próprios atores, que se "produzem" como sujeitos *em e por* sua ação – como destacado no item 3.2.1 desta tese. É nesse sentido que a prática instituinte das Resex como comum necessariamente utiliza o socioambientalismo como princípio organizado pela prática instituinte.

#### **4.1.2 Percurso do debate e institucionalização do conservacionismo no Brasil**

Neste momento, o percurso histórico do debate conservacionista nos serve como um elo entre os períodos em que a questão ambiental se institucionaliza. Embora sempre sob a égide de um utilitarismo e pragmatismo originais, reconhece-se uma inflexão nos valores sobre a natureza a partir das elaborações que carregam em si as perspectivas da luta pelo reconhecimento da existência e peculiaridades das populações tradicionais, do seu acesso à natureza e da sua importância na diversidade cultural do país.

Diversos autores elaboraram descrições do processo histórico da institucionalização da política de conservação ambiental no Brasil. De modo geral, há uma periodização bem consolidada e que inclui pequenas variações, de acordo com a abordagem. Franco e Drummond (2012), por exemplo, analisam o estabelecimento da chamada questão ambiental no Brasil, suas diferentes e diversas formas e perspectivas ao longo de um recorte de tempo iniciado no Brasil colônia até a década de 2000. Para os autores, esse tempo, poderia ser subdividido em três gerações de autores e organizações que representariam as tradições do pensamento e estratégias de ações para o "bom uso" dos *recursos naturais* e a proteção do patrimônio natural do Brasil: a geração do período de 1920 a 1940, que, de modo geral, relacionava a proteção da natureza à construção da ideia de nação e de identidade nacional; a geração entre as décadas de 1950 e 1980, que teve como marca o desenvolvimento de estratégias para a criação das áreas protegidas, com forte atuação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN, e a geração pós-década de 1990,

que se apropriou do conhecimento científico e da transdisciplinaridade como conjunto de saberes válidos para a conservação da natureza. De forma subjacente, abre caminhos para a emergência do socioambientalismo no Brasil. Monosowski (1989), por sua vez, propõe uma periodização em 4 etapas, com base em abordagens estratégicas reconhecidas nas políticas ambientais brasileiras: a fase da administração dos recursos naturais, a partir da década de 1930, a do controle da poluição industrial, muito influenciada pelos debates sobre os limites do crescimento, na década de 1970; a fase do planejamento territorial, complementar à anterior e realizada na mesma década, e a gestão integrada de recursos, que inicia na década de 1980 (Diegues, 1995; Pecatello, 2011; Ferreira e Salles, 2016).

Outra periodização proposta por Cunha e Coelho (Cunha e Coelho, 2003 *apud* Lira, 2015) marca três fases na história das políticas ambientais que condicionaram o debate conservacionista no Brasil. O primeiro período inicia-se na década de 1930 e chega até o início da década de 1970, fase em que foi constituída a base de regulação dos usos dos chamados recursos naturais; uma segunda etapa, a partir de 1972 até o final da década de 1980, de forte atuação intervencionista do Estado autoritário e, por último, o período após a promulgação da Constituição de 1988, que teve como características a redemocratização do Estado e a ampliação dos mecanismos e instâncias de participação social e popular, adoção da noção de desenvolvimento sustentável e estruturação da abordagem socioambiental (Lira, 2015).

Já Esterci e Fernandez (2009) e Fernandez (2016) sugerem uma periodização que se inicia nas décadas de 1930 e 40, de forte sentimento nacionalista e de modernização da sociedade e instituições do Estado, com criação da primeira geração de leis ambientais, das primeiras unidades de conservação da natureza e da criação da estrutura burocrática voltada para a temática ambiental. O período seguinte, entre as décadas de 1950 e 1980, tem como referência o contexto do desenvolvimentismo que caracterizou a expansão da economia brasileira e a necessidade do Estado de adaptar-se aos novos paradigmas ambientais globais. O terceiro momento seria inaugurado na década de 1990, depois da realização da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio-92, que projetou o tema da conservação para as abordagens sociais e políticas e favoreceu a consolidação do campo socioambiental.

Considerando todas essas periodizações, convém recordar que essas gerações marcam o início da modernização do Estado e a industrialização. Antes dessas, a preocupação com o “mundo natural” remeteria ao Brasil colônia e Império (séculos XVIII e XIX), em que, sob a influência da História Natural, de Humboldt e da fisiocracia, a postura crítica à destruição dos recursos naturais esteve associada ao campo dos intelectuais racionalistas, em oposição aos ideais do romantismo sobre meio ambiente, divulgados nos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha<sup>66</sup>. Não havia um interesse pelo valor estético ou intrínseco da natureza – valores do romantismo – mas pelo seu valor político e instrumental que, acreditava-se, viabilizaria o progresso material nacional.

O exemplo icônico dessa perspectiva de proteção dos recursos ao uso “imprevidente” e que ilustra a abordagem *pragmática* e *utilitarista* na criação das primeiras Unidades de Conservação no Brasil foi a justificativa de André Rebouças, em 1876, para a criação dos Parques Nacionais de Sete Quedas, Araguaia e Bananal, sob o argumento do potencial turístico (Franco e Drummond, 2012; Pádua, 2002 *apud* Franco et al., 2015). Nesse sentido, o uso da natureza é pragmático e utilitarista e os valores político e instrumental se sobrepõem aos valores românticos, os estéticos ou intrínsecos. Outros exemplos foram a preocupação com a preservação e regulação dos estoques madeireiros (as “madeiras de Lei”) e dos mananciais, para assegurar o abastecimento de água permanentemente no país. A criação de jardins botânicos, parques públicos e áreas de reservas florestais foram iniciativas precursoras do que se poderia denominar, na atualidade, de medidas de uma política ambiental (Fernandez, 2009).

No período da Primeira República, em fins do século XIX, o interesse científico pela “natureza” coincidia com a emergência da preocupação sobre o estado da proteção do patrimônio natural, que, nesse momento, passava a englobar tanto a utilidade econômica como as qualidades estéticas. Sua importância na pesquisa científica brasileira era destacada pelo o Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ (1808), Museu Nacional do Rio de Janeiro – MNRJ (1818) e o Instituto de Manguinhos – IM (1900), atual Instituto Oswaldo Cruz, que despertaram o interesse científico pela natureza e a preocupação com o patrimônio ambiental (Franco, 2016).

---

<sup>66</sup> Cf. Franco e Drummond, 2012, p.334.

Ao desenvolver pesquisas nas áreas de história Natural e Antropologia, coube ao Museu Nacional (MNRJ) tornar visível a escalada da destruição do patrimônio natural do Brasil. Foi então que, nesse período, surgiram reivindicações por ações estatais mais firmes na proteção de ecossistemas de grande valor estético ou cultural, utilizando um discurso em defesa de um Estado intervencionista e uma legislação forte. Essas demandas foram encampadas pelo primeiro governo Vargas (1930-1934), que, apoiado na noção de identidade nacional e de modernização do país, “objetivava tanto uma ordenação territorial quanto uma estrita regulação do uso e da apropriação dos recursos naturais, colocados sob propriedade do Estado” (Barreto Filho, 2004). Esse novo paradigma teria influenciado na elaboração de leis e políticas públicas de proteção do patrimônio natural brasileiro, como os Códigos Florestal, de Caça e Pesca, de Águas e Minas, tendo sido então criados alguns dos órgãos governamentais responsáveis por executar esses regramentos. De qualquer forma, dos regramentos, somente no Código de Águas, de 1939, houve a referência ao estabelecimento de medidas acauteladoras das necessidades alimentares das populações ribeirinhas, mas no contexto da exploração do potencial hídrico brasileiro.

A política ambiental estrutura-se diante de um novo padrão de apropriação e exploração dos recursos da natureza. Annelise Fernandez (2009) recorda que coube ao Estado definir a natureza como patrimônio nacional a ser preservado e, com isso, o sentido da preservação foi mudado: passou da esfera privada a ser tutelada pelo próprio Estado, que impôs uma lógica tecnoburocrática na gestão ambiental em benefício da sociedade (Esterci e Fernandez, 2009).

Na realização da 1<sup>a</sup> Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, em 1934, foram reconhecidas duas principais linhas argumentativas sobre a proteção à natureza: em uma delas, a valorização do mundo natural como recurso econômico, que deveria ser usufruído de forma racional. Na outra, o entendimento foi de que a natureza era objeto de “culto” e de proveito estético. Para além das disputas de percepções, entre ambas havia a disputa pelo controle do projeto comum, modernista, nacionalista e científico, que atingiria decisivamente as formas de posse e manejo da natureza (Martinez-Alier, 2016; Franco e Drummond, 2012; Franco, 2002). Por isso, nesse período essas diferentes linhas pareciam ser conciliáveis.

O que se pode destacar é que surgiram, para além da perspectiva pragmática e utilitarista do período anterior, noções de identidade nacional, seguindo o clima político nacionalista e o discurso modernizador. A esta noção foram relacionadas as preocupações de proteção da natureza e do patrimônio natural, por motivos “econômicos e estéticos”. Assim, a origem da política ambiental institucionalizada ensaiou um caminho que poderia ser associado ao ideário preservacionista, ainda que delimitado pela relação utilitarista com a natureza.

Nas décadas de 50 e 60, já com o aumento da capacidade industrial, promove-se a criação, em nível federal, de diversas agências setoriais públicas atuantes na administração ambiental, como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). Também foram publicados o Novo Código Florestal, a Lei de Proteção à Fauna e o Decreto de Proteção e Estímulos à Pesca, o Estatuto da Terra, entre outros. Tinham como característica o caminho da racionalização do uso e da exploração dos recursos água, flora e fauna, regulamentar as atividades extractivas da pesca e da mineração, além de definir áreas de preservação permanente (Diegues, 1995), em um processo de instrumentalização da exploração dos recursos naturais. Destaca-se que, na atualização dos instrumentos legais da pesca, não houve referências nominais à conservação da biodiversidade ou dos ecossistemas marinhos, mas a proteção da fauna como uma condição secundária para o desenvolvimento das atividades industriais e para manutenção dos estoques.

Paralelamente, surgiu a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN. Criada em 1966, tornou-se um dos principais polarizadores do debate ambiental conservacionista no Brasil, que tomava corpo com a institucionalização da questão ambiental. Sua atuação foi decisiva na consolidação dos instrumentos para a conservação dos recursos da natureza, como a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e as primeiras versões de um plano nacional de unidades de conservação. A FBCN priorizou a proteção da natureza na forma de espaços reservados, não disponíveis para a exploração econômica direta, mas para atividades de pesquisa e apreciação estética, de forma que, ao longo da década de 1990, vão ser definidos como unidades de Proteção Integral, alinhados com a corrente preservacionista.

Um fato marcante na institucionalização da questão ambiental no Brasil foi a criação da Secretaria Especial do Ambiente (SEMA), em 1973, fortemente influenciada pela realização da I Conferência da ONU sobre Meio Ambiente (1972). Sua criação foi tida como o marco da manifestação da vontade política de tratar a questão ambiental como indispensável para a manutenção da vida, ao menos como uma diretriz, buscando superar a perspectiva homogênea e predominante da natureza-recurso, ainda que a sua instituição abrigasse contradições e ambiguidades na gestão da política ambiental (Monosowski, 1989 *apud* Diegues, 1995). Nessa concepção de áreas protegidas, os recursos naturais considerados "bens comuns" deveriam ser institucionalizados e mantidos sob a tutela do Estado.

Entre 1979 e 1982 o IBDF, que sucedeu a SEMA, oficializou e estabeleceu formalmente os Planos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que, ainda sem força de lei, continham critérios técnico-científicos para a criação de áreas naturais protegidas do tipo parques naturais e reservas biológicas e previam novas categorias, todas muito associados ao que hoje são as Unidades de Conservação de Uso Integral, vinculadas às premissas do preservacionismo.

Se até meados da década de 1970 a legislação sobre o uso referia-se a áreas setoriais dos recursos naturais, iniciou-se a elaboração da base legal específica para o meio ambiente, até que no início da década de 1980 a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) consolida um conjunto de estratégias de tratamento da questão ambiental sob normas que objetivam "a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida", que assegurem condições de desenvolvimento socioeconômico, sirvam aos interesses de segurança nacional e que garantam a proteção e dignidade à vida humana (Brasil, 1981). Para alcançar esses objetivos, um dos principais instrumentos da PNMA foi a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público, que previa, entre outras, as Áreas de Proteção Ambiental e as Reservas Extrativistas, unidades que permitem o uso direto dos recursos, de forma sustentável, numa inclinação ao conservacionismo.

A inclusão das Reservas Extrativistas na PNMA ocorreu como resultado das pressões pela manutenção dos territórios e modos de vida realizada por meio da organização de populações tradicionais na aliança como "Povos da Floresta", em um processo descrito no Capítulo II. Na PNMA o manejo do tipo "sustentável" passa a ser

considerado na elaboração e execução das políticas públicas ambientais, entretanto, ainda não há uma citação nominal à produção de alimentos ou segurança alimentar. Se, de modo geral, a execução da política ambiental pública seguia os critérios das ciências naturais para a definição das áreas protegidas, as Resex estabeleciam um novo paradigma na concepção dessas.

Em 1987 a Resolução CONAMA Nº 11/1987<sup>67</sup> definiu as unidades de conservação em tipologias muito próximas às concepções de natureza do preservacionismo. Das oito previstas, sete estavam relacionadas à gestão dos bens da natureza comuns numa perspectiva de natureza intocável. A criação de áreas intocadas e intocáveis, ou de “não-uso”, seria, segundo Fernandez (2009), uma espécie de contrapartida (ou “salvo-conduto”) que justificaria a o ritmo acelerado do crescimento econômico nacional – com seu potencial destruidor.

A PNMA teve bastante influência na redação do texto principal da Constituição Federal de 1988, que consolidou princípios, diretrizes e diversos dos instrumentos previstos pela política ambiental. A temática do meio ambiente passou a ter um capítulo específico na Carta Magna (Capítulo VI), resultado de grande mobilização de setores do conservacionismo ambiental, de ONGs e, indiretamente, das pressões das agências internacionais. Sua principal inovação foi o destaque dado ao meio ambiente como um direito e um bem de uso comum, de interesse de toda a nação, para as atuais e futuras gerações. Com a inclusão do Capítulo sobre Meio Ambiente, a Constituição consolidou o PNMA e delimitou as responsabilidades do Estado e da sociedade na questão ambiental que mantém uma abordagem de caráter preservacionista, sobretudo pela ênfase dada a aspectos de restrição de uso de recursos e espaços (Machado, 1989 *apud* Diegues, 1995).

Entre 1988 e 1989, o recém-criado IBAMA firmou um protocolo de intenções com a ONG Funatura para a revisão e atualização conceitual do conjunto das categorias de UC e para a elaboração de um anteprojeto de lei para criar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O projeto foi encaminhado à Câmara dos Deputados, tramitou por 8 anos e foi finalmente publicado como a Lei Nº 9.985, em julho de 2000,

---

<sup>67</sup> O CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente, foi estabelecido na PNMA e é um colegiado consultivo e deliberativo formado por representantes da sociedade civil e Estado, que assessorá a presidência da república na tarefa de formulação das políticas ambientais e do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA.

a Lei do SNUC. Em um depoimento para o portal do Instituto Socioambiental<sup>68</sup>, em 2010, Adriana Ramos, Secretária Executiva desse Instituto, destacou desse processo a iniciativa inédita de realização de audiências públicas fora do Congresso, para ampliar o debate sobre o SNUC. No mesmo portal, o MMA destaca que a exigência de consulta pública foi uma das principais inovações do Sistema, consonante com a redemocratização do país. A consulta pública continua sendo uma importante ferramenta para dar ao público, sobretudo as populações pouco organizadas e com pouco acesso à informação, como comunidades de agricultores familiares, indígenas e extrativistas, o conhecimento dos processos de criação de UC e possibilitar a sua participação.

A lei de criação do SNUC chama a atenção na definição da “conservação da natureza” como um ato: “o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral”. Essa definição, que remete à uma prática, é realizada nas unidades de conservação, definidas no SNUC como os espaços territoriais “e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000).

A participação, a prática da conservação ambiental e a definição das possibilidades de uso do território são os elementos previstos nas diferentes tipologias e categorias de unidades de conservação que o SNUC definiu. As categorias foram divididas em dois grupos que, de modo geral, correspondem às duas correntes que o conservacionismo<sup>69</sup> pautou no debate ambiental: o grupo das unidades de conservação de proteção integral, mais restritivo às atividades e presença do homem e alinhado com as premissas da corrente ambientalista preservacionista, e o grupo das unidades de uso sustentável, que propõe a exploração do ambiente com a

---

<sup>68</sup> <https://uc.socioambiental.org/pt-br/depoimentos#a-elaborao-do-snuc>

<sup>69</sup> Nesse contexto mais geral, usamos o termo Conservacionismo para definir o conjunto de concepções e práticas que derivam das disputas preservacionistas X conservacionistas, mas que se encontram sob o mesmo paradigma desenvolvimentista.

manutenção dos atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável e que esteve originalmente mais próxima dos pressupostos da corrente conservacionista mas que absorveu diversas contribuições do socioambientalismo na definição dos seus objetivos e tipologias.

No **Quadro 3** é possível visualizar a correlação dos tipos de UC com as características de uso que as regem e observar as influências das linhas preservacionista e conservacionista. As Reservas Extrativistas, objeto de estudo desta tese, são compreendidas como a principal contribuição do socioambientalismo ao SNUC. A finalidade aqui é visualizar a estrutura das unidades de conservação nos regramentos do Sistema.

**Quadro 3 - Tipologias de Unidades de conservação, categorias e características principais, segundo a Lei 9.985/2000 (Lei do SNUC)**

<b>Tipologia</b>	<b>Categoria</b>	<b>Objetivos gerais</b>
Proteção Integral	Parques Nacional, Estadual e Municipal; Reserva Biológica; Estação Ecológica; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre	Preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, aqueles que não envolvem o consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;
Uso Sustentável	Reserva de Fauna; Área de Proteção Ambiental; Florestas Nacional, Estadual e Municipal; Reserva Extrativista; Área de Relevante Interesse Ecológico; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.	Compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Permitem o uso direto, aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais;

Fonte: adaptado da Lei 9.985/2000

As principais observações sobre os elementos apresentados neste Capítulo são, primeiro, a relativa negligência dos principais atores e correntes do ambientalismo sobre as questões da produção de alimentos e da segurança alimentar e nutricional das populações inseridas em Unidades de Conservação e da potencial contribuição dessas com os sistemas alimentares locais e regionais. Em segundo, apenas a perspectiva do movimento socioambientalista foi capaz de propor e institucionalizar formas de proteção dos territórios que levassem em conta formas autônomas de gestão desses territórios por sujeitos coletivos, formados na prática instituinte. E se o

*instituído* não correspondeu exatamente ao que o ato buscava instituir, o socioambientalismo se manteve como a articulação da prática instituinte permanente.

O socioambientalismo se apresenta como alternativa que incorpora à institucionalidade da conservação o conhecimento e manejo das populações tradicionais sobre os ecossistemas na produção de alimentos, ao mesmo tempo em que realiza o acesso à terra e permite manter as formas das territorialidades tradicionais (Cunha, s.d., Almeida, 2004).

#### **4.2 A SSAN e as práticas instituintes do comum**

Na elaboração do objeto deste estudo, a SSAN foi considerada como um conjunto de objetivos que o processo de instituição da Resex marinha poderia possibilitar. No território extrativista marinho de Canavieiras, as atividades agroalimentares são de base familiar, realizadas de forma artesanal, em pequena escala de produção e com o propósito da venda e para o autoconsumo. Essas características gerais da forma de organização da produção mostram que as atividades dos pescadores e extrativistas da Resex Canavieiras são o mesmo tempo ofertantes de alimentos diversos para o sistema alimentar como dela dependem para sua ocupação, geração de renda e acesso a alimentos, adquiridos no comércio e produzidos para autoconsumo. Isso colocaria esses extrativistas junto com as demais categorias de produtores familiares, em um lugar de destaque nas estratégias de desenvolvimento com equidade social e segurança alimentar, conforme elaboração de Maluf (2009).

No entanto, essas mesmas famílias extrativistas ofertantes de alimentos se encontram, em sua maioria, na condição de pobres com acesso insuficiente aos alimentos. Assim, estão concomitantemente no que Maluf definiu como "os dois lados da equação da SAN": a produção e o acesso aos alimentos (Maluf, op. Cit., p. 133). Abordar a SSAN na Resex Extrativista Marinha levanta, portanto, questões relacionadas com a produção de alimentos em áreas protegidas de conservação da biodiversidade; a contribuição das comunidades extrativistas para o sistema alimentar, em diversas escalas, o acesso aos alimentos e a situação dos níveis de IAN dessas comunidades. Nesses termos, é possível afirmar que os objetivos da SSAN e do modelo Resex são totalmente convergentes, na medida em que oferece

uma organização fundiária que proporciona uma base concreta para a busca de uma autonomia social e alimentar condicionada pela conservação da natureza e recursos.

Neste item, por sua vez, dedicaremos atenção à formação da noção de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, apresentando os contextos internacional e brasileiro que resultaram nas atuais compreensões do termo. Da mesma forma, serão explorados alguns dos aspectos das múltiplas dimensões (ou multidimensionalidade) da Segurança Alimentar e Nutricional, definidos inicialmente pela FAO como aqueles relacionados à produção de alimentos, mas que ao longo do século XX, se apresentaram mais complexos e, por isso, passaram a englobar aspectos mais amplos da disponibilidade, acesso e utilização dos alimentos, além de da regularidade da oferta e seu alcance. Além dessas, o século XXI apresenta novos desafios aos sistemas alimentares, traduzidos nas dimensões da sustentabilidade e do agenciamento (ou arbítrio).

Para Guerra (Guerra et al, 2019), situações de insegurança alimentar e nutricional podem indicar que há impeditivos à realização do direito humano à alimentação e nutrição adequadas. Os impeditivos podem estar associados à disponibilidade, ao acesso, consumo, à produção e à utilização biológica dos alimentos como às questões sociais, políticas e econômicas, o que revela as dimensões da problemática alimentar em nível internacional e intranacional.

#### **4.2.1 O conceito e a abordagem da SSAN no cenário internacional**

O conceito e definição de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional está em constante disputa e construção. Isso se deve por estar sujeito aos diferentes interesses envolvidos na questão alimentar, que pode ser ilustrada como o embate entre a compreensão do alimento como direito em contraposição ao alimento como mercadoria. Suas características multidimensionais e multiescalares, ao oferecer um campo muito amplo de interpretações e usos, reforça a disputa, sobretudo por estar constantemente associada às transformações na organização social, em especial os sistemas alimentares. O início do debate sobre seu significado remonta ao Pós-Primeira Guerra Mundial, na Europa, dando origem às suas atuais concepções.

O termo "Segurança Alimentar", na década de 1920, referia-se mais à segurança nacional e à capacidade de cada país – sobretudo europeus – de ter autossuficiência

na produção de alimentos em um quadro de economias desestabilizadas pelos conflitos armados. A atmosfera bélica exigia que as nações considerassem as vulnerabilidades do sistema alimentar a embargos ou boicotes no sistema de comércio como vulnerabilidades próprias. Deste modo, o conceito de Segurança Alimentar referia-se à dominação de uma nação sobre outra a partir do controle do fornecimento de alimentos. A segurança alimentar traduzia-se, portanto, como uma questão de segurança nacional e fortalecia a compreensão de que a soberania de um país dependia, em parte, da sua capacidade de auto-suprimento, ou produção, de alimentos (Maluf, 2019).

Como uma ironia, pouco mais de duas décadas depois, a Segunda Guerra Mundial, com a expansão do conflito para além das fronteiras europeias e seu poder destruidor, gerou impactos que desestruturaram todo o sistema econômico global, acentuados pelo contexto de disputa pela hegemonia política e econômica que se estabeleceu no pós-Guerra: a bipolarização bloco capitalista e bloco socialista. Nesse contexto, a noção ganha maior relevância política. Diante da disputa entre blocos hegemônicos, o combate à fome e pobreza se configuravam como formas de controle social, (geo)político e econômico nos países subdesenvolvidos (Silva, 2014).

Nesse quadro mais amplo, o discurso hegemônico passa a tratar a segurança alimentar como a insuficiência na disponibilidade de alimentos, mas o conceito passou a ser disputado entre as recém criadas organizações intergovernamentais, entidades não necessariamente antagônicas, como a ONU-FAO, que defendia o acesso aos alimentos como um direito humano e instituições do Bretton Woods, como FMI e Banco Mundial, que defendiam que a segurança alimentar seria efetivada a partir de mecanismos de mercado. De qualquer forma, o discurso hegemônico, na década de 1950, tratava a (in)segurança alimentar como a insuficiência na disponibilidade de alimentos como efeito da produção deficitária, ou insuficiente, de alimentos nos países pobres, sendo essa a principal causa da sua insegurança alimentar.

O cenário internacional da década de 1970, de quebra de safras em importantes países produtores e da redução dos estoques mundiais de alimentos, a ideia de Segurança Alimentar passou a ser percebida como uma questão [exclusivamente] agrícola, a ser superada com o aumento da produção preconizada nos argumentos da modernização tecnológica (Revolução Verde). Essa percepção era ancorada em uma definição que compreendia a segurança alimentar como a disponibilidade, em

qualquer tempo, de alimentos básicos que fossem adequados para sustentar uma expansão constante do consumo alimentar e para compensar flutuações nos preços (FAO, 1974, *apud* HPLE, 2020). Mesmo com o aumento significativo da produção, o flagelo da fome e da desnutrição persistiram para grande parte da população mundial. Na Índia, país escolhido para as primeiras experiências, o aumento da produção não apenas não reduziu a fome, como gerou impactos sociais, culturais, econômicos, alimentares e ambientais profundos (Maluf, 2019; Silva, 2014).

No início da década de 1980, a contradição entre o aumento da produção de alimentos concomitante às frequentes epidemias de fome no mundo, em determinados contextos, gerou novas compreensões sobre a segurança alimentar. Passou-se a considerar que a disponibilidade de alimentos era somente um dos possíveis fatores da persistência da fome e que a capacidade de acessar os alimentos por pessoas, famílias ou grupos sociais seria tão importante quanto a disponibilidade. Fatores como as condições dos mercados, emprego, modos de vida e os regimes de propriedade dos "bens" (como terra, água e riquezas naturais) ajudaria a explicar as desigualdades ao acesso dos alimentos. Isso fez com que em 1983 a FAO redefinisse a segurança alimentar como a garantia de que todas as pessoas tenham, em todo tempo, acesso físico e econômico aos alimentos básicos necessários e suficientes para o desenvolvimento de uma vida ativa e sadia, incorporando as métricas do campo da nutrição. A definição passou a ser "Segurança Alimentar e Nutricional", SAN (FAO, 1983 *apud* HPLE, 2020).

Em meados da década de 1990 a FAO incorporou as dimensões social e cultural à definição de segurança alimentar, aproximando-se dos campos das ciências sociais. A partir daí, para haver segurança alimentar, todas as pessoas em todos os lugares devem ter, a todo momento, acesso físico, social e econômico a alimentos. Passa a ser compreendida como o acesso regular e suficiente a comida "sadia" e nutritiva, capaz de satisfazer as necessidades alimentícias que satisfaçam suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, para uma vida ativa e saudável (HPLE, op. Cit.). Essa definição contempla as quatro dimensões que se construíram ao longo do tempo: a disponibilidade, o acesso, a utilização e a estabilidade, que serão exploradas adiante. Como também será visto adiante, em 2020 a FAO reconheceu a autonomia para decidir o que se come e a sustentabilidade no presente para garantir o futuro da

alimentação como aspectos fundamentais da SAN para reorientar os sistemas alimentares para o cumprimento dos ODS<sup>70</sup>.

#### **4.2.2 O campo da SSAN no Brasil**

Em 2001, Walter Belik e demais autores identificaram três fases principais sobre tipos de políticas públicas para o combate à fome no Brasil. Na primeira fase, desde o Brasil colônia até os anos de 1930, o foco esteve nos problemas de abastecimento e oferta de alimentos para uma população crescentemente urbana. A segunda fase, dos anos 30 até o final da década de 1980, a fome passou a ser abordada como uma questão relacionada, principalmente, com a intermediação dos alimentos, induzindo a políticas públicas voltadas para a regulação de preços e controle da oferta. Na terceira fase, partir do início da década de 1990, as deficiências no sistema de abastecimento passaram a ser enfrentadas com a desregulamentação do mercado, atribuindo ao potencial crescimento econômico a geração de renda, que, no limite, levaria à emancipação das famílias mais pobres e promoveria o acesso à cidadania (Belik et al., 2001). Por sua vez, Henrique Pinto, ao buscar as origens das políticas de combate à fome no Brasil, realiza uma periodização que, embora também esteja subdividida em três fases, se inicia na Era Vargas e vai até antes do golpe militar de 1964, quando são elaboradas e executadas as primeiras estratégias de SSAN no país, a segunda dura do regime militar até o início da década de 1980 e a terceira se estabelece com a redemocratização do Estado (Pinto, 2014).

Na primeira fase descrita por Belik, durante o Brasil colonial, surgiu a preocupação com as culturas alimentares, pois a economia monocultora não previa ou sequer considerava a cessão de espaços para a produção de alimentos que abastecesse um mercado consumidor emergente. No século XVI, a resposta ao dilema de produzir e comercializar alimentos ou de produzir para exportação foi dada pela produção de alimentos para ou auto-abastecimento das propriedades rurais, que, sob um regime escravocrata, davam prioridade à produção para exportação. Essa opção estruturou a economia colonial e, grosso modo, permaneceu até o início do século XX.

---

<sup>70</sup> ODS se refere aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas – ONU em 2015. Pretendem ser uma agenda global de construção e implementação de políticas públicas em temas como pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, água e saneamento, educação, igualdade de gênero, proteção dos ecossistemas, entre outras, a fim de reduzir as desigualdades sociais no mundo.

As constantes crises de abastecimento interno forçaram, a partir da década de 1930, a tomada de medidas públicas para regular o setor, característica da segunda fase das políticas públicas brasileiras para a fome, definida por Belik (Belik et al., op. Cit) e Pinto (Pinto, op. Cit). Assim, ainda que de forma insipiente, foram implantadas formas de intervenções em que as autarquias reguladoras dos produtos para exportação deveriam estar atentas aos movimentos dos mercados interno e externo, a fim de evitar o desabastecimento interno. Pinto considera que a primeira política social pública de enfrentamento da fome com expressão nacional foi o estabelecimento do salário-mínimo no Brasil, valendo a partir de 1940.

Nas décadas seguintes, fome e escassez de alimentos passam a receber mais atenção dos governos em virtude da identificação de fortes demandas por produção, distribuição e consumo, além da realização do projeto de modernização da sociedade, do Estado e das instituições, expresso na industrialização e urbanização no país.

No período logo após o final da II<sup>a</sup> Guerra mundial, em 1946, a questão da fome assume maior complexidade, com as discussões levantadas pela publicação do livro "Geografia da Fome", de Josué de Castro, em 1946. [Uma licença para Josué] O livro foi um marco e inflexão na análise da fome no Brasil. Josué rompeu com o determinismo e a ideia de que a miséria e fome eram resultado do crescimento demográfico diante da escassez de recursos; estabeleceu novos paradigmas de interpretação da fome ao detectar que está diretamente atrelada ao modelo de desenvolvimento, com suas disparidades na produção, renda e consumo nas diferentes classes sociais; que é multidisciplinar, pois abrange aspectos da nutrição, ciências naturais e biológicas, economia, antropologia, ciências sociais e outras. Na sua leitura, percebe a fome como um fenômeno social, que, com suas múltiplas dimensões, se conecta a outros fenômenos sociais, econômicos e culturais, tornando-se mais complexa. A Geografia do título e do método sugere a diferenciação socioespacial que resulta das disparidades de renda e a espacialização dos processos multidimensionais e sistêmicos que acarretavam a fome, propondo regiões, que, na abordagem de Josué, renderam o "mapa das áreas alimentares do Brasil" (Castro, 1984). A abordagem sistêmica exigiu que Josué projetasse no sistema ambiental as pressões exercidas pelos sistemas sociais, trazendo a noção de impactos ambientais e antecipando elementos da crise ecológica, que seria reconhecida pela ciência e

sociedade a partir dos anos de 1970, e das concepções do socioambientalismo, na década de 1990 (Castro, 1984; Nascimento, 2022, Pinto, 2014).

Na política pública, os estudos e pesquisas de Josué de Castro subsidiaram – e influenciaram – a adoção do salário-mínimo e da merenda escolar, formas de garantir acesso a alimentos e para a superação da miséria em um país que experimentava um processo de modernização *tardia* do Estado e sociedade e que foram base para os atuais Programas de distribuição de renda e alimentação escolar (Peliano, 2010).

A modernização da agricultura, iniciada na década de 1950, demandou a incorporação de novas áreas para a produção e a implantação de um projeto de integração nacional. O discurso político e as ações governamentais passaram a ter como foco a distribuição da produção e o abastecimento das cidades e mercados. Na década seguinte, o poder público assume funções para além dos aspectos normativos e passa a atuar diretamente na gestão do sistema de abastecimento, preocupando-se mais com o controle de preços do que propriamente a eliminação da fome. Pode-se considerar como o ponto inicial dessas ações a criação, em 1962, da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), que, junto com a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), passariam a compor a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), na década de 1990.

O Regime Militar, instalado em 1964, fortaleceu e aprofundou o modelo nacional-desenvolvimentista inaugurado em 1930. Tinha como fundamentos a modernização por meio da centralização e verticalização política e do aparato tecnoburocrático, com supressões de direitos civis e crescimento da renda interna. Nesse contexto, afirma Pinto, foram adotadas políticas públicas para a segurança alimentar ao longo da década de 1970 com ações nas áreas de alimentação e nutrição, apoio aos produtores rurais mais vulneráveis e alimentação do trabalhador, que foi transformado no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Mesmo com todas essas iniciativas, Sandro Silva destacou que, durante esse período, as políticas públicas de assistência alimentar, no Brasil, estiveram à margem dos objetivos de governo (Silva, 2014).

A modernização da agricultura possibilitou, já nas décadas de 1970 e 1980, o crescimento acelerado da produção agrícola, impulsionado pelo crédito subsidiado e pela expansão da fronteira agrícola. Uma das principais características desse período foi a progressiva mudança dos hábitos alimentares da população, induzida pela

urbanização, pelas novas dinâmicas no mercado de trabalho e das estruturas familiares, que levaram a ampliação do consumo de produtos industrializados e ultraprocessados e do maior consumo de alimentos fora dos domicílios. A década de 1980 foi marcada pelo esvaziamento das despesas públicas com as principais políticas para a agricultura e para as ações sociais, o que levou a agricultura familiar quase à insolvência, mas com o fortalecimento da agricultura empresarial para exportação. Simultaneamente, a mobilização popular pela democratização do Estado possibilitou criar formas de organização social para o enfrentamento da fome e da desnutrição (Silva, op. Cit.).

Ainda assim, em 1985, no nível governamental, o documento "Segurança Alimentar – proposta de uma política de combate à fome", e a realização da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN), em 1986, foram precedentes para a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em 1994. Também em 1985 foi lançado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que traçou como objetivos principais promover uma melhor distribuição de terras, visto como um dos mais importantes determinantes da segurança alimentar e nutricional, junto com a geração de emprego e renda, (Segall-Corrêa e Kepple, 2021). O conceito de SAN proposto em 1986, durante a Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, passou a compreender

"A garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna" (1<sup>a</sup> CNSA, 1986).

No mesmo período, o processo constituinte e a promulgação da nova Constituição Federal, em 1988, lançaram as bases para uma participação cidadã, diversa e plural na formulação de políticas públicas, dentre as quais as de combate da fome. Entretanto, com os ajustes macroeconômicos impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para países "em desenvolvimento", diversas políticas públicas sociais brasileiras de alimentação e nutrição, na década de 1990, retrocederam.

A partir desse quadro, o Estado muda seus fundamentos sobre a regulação da distribuição e enfrentamento da fome, nessa que é a terceira fase das políticas públicas de combate à fome, definida por esse autor (Pinto, 2014; Belik et al., 2001).

No início da década, durante o governo Collor de Mello (1991-1992), foram extintas, desfinanciadas ou desativadas a maioria das políticas e programas governamentais de alimentação. No âmbito da sociedade civil iniciativas objetivaram mobilizar a sociedade civil, em diversos segmentos, para encontrar soluções para a questão da fome e da miséria.

O conceito de segurança alimentar e nutricional vai se consolidando, destacando, para além do combate à fome, as questões de acesso universal aos alimentos, acrescentando a noção da *equidade* nos caminhos do desenvolvimento brasileiro. A segurança alimentar, no Brasil, passa a ter como centralidade o acesso aos alimentos, "com o objetivo de garantir a todos as condições de acesso suficiente, regular e a baixo custo aos alimentos básicos (...) e [tendo] como campo de intervenção os determinantes das condições de acesso (emprego e salários) e de produção (estrutura produtiva, disponibilidade e preços) dos alimentos básicos" (Maluf, 1995).

Com a possibilidade de *impeachment* de Collor de Mello e sua renúncia ao cargo, o novo governo, de Itamar Franco (1992 – 1995), passou a priorizar as políticas de segurança alimentar e nutricional. Para isso, criou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 1993. O foco das políticas eram as medidas que visassem à redução dos problemas da fome e desemprego. Sua competência era a de articular intersetorialmente as três instâncias de governo e a sociedade civil na execução das políticas e programas federais então existentes e propor soluções para a superação da fome e desemprego.

Pela sociedade civil organizada, a maior iniciativa de arrecadação solidária foi a Ação da Cidadania Contra a Fome e a Pobreza e pela Vida, organizada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho). Em 1994, o CONSEA organizou a I<sup>a</sup> Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, um marco para a construção da agenda de SAN no Brasil, ao tecer relações diretas entre a concentração de terras e de renda como determinantes da insegurança alimentar, atribuindo-lhe, assim, uma perspectiva multidimensional. Deve-se destacar que as diretrizes para uma política nacional de segurança alimentar deveriam considerar a ampliação de acesso à alimentação, assim como reduzir seu peso no orçamento familiar; assegurar saúde, alimentação e nutrição a grupos populacionais em situações de vulnerabilidade e garantir a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, com estímulo às práticas alimentares saudáveis.

O CONSEA foi desativado em 1995, no governo Fernando H. Cardoso (1995 – 2002), substituído pelo Programa Comunidade Solidária, conjunto de ações de combate à fome e à pobreza atrelado à Presidência da República. Por sua vez, a alimentação e a saúde foram reconhecidas como direitos constitucionais, passando a ser atribuído ao Ministério da Saúde formular políticas de alimentação e nutrição no contexto da criação do Sistema Único de Saúde (SUS). A Política Nacional de Alimentação e Nutrição, de 1999, previu integrar o conjunto de políticas públicas de promoção da alimentação em um sistema intersetorial, orientado para a promoção de práticas alimentares saudáveis, seguras e com qualidade, para o monitoramento da situação alimentar e nutricional da população e para prevenção de doenças associadas à alimentação (Brasil, 2007a).

Em 2003, no primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o projeto Programa Fome Zero (PFZ) foi implantado como a principal estratégia de Estado de enfrentamento da fome sistêmica. Entre diversas medidas, propôs integrar políticas estruturais e emergenciais no combate à fome e inclusão social, destacando a importância da participação social por meio do CONSEA, que foi reativado em 2003. Em 2004, dez anos após a realização da Primeira Conferência Nacional, durante a realização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSSAN), foram propostas as bases para a construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com a elaboração da Lei Orgânica de SAN (LOSAN) e do SISAN<sup>71</sup>. Na II CNSAN, a efetivação do Direito Humano à Alimentação passa pela sua exigibilidade constitucional e pela aplicação de uma política econômica de redistribuição de renda, desenvolvimento e crescimento econômico, pela instituição de um Sistema Nacional de SAN, com Lei Orgânica e a participação da sociedade civil na elaboração, acompanhamento e controle social, monitoramento e avaliação das Políticas Públicas de SSAN.

A partir das discussões nos debates, a noção de segurança alimentar e nutricional passou a ser compreendida como:

"a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras

---

<sup>71</sup> Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis" (Art. 3º da Lei nº 11.346/2006 – LOSAN).

Ainda em 2003, o governo federal apresentou o II PNRA, tratando a Reforma Agrária como uma necessidade urgente para a geração de emprego, renda, e de garantia da segurança alimentar. O ideário de promover o desenvolvimento econômico com justiça social, distribuição de renda (a exemplo do Programa Bolsa Família) exigiria o aumento da demanda de produtos agrícolas e alimentos, a ser suprida, preferencialmente, pela agricultura familiar, com formas de organização e manejo que promovessem as tradições culturais e a preservação do meio ambiente. A democratização do acesso à terra e aos demais recursos naturais, financeiros e conhecimento, na forma de diálogos de saberes e assistência técnica implicaria na inclusão social, na universalização do acessos a direitos (educação, cultura e seguridade social) e na ampliação da produção de alimentos, combinados com a conservação da biodiversidade, em uma abordagem de "desenvolvimento territorial sustentável". Nesta formulação, as Reservas Extrativistas e os Assentamentos de Produção Florestal Sustentável podem ser destacados como propostas que aproximam interesses sociais, econômicos e ambientais (INCRA, 2003).

Em 2007, os indicadores de monitoramento das Políticas Públicas de SAN, finalmente, mostraram a redução da pobreza, fome e desnutrição, e melhoria no acesso aos alimentos, para o qual foi imprescindível a execução de políticas sociais de transferência de renda e proteção social e de políticas de produção familiar, agroextrativismo e pesca, como a expansão do PRONAF e do PAA, além do aumento da importância do PNAE na realização das políticas de SAN. A III CNSAN apontou para a necessidade de construção de processos sustentáveis [e democráticos] de desenvolvimento socioeconômico com segurança alimentar e nutricional. Essa diretriz fez com que surgisse a uma concepção de proteção da biodiversidade e de acesso aos recursos naturais, por grupos sociais específicos, vinculada à segurança alimentar e nutricional, refletindo a abordagem da Soberania Alimentar. Nessa concepção, o controle dos recursos naturais que sustentam a produção de alimentos (terra, água, sementes e biodiversidade), a proteção do patrimônio natural, cultural pelo Estado Brasileiro, mediante articulação deste com a sociedade e com os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), tem papel decisivo e estratégico na garantia da Soberania Alimentar do país (CONSEA, 2007).

#### **4.2.3 A incorporação da noção de Soberania Alimentar**

É importante trazer para a discussão sobre Segurança Alimentar e Nutricional a noção de Soberania Alimentar, elaborada a partir das experiências do movimento Via Campesina, pois é uma resposta ao conceito de SAN definido pela FAO.

Fundada em 1993, a Via Campesina se define como movimento autônomo, multiétnico, multicultural e pluralista. No Brasil, é composta, entre outros, pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPA) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organizações que estiveram mobilizadas no sul da Bahia durante os eventos do óleo, pandemia e, mais recentemente, enchentes, apoiando os grupos de comunidades da Resex Canavieiras.

No seu início, em meados da década de 1990, tratava do direito dos povos, das nações ou de um conjunto de países de definir suas políticas agrárias, agrícolas e alimentares, sem que estivessem sujeitos a manobras comerciais internacionais desestruturantes dos sistemas alimentares locais, nacionais e regionais executadas por outros países. Tinha como pressupostos a organização da produção e consumo de alimentos segundo as necessidades das comunidades locais, priorizando a produção para consumo local e doméstico [cadeias curtas de produção e consumo], reforçando o direito de escolher o que se come e como a comida deve ser produzida, a partir da diversidade cultural. Esse direito perpassa as múltiplas escalas territoriais (local, regional, nacional, internacional) e sua realização deveria promover a autonomia na produção de alimentos.

Por sua vez, a autonomia na produção somente seria possível com a existência de condições políticas dos povos, para exercê-la sobre seus territórios ou sobre o Estado, para que este execute políticas agrárias de incentivo à produção, de acordo com aqueles pressupostos. Mais, a soberania somente poderá ser plena na medida em que os alimentos produzidos sejam saudáveis do ponto de vista da saúde dos povos e do uso dos territórios e da relação com o meio ambiente, que a sociedade conte com instrumentos para efetiva participação e que esta tenha controle sobre os territórios e os recursos.

A Soberania Alimentar prevê o pagamento justo pela produção, reconhecer o papel das mulheres na produção de alimentos e que tenham acesso equitativo e garantido aos recursos produtivos, como água, terra, florestas, pesqueiros, o que

requer amplos processos de reforma agrária. Finalmente, proteger e garantir o acesso, guarda e uso livre de sementes, base da diversidade dos alimentos.

Essas condições estão colocadas na declaração do Fórum sobre Soberania Alimentar, realizado em 2001, e que foram sistematizados da seguinte forma<sup>72</sup>

Soberania alimentar é “[...] o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para se erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos.”

(Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, Havana, 2001)

Em pouco mais de 25 anos da declaração, a Via Campesina ratifica o combate à fome no mundo e superação da crise alimentar, social e ambiental: a produção de alimentos saudáveis para garantir uma alimentação rica e diversa a toda a humanidade e que seja meio de conservação da natureza e da biodiversidade. Acrescentando elementos que escapam ao produtivismo, requer que as relações entre produtores, consumidores e meio ambiente sejam justas. Nesse caminho, a necessidade da Reforma Agrária, descriminalizada e atenta às especificidades dos diferentes povos, é declarada fundamental para alcançar a Soberania Alimentar.

O Movimento posiciona-se cada vez mais contra a *comoditização* das pessoas e da natureza, contra a transformação do alimento em mercadoria, mas na sua concepção como um direito e um bem social (Coca, 2016; Hoyos e D'Agostine, 2017; Silva, 2020; Wiltman, 2011; IFZ, 2021<sup>73</sup>). A Via campesina defende um modelo de produção de alimentos que, desvinculado da produção de *commodities* e do “agronegócio”, promova a saúde, o bem-estar e a justiça social, alimentar e ambiental. É nesse sentido, orientado por abordagens que levam em consideração as dimensões do direito, justiça, equidade e da autonomia, que concepção de Soberania Alimentar vincula a produção e acesso aos alimentos como um *comum*. A realização do direito humano à alimentação adequada (DHAA) requer o respeito à soberania, à primazia de suas decisões sobre produção e consumo de alimentos. A Via Campesina inaugura

<sup>72</sup> Disponível em:<<https://ceresan.net.br>> ou <<http://cecaneparana.blogspot.com/2010/01/declaracao-do-forum-sobre-soberania.html>>.

<sup>73</sup> Instituto Fome Zero. Texto disponível em: <https://ifz.org.br>.

o que Iles e Montenegro definiram como “múltiplas soberanias”, pois estabeleceu relações entre a soberania alimentar nacional como contraposição às discussões dos acordos comerciais globais da OMC, em contexto de acirramento do neoliberalismo, e o papel central do Estado nesse processo. A ideia das múltiplas soberanias é resultado da reflexão sobre a noção de “múltiplas escalas”, sua dificuldade de definir a abrangência e transição “das escalas” do regime alimentar (tamanho e nível), e que amadurece a partir de uma noção de *escala relacional*, que é capaz de correlacionar as estruturas espacial, temporal, epistêmica e social entre processos que ocorrem em diferentes níveis, em sistemas adaptáveis (Iles e Montenegro, 2014). Desse modo, a Via Campesina encaminha o constructo da multidimensionalidade da SSAN.

Muitas das concepções da Via Campesina sobre Soberania Alimentar, como o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados foram incorporadas pelo conceito brasileiro sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, definido na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN<sup>74</sup>, de 2006, que, definida acima, é aqui interpretada de forma que abrange a ampliação das condições de acesso aos alimentos, por meio da produção, sobretudo da agricultura familiar tradicional e do extrativismo familiar (ou de pequena escala), o processamento, industrialização e a comercialização dos alimentos, incluindo-se o uso da água; a geração de emprego e de renda; a conservação da biodiversidade e a restauração de ecossistemas degradados, a utilização sustentável dos recursos naturais; a promoção da saúde, por meio da nutrição e da alimentação, assim como a promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis, que respeitem a diversidade cultural, étnica e racial da população, sobretudo dos grupos mais vulneráveis; a implantação de ferramentas participativas nas estratégias de produção, comercialização e consumo de alimentos e a produção de conhecimento e acesso à informação.

A estratégia bem-sucedida de retirada da condição de miséria e fome mais de 35 milhões de brasileiros, executada de 2003 até 2016, ano do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, foi sistematicamente desmontada como sistema de Assistência Social e destruída como Política Pública a partir de 2016 e aprofundado depois das eleições de 2019.

---

<sup>74</sup> Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

A construção histórica dessa noção (de SSAN), com a incorporação de importantes contribuições das ciências da saúde, das ciências sociais aplicadas e, mais recentemente, das humanidades e da valorização do conhecimento empírico de PCT, a constitui como um conceito de abordagem *multidimensional*, abordada no próximo item.

#### **4.2.4 A multidimensionalidade da SSAN e as *práticas instituintes do comum***

Fome e desnutrição são as manifestações mais cruéis das situações de insegurança alimentar. A incapacidade de acessar alimentos de boa qualidade nutricional é a principal causa dessa situação. Entretanto, outros aspectos-desafios precisam ser considerados para identificar os arranjos que levariam à melhoria das condições alimentares e, consequentemente, a melhoria das condições ambientais. Para Maluf e Menezes (2019), seriam, primeiro, a qualidade dos alimentos e sua sanidade. Este aspecto destaca a orientação para um sistema em que todos devam ter acesso a alimentos de boa qualidade nutricional e que sejam isentos de componentes químicos que possam, potencialmente ou de fato, prejudicar a saúde humana e do ambiente.

O segundo aspecto está relacionado com o respeito aos hábitos e culturas alimentares. A comida pode ser tratada como patrimônio e hábitos e culturas alimentares são influenciados pelas condições dos recursos ambientais disponíveis, entretanto, também são suscetíveis à introdução de ingredientes que reforçam o papel da indústria alimentícia na cultura alimentar. O terceiro aspecto-desafio está na "sustentabilidade do sistema alimentar". A produção, distribuição e consumo de alimentos – em quantidade e qualidade adequadas – precisaria atingir condições ideais, de garantir a segurança alimentar das populações no presente, sem comprometer a capacidade produtiva, distributiva e de consumo.

Esses desafios são orientados por alguns princípios que organizam a abordagem interdisciplinar e intersetorial da temática da segurança alimentar. O primeiro é de que ela não está desvinculada da segurança nutricional, mas a compõe, junto com as abordagens das ciências sociais. O segundo é de que a SSAN somente será garantida com a participação ativa da sociedade, em conjunto com as ações atribuídas ao governo. O terceiro princípio é o de considerar o direito humano à alimentação um direito que antecede qualquer outra situação, política ou econômica.

Esses princípios são aqui considerados como aqueles que podem articular a realização de objetivos e práticas da SSAN com o fortalecimento dos territórios pesqueiros protegidos no modelo Reserva Extrativista Marinha.

Esses desafios da segurança alimentar foram reconhecidos ao longo da construção histórica do conceito, principalmente pela perspectiva da FAO. As respostas a eles são elaboradas a partir da identificação e da definição das múltiplas dimensões em que a segurança alimentar se manifesta, podendo ter relações de determinação e consequências que transitam desde os aspectos mais gerais, como as políticas públicas agrárias, ambientais, sociais e econômicas adotadas pelos governos, para aspectos relacionados com o nível dos grupos e famílias, como a renda e educação, até aspectos biológicos, psicológicos e culturais (Segall-Corrêa e Kepple, 2021). Destrincha-las pode revelar os determinantes e consequências da insegurança alimentar e da fome e, assim, subsidiar as discussões sobre indicadores de monitoramento, as relações que se estabelecem entre eles e as políticas que pretendem promover a SSAN e a realização do direito humano à alimentação adequada – DHAA (Kepple, 2014, p. 16).

Na esfera internacional, foram apontadas, em 2011, quatro dimensões de monitoramento da SSAN, pela FAO, a **disponibilidade** do alimento, o **acesso** ao alimento, a **utilização** dos alimentos e dos nutrientes e a **estabilidade** dessas dimensões, que é uma dimensão transversal às outras (**Figura 15**).



**Figura 15** - As quatro dimensões da SSAN, segundo a FAO (2011)

Fonte: Machado e Sperandio, 2020; FAO, 2011.

A dimensão da **disponibilidade** trata da *oferta de alimentos*, que deverá atender a toda população, tendo como referência níveis de consumo adequados. Relaciona-se com a produção, o comércio – internacional, nacional, regional – com o

abastecimento e com a distribuição de alimentos. Relaciona-se também com a infraestrutura necessária para operar esse sistema e as escalas em que pode operar (Machado e Sperandio, 2020; FAO, 2014). A disponibilidade de alimentos, no nível familiar e individual, trata de condições da oferta de alimentos e pode ser proporcionada pela produção para autoconsumo, pela produção para os mercados internos e pelas importações (HPLE, 2021).

Na Reserva Extrativista de Canavieiras e em muitas comunidades pesqueiras da região, essa dimensão revela a importância da produção e beneficiamento, mas, sobretudo, a grande dependência da comercialização do pescado para acessar outros alimentos. A produção e disponibilidade de alimentos, junto com fatores relacionados com a renda, educação e oferta de serviços públicos, formam os fatores determinantes da segurança alimentar e nutricional e influenciam fortemente o acesso aos alimentos (Kepple e Segall-Correa, 2011; Segall-Correa e Kepple, 2021).

A dimensão do **acesso** trata do acesso físico, social e econômico aos alimentos. É complementar à da disponibilidade em diferentes escalas e, de forma ideal, ocorre quando todos têm a capacidade ou a possibilidade de obter alimentos sem ter que recorrer a meios ilícitos ou degradantes para acessá-los e consumi-los; e sem ter que comprometer outras necessidades. Costuma ser relacionada com a capacidade monetária e não-monetária das famílias e ao custo do conjunto das outras necessidades. Pode ser realizado por meio da produção para autoconsumo ou para venda, compra, caça ou troca e doações (IBGE, 2016)<sup>75</sup>, o que pode aproximar essas relações das relações de reciprocidade, noção cara ao comum. Além desses, há os elementos do acesso físico aos alimentos, mais relacionado com o tipo de alimento oferecido e sua qualidade, seguindo-se, daí, parâmetros para dietas adequadas (HLPE, op. Cit.).

Recentemente, o acesso aos alimentos foi uma dimensão desafiadora para as comunidades pesqueiras da Resex Canavieiras e seu entorno. Às dificuldades estabelecidas pelo derramamento de óleo e da pandemia na geração de renda, somaram-se os impactos das enchentes de 2021-2022, que, ao isolar comunidades,

---

<sup>75</sup> O IBGE monetiza os produtos para autoconsumo (de valor não monetário) com relação aos preços de mercado, para fins de valoração desse tipo de produção.

afetou o acesso físico aos alimentos durante um período de tempo que foi necessário ativar as redes de solidariedade entre pescadores e a sociedade geral.

A **utilização** é a dimensão que busca, no processo de alimentação, o conhecimento nutricional sobre os alimentos e seu aproveitamento biológico. Em um sentido estrito, a *utilização biológica* dos alimentos é definida como o processo que envolve a cadeia digestão/absorção/metabolismo/excreção ou ressíntese parcial dos alimentos nos organismos vivos (BRASIL, 2008). Nesse sentido, pode ser relacionada tanto aos aspectos sanitários dos alimentos em si, como às escolhas e hábitos alimentares e a aspectos de infraestrutura de saneamento e saúde das pessoas.

Esta dimensão pode ser identificada na melhoria da infraestrutura de produção, na organização de um sistema de beneficiamento com melhoria das condições sanitárias e estocagem da produção em acordo com normas sanitárias, a partir da mobilização social das comunidades da Resex Canavieiras.

A **estabilidade** enfatiza a importância de trazer a dimensão de tempo para a segurança alimentar (Berry et. al, 2015). Tal como anunciado acima, é transversal a todas as demais e é relacionada à garantia da sua continuidade, *ao longo do tempo*. Essas dimensões relacionam-se, de acordo com Kepple (2014), aos aspectos de quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos *adequados*, isto é, de acordo com as necessidades nutricionais. A estabilidade indica a capacidade de garantir a segurança alimentar nos momentos de crises repentinas ou por eventos cíclicos. Por isso, também aborda a permanência de programas e ações de promoção da SSAN como política de Estado. Essa compreensão da estabilidade dos alimentos na Resex Canavieiras e, diga-se, em diversas comunidades de pescadores do litoral sul baiano, passou um período relativamente longo com inúmeras interferências na continuidade da disponibilidade e no acesso aos alimentos. O que se pode discutir é em quais dimensões essas limitações ocorreram e quais foram as soluções das comunidades e o papel do estado no enfrentamento das interrupções.

Em 2020, o relatório do Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional das Nações Unidas (HLPE, em inglês) divulgou uma atualização dos marcos conceituais e normativos da sua concepção de SSAN, tendo em vista fundamentar as ações futuras medidas do Comitê de SSAN da ONU, no contexto da Agenda e objetivos do desenvolvimento sustentável 2030 (ODS).

Às dimensões existentes do conceito de SSAN, reconheceu-se a importância e acrescentaram-se as dimensões do agenciamento<sup>76</sup> (ou autonomia/arbitrio) e sustentabilidade. O **agenciamento, autonomia ou arbitrio** nos sistemas alimentares é aceito como um importante elemento do desenvolvimento humano. Esta dimensão pretende dar destaque à capacidade das pessoas ou grupos de agir com independência e tomar suas próprias decisões sobre os alimentos que se consomem, qual os alimentos produzem, como devem ser produzidos, processados e distribuídos nos sistemas alimentares. Nas palavras do relatório HPLE, a capacidade das pessoas de adotar medidas que melhorem seu bem-estar e a capacidade de participar diretamente e de influir nos contextos mais amplos, como na participação direta na elaboração de políticas públicas (HLPE, 2020).

A dimensão da **sustentabilidade** do sistema alimentar se refere à capacidade dos sistemas alimentares de manter a segurança alimentar no presente, sem comprometer as bases sociais, econômicas e ambientais que, no limite, garantem a própria segurança alimentar e no longo prazo. A sustentabilidade envolve práticas que são realizadas em determinados sistemas alimentares que funcionam como parâmetros para a proteção dos ecossistemas, considerando, novamente, a base material que permite a continuidade dos próprios sistemas alimentares.

Na formulação da ONU, relaciona a grande potencialidade transformadora das mudanças climáticas, a degradação dos recursos naturais e as desigualdades sociais e econômicas como elementos que debilitam cada vez mais a capacidade dos sistemas ecológicos interagir com os sistemas sociais e econômicos na produção de alimentos. Traz para a discussão da segurança alimentar a perspectiva de longo prazo dos sistemas, como uma extensão da dimensão da estabilidade, mais atenta às instabilidades e ao curto prazo do acesso aos alimentos (HLPE, op. Cit.).

Sustentabilidade inclui as formas das trocas entre as dimensões sociais e econômicas com o ambiental, em longo prazo, como afirma Berry (Berry et. al., 2014). Para este autor, a articulação dos conceitos sustentabilidade e segurança alimentar teria sido iniciada na ascensão do modelo produtivista da Revolução Verde, centrado no produtivismo, até a compreensão atual, de que a sustentabilidade no manejo e uso

---

<sup>76</sup> Tradução livre do inglês *agency*.

dos recursos naturais é a condição para a segurança alimentar, hoje e no futuro. Para ele, os indicadores ambientais devem complementar os indicadores de SSAN, sobretudo os que têm o foco na disponibilidade e na acessibilidade dos recursos naturais (por exemplo, a acessibilidade à terra potencialmente arável por habitantes).

Na esteira da discussão da relação entre sustentabilidade e segurança alimentar, vale destacar a reflexão de Hannah Wittman, que traz para a dimensão da sustentabilidade da segurança alimentar a perspectiva da conservação da biodiversidade, numa abordagem que inclui, para além do produtivismo, a política, a equidade e a diversidade. Nessa abordagem, garantir a segurança alimentar global e a efetiva conservação da biodiversidade são os principais e mais urgentes desafios para o século XXI (Wittman et al., 2016 p. 1292). A segurança alimentar é descrita com base nas definições da FAO e de acordo com as dimensões anteriormente descritas (disponibilidade, acesso físico e econômico, utilização e estabilidade) e a noção de biodiversidade é por ela tratada segundo as definições da Convenção sobre Diversidade Biológica, de 1992<sup>77</sup>, que, amplo modo, descreve a variabilidade de organismos vivos de todas as origens e da diversidade de genes dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas e suas interações.

A relação conservação da biodiversidade-segurança alimentar apresenta uma questão chave, que reside numa suposta dicotomia da produção agrícola: na escala global, é um dos grandes vetores para o declínio da biodiversidade, entretanto, é elemento central para garantir que alimentos suficientes estejam disponíveis em qualquer escala, todo o tempo, para todas as pessoas (Wittman, op. Cit). Entretanto, focar estritamente na produção estabelece enormes limitações na análise da insegurança alimentar. Como recorda essa autora, são muitas as situações em que a [falta da] produção não é a razão da insegurança alimentar, mas barreiras no acesso e distribuição dos alimentos, a desigualdade social e concentração de renda podem ser mais importantes. Nesse sentido, Amarthia Sen já havia destacado que a fome é a característica das pessoas que não têm comida suficiente para comer, mais do que

---

<sup>77</sup> O texto da Convenção sobre a Diversidade Biológica foi elaborado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, e aprovado, no Brasil, pelo Decreto Legislativo nº 2, de 1994. A CDB traz, no seu preâmbulo, a noção do "valor intrínseco" da diversidade biológica e sua característica de "preocupação comum" à humanidade. A CDB reconhece a relação de dependência que comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais estabelecem com os recursos biológicos, que poderíamos chamar de riquezas naturais, e que a conservação e "utilização sustentável" da biodiversidade é fundamental para satisfazer as necessidades de alimentação, de saúde e de outras naturezas dessas comunidades e da população mundial como um todo.

não haver alimento suficiente para se comer. Por isso, seria necessário ir além das pesquisas sobre a produção (Sen, 1984).

Para Whitman, esta condição dicotômica da produção pode ser superada com, por exemplo, políticas públicas agrícolas de redução dos níveis de insegurança alimentar que incidam, indiretamente, na conservação da biodiversidade, ao promover práticas "sustentáveis" e a troca de conhecimentos e saberes. Também o apoio a sistemas alimentares que tenham base em modos de vida tradicionais, de baixo impacto, que podem promover a segurança alimentar com a conservação da biodiversidade, pois dela dependem para manter-se. Uma promoção da segurança alimentar que seja capaz de fomentar a diversidade alimentar, contribui para a conservação para continuar produzindo. Inversamente, os programas para a conservação da biodiversidade podem contribuir para a segurança alimentar se incentivarem o uso da diversidade biológica na alimentação e considerarem os níveis e formas de interferência sobre a atividade agrícola, sobretudo aquela para autoconsumo ou para o abastecimento de sistemas alimentares locais e regionais. A transição para sistemas produtivos agroecológicos é comumente citada como processo que alinha a produção de alimentos e promoção da biodiversidade, em diversas escalas espaciais e temporais (Wittman, op. Cit).

Nessas duas dimensões, agenciamento e sustentabilidade, é possível identificar a influência e incorporação de proposições sublinhadas pela noção de Soberania Alimentar, como o direito e autonomia de pessoas e grupos para decidir sobre os alimentos que se consumirão, também como serão produzidos, elaborados e distribuídos. A permanência dos espaços democráticos de participação na elaboração dos marcos normativos e o controle social sobre os processos produtivos, de comercialização e consumo de alimentos e a adoção de práticas que contribuam para a manutenção de sistemas naturais, sociais e econômicos a longo prazo são elementos presentes nas duas abordagens.

No Brasil, as dimensões *disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade* dos recursos e alimentos foram desdobradas, para fins de estruturação de um sistema de monitoramento e de avaliação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), em outras nove dimensões de análise: a produção de alimentos; da disponibilidade de alimentos; a renda e condições de vida, o acesso à alimentação

adequada, inclusive a água; a dimensão da saúde, saneamento e os serviços relativos, os hábitos alimentares e os componentes nutricionais; a dimensão da educação e de programas e ações que estejam relacionadas com a SSAN (**Quadro 4**). Essas nove dimensões têm correspondência com as quatro dimensões assinaladas na esfera internacional e foram corroboradas pelo Decreto Nº 7.272, de 2010, que, além da PNSAN, estabeleceu parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN (Maluf, 2007; Machado e Sperandio, 2020; Kepple, 2014; Brasil, 2010).

**Quadro 4** - Correspondências das dimensões do Sistema de Monitoramento de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil e as dimensões adotadas internacionalmente

<b>Dimensões FAO (2011)</b>	<b>Dimensões de monitoramento e avaliação PNSAN (2010)</b>
- Disponibilidade	- Produção de alimentos; disponibilidade de alimentos
- Acesso	- Renda e condições de vida, acesso à alimentação adequada
- Utilização	- Saneamento, Saúde e serviços de saúde - Hábitos; nutrição
- Estabilidade	- Educação, programas e ações de SSAN
- Arbítrio, autonomia ou agenciamento (2020)	* Aproxima-se da noção de soberania; busca do próprio bem-estar
- Sustentabilidade (2020)	* Origina-se da dimensão da estabilidade; continuidade dos sistemas

Fonte: Adaptado de Kepple, 2014; BRASIL, 2010; HPLE, 2020.

As características das dimensões da segurança alimentar possibilitam uma leitura diferenciada sobre os objetivos das Reservas Extrativistas. Para além da proteção ambiental, estudos diversos e o *senso comum*, em geral, as colocam como unidades que operam para a produção para o autoconsumo, com um certo grau de isolamento da economia. As dimensões da SSAN, por sua vez, podem mostrar os diferentes níveis e escalas de relações das comunidades entre elas, delas com os mercados externos e com o próprio Sistema Alimentar. Nessas relações, as dimensões da SSAN são meios para articular as formas de produção e comercialização dos alimentos, etapas de um processo mais complexo, com as formas de manejo das riquezas naturais em um território ambientalmente protegido, resultado de ações e práticas que instituem o que se comprehende por comum.

Essas dimensões da SSAN podem ser reconhecidas nos chamados fatores determinantes (e associados) da SAN, que foram propostos por Kepple e Segall-Corrêa (2011) em um modelo conceitual que lhes atribuiu multiplicidade (variedade e quantidade) e intersetorialidade (integração ou articulação com ou entre outros fatores de diferentes setores) em três diferentes escalas, a "macrossocioeconômica", ou global e nacional, a escala regional e local e, por fim, os determinantes domiciliares e individuais. Na escala "macro", nos níveis nacional e internacional, os determinantes da IAN encontram-se no sistema político-econômico que dá suporte para o modelo de desenvolvimento que, por sua vez, também é um fator determinante da IAN. Direta ou indiretamente, as políticas públicas para agricultura, pesca e para a questão ambiental estruturam os sistemas de produção de alimentos e, com isso, podem definir o que se produz, como, onde, por quem e para quem. Se esses pontos falam sobre temas como a inclusão produtiva e a soberania alimentar, as mudanças climáticas se apresentam como desafios à manutenção da produção de alimentos.

Nas escalas regional e local, o acesso aos alimentos pode ser determinado pela combinação de fatores de produção, de disponibilidade, preços e do emprego e renda. Pode combinar esses fatores com o acesso a determinados serviços públicos, principalmente educação e saúde, mas também abastecimento de água e saneamento, segurança, transporte, energia(s) e assistência social. Em sociedades muito desiguais, como o Brasil, esses fatores devem ser analisados com referência ao racismo estrutural e ao preconceito étnico, de gênero e racial, que podem ser determinantes de oportunidades sociais e de acesso a recursos materiais e imateriais.

Na escala familiar, os fatores determinantes da segurança ou da insegurança alimentar e nutricional estão relacionados com o perfil demográfico, gênero e escolaridade, condições de saúde dos moradores, emprego, renda e estabilidade financeira, conhecimento sobre alimentos e hábitos alimentares, inclusão em redes de solidariedade e recebimento de benefícios assistenciais e programas sociais.

Em 2015, foram sistematizados no Relatório SOFI/FAO de tal forma que oferecem uma estrutura de variáveis dos determinantes em nível domiciliar/familiar relacionados à (1) produção e disponibilidade de alimentos e (2) acesso a políticas públicas de emprego, salário e renda, educação, assistência social, saúde, saneamento, custo de vida, custo dos alimentos e seu peso no orçamento familiar, acesso à terra e territórios e, no caso deste estudo, aos territórios pesqueiros em sua integridade. Parte das variáveis consideradas por essas autoras foram utilizadas durante a pesquisa de campo desta pesquisa e, junto com a aplicação da Ebia, revelaram o quadro geral da insegurança alimentar na Resex de Canavieiras após os episódios do derrame do óleo e da pandemia.

Tomando como referência a literatura consultada, é possível inferir que é a partir da característica multidimensional do conceito de SSAN que se torna possível estabelecer a relação com o campo da Conservação da Biodiversidade, mais precisamente sob o paradigma do socioambientalismo. Como poderá ser visto ao longo deste item, muitas das características dessa qualidade multidimensional têm relação direta com o *direito aos territórios pesqueiros*, uma das principais reivindicações das organizações de pescadores e pescadoras. Ao considerarmos que muitas das qualidades desses territórios se fazem presente (ou são potencializadas) nas Reservas Extrativistas, esta se configura como a base para a realização de práticas instituintes de comuns, na medida em que sua institucionalização combina elementos do *comum* de proteção ambiental com o acesso às riquezas naturais, de gestão participativa (ou co-gestão) e a produção de alimentos.

Aberta essa possibilidade, os conceitos e ferramentas da abordagem da SSAN oferecem elementos que podem auxiliar no estabelecimento de relações entre o estado da segurança alimentar dessas comunidades produtoras de alimentos com algumas das condições que se apresentam como seus determinantes, tanto na produção e disponibilidade de alimentos como no acesso a serviços públicos e renda, como poderá ser visto no próximo Capítulo, que apresentará os dados de indicadores

da segurança alimentar e nutricional dos grupos a que se teve acesso, nas comunidades “beneficiárias” da Resex Canavieiras, de modo a buscar evidências sobre a possibilidade de encontrar objetivos da SSAN em processo de conservação da biodiversidade em territórios “comuns”.

## **CAPÍTULO V – O acesso à alimentação adequada e manutenção do meio ambiente no território da Resex Marinha de Canavieiras**

Este capítulo discutirá a situação da produção e do acesso dos pescadores e marisqueiras aos alimentos como elemento articulador do direito ao território pesqueiro, realizado por meio da Resex Marinha. Por ser uma Unidade de Conservação que, como discutido, traz elementos da construção do comum por sujeitos coletivos, associa e relaciona a conservação da biodiversidade e o direito à alimentação adequada e saudável à noção (e ação) da *prática instituinte do comum*<sup>78</sup>.

O capítulo está dividido em quatro subcapítulos. No primeiro, serão descritas as especificidades da pesquisa de campo, realizada durante o confinamento social para controle da pandemia. Acredita-se que as adaptações exigidas pelo momento ao processo da pesquisa podem se configurar como contribuições metodológicas ao campo da pesquisa em SSAN em comunidades rurais isoladas.

No segundo subcapítulo, os dados das entrevistas serão descritos e analisados à luz da noção de práticas instituintes do comum e problematizadas no contexto de uma unidade de conservação da natureza. Serão utilizados os dados coletados no diagnóstico socioambiental e no inquérito sobre SSAN realizados entre famílias das comunidades pescadoras beneficiárias da Resex Marinha de Canavieiras e dados e informações levantadas na pesquisa documental, além de entrevistas a lideranças e acompanhamento de reuniões.

No terceiro, um conjunto de indicadores de produção e acesso aos alimentos será avaliado conforme os níveis de segurança ou insegurança alimentar identificados durante as entrevistas de campo. No quarto e último subcapítulo, serão descritas algumas das atividades da co-gestão da UC, o Conselho Deliberativo, e da colaboração de projetos, acompanhadas durante os anos de 2020, 2021 e 2022. Será

---

<sup>78</sup> A *prática instituinte* é o ato de instituir que acompanha a perspectiva do comum como princípio político. Cf. Capítulo 3 desta tese.

possível observar que essas atividades, que são definidas pelas lideranças comunitárias como ações de fortalecimento e consolidação do território, têm elementos que as caracterizam como práticas instituintes que incorporam objetivos e práticas da segurança alimentar.

## **5.1 O projeto Maré-saber e a pesquisa de campo**

Como citado anteriormente, a Ação Maré-saber reuniu um grupo de alunos e professores do PPGES-UFSB que elaborou um projeto de extensão para o Edital PROPPG/UFSB Nº 10/2019. Sua proposta foi sistematizar as ações contingenciais realizadas por pescadores e marisqueiras no combate à chegada das manchas de óleo ao litoral. Simultaneamente, a ação buscava identificar alguns dos efeitos dos impactos das oleadas nos níveis de segurança alimentar de comunidades pescadoras afetadas, nos municípios de Sta. Cruz Cabrália e Belmonte. A proposta foi lançada em novembro de 2019 e iniciada em janeiro de 2020, mas modificada em março desse mesmo ano, em função das limitações impostas para o controle e prevenção da contaminação pelo novo Coronavírus.

### **5.1.1 A pesquisa de campo**

É importante destacar que a pandemia do Coronavírus impôs uma série de restrições de mobilidade espacial e limitações de contato social durante um período de cerca de dois anos. Tal situação comprometeu a estrutura da metodologia da pesquisa, exigindo um uso mais intenso dos ambientes virtuais no momento em que deveria ser iniciada a etapa de estabelecimento de relações com as lideranças pescadoras. Esse foi o maior desafio do estudo.

Partindo do pressuposto de que se a contaminação dos ecossistemas e das espécies da fauna marinha por óleo limitaria o acesso aos recursos naturais que garantiam alimentação e a renda das comunidades pesqueiras, a Ação pretendia realizar um diagnóstico da situação alimentar dessas categorias, em locais específicos, apoiado por um questionário estruturado sobre questões que evidenciassem as relações entre pescadores e a natureza. Foram previstas oficinas que objetivavam promover a reflexão sobre as práticas e conhecimentos dos pescadores e marisqueiras no combate às oleadas e seus efeitos imediatos, como a poluição nos ecossistemas de alta fragilidade. O objetivo era elaborar representações

cartográficas e audiovisuais das informações e contribuir para dar visibilidade às lutas dos movimentos sociais dos pescadores e de valorizar suas ações no combate ao óleo. Essa proposta foi apresentada em 13 março de 2020, durante a oficina "Educação através da Imagem", primeiro encontro entre os grupos de pescadores, marisqueiras e professores, pesquisadores e alunos da UFSB (**Figura 16**).



**Figura 16** - Realização da oficina "Educação através da Imagem", 2020

Por estar alinhado com o tema, colaborei na organização e no desenvolvimento metodológico e técnico do projeto. Diante das limitações impostas pela pandemia e crise sanitária, a partir de março de 2020, foi necessário um ajuste nos objetivos e uma adequação dos métodos. No novo formato esta tese contribuiria para o desenho de uma proposta metodológica e execução de pesquisa de verificação dos níveis de insegurança alimentar das famílias de pescadores e marisqueiras em comunidades pescadoras, preferencialmente beneficiárias da Resex Canavieiras.

A pesquisa deveria ser acompanhada de um diagnóstico socioambiental, que caracterizaria os grupos, e do registro de narrativas sobre os efeitos dos impactos na SAN nas famílias, com dados a ser obtidos por meio de aplicação de questionários. Para ser executada, essa proposta demandou um arranjo que envolvesse lideranças das comunidades pescadoras para além do papel de "fornecedoras de informações", mas como articuladoras da pesquisa no território. A proposta de pesquisa foi então apresentada para um grupo de lideranças pescadoras e marisqueiras de diversas

Associações locais e da Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia. Os dados a ser produzidos seriam aproveitados para este estudo<sup>79</sup>.

Como procedimento metodológico, foi proposto às lideranças realizar uma experiência de levantamento de informações sobre os determinantes e os níveis da insegurança alimentar de famílias, seguindo pressupostos de metodologias da pesquisa-ação participativa<sup>80</sup>. Cabe mencionar que não é objetivo desta tese o aprofundamento de questões epistemológicas da pesquisa-ação participativa, mas destacar que essa perspectiva metodológica estimula a modificação da relação sujeito-objeto da pesquisa, o que traria uma nova experiência da prática da pesquisa a ser realizada pelos próprios pescadores e marisqueiras, que já apresentavam níveis de organização elevados e desenvolviam diversas atividades coletivas nos territórios.

Assim, incorporando o objetivo de apoiar e ampliar a visibilidade das ações de pescadoras e marisqueiras, a Ação consistiu na elaboração conjunta de um formulário-diagnóstico socioambiental a ser aplicado junto com as questões da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, propondo uma co-ação<sup>81</sup> que tivesse como objetivo dar início a um processo – experimental – de automonitoramento dos níveis de SAN. O argumento se baseou no pressuposto de que o automonitoramento é a possibilidade de a pessoa ou grupo acessar tecnologias que permitam o acesso a um conjunto de capacidades individuais e do grupo, o que levaria ao desenvolvimento de formas autônomas de produção de (auto)conhecimento. O uso da Ebia, que será descrita adiante, se justifica neste estudo por ter diversas vantagens operacionais e na geração e organização de dados sobre a fome, mas também por indicar uma medida do reflexo da situação do acesso aos recursos naturais e da preservação dos "bens comuns" do grupo: as práticas de manejo e os modos de vida e cultura da pesca artesanal que mantém a produção de alimentos e a conservação dos ecossistemas.

---

<sup>79</sup> Em um cenário de pandemia, a pesquisa de campo somente foi possível com a parceria estabelecida entre o PPGES e as organizações comunitárias e de pescadores atuantes na Reserva Extrativista de Canavieiras, no município de Sta. Cruz Cabrália e na TI de Coroa Vermelha.

<sup>80</sup> Em que a pesquisa é tratada como uma vivência, que inclui educação de adultos, pesquisa científica colaborativa, ação política orientada para a mudança social e a prática da participação como mobilizadora de processos de autoconhecimento (Kindon et. al, 2007; Fals-Borda, 2001).

<sup>81</sup> A “co-ação” traz a ideia de que a relação social tem como efeito a multiplicação e agrupamento da força individual, gerando uma força coletiva (Cf. Dardot e Laval, 2017, p.220). Para evitar um “efeito parônimo”, utilizaremos o termo “co-atividade”.

Aprovada a proposta, foram organizados encontros virtuais remotos, momentos em que foram aplicadas adaptações de ferramentas de coleta e registro de dados, como entrevistas, registros de áudio, vídeo e fotográfico, e ferramentas de elaboração de croquis e "mapeamentos virtuais". No decorrer das atividades, as lideranças pescadoras e marisqueiras concordaram realizar as seguintes ações: (1) realizar um debate entre saberes acadêmicos e tradicionais utilizando ferramentas de comunicação virtuais, (2) co-elaborar um questionário que abrangesse as expectativas de pesquisa do projeto Maré-saber e os das próprias lideranças, que já estavam em processo de auto-organização para realizar uma pesquisa própria, (3) aplicar nas suas comunidades o questionário, adotando todos os procedimentos de segurança sanitária para atividades presenciais e (4) discutir os dados sistematizados pela equipe do projeto e participar da produção de material de divulgação das informações. É importante destacar que o grupo de lideranças marisqueiras da Rede de Mulheres posicionou-se como um conjunto que é protagonista nos projetos que tratam do território, do ambiente e da sociedade ali organizada e que os projetos propostos por instituições externas passam pela chancela desse coletivo, que faz parte do Grupo de Trabalho de Projetos no Conselho Deliberativo da Resex.

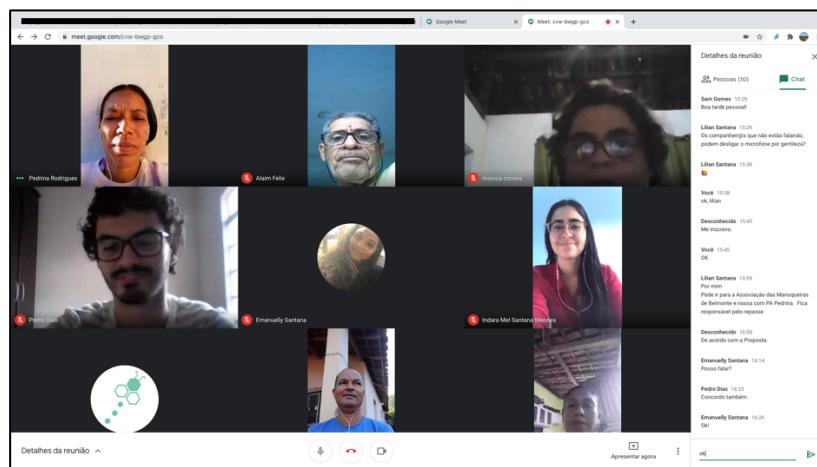
Participaram da pesquisa, de Canavieiras, a Associação-mãe da Reserva Extrativista de Canavieiras (AMEX), a Associação dos Pescadores e Marisqueiras e Moradores de Atalaia (APEMA), a Associação de Pescadores e Agricultores de Campinhos (APAC), Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores de Puxim da Praia (AMAPP), a Associação de Pescadores de Puxim do Sul (APPS) e a Colônia de Pescadores Z-20. Em Belmonte, a Associação das Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte (AMPB) e a Colônia Z-21. De Sta. Cruz Cabrália, a Associação de Pescadores Indígenas Pataxós (APIP), o Grupo de Ação para o desenvolvimento da Pesca Artesanal Sustentável (GADAP), a Associação de Pescadores de Santo Antônio (APSA) e a Colônia de Pescadores Z-51<sup>82</sup>.

O debate entre saberes foi realizado simultaneamente à co-elaboração do formulário de pesquisa, ao longo de 8 (oito) encontros virtuais, entre os meses de abril e julho de 2020 (Figura 17). Nesses encontros, foram debatidos temas relacionados com as noções de SSAN, de participação social na consolidação de territórios pesqueiros, sobre a relação das populações tradicionais com a conservação da

---

<sup>82</sup> Ver figura 1 na Apresentação desta Tese.

biodiversidade, da construção social dos “bens comuns” (água, rios, terra, mangue, mar) e a Reserva Extrativista Marinha como área protegida, entre outras noções. Importante considerar a intenção de promover o debate de categorias “nativas” como caminho para uma troca autêntica de conhecimentos e de democratização e registro dos saberes.



**Figura 17** - Tela com participantes de uma das reuniões virtuais do Projeto Maré-saber, 2020

Durante os encontros, houve a oportunidade elaborar conjuntamente, em forma de oficina virtual, a estrutura e os tipos de dados a ser levantados na pesquisa, incorporando as demandas dos pescadores e as atividades programadas pela Ação de extensão Maré-saber. Essa estrutura e o processo de elaboração do formulário de pesquisa são descritas a seguir.

### **5.1.2 A elaboração de formulário socioambiental e inclusão da EBIA**

É importante destacar que já no primeiro encontro virtual as lideranças apresentaram um formulário elaborado pelo coletivo Rede de Mulheres, que propunha assinalar as dificuldades para acessar políticas e serviços públicos para o enfrentamento e combate ao Coronavírus. Após a leitura das propostas de questionários e de debates, as perguntas, mais específicas foram remanejadas para um novo formulário, direcionado às famílias, enquanto questões mais gerais, que pudessem ser respondidas pelas próprias lideranças, foram mantidas em um formulário para esse fim.

Assim, foram elaborados dois questionários: um para ser respondido pelas lideranças pescadoras, subdividido nos temas como saúde, mobilidade, dificuldades em acessar os auxílios emergenciais; comunicação e acesso à internet, acesso às redes de comunicação local<sup>83</sup>; o número aproximado de famílias que estivessem com dificuldades para acessar alimentos e questões de produção, comercialização e trocas, focando nos principais alimentos produzidos para consumo, venda e troca nos primeiros meses de isolamento social.

O segundo formulário, de elaboração conjunta, foi planejado para aplicação nas famílias pescadoras e teve como preocupação ampliar o escopo das variáveis e reduzir seu tempo de aplicação. Sua elaboração foi norteada pela noção de multifuncionalidade, aplicada à atividade pesqueira<sup>84</sup>. Em poucas palavras, essa noção, que opera nos níveis familiar, territorial e da sociedade para as funções de reprodução socioeconômica das famílias, de promoção da segurança alimentar, da formação de uma identidade coletiva, de manutenção do tecido social e da preservação da paisagem e dos recursos naturais (Maluf, 2003) oferece elementos conceituais que poderiam servir para revelar a existência das *práticas instituintes do comum* no território da Resex Canavieiras nas múltiplas dimensões da interação da conservação da biodiversidade com a produção de alimentos, pois, ao destacar essas funções, o conceito valoriza aspectos que não estão necessariamente ou exclusivamente nas relações produtivas mercantis. Operacionalmente, o formulário buscou dados que revelassem características da multidimensionalidade da SSAN, nos aspectos da produção, relações familiares, comunitárias e ambientais (**Anexo I**).

A partir dessas referências, a estrutura do questionário buscou evidenciar detalhes das famílias que pudessem compor um quadro que as contextualizasse nos níveis de SSAN em que se encontravam em meados de 2020. Assim, foi subdividido em seis breves seções<sup>85</sup>: na primeira, a identificação do entrevistado e alguns dados sobre gênero, raça, tempo de residência filiação a Colônias e Associações de Pescadores permitiriam formar um perfil geral dos entrevistados, qualificando e dando

---

<sup>83</sup> Plataformas digitais gratuitas eram utilizadas como canal de comunicação das Associações com as comunidades.

<sup>84</sup> A noção de multifuncionalidade seria originalmente atribuída à agricultura familiar (Cf. Maluf, 2003).

<sup>85</sup> Ser “breve” se refere ao entendimento de que o formulário deveria ser plenamente comprehensível pelas lideranças e respondentes e que também pudesse ser compacto, favorecendo o encontro e o tempo de diálogo entre lideranças e comunitários.

representatividade à amostra. Com essas informações, foi possível encontrar dados sobre a idade, faixa etária, situação do domicílio, localização, mobilidade espacial e “territorialização” na Resex.

A segunda seção caracterizou as famílias e visou encontrar seus vínculos com o território por meio da realização de suas atividades, a partir de seu local de residência, suas casas e seus quintais. Da família, ou grupo doméstico, considerada como o conjunto de pessoas moradoras em uma mesma residência, ligadas ou não por laços de parentesco, pretendeu-se identificar, para além de pescadores e marisqueiras, outras categorias, analíticas ou nativas, que apontassem tanto para elementos identitários como para possibilidades de acesso a políticas públicas orientadas para tipos sociais específicos, como, por exemplo, “agricultor familiar” ou “extrativista” categorias amplas que em determinadas situações englobam a categoria analítica pesca artesanal (mas não necessariamente a categoria “nativa” em que se converte). Ainda da família, foi feito o levantamento do número de moradores por faixas etárias (crianças e adolescentes; jovens e adultos; idosos), de modo que fosse possível aproximar-se de um padrão de composição das famílias.

A **casa**, ou o domicílio, foi pensada como espaço de sociabilidade e de individualidades da família e seus componentes, onde se originam e desenvolvem questões do contexto familiar e, ao mesmo tempo, de interação com outras famílias, estabelecendo-se relações de vizinhança e comunitárias. Como resultado de debates com as lideranças, entendeu-se que a aproximação mais imediata da casa com a segurança alimentar da família e as condições de vida seria a existência de bens básicos para preparação e conservação dos alimentos e as matrizes energéticas empregadas.

Abordar os **quintais** teve por objetivo compreender de que formas esses espaços se apresentam em termos de uso. Para o caso dos agricultores familiares, Burlandy (Burlandy et al., 2003), ao citar o relatório do Diagnóstico Participativo da situação da segurança alimentar em Campo Alegre de Lourdes (BA), realizado pela Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), em 1997, acolhe a perspectiva de que a produção familiar ocorre em três subsistemas: a roça, a criação animal e o quintal doméstico. A SASOP definia como *quintal doméstico* a área peridomiciliar, que apresenta extensões variadas entre famílias e que pode ser subdividido em espaços de canteiros (hortas), árvores frutíferas (pomares) e criação

de animais de pequeno porte. A existência deste subsistema seria o principal responsável por fontes de diversos micronutrientes da dieta local. Além disso, é o que demanda menos força de trabalho familiar, pois é o que exige menos tratos culturais e oferece um bom retorno em produtos para autoconsumo e, eventualmente, venda.

No caso específico citado por Burlandy, a *roça* tinha como característica ser o subsistema mais importante, por fornecer alguns dos elementos centrais à reprodução familiar. Neste estudo, tem-se uma compreensão similar sobre a *roça*, entretanto, não é necessariamente o subsistema mais importante, mas aquele que fornece elementos complementares à reprodução familiar. O levantamento dos produtos oriundos desses espaços tem como objetivo identificar elementos atenuantes dos níveis de IAN, mas não se desconsidera a importância desses espaços na sociabilidade familiar, assim como na sua importância na geração de renda extra e alimento e que são, comumente, mantidos pelas mulheres.

A seção **trabalho e renda familiar** abordou o acesso aos alimentos situando pescadores e marisqueiras no contexto das diversas atividades que executam na pesca e no extrativismo frente às dificuldades estabelecidas com os impactos do óleo e pandemia. Essas dimensões, trabalho, renda e acesso aos alimentos, foram tratadas de forma relacional na elaboração do questionário, o que, na prática, significou verificar como a dinâmica de trabalho na pesca se comportava diante dos desafios impostos pelas restrições pandêmicas. Foram usando indicadores de permanência na atividade pesqueira, tais como a realização, ou não, de outras atividades, as formas de inserção nos Sistemas Alimentares locais e as relações com as coisas que produz, o tempo dedicado à pesca e a dinâmica da renda familiar gerada com essa atividade. O acesso aos alimentos é a dimensão da SAN que trata do acesso físico e econômico aos alimentos e é consecutivo à sua disponibilidade, como será apresentado adiante.

Devido às limitações já informadas e pela necessidade de simplificação do formulário, essa dimensão foi representada por indicadores que informassem as origens dos produtos da cesta de alimentos consumida mensalmente. Previu-se, nesse caso, que os alimentos poderiam ser adquiridos com dinheiro em mercados, provenientes das atividades da pesca e outras formas de extrativismo e de espaços produtivos para autoconsumo (hortas, pomares, roças, etc.).

Nestes indicadores, para representar o comportamento do valor das variáveis, foram adotadas faixas em intervalos percentuais de 25%, para facilitar o registro dos dados. Esses intervalos foram transpostos para a linguagem da pesquisa de campo, gerando as seguintes equivalências: “quase tudo” representa a faixa entre 75 e 100%; “grande parte” representa a faixa de 50 a 75%; “até a metade” define a faixa de 25 a 50% e a “menor parte” a faixa com mais de 1 e até 25%. A resposta “nada” indica que o entrevistado não faz uso.

A seção Acesso da família a **Políticas Públicas para sua Segurança Alimentar** buscou identificar a que políticas públicas de assistência e segurança social, meio ambiente, SSAN e auxílios emergenciais eram acessadas pelas famílias pescadoras, a fim de avaliar os níveis de vulnerabilidade econômica do conjunto das famílias frente ao contexto de intensificação das limitações para produção e comercialização do pescado, como efeito do desastre do óleo e da pandemia. O acesso ao Programa Bolsa Família, aposentadorias e Benefícios de Prestação Continuada foram algumas das variáveis utilizadas, assim como acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, programas de Assistência Técnica Rural (ATER) e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), entre outros.

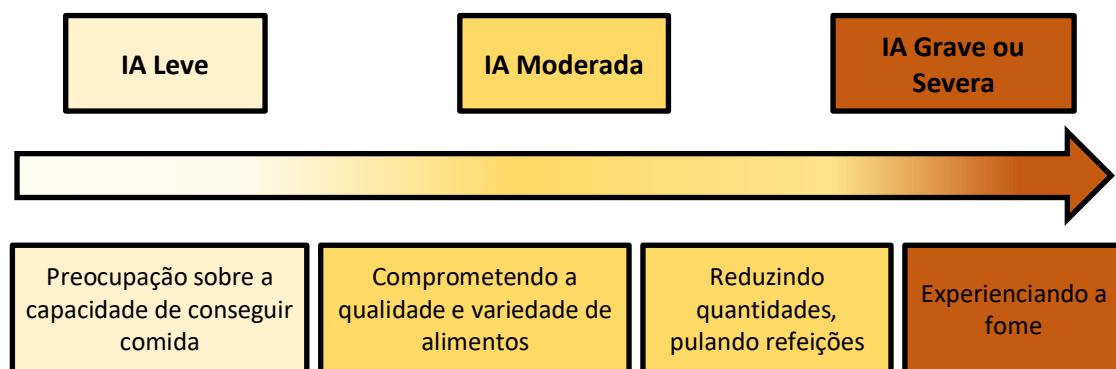
### **5.1.3 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA**

Dada a multiplicidade de elementos e fatores que influenciam a SAN, diversos métodos de mensuração e avaliação foram elaborados para medir a (in)segurança alimentar e nutricional. Cada um busca captar o fenômeno da insegurança alimentar e da fome sob uma perspectiva própria, possibilitando que seus resultados sejam complementares.

Há cinco métodos principais empregados em inquéritos nacionais para identificar níveis de insegurança alimentar e nutricional: (1) o método da FAO de cálculo da disponibilidade calórica diária *per capita*; (2) o cálculo da renda mínima para consumo alimentar e não alimentar, (3) as Pesquisas de Orçamentos Domésticos; (3) o cálculo do consumo alimentar individual, como os recordatórios, e as quantificações dos gastos familiares com aquisição de alimentos, chamadas Pesquisas de Ingestão Individual de Alimentos; (4) os métodos antropométricos, de mensuração da composição física do indivíduo e (5) as escalas psicométricas do acesso familiar aos

alimentos, definidas como Pesquisas de Percepção de Insegurança Alimentar e Fome (Pérez-Escamilla e Segall-Corrêa, 2008).

Optou-se pelo método das escalas psicométricas, ou da percepção da insegurança alimentar. Esse instrumento é representado pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), que é composta por perguntas que abrangem a percepção do entrevistado da preocupação com a possível falta de alimentos, com a ingestão de calorias ou com a qualidade da dieta. As perguntas são o reflexo da elaboração teórica que comprehende que a Insegurança Alimentar ocorre em níveis e que tem início com um estímulo negativo que gera, inicialmente, uma preocupação<sup>86</sup>, seguido por uma redução da qualidade da dieta<sup>87</sup>, a redução no consumo de calorias pelos adultos (“pular” refeições), até se atingir o nível da fome, definida como passar um dia sem comer (**Figura 18**). Os níveis são definidos por uma escala de pontos. (**Quadro 5**).



**Figura 18** - Fluxo dos níveis de IAN e suas principais indicações

Sua maior vantagem é medir diretamente o fenômeno da fome por meio da percepção da experiência da fome por uma população e por ser capaz de medir as dimensões físicas e psicológicas da Insegurança alimentar, classificando os domicílios de acordo com a vulnerabilidade à insegurança alimentar.

Por ser uma métrica subjetiva, pode estar sujeita a interpretações diversas, o que pode influenciar nas respostas conforme interesses ou vergonha. Outra

<sup>86</sup> Por exemplo a perda de emprego, a contaminação ambiental ou o impedimento de trabalhar.

<sup>87</sup> Como, por exemplo, substituir alimentos por outros de pior qualidade ou “fazê-los render”.

desvantagem é estar muito centrada nas dificuldades de acessar os alimentos em decorrência da limitação de recursos financeiros para tal. No Brasil, a EBIA é adotada em versões de 8 ou 14 questões, dependendo se há ou não moradores menores de 18 anos no domicílio (**Quadro 5**).

**Quadro 5** - Pontos de corte da EBIA segundo níveis de segurança/insegurança alimentar e pontuação referente às escalas com 8 e 14 perguntas

Nível de SAN	Domicílios sem menores de 18 anos (8 questões)	Domicílios com menores de 18 anos (14 questões)
SA	0	0
IL	1 - 3	1 - 5
IM	4 – 5	6 - 9
IG	6 – 8	10 - 14

SA: Segurança Alimentar; IL: Insegurança Alimentar Leve; IM: Insegurança Alimentar Moderada; IG: Insegurança Alimentar Grave

Obs.: Cada resposta positiva (“sim”) conta um ponto.

Por ser multidimensional e interdisciplinar, o fenômeno da SAN é muito complexo, mas para Kepple e Segall (2011 *apud* MDS, 2014) a EBIA pode ser útil para estimar a prevalência de certos níveis de Insegurança Alimentar (IA), para identificar grupos locais em risco e embasar os estudos das consequências da IA. Os estudos mais recentes foram realizados pela Rede PENSSAN<sup>88</sup>, em 2020 e 2022, o *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – VIGISAN*

Todos esses elementos e considerando as demandas da pesquisa Maré-saber por uma ferramenta que permitisse realizar o levantamento dos dados à distância e de forma experimental, com uma aplicação a baixo custo e que oferecesse resultados de forma objetiva, ratificaram a opção pela EBIA. Por se tratar de uma experiência inédita para este pesquisador e para os grupos de marisqueiras e pescadores envolvidos, optou-se pela aplicação da escala com 14 perguntas, que, embora mais longa, permitiu reforçar a compreensão da ferramenta na sua concepção, além de observar seu funcionamento como um processo, diante das peculiaridades da pesquisa.

<sup>88</sup> Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (<https://pesquisassan.net.br/>).

### **5.1.4 Aplicação dos formulários**

Os formulários, depois de co-elaborados, foram transcritos e adaptados para a plataforma GoogleForms®, que, mesmo com diversas limitações, se mostrou uma ferramenta de fácil instalação e manuseio nos aparelhos de telefonia móvel (celulares) e de fácil operacionalização. A principal limitação do programa, que é a impossibilidade de operá-lo em modo *off-line* (sem sinal de acesso à internet) se tornou no principal desafio para a logística de aplicação nas comunidades rurais.

As lideranças comunitárias, depois de validar o formato do formulário e a ferramenta de aplicação, passaram por um expedito processo de treinamento que, articulado com a troca de saberes e conhecimentos e estimulando a reflexão sobre a noção de SSAN, de IAN e da concepção e uso da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, enfatizou formas de abordagem e de aplicação de formulários.

Os formulários eletrônicos foram aplicados entre os dias 13/08/2020 e 16/09/2020, com aplicações isoladas no dia 25/09/2020. Nesse período, foram totalizados 101 (cento e um) formulários, em 10 (dez) localidades dos três municípios abrangidos, envolvendo 12 (doze) organizações da sociedade civil, o ICMBio, por meio da gestão da Resex Canavieiras e do Conselho Deliberativo da Resex. Paralelamente, foram respondidos outros 17 (dezessete) formulários pelas lideranças sobre temas comunitários. Na Resex Canavieiras, foco desta tese, foram respondidos 41 (quarenta e um) formulários na zona rural do município de Canavieiras e 17 (dezessete) nos bairros Biela e Ponta da Areia, na área urbana da Sede do município de Belmonte. No município de Sta. Cruz Cabrália, foram respondidos 42 (quarenta e dois) formulários, sendo 19 (dezenove) na área urbana da Terra Indígena de Coroa Vermelha, 11 (onze) em bairros da Sede e 13 (treze) nas localidades de Guaiú e Santo Antônio, na zona rural. A atividade totalizou a aplicação de 101 formulários.

Damos um grande destaque às atividades desenvolvidas, no território da Resex, por membros da Rede de Mulheres das Comunidades Extrativistas do Sul Bahia, que mostraram grande interesse e empatia pela temática da ação, viabilizando assim sua execução em campo.

### **5.1.5 Estratégias para realização da pesquisa em campo**

Cada uma das lideranças em cada comunidades adotou, conforme suas particularidades e as condições específicas de proteção contra a pandemia de Covid-19, diferentes estratégias para a aplicação dos formulários. Assim, nas localidades rurais onde a conexão à internet ou era inexistente ou apresentava grandes limitações, utilizaram, além do recurso do formulário eletrônico, a anotação das entrevistas em formulários de papel, que então foram transcritos para o meio eletrônico. Em outras situações, os entrevistados e entrevistador marcavam encontros em locais onde a conexão à rede internet tivesse sinal. Houve ainda casos em que os formulários foram respondidos nas Sedes das Associações ou das Colônias de pescadores. Eventualmente, entrevistas foram realizadas na área urbana de Canavieiras, com pescadores que estivessem comercializando seus produtos.

As restrições de mobilidade e contato social impostas pela pandemia foram mais sentidas nas áreas urbanas, sobretudo em Belmonte. Ali, a estratégia adotada pelas lideranças consistiu na aplicação por videochamada. Na Terra Indígena de Coroa Vermelha, a liderança local realizou entrevistas presenciais em espaços abertos, com distanciamento e usando máscaras. Essas recomendações foram seguidas por todas as demais lideranças que tiveram contato pessoal com os entrevistados. A importância em enumerar essas estratégias reside na identificação de processos mais amplos e que revelaram a força e engajamento da co-atividade coletiva do movimento da Rede de Mulheres da pesca e das Associações de Pescadores e Marisqueiras.

De modo geral, essas estratégias apresentaram pontos positivos, em processos simultâneos: primeiro, as lideranças<sup>89</sup> tiveram a possibilidade de ampliar as formas de conhecimento sobre suas próprias comunidades. Elaborar questões e coletar as informações relacionadas com a (in)segurança alimentar fortaleceu a luta pela consolidação do território na dimensão do direito à alimentação e estimulou a percepção da incidência das políticas públicas orientadas para essa temática. O segundo processo é decorrente e simultâneo ao primeiro: a apropriação de uma importante ferramenta de (auto)monitoramento e de técnicas básicas de sistematização dos dados reafirmou o papel das lideranças comunitárias como sujeitos do conhecimento ativos na *troca de saberes*, formato proposto pelo projeto

---

<sup>89</sup> A esta altura, passamos a reconhecer as pessoas que denominávamos de "lideranças" como "agentes locais de mobilização", um termo definido pelas próprias pescadoras.

de extensão. Um terceiro processo foi o compartilhamento desses conhecimentos e experiências entre componentes das Associações e Colônias de pescadores. Isso tende a fortalecer ações integradas e conjuntas da categoria em uma escala que transite do local para o “territorial” e regional.

Quarto, a decisão sobre o uso dos limitados recursos. Originalmente, os recursos financeiros disponíveis serviriam para o trânsito da turma do PPGES até as áreas da pesquisa, mas com as restrições de mobilidade e o papel ativo das lideranças, foi necessário redefinir sua destinação. Em comum acordo, as lideranças aceitaram receber como pagamento pela mobilização social promovida. Internamente, essas lideranças utilizaram o dinheiro para adquirir álcool gel e encomendar máscaras faciais, a serem distribuídas para as famílias participantes da pesquisa. Essa postura surpreendente deixou evidente o princípio político coletivo das decisões tomadas pelo grupo nas atividades de interesse comum. No limite, seria possível afirmar que essa decisão expressa uma das formas das *práticas instituintes do comum*.

### **5.1.6 Amostra e análise dos dados**

Tendo claro que a pesquisa de campo referente ao Inquérito foi, sobretudo, uma experiência de fortalecimento das ações locais de consolidação de territórios pesqueiros – que no nosso caso se materializa como uma Resex – e que foi realizada em condições muito adversas, tratando de uma temática que ainda não havia sido o foco de uma atividade dos pescadores e marisqueiras envolvidas na ação e em comunidades com características culturais muito específicas<sup>90</sup>, foi necessário adaptar alguns dos procedimentos regulares da pesquisa de dados quantitativos.

Em primeiro lugar, mesmo com o conhecimento do número total de famílias de pescadores nas localidades da pesquisa Maré-saber atualizado pelas Associações, de aproximadamente 2.500 famílias, optou-se por não definir o tamanho da amostra de antemão. Tal decisão foi tomada tendo em vista as dificuldades operacionais previstas, como a falta de recursos financeiros, dificuldades de mobilidade, treinamento e experiência das responsáveis pela aplicação dos formulários. Foi então decidido que o número de formulários respondidos seria, arbitrariamente, o tamanho da amostra (N), independentemente do universo de 2.500. Foi dada muita atenção à

---

<sup>90</sup> Entendemos não ser realista formar pesquisadores em 10 encontros virtuais, trabalhando com um grupo que teve pouco contato prévio com os aspectos teóricos e metodológicos abordados.

análise de consistência dos dados, de modo a evitar distorções na amostra, como registros duplos ou outras incongruências. Para limitar os dados à Resex Canavieiras, a análise de consistência buscou a homogeneidade na amostra adotando os critérios pescadores e marisqueiras beneficiárias da Resex Canavieiras que tivessem a pesca artesanal como principal atividade. Com isso, para o interesse desta tese, não foram considerados os dados obtidos no município de Sta. Cruz Cabrália e na TI. Coroa Vermelha. A amostra passou de 101 formulários de entrevistas para 58 (**Quadro 6**).

Por ser considerada a categoria [analítica] em foco, os dados do inquérito foram organizados, preferencialmente, de acordo com as Áreas Protegidas (AP) às quais se relacionam. Entretanto, ainda que essa categoria permita estabelecer um critério válido de agrupamento dos dados das variáveis da pesquisa, observou-se que essa ocultou informações relevantes do bairro de pescadores Biela e Ponta d'Areia, em Belmonte. Diluídas no conjunto de comunidades da Resex Canavieiras, tornou invisível seus alarmantes níveis de insegurança alimentar. Tendo isso em conta, os dados serão preferencialmente subdivididos por municípios, situação do domicílio ou localidades de ocorrência.

**Quadro 6** - Número total de famílias respondentes na Resex Canavieiras, por situação do domicílio, comunidades e localidades do inquérito SSAN Maré-saber - setembro/2020 (n=58)

Área Protegida	Município onde reside	Situação do domicílio	Comunidade, bairro ou localidade	Famílias (amostra)	Percentual da amostra (%)
Resex Canavieiras	Canavieiras	rural	Atalaia	3	5,2%
		rural	Campinhos	19	32,8%
		rural	Puxim da Praia	12	20,7%
		rural	Puxim do Sul	7	12,1%
	Belmonte	urbana	Biela e Pt. de Areia	17	29,3%
<b>Total</b>				<b>6</b>	<b>58</b>
					<b>100%</b>

Fonte: dados da Pesquisa Maré-saber, 2020.

Em termos de *tamanho da amostra*, situando esses valores no contexto da população abrangida, de cerca de 2.500 famílias, com um intervalo de confiança estimado em 95%, uma margem de erro de 5 pontos percentuais (para mais ou para menos) e uma proporção estimada da população de 96%, a amostra poderia ser de 58 unidades<sup>91</sup>, coincidindo com a quantidade de formulários aplicados.

<sup>91</sup> Cálculos realizados em: [http://estatistica.bauru.usp.br/calcularamostral/ta\\_ic\\_proporcao.php](http://estatistica.bauru.usp.br/calcularamostral/ta_ic_proporcao.php)

Para a análise, os dados foram organizados com o recurso "Tabelas Dinâmicas", (Microsoft Excel®), seguido por descrição simples dos valores de médias aritméticas, valores relativos e prevalências. A definição da prevalência de IAN foi feita a partir do somatório das respostas "sim" na Ebia. Do questionário socioeconômico e ambiental, foram selecionadas variáveis disponíveis relacionadas com as dimensões da SSAN e/ou com as determinantes da SSAN e distribuídas pelos níveis de IAN encontrados na Resex Canavieiras.

## **5.2 Aspectos socioambientais e territoriais de grupos beneficiários da Resex Canavieiras sob a perspectiva do acesso aos alimentos**

Neste item, serão descritos os dados obtidos com a aplicação dos formulários nas comunidades de pescadores e marisqueiros que atuam na área da Reserva Extrativista de Canavieiras. Operacionalmente, o conceito de SAN é acompanhado por um conjunto de componentes e dimensões que podem revelar determinantes e consequências da insegurança alimentar e da fome e que podem estar relacionadas com fatores que constituem o comum ou com a sua prática instituinte, como educação, saúde, assistência social, emprego e renda, políticas agrícolas e ambientais, entre outros. Assim, tendo em perspectiva as características e objetivos dessa Unidade de Conservação, as dimensões da SAN definidas pela FAO (disponibilidade, acesso e estabilidade dos alimentos, "agenciamento" e sustentabilidade) e os fatores determinantes (e associados) à SAN, propostos por Kepple e Segall-Corrêa (2011), nos aproximaremos da prática instituinte da SSAN com aspectos do comum.

Os dados e as variáveis foram organizados de modo que pudessem ser associadas ao manejo da pesca artesanal extrativista, à conservação da biodiversidade e às determinantes e dimensões da (in)segurança alimentar e nutricional. Das informações geradas com os formulários, será possível avaliar se as Resex possibilitam a realização de práticas que garantam a SSAN e a conservação ambiental como instituintes do comum.

Em outra circunstância, as variáveis foram organizadas para estabelecer comparações com os dados das determinantes da IAN com os dados regionais e nacionais divulgados pelo Relatório Vigisan (2020). A Por fim, as variáveis terão como

referência analítica a noção das *práticas instituintes do comum* e as determinantes da (in)segurança alimentar e nutricional, conceitos explorados no Capítulo 3.

Os fatores determinantes (e associados) à SAN foram propostos por Kepple e Segall-Corrêa (2011) em um modelo conceitual que lhes atribuiu multiplicidade (variedade e quantidade) e inserstorialidade (integração ou articulação com ou entre outros fatores de diferentes setores) em três diferentes escalas, a "macrossocioeconômica", ou global e nacional, a escala regional e local e os determinantes domiciliares e individuais. Em 2015, foram sistematizados no Relatório SOFI FAO de tal forma que oferecem uma estrutura de variáveis dos determinantes em nível domiciliar/familiar relacionados à (1) produção e disponibilidade de alimentos e (2) acesso a políticas públicas de emprego e renda (entre outras). Parte das variáveis foram utilizadas durante a pesquisa de campo e revelaram o quadro geral da insegurança alimentar na Reserva Extrativista de Canavieiras após os episódios do derrame do óleo e da pandemia.

### **5.2.1 Perfil do entrevistado**

Do total de respondentes de Canavieiras (41), 73,2% eram do sexo feminino e 26,8% do sexo masculino. Todos os respondentes no município de Canavieiras residiam na área da Resex e, com a exceção de dois, todos os demais tinham acesso formalizado ao território protegido (eram seus beneficiários). No município de Belmonte, todos respondentes residiam na zona urbana. Do total de Belmonte (17), 94% foram do sexo feminino e 6% do masculino. Todos eram beneficiários da Resex Canavieiras. A composição do número de respondentes por situação de domicílio foi de cerca de 70% em zonas rurais e 30% em áreas urbanas. As mulheres representaram praticamente 80% da amostra (**Quadro 7**).

**Quadro 7** - Percentual dos respondentes, por município, situação do domicílio e gênero, em percentagem – 2020 (N=58)

Município	Rural Feminino	Masculino	Urbana Feminino	Masculino	Total
<b>Resex</b>					
<b>Canavieiras</b>	<b>51,7%</b>	<b>19,0%</b>	<b>27,6%</b>	<b>1,7%</b>	<b>100,0%</b>
Belmonte	-	-	27,6%	1,7%	29,3%
Canavieiras	51,7%	19,0%	-	-	70,7%
<b>Total</b>	<b>51,7%</b>	<b>19,0%</b>	<b>27,6%</b>	<b>1,7%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: dados da Pesquisa Maré-saber, 2020.

Com relação à cor da pele, 45% se autodeclararam pretos, 43% se autodeclararam pardos e 3% indígenas. Ao cruzar os dados de gênero e raça, foi verificado que, das mulheres, 48% se declararam pretas, 39% pardas, e 4% indígenas. Para o gênero masculino, 33% se declararam pretos e 58% pardos. As idades dos respondentes variaram entre 21 (vinte e um) e 71 (setenta e um) anos e as faixas etárias mais representadas, no total da amostra, foram as de 40 a 44 anos (22% do total), 30 a 34 (19% do total). Sobre o tempo de residência, 75% responderam que sempre viveram nas localidades onde a pesquisa foi realizada.

Assim, trata-se de uma amostra composta por pessoas predominantemente do sexo feminino, de cor de pele preta ou parda, na faixa de idade entre 30 e 49 anos, com a maioria dos domicílios em situação rural e famílias que historicamente ocupam espaços inseridos nos territórios pesqueiros de manguezais, hoje protegidos pela instituição da Resex Marinha. Esse perfil indica que as respostas poderão estar sob influência de fatores associados a desigualdades sociodemográficas estruturais na sociedade brasileira, como de raça e gênero.

As informações sobre escolaridade foram obtidas na pesquisa Diagnóstico Socioeconômico das famílias em Unidades de Conservação – CGPT (ICMBio/CGPT, 2016), da qual se extraíram os níveis educacionais de uma amostra de 5.803 pessoas, no âmbito da Resex Canavieiras. Com cerca de 40% de pessoas no primeiro segmento do Ensino Fundamental e 20% no segundo, a amostra ainda teve cerca de 15% de analfabetos ou semianalfabetos, deixando clara a predominância de baixa escolaridade.

Considerada uma variável que se vincula com desigualdades socioeconômicas, aos níveis e escolaridade costumam ser atribuídas vulnerabilidades relacionadas à

baixa qualificação profissional e ao acesso a postos de trabalho com piores remunerações, o que influencia a renda das famílias e, por conseguinte, o acesso a bens alimentares. No nosso caso, tratando-se de uma categoria que, em momentos de normalidade, é capaz de gerar renda com a sua produção pesqueira e com ela alimentar-se, o indicador deverá ser relativizado e associado a outros indicadores de determinação da insegurança alimentar.

### **5.2.2 Do associativismo**

O associativismo assume grande importância no processo de organização das comunidades para a gestão das riquezas naturais por meio dos contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), instrumento da regularização fundiária<sup>92</sup>. De maneira geral, nas Reservas Extrativistas, assim como nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável, a concessão do direito de uso, que é coletiva, é concedida à uma organização comunitária que representará os beneficiários para efeitos do contrato.

A entidade selecionada passa a ser concessionária do território, aceitando os deveres e responsabilidades na conservação dos recursos naturais, definidos em contrato. Todos os beneficiários da UC são amparados pelo CCDRU, independentemente de serem ou não associados, mas são representados por pelo menos uma associação, geralmente “mãe”, que representa todas as demais. Assim, ainda que o acesso aos benefícios do CCDRU independa de associação por parte da família ou do indivíduo, a representação por uma Associação estimula as famílias a participar, na escala dos territórios e conforme suas necessidades, da criação e execução de regras de usos gerais e específicos.

Dentro da categoria de trabalhadores da pesca, este estudo teve entre os critérios de seleção para a pesquisa famílias de pescadores que tivessem vínculos com Colônias e/ou Associações de pesca e mariscagem, espaços presumivelmente abertos à participação e de grande potencialidade para a realização de práticas políticas coletivas instituintes do comum.

Os dados da amostrada pesquisa Maré-saber indicam os praticamente todos os entrevistados tinham vínculos com alguma das duas Colônias de Pescadores

---

<sup>92</sup> Previsto no Decreto-Lei nº 271/1967.

(Belmonte e Canavieiras) e/ou vínculos com alguma das Associações de pescadores e marisqueiras da parceria da pesquisa. Os valores indicados no **Quadro 8** representam 9% do total estimado de 600 pescadores e pescadoras vinculados a Associações de pescadores e marisqueiras<sup>93</sup> em Belmonte e Canavieiras. Cerca de 25% dos respondentes declararam ser vinculados a uma associação e a uma Colônia de Pescadores.

De modo geral, existe uma tendência a que os indivíduos que são vinculados a alguma Associação de pescadores, marisqueiras ou de outras categorias da pesca (por exemplo catadeiras ou guaiamunzeiros) também sejam filiados às Colônias de Pescadores. Mais comum é que as pessoas sejam preferencialmente “colonizadas” – cadastradas nas Colônias – e, complementarmente, vinculadas às Associações.

**Quadro 8** - Número de Associados e de Colonizados nas comunidades e localidades da pesquisa SSAN Maré-saber - Set/2020

Município	Associação	total de associados	associados da amostra	% da amostra <sup>94</sup>
Canavieiras	AMEX	-	1	2%
	APEMA	100	3	5%
	APAC	70	14	24%
	AMAPPP	83	12	21%
	APPS	172	7	12%
	Colônia Z-20	2.300	10	17%
Belmonte	AMPB	45	14	24%
	Colônia Z-21	523	17	29%
não (amostra)	associados	-	3	5%
<b>Totais</b>			<b>55</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados da Pesquisa Maré-saber, 2020; Bahia Produtiva, 2019, dados das Associações, 2020.

Não é obrigatório ser vinculado a uma Colônia ou Associação de pesca para se ter acesso aos benefícios da CCDRU, entretanto, as Colônias são as instituições que, historicamente, "cuidam" da vida do pescador, intermediando a concessão do seguro-defeso e as carteiras de pescador profissional. Entretanto, ter vínculos com as Colônias de Pescadores, atualmente, incide mais na subjetividade do pescador do

<sup>93</sup> Informações obtidas com as lideranças locais contatadas e nos Conselhos Territoriais CODETER.

<sup>94</sup> A possibilidade de múltiplas respostas fez com que a soma dos valores relativos fosse maior do que os percentuais dos valores absolutos de respondentes.

que no "pragmatismo jurídico" da instituição, isso porque as Associações, desde 2013, têm atribuições similares às das Colônias e outros benefícios da categoria, desde que estejam regularizadas<sup>95</sup>. Por outro lado, as Associações, que sempre foram vistas como dedicadas à organização da cadeia produtiva da pesca artesanal, passaram a co-gerir a Resex, junto com a Associação-mãe da Resex de Canavieiras – Amex.

Há, também, uma importante categoria que define o acesso das famílias pescadoras aos meios naturais de reprodução social e cultural na área da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, que é a de "famílias beneficiárias das unidades de conservação (UCs) de uso sustentável com comunidades tradicionais" (ICMBIO, 2013). Concebida nas esferas burocráticas do SNUC, essa categoria designa as famílias que compõem a população tradicional englobada pelo território que comprehende a UC e que são reconhecidas, pela gestão da Unidade e pela comunidade, como detentoras de direitos sobre esses territórios, sobre a "riqueza natural" disponível e do acesso às políticas públicas para eles voltadas. Pela gestão da Resex de Canavieiras, nas listas de registro de famílias beneficiárias da UC disponibilizadas, havia um total de 1.977 famílias das comunidades locais registradas até setembro de 2020.

Assim, nessas tramas de filiações e registros, os indivíduos pescadores e marisqueiras podem ser filiados às Colônias e às Associações. Como as Colônias são histórica e legalmente definidas como as entidades representativas dos pescadores, há uma tendência de que os pescadores profissionais artesanais façam seus registros ali, individualmente, mas que utilizem as Associações para demandas específicas, como a cadeia produtiva ou a comercialização do pescado.

Uma família de pescadores pode ter vários registros na Colônia ou nas Associações, entretanto, o cadastro de beneficiários da Resex Canavieiras é realizado no âmbito das famílias. Nem todos filiados às Colônias de Pescadores são beneficiários da Resex. Para isso, é necessário que os pescadores atendam alguns critérios de elegibilidade<sup>96</sup>, que são definidos em debates do Conselho Deliberativo. Ratificando, não há obrigatoriedade de ser filiado às Associações ou às Colônias para ser beneficiário da Resex, mas, de acordo com entrevistados, no geral, a categoria

<sup>95</sup> C.f. <https://portal.trfl.jus.br/portaltrfl/comunicacao-social/imprensa/noticias/sindicatos-e-associacoes-de-pescadores-podem-fornecer-atestados-a-seus-filiados-para-fins-de-seguro-desemprego.htm>

<sup>96</sup> A Instrução Normativa ICMBio Nº 35/2013 definiu os critérios de elegibilidade e a Portaria ICMBio Nº 79/2016 aprovou o perfil da família beneficiária da Resex Canavieiras.

percebe a importância do associativismo para a luta por direitos. No limite, como a maioria dos beneficiários da Resex é de pescadores, é comum que sejam filiados a Colônias e Associações.

Como observado no Capítulo 2 desta tese, muitos dos movimentos sociais por proteção dos territórios pesqueiros foram agenciados pela auto-organização em associações de classes de trabalhadores da pesca artesanal, especificamente da mariscagem. As primeiras conquistas para a instituição da Resex – os documentos necessários para a abertura de processos administrativos, as visitas técnicas do Ibama, as reuniões públicas, os primeiros estudos – todas passaram pela organização política da categoria. O associativismo, formalizado, significou o fortalecimento das reivindicações pelo território pesqueiro e do acesso a outros direitos. A criação dessas instituições possibilitou que populações antes "inexistentes" passassem a ter uma representatividade nos fóruns de discussões e influência nos processos decisórios. A importância do associativismo, segundo lideranças rurais e urbanas, foi o papel das Associações, que serviram como polarizadoras e difusoras da proposta de criação e instituição da Reserva Extrativista. Além disso, as Associações passaram a ter um papel social importante nas comunidades, pois facilitaram o acesso a direitos. Nesse sentido, pode-se afirmar que a prática política das Associações foi, em grande parte, instituir e fortalecer o território pesqueiro protegido.

### **5.2.3 Identificação em categorias analíticas estabelecidas pelo Poder Público**

O fato da abordagem da pesquisa Maré-saber ter sido direcionada para os pescadores e marisqueiras fez com que a amostra fosse bastante homogênea em relação à atividade-foco da pesquisa. Assim mesmo, foi perguntado aos entrevistados se conheciam e se reconheciam a sua família enquadrada nas categorias a ele apresentadas (extrativista, agricultor familiar, quilombola). O objetivo desta informação foi averiguar se as categorias utilizadas pelos órgãos gestores eram reconhecidas pelos pescadores e de que formas esse reconhecer-se poderia estar relacionado com a instituição da Resex.

A categoria “extrativistas”, nem sempre foi inicialmente reconhecida, mas depois da descrição feita pelo entrevistador foi a mais citada, chegando a 93% das respostas. Além dessa categoria, os respondentes se reconheceram como agricultores familiares (35%). Os dados, vistos por localidades, têm algumas variações que reforçam a

situação rural e urbana das comunidades. Em Canavieiras, por exemplo, as categorias “extrativistas” (95%) e “agricultores familiares” (46%) refletem as características das localidades mais rurais da Resex, enquanto em Belmonte a condição urbana ou a falta de acesso a terras cultiváveis parece justificar que apenas 6% tenham respondido “agricultores familiares”.

A categoria “extrativista” vai sendo assimilada pelos pescadores conforme a Resex vai sendo fortalecida como área ambientalmente protegida e como território pesqueiro, sendo assim incorporada aos arranjos administrativos. Ser extrativista passa a ser atributo daqueles que acessam determinados direitos. Os pescadores, como dito, se reconhecem na definição de extrativista. Vinda “de fora”, a categoria extrativista assumiu um significado político, tal como ser agricultor familiar foi em outro momento. Referida a atividades econômicas, passa a integrar narrativas identitárias visando reivindicação de direitos e acionando seus atributos de “guardiões da natureza”. Pode-se dizer que o mesmo ocorreu com “população tradicional”.

A alta aceitação da categoria “extrativista” como uma categoria social (ou identitária) válida entre os pescadores teria, de início, uma justificativa “utilitarista”, segundo pessoas entrevistadas. Uma vez inseridos em uma Reserva Extrativista e passando a ter direitos e acesso a políticas e programas específicos para esse território, os pescadores passaram a observar com mais atenção essa categoria que, com o passar do tempo, foi sendo reconhecida como portadora de características da comunidade pescadora, tal como “pesca artesanal” e “populações tradicionais pesqueiras” foram. No contexto das crises ambientais é possível dizer que “extrativista” assume um conteúdo político no processo de lutas por direitos ao território, à alimentação e a um modo de vida particular.

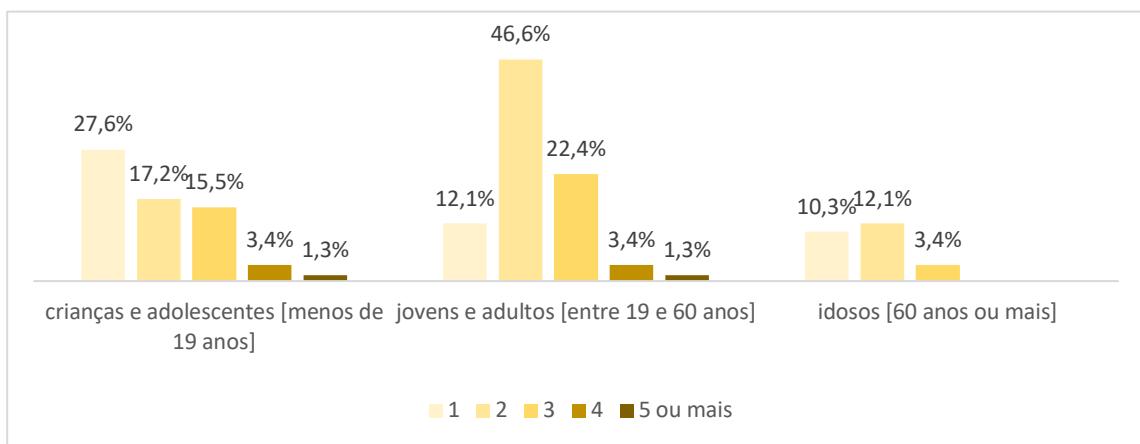
#### **5.2.4 Família, casa e quintal**

As informações sobre a composição das famílias podem dar indícios de potenciais vulnerabilidades das famílias à insegurança alimentar. Famílias muito numerosas, quando detentoras de baixas rendas, entre outros indicadores, tendem a ficar mais suscetíveis à IAN, sobretudo quando há crianças e adolescentes. Por outro lado, em famílias onde há idosos, pode ocorrer o processo inverso, em que as aposentadorias garantam certa estabilidade no acesso à alimentos.

Há uma tendência de as famílias serem compostas por duas pessoas jovens e adultas (46%) e uma criança ou adolescente (27,6%). A segunda tendência é uma composição com três pessoas jovens e adultas (22%) e com duas crianças ou adolescentes (17%).

Grosso modo, esses dados indicam que as famílias de pescadores podem estar acompanhando a tendência à redução das taxas de fecundidade que, atualmente, é de 1,5 e que responde pela redução no tamanho médio das famílias no Brasil, que, em 2018, era de 3 pessoas (Pesquisa POF, IBGE, 2019). Os dados também podem indicar que existe um fluxo de saída dos jovens das comunidades em busca de outras oportunidades e interesses nas sedes municipais ou em outras cidades, tal como descreveram algumas entrevistadas.

**Gráfico 1 - Número de pessoas residentes nos domicílios, por faixas etárias, em valores relativos**



Fonte: dados da Pesquisa Maré-saber, 2020.

Perguntados sobre as formas de preparo e conservação dos alimentos, importantes elementos da Segurança Alimentar, o conjunto da amostra indicou que praticamente 97% dos domicílios contava, em 2020, com fogão a gás de cozinha, sendo que pouco mais de 30% utilizavam exclusivamente essa fonte de energia para cozinhar, enquanto 60% utilizavam tanto o gás de cozinha como o fogão à lenha. Somente 3,6% utilizavam apenas fogão à lenha (**Quadro 9**).

Desconsiderando a romantização da “comida feita na lenha”, de modo geral, o uso desse material como fonte de energia para cozinhar está relacionado com rendas reduzidas ou de perdas consistentes no poder de compra das famílias. Também está

relacionado com potenciais problemas de saúde e segurança, pelo aumento de acidentes domésticos com queimaduras e a exposição aos efeitos da fumaça no organismo. Paralelamente, esses dados podem indicar formas de acesso, apropriação e uso de recursos da natureza, mais especificamente lenhosos, objeto de regramentos específicos na Resex.

Sobre a conservação dos alimentos, 84,5% dos domicílios tinham geladeira funcionando ininterruptamente, 11,7% funcionando parte do tempo e cerca de 4% não tinham geladeira em casa. Além da conservação dos alimentos, que pode garantir o abastecimento por um período maior, esse dado indica acesso à energia elétrica dos domicílios (**Quadro 9**). Outras abordagens podem considerar a influência da geladeira em eventuais mudanças de padrão e hábitos de consumo de alimentos, o que pode ter efeitos sobre os níveis da despesa familiar com alimentação e o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados.

**Quadro 9** - Principais formas de preparação e conservação dos alimentos nas comunidades (2020)

Preparação dos alimentos (fogão)	%
botijão de gás	36,2%
botijão de gás e lenha	3,4%
lenha	60,3%
<b>Total</b>	<b>100%</b>
Conservação dos alimentos (geladeira)	%
Sim, sempre ligada	84,5%
Sim, apenas parte do tempo ligada	12,1%
Não, não tenho geladeira funcionando	3,4%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados da Pesquisa Maré-saber, 2020

Os quintais têm relação com as condições materiais que possam assegurar, em parte, o acesso das famílias a alimentos e a melhores níveis de segurança alimentar. Como descrito anteriormente, os quintais são, de modo geral, espaços de produção de pequenos cultivos e de criação de animais de pequeno porte e abelhas, entre outros, com finalidades diversas. Para além de serem compreendidos como sistemas produtivos, os quintais têm, dentre outras qualidades, a capacidade de contribuir para a autonomia financeira das mulheres. Na pesquisa de campo, 81% dos entrevistados declararam que realizavam, nos quintais ou terrenos, algum cultivo agrícola ou tinham uma horta, plantas medicinais ou um pomar, cujos produtos serviam para autoconsumo ou eventuais trocas e vendas. Em menor porcentagem, 45% dos entrevistados declararam que criavam algum animal para fins de autoconsumo ou, eventualmente, venda.

Pelas dificuldades impostas pela sequência de impactos do óleo e pandemia, têm se estruturado formas de acesso aos alimentos a partir da consolidação de iniciativas de trocas entre diversos grupos produtores locais e regionais. Trocas e interações que combinam uma rede de solidariedade com o fortalecimento das identidades que compõem as populações tradicionais. Como exemplos, a ação “Quitanda Solidária”, que, organizada por comunitários, promoveu a troca de produtos entre pescadores e agricultores depois do desastre do óleo e durante a pandemia, e a rede de solidariedade organizada pelas Associações de pescadores, pescadoras e marisqueiras e da Rede de Mulheres da Resex, que arrecadou e distribuiu víveres e itens domésticos às famílias flageladas pelas enchentes de 2022<sup>97</sup>.

A pesquisa buscou identificar os principais alimentos produzidos no conjunto das comunidades, aqueles de valor econômico para venda e para o autoconsumo das famílias. Foram divididos em grupos [não excludentes], identificáveis mais pelas formas de manejo: produtos de roça, de pomar, de horta, peixes e mariscos (moluscos e crustáceos). Outros produtos ainda podem ser retirados das matas das áreas públicas ou das privadas com acesso permitido. Complementarmente, produtos com algum beneficiamento/processamento. Os alimentos obtidos com a pesca e outros produtos de cultivos e da retirada dos ambientes naturais (de uso privado ou comum), foram sistematizados no **Quadro 10**.

---

<sup>97</sup> Discutiremos essas ações auto-organizadas como prática de consolidação do território pesqueiro no decorrer deste Capítulo.

**Quadro 10** - Principais alimentos cultivados e espécies de valor comercial e para consumo próprio produzidos nas comunidades pescadoras (2020)

<b>a. Produtos de roça</b>
mandioca, aipim, coco, coco seco, piaçava, café, cana-de-açúcar, maracujá, melancia, milho, banana, abacaxi, limão, abóbora, cacau, batata doce, feijão, mangaba, manga
<b>b. Produtos de pomar:</b>
melancia, abacaxi, limão, jaca, goiaba, manga, banana, groselha, caju, araçá, coco de xandó (coco de praia), coco verde, caju, laranja e mamão
<b>c. Produtos de horta, temperos e ervas:</b>
Coentro, alface, salsa, cebolinha, maxixe, jiló, hortelã, cidreira, capim santo, boldo, mastruz, quiabo, maxixe, abóbora (variadas), couve, arruda, quioiô (alfavaca), cidreira, melissa, capim santo, boldo, canela, manjericão, alecrim, hortelã grosso e miúdo, flores
<b>d. Peixes pescados no mar e nos rios</b>
bagre ( <i>Genindes genidem</i> ), bagre amarelo ( <i>Aspistor parkeri</i> ou <i>Cathorops spixii?</i> ), bagre branco ( <i>Genidens barbus</i> ), baiacu ( <i>Sphoeroides testudineus</i> ), cação ( <i>Mustelus fasciatus</i> ), caçonete ( <i>Mustelus schmittii</i> ), cambruaçú, cangoá ( <i>Stellifer spp.</i> ), capado, carapeba ( <i>Dipterus rhombeus</i> ), carapiaçava, curinatan, dourado ( <i>Coryphaena hippurus</i> ), guaiuba ( <i>Ocyurus chrysurus</i> ), guaricema ( <i>Caranx lugubris</i> ), manjubinha ( <i>Anchoviella lepidostole</i> ), paru ( <i>Pomacanthus paru</i> ), piaba ( <i>Leporinus obtusidens</i> ), raia (arraia) ( <i>Aetobatus narinari</i> ), robalo vermelho ( <i>Centropomus spp.</i> ), sardinha ( <i>Sardinella brasiliensis</i> ), sororoca ( <i>Scomberomorus cavala</i> ), tainha ( <i>Mugil platanus/Mugil Liza</i> ), vermelho ( <i>Lutjanus spp.</i> ), vermelho de pau, xaréu ( <i>Caranx hippos</i> )
<b>e. Mariscos – crustáceos e moluscos pescados nas praias, recifes e mangues</b>
aratu ( <i>Goniopsis cruentata</i> ), bujigão ( <i>Anomalocardia brasiliiana</i> ), camarão ( <i>Xiphopenaeus kroyeri</i> ), caranguejo-uçá ( <i>Ucides cordatus</i> ), guaiamum ( <i>Cardisoma guanhumi</i> ), lagosta ( <i>Palinurus Panulirus argus</i> e <i>Panulirus laevicauda</i> ), lambreta ( <i>Phacoides pectinatus</i> ), muapen ( <i>Tagelus plebeius</i> ), ostra do mangue ( <i>Crassostrea rhizophorae</i> ), polvo ( <i>Octopus insularis</i> ), siri ( <i>Callinectes sapidus</i> ), siri-de-mangue ( <i>Callinectes exasperatus</i> ), siri-de-ponta ( <i>Callinectes danae</i> ), sururu ( <i>Mytella guyanensis</i> ),
<b>f. Beneficiados</b>
Óleo de Coco
<b>g. Produtos das matas (em áreas públicas ou privadas)</b>
Lenha, piaçava ( <i>Attalea funifera</i> ), Aroeira da Praia ( <i>Schinus terebinthifolia</i> ), Dendê ( <i>Elaeis guineensis</i> )

Fonte: dados da pesquisa de campo (2020)

Até este ponto, os dados sobre o perfil das famílias entrevistadas revelam a capacidade de mobilização das mulheres lideranças para a obtenção de informações sobre suas próprias comunidades e de orientar a coleta para que esses dados se

originem de um conjunto de pessoas do sexo feminino em faixas etárias ativas na prática laboral e nas demandas familiares. Observando o histórico de criação da Resex, pode-se dizer que esse perfil tem qualidades para dar continuidade às práticas políticas instituintes do território pesqueiro comum.

O pescador artesanal, marisqueiras e tantos outros tipos de pescadores artesanais, quando se identificam como extrativistas sinaliza, por um lado, certas estratégias para acessar direitos e políticas públicas específicas, associadas a essa categoria econômica, como são para os agricultores familiares ou os quilombolas. Entretanto, essa racionalidade não é exclusivamente utilitarista, pois nesse autorreconhecimento há características e qualidades nas quais o pescador se identifica não como um ser econômico, mas como participante de uma coletividade com modos e relações específicas. Essa identificação pode transformar uma categoria econômica em identitária e, numa "mão dupla" fortalecer e ser fortalecido pelo território pesqueiro comum. Esse processo de identificação com uma categoria "do gestor" pode transformá-la, na medida em que é incorporada e ressignificada. Essa condição aparece no momento da prática instituinte, que, ao transformar o sistema, transforma o próprio sujeito da ação transformadora.

O Associativismo, de alta adesão, é um "termômetro" da atividade política das lideranças, em múltiplas escalas. As associações tanto atuam sobre as demandas locais, como na organização dos sistemas alimentares locais e acesso a direitos ou a medidas emergenciais em momentos de catástrofes, como promovem articulações intra e inter-regionais, a fim de fortalecer e consolidar os territórios das Resex Marinhas, que são os territórios da pesca.

Os dados sobre as famílias e algumas de suas formas de armazenagem e cozimento de alimentos sugerem que há uma infraestrutura básica que pode amortecer os efeitos dos impactos do óleo e pandemia sobre os recursos naturais e sobre a renda. Evidentemente, impedimentos físicos e econômicos ao alimento não são resolvidos com geladeira e fogão, entretanto, diante de situações mais próximas da normalidade, as famílias têm estruturas para evitar a fome. É possível estabelecer uma conexão entre a Resex e as infraestruturas do lar, na medida em que um dos primeiros resultados da luta política pela implantação da UC foi a construção de casas de alvenaria e da cessão de crédito para fomento das atividades produtivas.

Essas estruturas estão presentes na cozinha, mas também podem estar nos quintais. A possibilidade de plantar e criar animais para autoconsumo e venda de excedentes atenua os efeitos das crises ambientais que se manifestem na falta de alimentos extraídos do mar ou da falta de recursos financeiros.

Com esses elementos, buscamos determinantes da SSAN no nível do domicílio. Destacando condições materiais e produtos alimentares dos quintais e roças, foi possível explorar o conjunto das atividades realizadas pelos pescadores e marisqueiras que indicassem a presença das dimensões da disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade da SSAN.

### **5.2.5 Trabalho e renda familiar: acesso aos alimentos**

Trabalho e renda familiar são dois importantes indicadores dos determinantes da (in)segurança alimentar, pois operam desde os níveis domiciliar, passando por fatores da escala local e regional, até os fatores macrossocioeconômicos, que operam nas escalas nacional e global. Esses fatores serão descritos na forma de suas dinâmicas em contextos específicos de desastres ambientais, abordando indicadores de tempo de trabalho, fortalecimento de redes de apoio, fluxos econômicos não-monetários, outras atividades e comportamento da renda monetária. Com esses dados, as noções de *prática instituinte* e de *comum* poderão ser situadas no contexto de enfrentamento da crise ambiental vivenciada por esses grupos.

Dentre os meios de acesso aos alimentos, a renda monetarizada é considerada uma das variáveis mais importantes. Ocorre que a renda é um enfoque unidimensional do problema das condições de suscetibilidade à insegurança alimentar. Ter dinheiro em espécie ou crédito não é condição para uma alimentação adequada. A diversidade de situações dos fatores determinantes da insegurança alimentar requer enfoques multidimensionais, para que seja possível explicar, junto com a renda e para além dela, a estrutura da desigualdade no Brasil.

A fim de elaborar um quadro da dinâmica da renda do pescador<sup>98</sup> durante o desastre do óleo e ao longo da pandemia, foram pensados indicadores que pudessem

---

<sup>98</sup> Durante a elaboração participativa dos formulários de pesquisa, algumas lideranças pescadoras e marisqueiras sugeriram evitar perguntas diretas sobre a renda familiar, a fim de evitar constrangimentos dos entrevistados diante das lideranças. Embora acreditemos que um conhecimento geral da renda das famílias das comunidades é

register o exercício da atividade da pesca e da mariscagem sob influência dos impactos das manchas de óleo e da pandemia.

Partindo do pressuposto de que as atividades da pesca e da mariscagem eram as atividades principais dos entrevistados<sup>99</sup>, foi perguntado que outras atividades eram exercidas. Os dados revelaram que 43% apenas exerciam a pesca ou a mariscagem, marcadamente a atividade principal; dos que exerciam outras atividades, 20% responderam o extrativismo vegetal<sup>100</sup>, sobretudo a extração do dendê e da piaçava, de valor comercial, e a agricultura. Para 12,1% a agricultura era a atividade realizada além da pesca, enquanto para 10,3% era o extrativismo vegetal. Menos de 10% citaram o conjunto de atividades englobando o extrativismo vegetal, agricultura, a fabricação de petrechos de pesca ou artesanatos. Para 5,2% o conjunto de atividades do turismo de base comunitária e o artesanato, considerados complementares à pesca (**Quadro 11**).

**Quadro 11** - Percentual de atividades produtivas realizadas além da pesca e/ou mariscagem, em percentuais, por beneficiários da Resex Canavieiras (n=58) – 2020

Outras atividades produtivas além da Pesca e Mariscagem	amostra (%)
Somente pesca e/ou mariscagem	43,1%
Extrativismo vegetal, agricultura	20,7%
Agricultura	12,1%
Extrativismo vegetal	10,3%
Extrativismo vegetal, agricultura, fabrica petrechos de pesca ou artesanatos	8,6%
Artesanato, turismo de base comunitária – TBC	5,2%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados da pesquisa Maré-saber, 2020.

um dado importante na luta por políticas públicas ou na elaboração de projetos e ações para a melhoria das condições materiais e, no limite, de alimentação, respeitamos a solicitação.

<sup>99</sup> Há outras categorias de pescadores que não foram diretamente abordadas neste estudo, como os guaiamunzeiros e as catadeiras de camarão (camarãozeiros).

<sup>100</sup> NOTA: extrativismo vegetal foi definido como a atividade de retirar espécies vegetais das matas, rios e mangues para autoconsumo (por exemplo a lenha) e venda de produtos semiprocessados (por exemplo, o azeite de dendê).

A partir dos dados, percebe-se que em setembro de 2020 a pesca não somente era a principal atividade para a grande maioria dos respondentes, como também a atividade exclusiva de mais de 40% da amostra referente à Resex, indicando o potencial devastador do óleo e da pandemia sobre a renda obtida por meio da pesca. O conjunto do extrativismo vegetal e agricultura familiar apontam para uma estratégia de diversificação das atividades para a garantia da alimentação.

Quando organizados por municípios, esses dados se apresentam de forma diferente: em Canavieiras, que representa as comunidades rurais da Resex, há uma certa diversificação das atividades produtivas, embora sejam variações da atividade pesqueira. A pesca é a atividade exclusiva para 24% dos respondentes e as atividades combinadas de extrativismo vegetal e agricultura ganham destaque, sendo realizadas por cerca de 30% dos respondentes. Percebe-se a importância que ganha o "extrativismo", antes pouco valorizado como atividade econômica, o que mostra, ainda que parcialmente, a importância política que a Resex adquiriu.

Já em Belmonte, no bairro da Biela, localidade urbana e fora da área da Resex, para 88% dos respondentes a pesca ou mariscagem era a única atividade realizada. Extrativismo vegetal, artesanatos e turismo de base comunitária foram citados por 12% dos entrevistados e a agricultura não aparece.

Essas informações são complementadas com os dados sobre as atividades que passou a dedicar mais tempo durante o período das restrições de pesca e trânsito: em Canavieiras, 80% dos entrevistados dedicaram mais tempo a atividades fora da pesca em casa ou na comunidade. Em Belmonte esse índice foi de 70%. Uma leitura conjunta sugere que, no período da pesquisa, o acesso aos auxílios emergenciais possibilitou acessar alimentos e não se expor à pandemia, mantendo medidas protetivas consideradas fundamentais, como o afastamento social e a não-circulação entre territórios.

Estudos recentes indicam que a **renda** teria um papel central na mediação de diversos indicadores sociais com a Insegurança Alimentar (Lignani, J.B. et al., 2020). Entretanto, como já indicado, interessa aqui analisar a pesca como uma atividade dotada de atributos de multifuncionalidade. Um desses atributos, segundo Petersen seria um “afastamento estratégico com relação aos mercados a fim de assegurar uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida” (Petersen, 2017, p. 47; Ploeg, 2008), o que garantiria um maior controle social sobre a base de recursos

(ou elementos) das esferas social e natural (Ploeg, 2013 *apud* Petersen, 2017). Com isso, seria possível afirmar que um dos aspectos da multifuncionalidade seria, então, a garantia do direito a um território (e a um tipo de uso desse território) como condição para a manutenção de um modo de vida particular de uma coletividade.

A reciprocidade, a redistribuição e a troca mercantil são os três mecanismos de integração social predominantes na organização dos sistemas econômicos (Polanyi, 2012). Esses mecanismos se combinam em diferentes níveis, indicando graus de campesinidade<sup>101</sup>, conforme a predominância dos fluxos econômicos. Teríamos assim, de um lado, “estilos” mais mercantís, com fluxos de saída de produtos convertidos em renda monetária e com fluxos de entrada expressando a demanda por insumos ou serviços e, de outro lado, estilos mais próximos ao que Woortman (1990) contextualiza como sendo um “contrato social fundado na reciprocidade enquanto valor” (pg. 12). De modo geral, os fluxos econômicos com base nas trocas por reciprocidade costumam ser “regulados por arranjos institucionais criados, mantidos e desenvolvidos pela ação coletiva em um dado contexto territorial” (PETERSEN, 2017:60). Esses arranjos que regulam as trocas por reciprocidade teriam a capacidade de criar, mobilizar e reproduzir “bens comuns” nas esferas social e natural, ampliando, por meio da ação coletiva, a base de recursos autocontrolada (*ibid*, p.60).

É com essa elaboração, que se aproxima da noção da práxis instituinte do comum, que procuramos compreender o papel das relações não unicamente mediadas pelo dinheiro ou pela renda, sistematizadas na **Tabela 1**, que indica os percentuais das formas dos fluxos produtivos e econômicos da amostra.

Os dados da pesquisa na Resex (n=58) apontaram, em setembro de 2020, a predominância de fluxos destinados ao autoconsumo e para a venda nos mercados locais e regionais estava na ordem de 58,6%. Em 22% das famílias, além de consumir e vender, eram realizadas trocas ou doações. Os que apenas consumiam somaram 10% da amostra da Resex; os que consumiam, trocavam e doavam eram 5% e os que somente vendiam 3,4%.

---

<sup>101</sup> A *campesinidade* seria definida pela relação dos homens entre si e com as coisas a partir de particularidades sociais e históricas do campesinato que, para além de uma ótica economicista, resultaria de um processo socialmente constituído e que, por isso, seria uma qualidade que estará presente em maior ou menor grau nos grupos específicos (Woortmann, 1990).

**Tabela 1** - Principais formas de realização dos fluxos econômicos das atividades produtivas na Resex Canavieiras, em agosto de 2020 (n=58)

Destino da produção	%
só consome	10,3
consome, troca ou doa	5,2
consome, troca, doa e vende	22,4
consome e vende	58,6
só vende	3,4
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2020.

Tais valores não causam estranheza, na medida em que a venda direta – para restaurantes, atravessadores e turistas – é uma das principais características da pesca, pelas características do seu trabalho e dos produtos. Entretanto, pode-se observar que o autoconsumo, quando associado a práticas de trocas ou doações e vendas, alcança 22,4% da amostra. O contexto social de ampliação da auto-organização comunitária para o enfrentamento dos efeitos da pandemia, na esteira do enfrentamento dos efeitos do crime do derrame de óleo, seria um dos principais fatores de diversificação desses fluxos, que apresentavam tendência de aumento conforme a condição da renda se deteriorava. Tais valores podem indicar que, na Resex, ocorre um processo de redução do acesso aos alimentos, o acionamento de redes de solidariedade e o aproveitamento de alimento estocado. Confirmado-se isso, poderia se afirmar que há uma presença de relações *não mercantilizadas* nas relações comerciais estabelecidas nas comunidades. No espaço doméstico, indicam que a produção doméstica atende parcialmente a produção para autoconsumo.

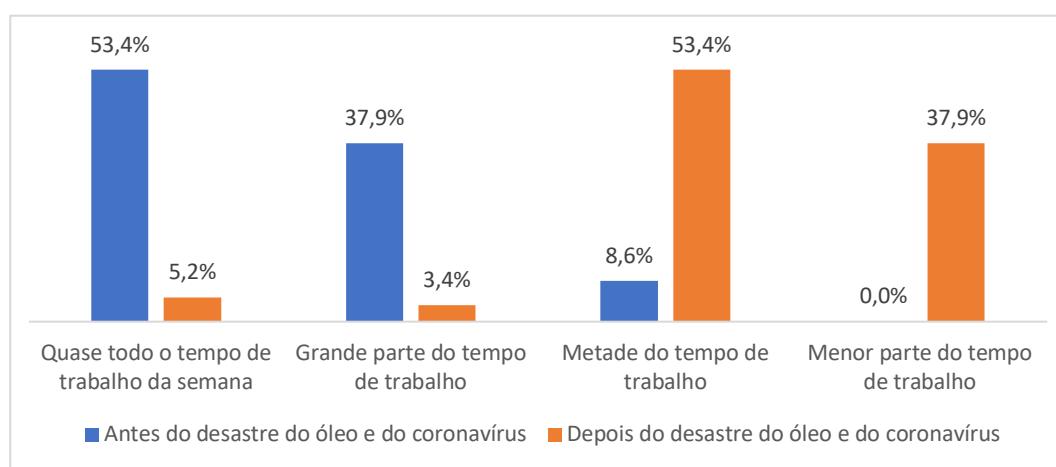
A variável tempo de trabalho dedicado à pesca, embora seja de difícil mensuração – afinal, esse tempo, em condições de relativa normalidade, depende de diversos fatores naturais e humanos, como as marés, as estações do ano, as condições meteorológicas, as épocas de reprodução das espécies e seus defesos, a produtividade, entre outras – oferece um quadro geral da dinâmica socioprodutiva que afeta o emprego, a geração de renda e produção de alimentos para autoconsumo.

É possível observar, no **Gráfico 2** que esses eventos influenciaram na redução drástica do tempo dedicado às atividades, implicando em alterações não somente na

cadeia produtiva, na renda gerada pela venda do pescado – como será visto adiante – e no autoconsumo, mas na própria capacidade de resistir para manter a tradição da pesca artesanal das famílias, que, apoiando-se em múltiplas atividades, é possível relacionar as características de multifuncionalidade, tal como indicou Maluf (2003)<sup>102</sup>.

Ainda pelo **Gráfico 2**, é possível verificar que antes dos eventos impactantes, cerca de 90% dos entrevistados dedicavam mais da metade do tempo de trabalho semanal à pesca. Após os eventos, esse índice total cai para pouco menos de 10%, restando cerca de 5% de famílias dedicadas exclusivamente à pesca. De modo inverso, o total de famílias que passaram a dedicar a metade ou menos tempo de trabalho semanal à pesca passou de 8,6% para 91,3%. A quantidade de famílias que dedicava a menor parte do tempo de trabalho passou de menos de 1% para cerca de 40% após os eventos. A quantidade dos que dedicavam até a metade de seu tempo passou de 8,6% para 53,4% dos entrevistados, tornando evidente o esvaziamento, ainda que provisório, da atividade e da necessidade de promoção de políticas públicas para atenuação dos impactos óleo-pandemia na alimentação.

**Gráfico 2 - Tempo de trabalho dedicado à atividade da pesca e mariscagem antes e depois dos eventos do crime do óleo no litoral nordestino e da pandemia do novo Coronavírus na Resex Canavieiras (n=58) – 2020**



Fonte: dados da pesquisa Maré-saber, 2020.

Uma importante observação é que os dados, quando organizados por localidades rurais e urbanas, indicam que os moradores das áreas urbanas foram os que mais reduziram o tempo de trabalho na pesca ou mariscagem. Se nas

<sup>102</sup> Cf. item 5.1.2 desta tese.

comunidades rurais de Canavieiras a redução do tempo para a metade do costumeiro afetou 63% dos entrevistados, na área urbana de Belmonte o índice foi de 30%. Entretanto, 30% dos entrevistados de Canavieiras passaram a dedicar a menor parte do tempo, enquanto em Belmonte esse índice foi de 53%. Em Belmonte, 12% dos entrevistados mantiveram ocupando a maior parte de seu tempo na pesca ou mariscagem. Levando em consideração que a pesca e/ou mariscagem são as principais atividades produtivas e, portanto, importantes geradoras de rendas monetárias, os dados sobre o tempo da pesca serviriam como indicadores da própria dinâmica da cadeia produtiva e da comercialização.

As formas de medir e de obter os valores da renda das famílias foram debatidas com as lideranças envolvidas na pesquisa, na construção do formulário de perguntas. Diante das dificuldades para obter valores, como o constrangimento do entrevistado e a sazonalidade a que está sujeita a atividade, adotaram-se faixas de renda que foram definidas para a variável “comportamento da renda”.

A renda monetária da pesca foi estimada considerando o rendimento médio mensal familiar nos setores censitários publicado pelo IBGE em 2010, sobrepostos às comunidades abordadas, e as aferições de rendas levantadas pelo Diagnóstico Socioeconômico das famílias em Unidades de Conservação (ICMBio/CGPT, 2016).

Os dados do IBGE indicavam que nos setores censitários correspondentes ao bairro Biela, em Belmonte, as rendas médias equivaliam a 93% de um SM de referência nacional, que valia R\$465,00 em 2009, o que totalizava R\$437,00. As rendas médias mais baixas giravam em torno de R\$370,00 ou 80% do SM. O rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis pelo domicílio variava, em 2010, de  $\frac{1}{2}$  a 1 ou de 1 a 2 SM, de acordo com o setor censitário considerado. Em Canavieiras, o rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis pelo domicílio, em setores censitários inseridos no polígono da Resex, variava, em 2010, de  $\frac{1}{2}$  a 1 SM nas comunidades de Campinhos, Barra Velha, Puxim da Praia e o núcleo urbano de Puxim do Sul, e de 1 a 2 SM em Oiticica e nos bairros do Centro onde vivem pescadores. Atalaia era a comunidade com maior rendimento médio nominal do responsável pelo domicílio, na faixa entre 2 e 3 SM, em 2010. Esses valores são a referência quantitativa para verificar os efeitos dos impactos do derrame de óleo e da pandemia na renda obtida com a pesca, de forma qualitativa. Foi então perguntado como estava o comportamento dessa renda depois dos eventos impactantes e de que

forma o respondente percebia sua renda da pesca: “se aumentou”, “se se manteve igual”, “se diminuiu um pouco”, “se caiu pela metade”, “se caiu mais da metade” ou “se praticamente não tinha renda da pesca”. Há uma tendência a que a queda da renda da pesca esteja relacionada com a diminuição do tempo dedicado à essa atividade, como descrito acima.

No total da amostra da Resex (n=58), foi possível observar que, para 33%, a renda proveniente da pesca e beneficiamento “diminuiu um pouco”, variável esperada em um contexto de restrições de movimentação, de estoques parados e incertezas nos preços. Para 40% do conjunto, a renda havia caído mais da metade ou praticamente não existia. Desses, em 28% das famílias a renda gerada pela pesca e mariscagem caiu mais da metade. Nesse mesmo período, após os eventos do óleo e pandemia, para 12% a renda proveniente da pesca “praticamente não existia”.

Na perspectiva do dado municipal, a redução da renda atingiu as famílias de forma proporcionalmente mais intensa nas áreas urbanas. Em Belmonte (n=19), todos os entrevistados declararam diminuição da renda proveniente da pesca depois dos eventos do óleo e pandemia. Para 35%, caiu mais da metade e para cerca de 30% a renda praticamente não existia. Outros 24% tiveram uma redução para a metade (**Quadro 12**).

**Quadro 12** - Comportamento da renda da pesca após os eventos do óleo e da pandemia 2019-2020

Localidades/ renda da pesca	Aumentou um pouco	Manteve igual	Diminuiu um pouco	Caiu pela metade	Caiu mais da metade	Pratic. não tem renda da pesca	Total
<b>Resex</b>							
<b>Canavieiras</b>	<b>2%</b>	<b>7%</b>	<b>33%</b>	<b>19%</b>	<b>28%</b>	<b>12%</b>	<b>100%</b>
Canavieiras	2%	10%	41%	17%	24%	5%	100%
Belmonte	0%	0%	12%	24%	35%	29%	100%
<b>Total</b>	<b>2%</b>	<b>7%</b>	<b>33%</b>	<b>19%</b>	<b>28%</b>	<b>12%</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados da pesquisa Maré-saber

Os valores sugerem que as áreas urbanas estiveram mais vulneráveis às oscilações no tempo de trabalho dedicado e da renda obtida com a atividade da pesca e mariscagem. No caso do tempo dedicado à atividade, houve uma brusca redução a partir do mês de outubro de 2019, em consequência dos potenciais efeitos da contaminação do óleo sobre as espécies pescadas e comercializadas.

### **5.2.6 Formas de acesso aos alimentos**

A queda da renda da pesca tem como uma de suas consequências a perda do poder aquisitivo e o aumento da dificuldade em acessar alimentos, o que pode ter implicações nos níveis de segurança alimentar das famílias. A renda, vale lembrar, teria um papel central na mediação de diversos indicadores sociais com a Insegurança Alimentar (Lignani et al., 2020). De fato, programas de distribuição de renda obtiveram grandes resultados no processo de erradicação da fome na década de 2000. Ainda assim, preferimos avaliar a importância da renda monetária como uma entre outras formas de acesso das famílias aos alimentos. Deste modo, os entrevistados foram perguntados em quais proporções as diferentes formas acesso aos alimentos compunha a cesta de alimentos obtidos e consumidos mensalmente. As formas sugeridas foram: (1) alimentos comprados em mercados, com dinheiro; (2) alimentos frutos do extrativismo animal ou vegetal e (3) alimentos provenientes de cultivos particulares. Essas formas de acesso aos alimentos complementam os dados sobre os fluxos econômicos das atividades produtivas, acima.

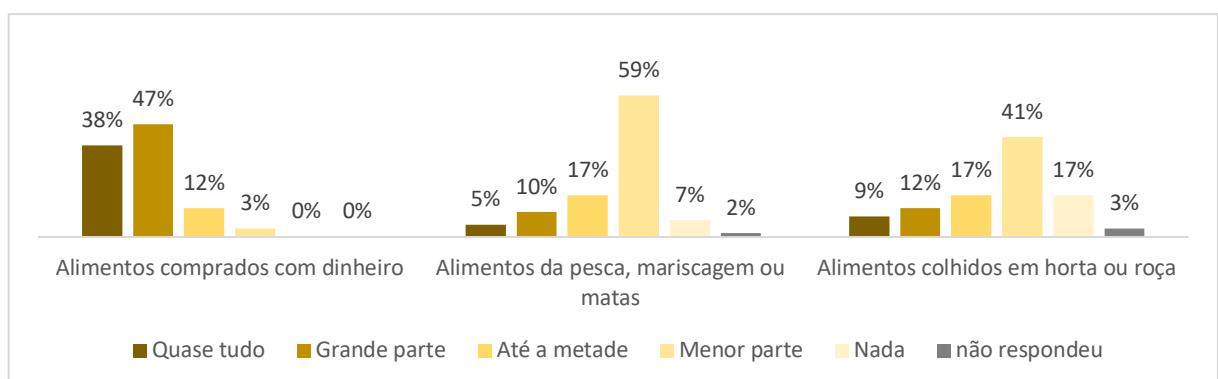
Os dados de quanto os alimentos comprados em feiras, mercados, armazéns e outros estabelecimentos comerciais representavam do total de alimentos acessados pela família a cada mês, na Resex, apontaram que 38% adquiriam "quase tudo" (entre 75% e 100% dos alimentos) e 47% a "grande parte" (entre 50% e 75% dos alimentos). Estes dados, por si só, já indicaram a forte dependência dos pescadores e marisqueiras do dinheiro para adquirir alimentos e outros gêneros da cesta. Junto a isso, o dado põe em questão a qualidade do alimento acessado dessa forma, normalmente ultraprocessados de baixo valor nutricional. Também indica uma grande potencialidade de endividamento, quando se observam os dados sobre a renda domiciliar. Mostram também uma dificuldade ou limitações em consumir os produtos da pesca, identificado em entrevistas com lideranças e em outras pesquisas no Brasil sobre os efeitos do óleo nas comunidades pesqueiras.

Os alimentos retirados da pesca, mariscagem e matas representavam, para cerca de 60% dos entrevistados, a menor parte dos alimentos da cesta mensal. Para apenas 15% compunham mais da metade. É possível veicular a esses dados uma discussão mais ampla sobre os hábitos alimentares das comunidades pescadoras, suas alterações e a influência da indústria alimentar sobre os gostos e escolhas pessoais ou preferências, elementos que fazem parte das dimensões da IAN,

entretanto, é possível que no período estudado a maior influência tenha sido a incerteza sobre a qualidade do pescado.

Com acesso a recursos emergenciais, o consumo se voltou para os produtos ultraprocessados. Outras discussões tratam da relação dos impactos ambientais acumulados (que independem do óleo) e a redução dos estoques pesqueiros de espécies de valor comercial, que deixaram de fazer parte dos hábitos alimentares do pescador. Quanto os alimentos colhidos em hortas ou roças, para 41%, compunham a menor parte do total de alimentos no mês. Para 65% das famílias esses alimentos não compunham mais do que a metade dos alimentos do mês (**Gráfico 3**). Em Biela (Belmonte), para 35% das famílias esses alimentos não compunham a cesta.

**Gráfico 3** - Representação das origens dos alimentos no total de alimentos acessados pelas famílias na Resex Canavieiras, por mês, entre junho e setembro de 2020 (N=58)



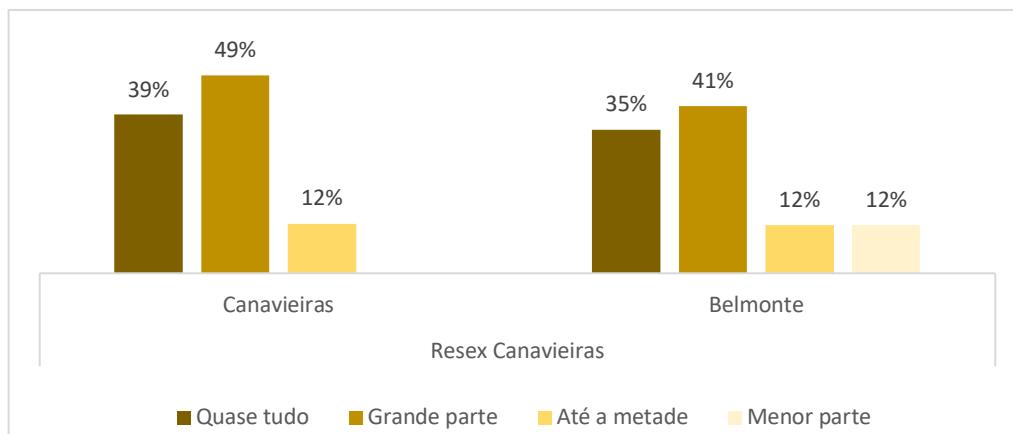
Fonte: dados da pesquisa Maré-saber, 2020.

Dos dados, impressionou a dependência que, naquele período, essas comunidades tinham do dinheiro para acessar produtos disponíveis nos mercados revendedores de alimentos processados e ultraprocessados, nas cidades ou núcleos urbanos. Vistos na escala das comunidades, os dados indicam que em 88% das famílias de Canavieiras, nas localidades rurais, mais da metade dos alimentos acessados no mês eram adquiridos por compra em mercado<sup>103</sup>. Em Belmonte, o índice foi de 76% (**Gráfico 4**).

<sup>103</sup> O somatório das faixas "quase tudo" e "grande parte".

Debatendo essas informações com lideranças pescadoras, essa grande dependência das famílias por produtos processados vendidos nos mercados foi relacionada a fatores produtivos, financeiros (o “fiado”), culturais, hábitos ou de ordem da prática cotidiana. No caso dos pescadores e marisqueiras urbanos, pode estar relacionado à falta de espaços de cultivo de hortas ou, ainda, pode ser circunstancial, uma vez que durante o tempo da pesquisa houve a sequência do desastre do óleo, das limitações da pandemia e, mais recentemente, em 2021, as enchentes que atingiram os municípios de Canavieiras e Belmonte. Outro fator apontado foi a vontade de variar o cardápio e a incapacidade de produzir todo o necessário para a alimentação e higiene. Também pode estar relacionada com as formas de comercialização dos produtos, que normalmente demandam idas aos núcleos urbanos. Nesses, vende-se a produção pesqueira e compra-se os víveres necessários.

**Gráfico 4** - Proporção da participação dos alimentos adquiridos com dinheiro em feiras e estabelecimentos comerciais no total de alimentos adquiridos no mês pelas famílias pescadoras e marisqueiras da Resex Canavieiras, por município – 2020 (n=58)



Fonte: dados da pesquisa Maré-saber, 2020.

Os alimentos na pesca, pouco ou nada processados, obtidos com a mariscagem e nas matas tiveram respostas mais diversas, mas seguiram uma tendência a serem a menor parte dos alimentos acessados pelas famílias, por mês. Na Resex Canavieiras, apenas 15% dos entrevistados disseram que esses produtos representavam mais da metade dos alimentos e, para 17%, não mais que a metade. Para cerca de 60%, o pescado e outros alimentos das matas representavam a menor parte (até 25%) e 7% disseram esses alimentos não representavam nada dos alimentos acessados no mês.

Analizando os dados por municípios, em Canavieiras, para 63% dos entrevistados esses produtos compunham a menor parte da cesta de alimentos do mês. Apenas em 5% dos domicílios da Resex em Canavieiras o pescado representava grande parte dos alimentos. Em Belmonte, para 47% dos entrevistados esses produtos representavam a menor parte dos alimentos, enquanto para 6% representavam até a metade. Diferentemente de Canavieiras, para 42% das famílias esses alimentos compunham mais da metade dos alimentos. As baixas rendas e as dificuldades em cultivar alimentos nas áreas urbanas justificam essa proporção.

Os alimentos provenientes de **cultivos** próprios (hortas ou roças) têm a menor participação na composição mensal da cesta de alimentos. Isso pode estar relacionado aos costumes dos pescadores e marisqueiras e/ou às restrições impostas pela falta de acesso a terras cultiváveis, a espaços disponíveis nas casas, a instrumentos e técnicas de cultivos para autoconsumo. Para 21% dos respondentes esses produtos representavam mais da metade dos alimentos, mas, para cerca de 60%, esses alimentos não eram mais que 50% dos alimentos acessados. Para 17%, esses produtos não representavam nada na cesta mensal de alimentos.

Quando vistos por municípios, os dados indicaram que para 66% dos entrevistados de Canavieiras esse tipo de alimento compunha até a metade dos alimentos do mês; para 22% mais da metade e para 10% não representavam nada. Em Belmonte, para 41% dos respondentes os produtos agrícolas produzidos nos quintais ou roças representavam até 50% dos alimentos acessados, mas para 35%, não representavam nada. Isso possivelmente se deve às características urbanas (falta de espaços para o cultivo), da dedicação exigida pela mariscagem e pela falta de conhecimentos de técnicas simples de cultivos em pequenos espaços<sup>104</sup>.

Embora a forma de apresentação desses dados possa levantar questões sobre a composição da cesta mensal de alimentos, é nítida a predominância dos produtos processados ou ultraprocessados na dieta dos pescadores e marisqueiras. Essa dependência, gerada por diversas circunstâncias, pode vir a ser um fator que reflete certas limitações da autonomia das famílias na escolha do que comer e da qualidade dos alimentos, importantes dimensões da SSAN.

---

<sup>104</sup> A pesquisa sobre SSAN motivou algumas mulheres a iniciar cultivos de manejo simples, como abóbora, batata-doce e ervas, para enfrentar a escassez de dinheiro. Essa motivação se refletiu na preparação coletiva de espaços para culturas complementares.

### **5.2.7 Acesso da família a políticas públicas relacionadas com sua segurança alimentar**

Este item tem como objetivo verificar, ainda que parcialmente e de forma datada, o alcance ou incidência de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e identificar se há relações com políticas de conservação da biodiversidade. A instituição da Resex, por si, pressupõe a implantação de políticas públicas e linhas de financiamento produtivo, de modo a incentivar a consolidação territorial do modelo de UC. Com esses pressupostos, foi feito o levantamento do acesso das famílias a ações e programas governamentais de combate à fome e de promoção da SSAN, de forma direta ou indireta, ou de ações comunitárias solidárias.

Os dados levantados se referem aos períodos recentes, das fases agudas dos efeitos do desastre do óleo e da pandemia, abordando o acesso a auxílios emergenciais, mas também das políticas de longo prazo para o enfrentamento da insegurança alimentar, como o acesso ao seguro-defeso, a programas como o de Aquisição de Alimentos – PAA, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Programas de Fomento estaduais, como o Bahia Produtiva e o Bahia Pesca, o Programa de Fomento do Incra (Crédito Instalação) e programas de Assistência Técnica Rural – ATER, nos níveis federal e estadual.

Este item pode complementar as informações sobre trabalho e renda dos pescadores e marisqueiras, ao abordar o acesso a programas ou benefícios sociais de distribuição de renda e assistência social que existiam em 2020, antes da implantação do Programa Auxílio Brasil, em 2022. Nesse sentido, foi realizado o levantamento do acesso ao Programa Bolsa família, ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou aposentadoria, ao seguro-defeso e outros benefícios. Essas informações poderão ser consideradas para um exercício de análise da composição da renda da categoria nas diferentes comunidades, no período de enfrentamento dos impactos do óleo e pandemia. É necessário destacar que diversos dos programas foram esvaziados e desmontados progressivamente durante a gestão federal de 2019 a 2022. Um deles foi o PAA, substituído pelo Programa Alimenta Brasil, e o Bolsa Família, substituído pelo Programa Auxílio Brasil, em agosto de 2021.<sup>105</sup>

---

<sup>105</sup> Medida Provisória nº 1.061, de 09 de agosto de 2021.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) era, até então, o instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda e é utilizado na seleção de beneficiários dos programas sociais do Governo Federal para esse público (BRASIL, 2007). Além dos Programas Sociais, é o meio para o acesso desse público aos Auxílios Emergenciais Financeiros e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência.

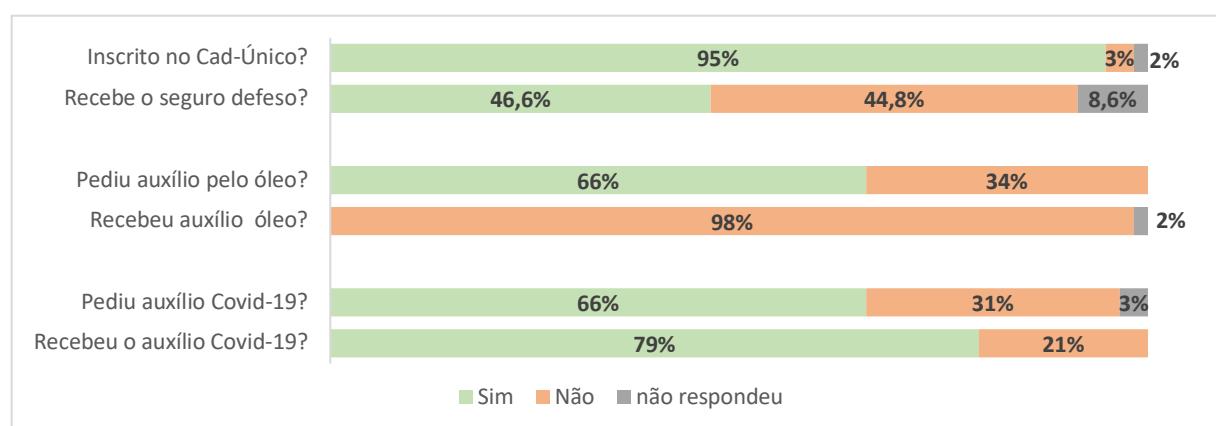
O principal critério para o cadastramento é a renda familiar; assim, podem se inscrever famílias com rendas mensais de até  $\frac{1}{2}$  do salário-mínimo de referência *per capita* e famílias com renda mensal total de até três salários-mínimos. O cadastro no CadÚnico pode então, por si, ser um indicador socioeconômico com foco na renda. Nas entrevistas, 95% das pessoas indicaram que estavam inscritos no CadÚnico, 3% indicaram que não e outros 2% preferiram não responder. Esses valores nos dão uma noção sobre a situação da demanda pelo acesso a programas de transferência de renda e políticas públicas de SSAN e de conservação da biodiversidade. O CadÚnico é o caminho para acessar Programas de distribuição de renda e aos Auxílios Emergenciais Financeiros.

Em um contexto de desastre ambiental, 66% dos respondentes declararam ter solicitado o auxílio emergencial do desastre do óleo e 34% não. Embora cerca de 2/3 dos entrevistados tivessem solicitado esse recurso, ninguém respondeu que havia efetivamente recebido o equivalente a dois salários-mínimos em 2019. Tal situação indica a forma como Governo Federal historicamente trata a pesca artesanal: descaso. O auxílio emergencial relacionado com a pandemia do Coronavírus, em 2020, também foi solicitado por 66% dos entrevistados, 31% não fizeram e 3% não responderam. Esse auxílio foi recebido por 79% dos respondentes, em 3 parcelas de R\$600,00 (seiscentos reais) e outras 4 de R\$300,00 (trezentos reais). No período da pesquisa, entre abril e agosto de 2020, o valor do auxílio era de R\$600,00. Na época, foram declaradas muitas dificuldades, técnicas ("aplicativo" do banco) e logísticas. O auxílio emergencial foi pago para as pessoas que estivessem elegíveis, independentemente da solicitação. De acordo com uma das lideranças, o pagamento do auxílio foi importante para manter o mínimo necessário para a alimentação, mas

escamoteou importantes problemas sociais e ambientais da pesca<sup>106</sup> em um momento propício à discussão com órgãos de governo e sociedade em geral.

Por se tratar de categoria específica, foram perguntados se receberam o seguro-defeso, benefício temporário no valor de um salário-mínimo, pago ao pescador artesanal que trabalha individualmente ou em regime de economia familiar durante o período em que as atividades de pesca são paralisadas para possibilitar a preservação das espécies. No Estado da Bahia, os períodos de defeso ocorrem durante todo o ano, com diferentes durações conforme as espécies. Na amostra da Resex, 46,6% dos entrevistados declararam que recebem o seguro-defeso e 44,8% que não, enquanto 8,6% não responderam (**Gráfico 5**).

**Gráfico 5** - Inscritos no CadÚnico, auxílios e benefícios sociais solicitados e acessados pelos pescadores e marisqueiras beneficiários da Resex Canavieiras, em 2020 (n=58)



Fonte: atividades de campo, 2020.

Além dos auxílios emergenciais, os entrevistados foram perguntados sobre o acesso a outros Programas ou benefícios sociais dos governos federal, estadual ou municipal. No conjunto, o mais acessado foi o Programa Bolsa Família (PBF), citado por 69% dos respondentes. Em menores proporções, a Aposentadoria para pessoa de baixa renda, citado por 12,1% dos respondentes, e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC), citado por 17% dos respondentes.

Outras políticas públicas, também relacionadas com a segurança alimentar, mas com foco na inserção produtiva e inclusão social das famílias, foram relacionadas na

<sup>106</sup> A degradação ambiental provocada pelo desastre do óleo expôs uma série de outros impactos acumulados pela implantação e operação de grandes projetos de investimento e infraestrutura, como a represa de Itapebi a drenagem de ecossistemas de várzeas, o avanço do eucalipto e da carcinicultura. Esses afetam a capacidade das espécies animais permanecerem nos espaços, afetando a renda e alimentação do pescador artesanal.

pesquisa e citadas por entrevistados. Os programas de Assistência Técnica Rural (ATER) executado pelo Governo do Estado da Bahia foram os mais citados, com 24,1% das respostas. Programas de fomento do nível estadual foram citados por 17,2% dos entrevistados. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi citado por 10,3% dos entrevistados e o acesso ao Crédito de Instalação, Programa de Fomento do INCRA, de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e de equipamentos produtivos, foi citado por cerca de 7% dos entrevistados. A maior surpresa, contudo, foi a declaração de falta de acesso a políticas públicas de fomento da produção para 46,6% dos entrevistados. Por meio das entrevistas e da análise de resultados dos editais, é admissível que nesse conjunto de famílias que não teve acesso a programas de fomento esteja uma parcela das famílias participantes de editais que, mesmo com projetos aprovados, não tiveram os recursos liberados nos cronogramas previstos, por influência da pandemia<sup>107</sup>.

### **5.3 Segurança alimentar em contextos de crise: óleo e a pandemia**

Este subcapítulo é dedicado ao reconhecimento dos determinantes dos níveis de insegurança alimentar dessas comunidades pescadoras por meio da associação dos dados do diagnóstico socioeconômico com os níveis de insegurança alimentar, obtidos com a aplicação da Ebia, diga-se, no contexto de um desastre ambiental regional e uma pandemia. Nos itens anteriores, na caracterização das comunidades estudadas, os aspectos sociais, produtivos e ambientais foram abordados nas escalas local e regional, com a intenção de elaborar, ainda que parcialmente, sua relação com as “riquezas naturais” do território na construção do seu modo de vida e trabalho.

Os impactos da “chegada do óleo”, motivação inicial do trabalho do Projeto Marésaber, foram identificados em campo, no acompanhamento, ao longo do tempo, de atividades de instâncias coletivas, como o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Canavieiras (CDRC), a Rede de Mulheres e a AMEX. Também pelo Conselho Pastoral da Pesca – CPP, pelos relatórios de conflitos socioambientais e violação de direitos em comunidades pesqueiras, publicados em 2016 e em 2021<sup>108</sup>. A pandemia, como descrito por diversas lideranças comunitárias, agravou quadros

---

<sup>107</sup> Os recursos do Edital 14/2019, citado nesta tese, seguiam bloqueados até dezembro de 2022.

<sup>108</sup> Ocorreram as enchentes de dezembro de 2021 no sul da Bahia e em Canavieiras, Belmonte e Cabrália.

persistentes de grandes dificuldades materiais e de superexploração do trabalho. A situação da suspensão da pesca por prevenção à contaminação por óleo e estoques sem saída pelo temor do consumidor é seguida, na pandemia, pela prática da redução dos valores de compra pelos intermediários e a queda abrupta na venda direta, provocada pelo isolamento social.

### **5.3.1 Incidência de Insegurança Alimentar nas comunidades e análise segundo variáveis indicadoras de SSAN e Ebia**

Neste item, algumas das variáveis do diagnóstico socioeconômico e ambiental, serão correlacionadas com os níveis de segurança ou insegurança alimentar identificados por meio da aplicação da Ebia, realizada entre agosto e setembro de 2020, em meio à pandemia do novo Coronavírus. O objetivo aqui foi identificar de que formas a IAN se manifesta no território, por quais variáveis seria possível encontrar seus determinantes e verificar possíveis relações com processos e práticas instituintes do comum.

Realizar o levantamento dos níveis de insegurança alimentar por meio da Ebia significou aplicar uma métrica que tornasse possível compreender formas de manifestação do fenômeno na escala local e, nessa escala, para as lideranças pescadoras. Os dados, para que fossem assimilados na pesquisa e pelas lideranças, foram contextualizados regional e nacionalmente. Assim, algumas variáveis foram selecionadas para comparação com os dados do relatório do Inquérito Vigisan (2021)<sup>109</sup>, pesquisa que serve como parâmetro para os valores e o estado da IAN no Brasil o longo do desmonte das políticas públicas de SSAN pela gestão do Governo Federal no período 2019-2022.

Em vista de comparações entre os dados da recente pesquisa VIGISAN (2021) e do Projeto Maré-saber, estudos que foram realizados no segundo semestre de 2020, trouxe como resultados, no nível nacional, um índice de segurança alimentar de 44,8% dos domicílios, enquanto na região Nordeste esse índice foi de 28,1%. Esses valores podem estar ratificando uma tendência de queda da dos níveis de SAN, já identificada no Relatório POF (2018/19). Na Resex Canavieiras, 20,7% das famílias estavam em segurança alimentar, entretanto, quando visto por município (que corresponde à

---

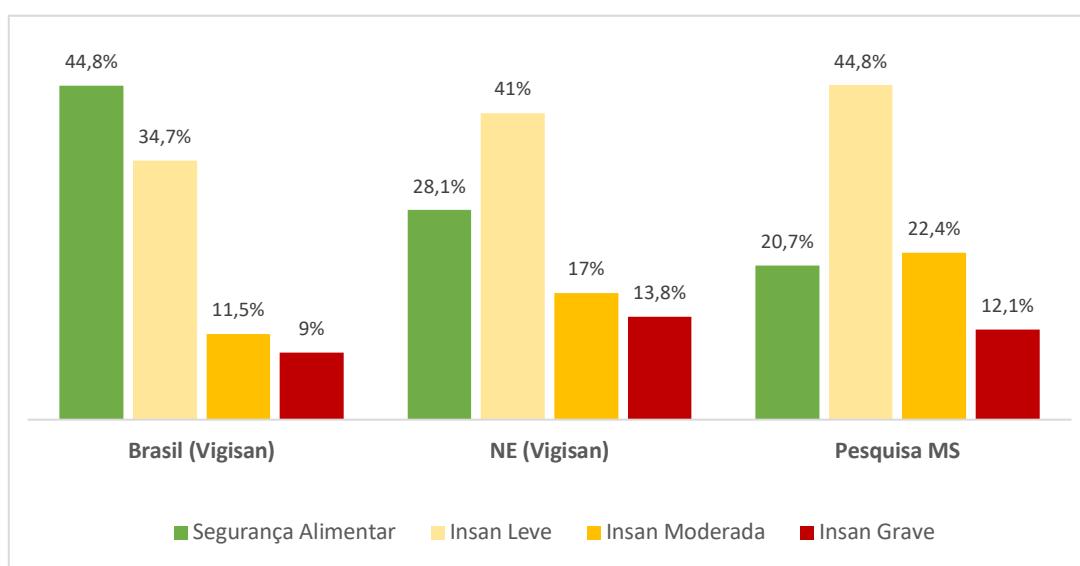
<sup>109</sup> Situação do domicílio (urbana ou rural), por região e BR; raça/cor; sexo; faixa etária, dinâmica da renda, auxílios e benefícios, gastos com alimentação e produção de alimentos.

divisão por situação de domicílio), Canavieiras se aproxima de 27% das famílias em situação de segurança alimentar, mas Belmonte aparece com apenas 6%.

Para o nível de **insegurança alimentar leve**, o relatório Vigisan aponta para um índice nacional de 34,7% de domicílios nessa situação, enquanto na região Nordeste o valor chega a 41%. Na Resex, esse nível alcançava cerca de 45% dos entrevistados e nos municípios esse índice encontra-se na mesma faixa, Canavieiras com 46,3% e Belmonte com 41,2%. O nível de **IAN moderada** aparece em 11,5% dos domicílios no nível nacional e em 17% dos domicílios da região Nordeste. Na Resex Canavieiras, esse nível apresenta um percentual maior, de 22,4%. Nos municípios, a IAN moderada ocorria em 17,1% dos domicílios entrevistados de Canavieiras e em 35,3% dos domicílios de Belmonte, comparativamente muito mais alto.

Por fim, os dados da pesquisa Vigisan apontam que 9% dos domicílios no Brasil passam por situação de **insegurança alimentar grave**, índice que na região Nordeste aumentou para 13,8% dos domicílios. Na Resex, esse nível ocorria em 12,1% dos domicílios. Vista por municípios, Canavieiras tinha cerca de 10% dos entrevistados nessa situação, que, em Belmonte, atingia 17,6% dos entrevistados, bem acima da média nacional, regional e da Resex (**Gráfico 6**).

**Gráfico 6** - Distribuição proporcional dos domicílios por nível de segurança e insegurança alimentar e nutricional no Brasil, Região Nordeste e Resex Canavieiras, na pesquisa Vigisan (2020) e na pesquisa Maré-saber na Resex Canavieiras (2020)



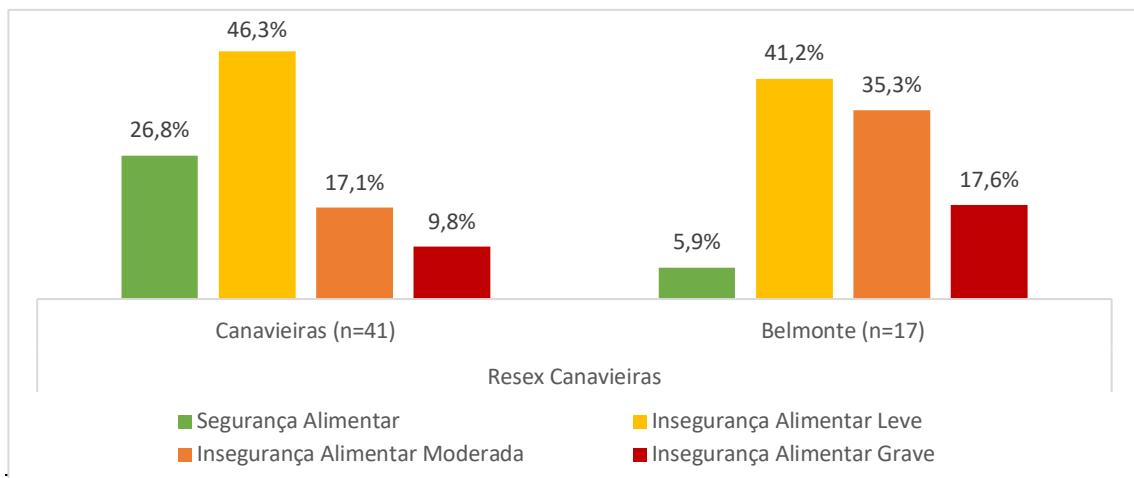
Fontes: VigiSAN Inquérito AS/IA, 2021; dados da pesquisa Maré-saber (2020).

Na Resex, a proporção de segurança alimentar comparativamente mais baixa do que a média nordestina e todos os demais níveis de IAN mais altos do que as médias nacional e regional podem estar indicando que, no contexto das desigualdades regionais, houve um processo brusco de perda da qualidade da alimentação nas comunidades da Resex no período da pandemia. É o que ilustram os dados dos níveis de IAN leve. Já os níveis moderado e grave apresentam certa estabilidade, sendo ligeiramente mais altos do que os índices regionais.

Em **Canavieiras**, que tinha 70% das entrevistas (n=41), 26,8% dos entrevistados que lá residiam estavam em situação de segurança alimentar, enquanto 46,3% experimentavam a insegurança leve. Em 17% dos domicílios predominava o nível de IAN moderado e 10% dos respondentes estavam em situação de insegurança alimentar grave. **Belmonte**, que representava 30% da amostra (n=17), tinha indicadores piores do que Canavieiras. Tinha apenas 6% dos respondentes em situação de segurança alimentar e o nível de insegurança leve ocorria em 41,2%, o nível moderado em 35,3% e o nível grave ocorria para 17,6% dos entrevistados. Os dados por municípios (**Gráfico 7**) evidenciaram as consequências da piora das condições de renda, a dificuldade em articular políticas públicas ou ações de mitigação dos efeitos do óleo e da pandemia e a paralização da atividade da cata e da mariscagem e, sobretudo, da comercialização do pescado.

Em Belmonte, os altos índices de IAN moderada e grave mostram que nas áreas urbanas esses, que podem ser chamados determinantes da IAN, aprofundaram situações preexistentes, advindas dos impactos de outras atividades, como os impactos dos grandes empreendimentos, especulação imobiliária, falta de acesso a políticas públicas de trabalho e renda, e de questões infraestruturais, como falta ou dificuldades de acesso a estruturas de beneficiamento da produção, seu escoamento e aos recursos naturais. É importante destacar que esse dado nos informa que os níveis de Segurança Alimentar apresentados indicam que cerca de 80% dos respondentes (46 de 58) estavam passando por algum nível de restrição alimentar no período considerado de junho a setembro de 2020.

**Gráfico 7 - Distribuição dos níveis de segurança alimentar entre pescadores e marisqueiras da Resex Canavieiras nos municípios de Canavieiras (n=41) e Belmonte (n=17), 2020**



Fonte: dados da pesquisa Maré-saber, 2020.

Quando os valores são segmentados pela situação do domicílio, o Relatório Vigisan (2021) aponta que, na região nordeste, aproximadamente 28% da população urbana estava em segurança alimentar, 43% no nível de IAN leve e cerca de 30% nos níveis moderado e grave. Nas zonas rurais, esse Relatório indicou que cerca de 30% da população estava em segurança alimentar, 35,7% em IAN leve e aproximadamente 35% em IAN moderada ou grave. Pode-se comparar esses valores com os obtidos na Resex Canavieiras, que teve, nas áreas urbanas, apenas 6% das famílias em segurança alimentar, 41% em IAN leve e 53% em IAN moderada ou grave. Esse índice de insegurança moderada e grave é muito superior à média nordestina e deve ser compreendido pelo acúmulo de impactos sobre os recursos ambientais e sobre os dispositivos de assistência social determinantes da IAN com os efeitos do óleo e da pandemia. Esses dados coincidem com os valores das áreas urbanas de Belmonte.

As áreas rurais apresentaram 27% de famílias em segurança alimentar, 46% em situação de IAN leve e 27% em moderada e grave. As áreas rurais da Resex têm menos domicílios em situação de insegurança moderada e grave do que a média do nordeste, mas apresentam níveis leves acima da média, o que pode indicar uma piora progressiva dos níveis de SAN com os impactos socioambientais da pandemia e óleo.

Cruzando os dados sobre os níveis de IAN e a composição da família, a situação de Segurança Alimentar predominou nas famílias rurais e urbanas sem moradores menores de 18 anos (10 de 15). A insegurança alimentar leve predominou em 51% dos domicílios que tinham moradores menores de 18 anos e o nível de insegurança

alimentar moderada predominou em ¼ domicílios com menores de 18 anos residentes. O nível grave foi registrado em 12% das entrevistas. Neste caso, em 9% das respostas havia menores de 18 anos residindo no domicílio, na maioria das vezes em áreas urbanas.

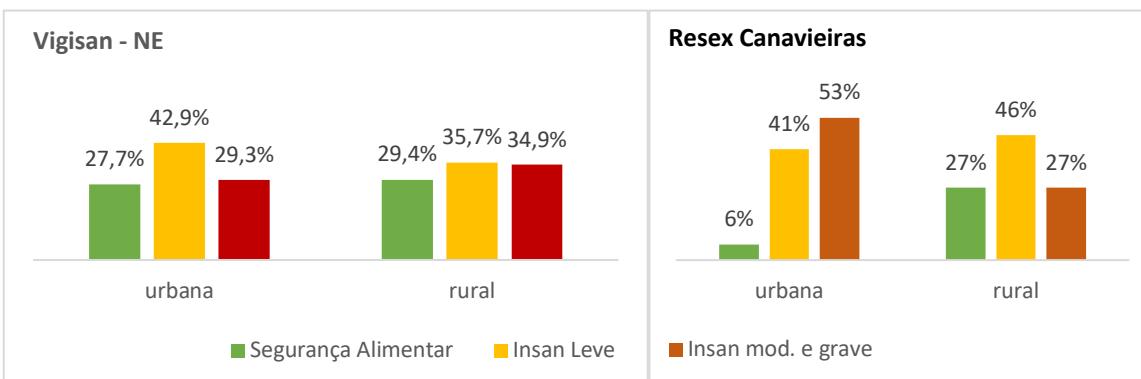
No relatório Vigisan (2020), os dados descrevem as desigualdades regionais no acesso aos alimentos como reflexos das desigualdades no acesso a políticas públicas sociais, econômicas, culturais e ambientais. Essas diferenciações se expressam tanto em níveis regionais como nas escalas locais, especialmente nas condições de renda das populações rurais compostas por agricultores familiares, quilombolas, indígenas e ribeirinhos. Nessa linha, os dados indicaram que as áreas rurais das regiões Norte e Nordeste tinham as maiores proporções de insegurança alimentar moderada e grave, quando comparadas com as áreas urbanas. Na Pesquisa Maré-saber, que teve na Resex Canavieiras 30% das famílias entrevistadas em áreas urbanas e 70% em zonas rurais, esse padrão não se repetiu, figurando uma situação em que a proporção dos níveis de insegurança alimentar moderada ou grave era maior nas áreas urbanas, atingindo 53% dos casos.

Seguindo com o comparativo entre os resultados das pesquisas VigiSAN e Maré-saber, é possível verificar que as características da pessoa de referência<sup>110</sup> no domicílio tem grande influência nos níveis de SAN das comunidades pescadoras da Resex Canavieiras. Entre as variáveis, verificou-se que, embora a proporção de mulheres da amostra tenha sido de 72,7%, o registro de menores condições de SAN ocorreu nos domicílios em que a pessoa de referência era do sexo feminino. Nesses casos, a soma dos níveis de IAN moderada e grave chegou a 46,4%, enquanto para os homens o índice foi de 28,3% (**Gráfico 8**).

**Gráfico 8** - Distribuição dos níveis de segurança e insegurança alimentar na região Nordeste e nas comunidades pescadoras da Resex Canavieiras (n=58), por situação do domicílio - 2020

---

<sup>110</sup> Na pesquisa Maré-saber adotou-se como critério geral que a pessoa de referência seria aquela que respondeu ao questionário, desde que desenvolvesse atividades laborais na pesca ou mariscagem e tivesse participação na formação da renda familiar. Esse critério pretendeu evitar a denominação “chefe” ou “responsável” pelo domicílio, normalmente atribuído ao homem, em uma pesquisa executada em parceria com a Rede de Mulheres que, entre outras, luta pela visibilidade e valorização do trabalho feminino na pesca.



Fonte: VigiSAN Inquérito AS/IA, 2020 e dados da pesquisa Maré-saber, 2020.

As pessoas autodeclaradas pretas representaram 45% do total de entrevistados. As pessoas pretas representavam 22% das pessoas em IAN leve da amostra, 12% das pessoas em IAN moderada e 7% das em situação grave. Pardos somaram 43% das entrevistas e representavam 19% da população em IAN leve e 7% da moderada e 5% estavam em situação de insegurança alimentar grave. Indígenas somaram 3% da amostra e apresentavam 1,5% de insegurança leve e outros 1,5 em nível moderado. Esses dados indicam que a insegurança alimentar tem cor de pele: 41% da amostra era de pretos e pardos em situação de insegurança leve e 31% de pretos e pardos em situação de insegurança moderada ou grave.

**Tabela 2** – Níveis de IAN de acordo com a autodeclaração racial, Resex Canavieiras (n=58) – 2020

Autodeclaração racial	indígena				Total Geral
	branco	preto	pardo	a	
Resex Canavieiras	9%	45%	43%	3%	100%
Segurança					
Alimentar	5%	3%	12%	0%	21%
IA Leve	2%	22%	19%	1,5%	45%
IA Moderada	2%	12%	7%	1,5%	22%
IA Grave	0%	7%	5%	0%	12%
<b>Total Geral</b>	<b>9%</b>	<b>45%</b>	<b>43%</b>	<b>3%</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados da pesquisa Maré-saber, 2020.

A fim de buscar indicadores dos determinantes da IAN na Resex que pudessem ser relacionados com o desenvolvimento de atividades da pesca, ou outras, foi perguntado quais atividades a pessoa entrevistada ou os responsáveis pela família desempenhavam. Destaca-se que 43% dos respondentes declararam que a pesca e/ou mariscagem eram suas únicas atividades. Desses, 17% estavam em níveis leves de IAN, entretanto, apresentavam as maiores proporções de IAN moderada e Grave, que, juntas, tinham 19% do total. O extrativismo vegetal combinado com a agricultura familiar eram, juntos, 20,7% das atividades realizadas fora da pesca, mas com fortes relações com ela. Quem praticava essas atividades tinha a tendência a estar em níveis de SAN e IAN leve (14% do total) e apresentava índices de IAN Grave um pouco mais baixos que os daqueles que somente pescavam (**Tabela 3**).

**Tabela 3** - Distribuição percentual dos níveis de segurança e insegurança alimentar segundo atividades produtivas desenvolvidas além da pesca/mariscagem, acumuladas, nas Áreas Protegidas da pesquisa Maré-saber (n=58) – 2020

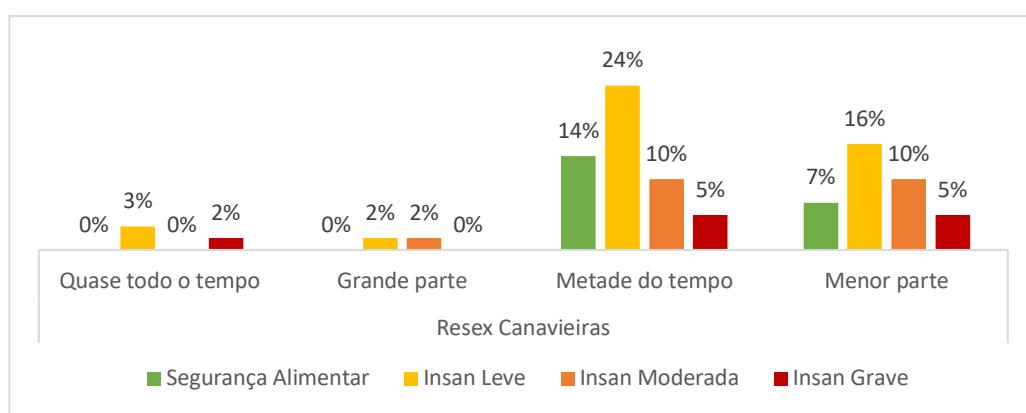
Atividades, por AP	IAN				Total (linhas)
	SA	IAN Leve	IAN Mod.	IAN Grave	
<b>Resex Canavieiras (n=58)</b>	<b>20,7%</b>	<b>44,8%</b>	<b>22,4%</b>	<b>12,1%</b>	<b>100,0%</b>
Somente pesca ou mariscagem	6,9%	17,2%	13,8%	5,2%	43,1%
Extrativismo vegetal, agricultura	6,9%	6,9%	3,4%	3,4%	20,7%
Agricultura	1,7%	3,4%	3,4%	3,4%	12,1%
Extrativismo vegetal	3,4%	5,2%	1,7%	0,0%	10,3%
Extrativismo vegetal, agricultura, petrechos de pesca ou artesanatos	1,7%	6,9%	0,0%	0,0%	8,6%
Artesanato, turismo de base comunitária	0,0%	5,2%	0,0%	0,0%	5,2%
<b>Total (colunas)</b>	<b>20,7%</b>	<b>44,8%</b>	<b>22,4%</b>	<b>12,1%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: dados da pesquisa Maré-saber, 2020

Sobre o **tempo dedicado à pesca** depois do crime do óleo e do início da pandemia, já foi dito que houve uma redução drástica, na ordem de 70 a 80% do tempo total. Os níveis de insegurança da Ebia mostram que aqueles que se mantiveram exclusivamente da pesca ficaram todos em algum dos níveis de insegurança alimentar. Grosso modo, quanto mais o tempo dedicado, maior o nível de IAN. Nos que reduziram seu tempo de trabalho para até a metade predominaram níveis de IAN leve. Igualmente para os que reduziram o tempo da pesca para a menor parte do tempo de trabalho. Cabe destacar que 53,4% dos entrevistados reduziram a jornada na pesca para até a metade do tempo de trabalho e cerca de 38% para até  $\frac{1}{4}$  do tempo normalmente dedicado.

O grupo que diminuiu o tempo dedicado à pesca corresponde à 90% dos entrevistados, entretanto, essa redução parece não ter afetado imediatamente seus níveis gerais de SA e IAN. Do total de entrevistados, 21% conseguiram manter níveis de segurança alimentar e 40% estavam em níveis leves de IAN, mesmo com a redução drástica no tempo de trabalho na pesca. Os que mantiveram o tempo costumeiro da pesca, que corresponde a 8% dos entrevistados (ou 5 famílias) apresentaram níveis leve (3 famílias), moderado (1 família) e grave (1 família), como pode ser observado no **Gráfico 9**. A manutenção do padrão geral de SAN/IAN sugere que houve elementos que compensaram essa queda de tempo, como os auxílios financeiros ou o seguro-defeso.

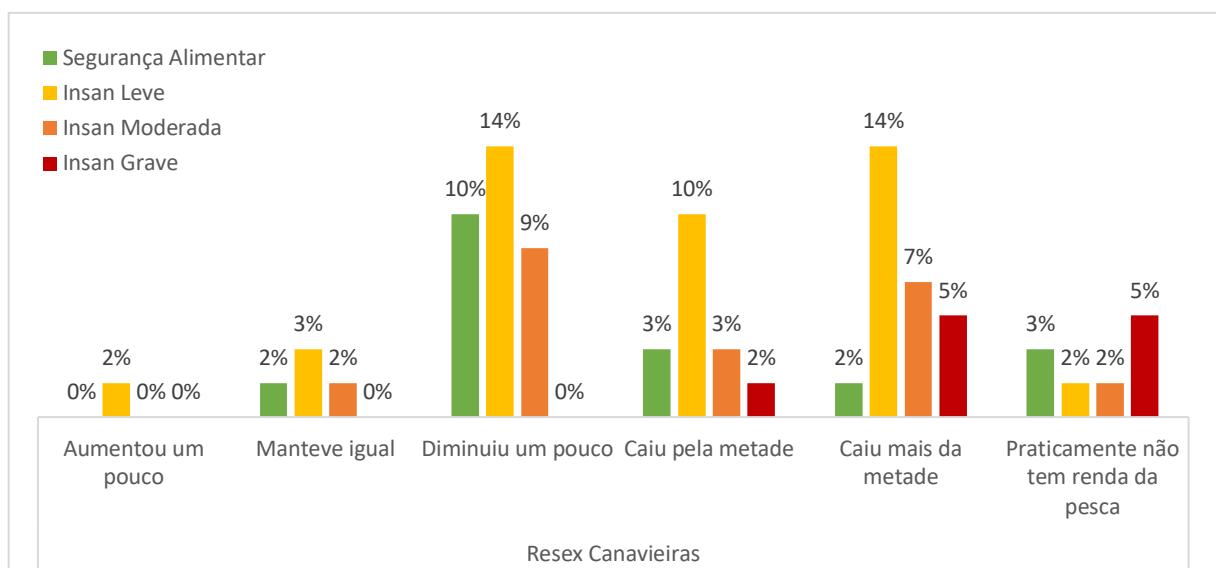
**Gráfico 9** - Distribuição dos níveis de segurança e insegurança alimentar segundo tempo de trabalho dedicado à pesca ou mariscagem por beneficiários da Resex Canavieiras – 2020 (n=58)



Fonte: dados da pesquisa Maré-saber, 2020.

O comportamento da renda dos entrevistados mostra que os níveis leves de IAN predominaram nesse processo. As quedas de renda menores sustentaram mais famílias em níveis de segurança alimentar do que aqueles que praticamente não tinham renda da pesca, onde os níveis de IAN grave foram maiores. Os níveis de IAN para quem a renda "diminuiu um pouco" mostram um nível moderado mais intenso que as demais classes, enquanto para aqueles que tiveram as rendas da pesca reduzidas pela metade ou mais da metade, o nível leve foi predominante e o nível de insegurança alimentar grave se tornou presente, reforçando a consideração de que o óleo e pandemia aprofundaram problemas sociais e ambientais já existentes.

**Gráfico 10** - Distribuição dos níveis de segurança e insegurança alimentar segundo a dinâmica da renda da pesca ou mariscagem por beneficiários da Resex Canavieiras – 2020 (n=58)



Fonte: dados da pesquisa Maré-saber, 2020.

#### 5.4 Práticas instituintes do comum na consolidação do território da Resex Canavieiras

Neste subcapítulo serão analisados dois tipos de processos que foram acompanhados entre 2020 e 2023 que, segundo uma liderança marisqueiras, eram compreendidos como de fortalecimento da consolidação do território da Reserva Extrativista Marinha. Uma delas é a instância de governança da Resex, o acompanhamento das reuniões do Conselho Deliberativo. O segundo é composto por ações diretas desenvolvidas no território da Resex pelas Associações de pescadores e que tiveram por objetivo enfrentar e arrefecer os impactos do óleo e da pandemia

na SSAN das comunidades da Resex. "Fortalecer a consolidação" traz a perspectiva do algo que já passou por um processo de instituição e, como instituído, transformado em comum, depende dos atos instituintes para continuar, permanecer e consolidar-se. Esse termo abre a possibilidade de entender as ações que foram realizadas como práticas instituintes do comum.

#### **5.4.1 Conselho Deliberativo da RESEX – CDRC**

O Conselho Deliberativo da Resex Canavieiras (CDRC) é o espaço em que as lideranças comunitárias, que em sua maioria representam a categoria dos pescadores artesanais, outros grupos extrativistas<sup>111</sup> e marisqueiras, mas também abrange agricultores familiares. Em outros segmentos fora da pesca artesanal, abrange o poder público, universidades e centros de pesquisa e entidades privadas não-governamentais e empresas dos ramos da hotelaria. De modo geral, no Conselho as pautas são propostas pelo presidente, que no caso é o órgão gestor público federal, o ICMBio. A proposta aqui é, partindo dos pontos de pauta das reuniões do Conselho Deliberativo, reconhecer aspectos das falas e das dinâmicas das reuniões que tratem de questões relacionadas com a SSAN, *comuns* e que remetam às *práticas instituintes do comum*.

O acompanhamento das reuniões do CDRC foi iniciado na reunião presencial de fevereiro de 2020, realizada em Belmonte, duas semanas antes do início das medidas restritivas de mobilidade e conto social como forma de controle da disseminação do novo Coronavírus. Essas medidas exigiram a adaptação das ferramentas e dinâmicas para o ambiente virtual, que se tornou a forma de realização das reuniões nos anos de 2020 (2 reuniões ordinárias) e 2021 (9 reuniões ordinárias e 1 extraordinária). Em 2022, foram realizadas 3 reuniões virtuais, sendo uma delas extraordinária, e 3 presenciais, ordinárias. As reuniões presenciais voltaram a ocorrer em maio de 2022. Para anotar algumas diferenças nas dinâmicas das reuniões, é importante que se faça uma diferenciação desses formatos a partir da experiência desta pesquisa.

Nas reuniões virtuais, muitas das lideranças tinham grande dificuldade em participar, principalmente pela qualidade da conexão à internet. A média de Conselheiros participantes foi de 45% em 2021, sendo 25% a menor quantidade e 60% a maior. A gestora da UC definia as pautas conforme as demandas da gestão da

---

<sup>111</sup> Guaiamunzeiros, camarõezeiros, tiradeiras e catadeiras, e catadores de outros mariscos e caranguejos.

burocracia. Foi pauta constante a homologação de beneficiários e a homologação da composição do Conselho. A avaliação dos conselheiros indicava, além da dificuldade de acesso, falta de equipamentos, participação social limitada, pouca discussão para a tomada de decisões, falta de foco e dificuldade em dar encaminhamentos às questões como as principais limitações que o formato virtual incidia. Em contrapartida, o não deslocamento físico foi visto como algo positivo. Como observador, ficou a impressão de que a falta do encontro "físico" aos poucos esvaziava as reuniões tanto em número de pessoas como na presença participativa dos conselheiros nas discussões. Cabe pontuar que a falta de horizontes para o corpo técnico do ICMBio, resultado do desmonte progressivo das políticas públicas ambientais no período 2019-2022 e a ampliação dos efeitos da pandemia e enchentes de 2022 contribuíram para esse quadro.

Para que se possa chegar a qualquer reunião presencial, em muitos casos é necessário o Conselheiro realizar um deslocamento por lancha, por entre rios em manguezais. Esse deslocamento exige uma preparação e um tempo de percurso, o que transforma completamente a participação nas reuniões. Do instantâneo oculto da vídeoconferência, a paisagem do caminho parece levar o conselheiro para a totalidade da Reserva Extrativista. Nas reuniões, o contato físico parece ser fundamental para o estreitamento de laços e a presença do coletivo estimula a reflexão e o debate.

A primeira reunião presencial ocorreu em maio de 2022, na comunidade de Atalaia, após o período de vacinação adulta. A dinâmica girou em torno da necessidade de aproximar a gestão do ICMBio da co-gestão que propõe o modelo das Resex. As demandas dos conselheiros pautariam as reuniões seguintes. Os encontros presenciais mostraram o vigor da organização comunitária e a criatividade dos Conselheiros para encontrar soluções para os problemas que se acumularam no período de "impotência" da pandemia. Lideranças da AMEX comunicaram o ingresso da Associação na Rede Teia dos Povos<sup>112</sup>. O tema do automonitoramento da pesca gera certo desconforto entre a equipe do ICMBio e as lideranças da Amex, pois a primeira espera implementar o modelo institucional do monitoramento da

---

<sup>112</sup> A Teia dos Povos é uma articulação de comunidades, territórios, povos e organizações políticas, rurais e urbanas. Extrativistas, ribeirinhos, povos originários, quilombolas, periféricos, sem terra, sem teto e pequenos agricultores se juntam, enquanto núcleos de base e elos, nessa composição com o objetivo de formular os caminhos da emancipação coletiva. Em outras palavras, construir solidariamente uma Aliança Preta, Indígena e Popular. C.f. <https://teiadospovos.org/sobre/>

biodiversidade e serviços ecossistêmicos, enquanto o segundo pretende dar mais ênfase à cadeia da produção e comercialização do pescado, sua relação com a qualidade ambiental e das condições socioeconômicas do pescador. Uma liderança da Amex exclama: "Já passou da época em que éramos meros observadores, nós queremos a gestão". Um banquete de moqueca de catado de aratu foi servido. A comensalidade<sup>113</sup> vai estar presente em todas as reuniões.

Na reunião de agosto de 2022, presencial, realizada na comunidade de Atalaia, a equipe do projeto "Manchas do Sofrimento"<sup>114</sup>, de mapeamento dos efeitos dos impactos do derrame de óleo na costa nordestina, de responsabilidade da UFBA (Accioli e Vieira, 2022) corrobora a proposta idealizada por lideranças pescadoras das Associações da Resex, de criação de Planos de Contingência Comunitários, para o combate a eventos extremos. As lideranças pescadoras tiraram como aprendizagem que os eventos das mudanças climáticas "estão aí nesses desastres". Também compreenderam que seus equipamentos de pesca, o conhecimento do comportamento dos ambientes e sua inventividade são as características das chamadas "tecnologias sociais" e que devem ser consideradas como um conhecimento comum específico.

Com relação à "função" de proteção do território, recuperação dos estoques pesqueiros é considerada condição indissociável da relação pesca e natureza. Defender o patrimônio que é de todos e que se reconheça o papel das comunidades tradicionais nessa proteção é o posicionamento de lideranças da AMEX. A proteção contínua se justifica na fala: "temos voz, primeiro, graças a Deus e, segundo, graças à Resex Canavieiras." Foi oferecido um bobó de catado de aratú.

Reunião do CDRC em **dezembro de 2022**, virtual. A lista com as famílias homologadas foi aprovada. O ponto de pauta mais sensível e motivo dessa reunião extraordinária foi a situação emergencial no município de Canavieiras, provocada pelas chuvas e enchentes dos rios. Em diversas localidades houve mortandades de peixes e mariscos provocadas pela mudança na composição da água dos

---

<sup>113</sup> A comensalidade é prática importante na perspectiva multidimensional de SSAN: é a partir dela que a sociabilidade entre os grupos e indivíduos ocorre e há o fortalecimento do tecido social e, por conseguinte, territorial.

<sup>114</sup> Laboratório de Gestão Territorial e Educação Popular da Universidade Federal da Bahia. O Projeto tratou do mapeamento dos danos causados pelo óleo a 72 comunidades pesqueiras, quilombolas e indígenas de cinco Estados do Nordeste brasileiro.

manguezais, estuários e costa, que ficou "mais doce". Foram apontadas mortandade em Barra Velha, Puxim do Sul e Oiticica. Houve também desabrigados pelas chuvas em diversas localidades e que é necessário arrecadar água para consumo e alimentos. Uma liderança de Puxim do Sul destaca que os pescadores novamente se veem na situação de não conseguir pescar. Peixes e mariscos ficaram escassos e as famílias passaram a depender de donativos. Muitas roças se perderam, dificultando mais a situação. Uma liderança da Rede de Mulheres destaca que a situação se assemelha com a das chuvas de 2021-2022, em que houve falta de alimentos nas comunidades rurais e em comunidades da Resex. Nesse evento, as áreas urbanas também foram afetadas. Uma liderança de Atalaia destacou que os ribeirinhos "*não estão tendo como trabalhar após enfrentar as situações de óleo, pandemia, enchente e agora enchente novamente*".

Uma liderança da AMPB (Belmonte) diz que as comunidades se *organizaram* para esses eventos e que no baixo curso do Rio Jequitinhonha a barragem de Itapebi cria os maiores problemas ambientais na foz do rio, onde ficam muitos dos pesqueiros. Abrem as barragens e há inundações. Para minimizar o problema, mobilizaram pescadores e abriram a barra do rio, evitando assim a enchente em Belmonte. Essa mesma liderança relaciona os eventos extremos ocorridos como efeitos das mudanças climáticas globais e a necessidade de planejamento, de se preparar para as futuras enchentes, ter ações para o longo prazo. Uma liderança de Atalaia se manifesta pela necessidade de considerar que esses eventos extremos podem continuar a ocorrer e que podem ser mais frequentes e que, por isso "*não dá só para apagar incêndio*", que é preciso organização par atuar de forma a prevenir consequências negativas.

Reunião do CDRC em **fevereiro de 2023**, presencial. A primeira reunião de 2023 foi realizada na localidade de Campinhos, em Canavieiras. A gestora sugeriu uma pauta que tinha como pontos mais importantes a definição de membros da Secretaria Executiva do Conselho e a organização e composição de Grupos de Trabalho, importantes instâncias da gestão compartilhada da UC.

A reunião é iniciada com os informes. Nesse momento, foi feita uma consulta sobre a continuidade de um pedido por cestas básicas para o "Ministério da Cidadania"<sup>115</sup>, para atender as demandas de atingidos pelas enchentes de dezembro de 2022. *"Fome dá diariamente"* foi um termo usado por uma liderança da APAC para manter o pedido. Um importante argumento trazido por um dirigente da AMEX foi de que os efeitos das enchentes podem persistir por meses nas comunidades rurais, pois se perdem-se as colheitas e há efeitos sobre a reprodução da fauna dos manguezais, sobretudo dos caranguejos. Um conselheiro, referindo-se aos pescadores que moram nas áreas urbanas traz uma reflexão: *"imagine o pessoal da cidade que não tem uma roça e sem poder pescar"*.

Mencionadas as enchentes, um dirigente da AMEX insiste na necessidade de se criar um Plano de Contingência Municipal Comunitário, que tenha um tempo de resposta aos eventos mais rápido e que tenha uma capilaridade territorial maior do que os planos já existentes que não funcionaram no momento crucial, as oleadas de 2019<sup>116</sup>. Essa discussão tem sido colocada em diversas reuniões. Passa-se a tratar do Termo de Compromisso Socioambiental – TCSA do empreendimento Porto Sul, no município de Ilhéus, que financiará o Projeto de Automonitoramento da pesca, a ser coordenado pela Amex e ICMBio em parceria com a UFBA e UFSB. Uma das conquistas foi a construção de um laboratório de análise químicas das águas dos corpos hídricos da Resex. Um dirigente da Amex se manifesta, dizendo que as conquistas somente estão acontecendo porque "Amex e ICMBio estão partindo para cima". O desastre que aconteceu em Mariana é recordado como evento que mantém as comunidades atentas ao que acontece no entorno da UC. A respeito dos impactos dos empreendimentos de transporte de minério sobre a qualidade das águas, sobre a pesca e sobre a paisagem, outro dirigente da Amex declarou que *"não é coisa da Resex ou dos pescadores, é coisa da sociedade; é coisa de sobrevivência da humanidade"*.

---

<sup>115</sup> O antigo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos passou a ser Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania em 2023.

<sup>116</sup> Refere-se ao Plano Nacional de Contingência – PNC, que não foi operado em um tempo hábil para conter as manchas de óleo em 2019/2020.

Os informes dão lugar aos pontos de pauta. A nova gestora sugere que, antes dos pontos sugeridos pelo ICMBio, os conselheiros coloquem em pauta questões que gostariam de tratar com o órgão ambiental, sinalizando uma postura mais aberta e democrática na condução da reunião.

O primeiro ponto foi a abertura de uma vala em áreas de várzeas de Campinhos, que drena a água doce que serve para o abastecimento da comunidade. Diz uma liderança da Amex que essas áreas sempre foram utilizadas pela comunidade, que há uma grande riqueza natural ali e que depois das épocas de chuvas e alagamentos costumavam retirar alimentos e que lá era área estratégica para armazenamento de água, para ser usada nas estações secas. Hoje, as fazendas impedem o acesso dos comunitários e há dois anos a água de consumo humano está salobra. Um diretor da Amex afirma: "estamos perdendo o bem comum que é a água". Providências são exigidas, mas o órgão ambiental fiscalizador ainda está enfraquecido por causa dos desmontes da área ambiental da gestão federal anterior. Estratégias são debatidas. Um diretor da Amex cobra do ICMBio uma atitude enérgica com a degradação ambiental que está sendo presenciada. Diz que na gestão integrada [co-gestão], respeitam-se as diferenças de papéis, mas esse papéis deve estar claros: "a gente cobra, mas tá aqui a nossa parte" (sic). O dirigente diz que é necessária uma aliança entre os povos extrativistas para fortalecer o movimento como um todo.

Como encaminhamentos, uma liderança da Amex coloca a necessidade de atualização do Acordo de Gestão<sup>117</sup> e dos critérios de elegibilidade das famílias beneficiárias, tendo em vista que em 16 anos, desde sua criação, houve mudanças nas dinâmicas da própria Resex.

Nesse episódio da drenagem da água, ficou claro que a apropriação dos recursos pode ocorrer não somente no impedimento do seu uso pelo bloqueio, mas com sua destruição: ao acabar com a água que abastece a comunidade, a tendência é a desterritorialização dessa comunidade. Com isso, pode-se inferir que a resistência à degradação também é uma prática que reforça o instituído. O conhecimento e uso das ferramentas de controle e fiscalização ambiental possibilitam que o comunitário tenha um enfrentamento direto com os operadores de máquinas ou fazendeiros. Mobilizar o IBAMA, o Ministério Público Federal e outros órgãos responsáveis traz a

---

<sup>117</sup> O primeiro Acordo de Gestão foi homologado em 2018 e ocupa, provisoriamente, o lugar do Plano de Manejo, que ainda não foi elaborado.

sensação de que se está protegendo um patrimônio comum, que é a água. O encaminhamento da questão da atualização de regramentos mostra uma situação em que a prática instituinte do comum continuamente afirma o comum instituído. O almoço oferecido foi um bobó de camarão.

#### **5.4.2 Fortalecimento da Resex e prática instituinte da SSAN**

Muitas das ações empreendidas pelas comunidades extrativistas da Resex Canavieiras somente foram possíveis de ser realizadas com o apoio de dois importantes projetos: "Resex Para Sempre" e "Integra Abrolhos". Ambos fazem parte do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas, conhecido como GEF-Mar, com coordenação pelo MMA e financiamento do Global Environment Facility (GEF), é parte da Compensação Ambiental para adequação das plataformas marítimas de produção da Petrobrás. No âmbito do Projeto, há os subprojetos de Integração com as Comunidades do Sul da Bahia. Esses projetos foram selecionados em 2018 e 2019.

O Projeto "Resex Para Sempre" é de responsabilidade técnica, operacional e financeira da Associação dos Pescadores de Puxim do Sul – APPS, e seus objetivos são dar continuidade ao processo de consolidação da Resex, por meio do fortalecimento das organizações comunitárias, da formação de lideranças, intercâmbios de experiências, protagonismo da juventude e mulheres e estruturação de operadora comunitária de turismo. O segundo projeto, "Integra Abrolhos" é de responsabilidade técnica, operacional e financeira da Associação AMEX. Sua proposta abrange os território das UCs federais do Sul da Bahia e o objetivo central é de integrar essas UC a partir do fortalecimento da gestão participativa, de encontros e intercâmbios temáticos e de formação de redes de pescadores e da juventude.

##### a. Reunião de Planejamento 2021

Esse encontro presencial foi programado pela AMEX, Rede de Mulheres e Associações de pescadores, marisqueiras e agricultores, em dezembro de 2021, período em que as vacinas para a Covid já haviam sido aplicadas para a maioria das faixas etárias, na região. Foi exigida a máscara facial, para evitar possíveis disseminações do vírus. A chamada para a reunião descreveu o encontro como "Oficina de avaliação e troca de experiências sobre políticas públicas e direitos de

pescadores e pescadoras e Meio Ambiente". A reunião foi dividida em dois eixos: (1) análise de conjuntura política e (2) projetos, ações e integração de cronogramas e atividades. Serão expostas as atividades do segundo eixo.

Cada comunidade/Associação apresentou os principais desafios e as conquistas alcançadas a partir da implantação do financiamento do GEF-Mar. A Amex citou como a principal conquista aconteceu, no plano político, a democratização da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, de 2007. Sua execução fortaleceu a luta pela consolidação do território da Resex a partir da execução de políticas de garantias dos direitos territoriais, sociais, ambientais, culturais e econômicos. Como desafios às Associações e comunidades da Resex, as frequentes violações aos Direitos Humanos; expulsões; "dar voz a quem não tem"; projetos que estimulem a inclusão produtiva; a sistematização das experiências e a inclusão na Universidade e o estímulo à troca de saberes.

As Associações de pescadores, pescadoras, marisqueiras e agricultores familiares da resex, nas localidades de Belmonte, Campinhos, Atalaia, Barra Velha, Puxim do Sul, Puxim da Praia, Oiticica e de Pedras de Una tiveram diversas conquistas em comum. O Projeto Quitanda Solidária; as melhorias na estrutura produtiva e das Associações, com a seleção de projetos comunitários em diversos editais, como Funda Casa, Bahia Produtiva e com recursos da Compensação por Impacto Ambiental; seleção de Projetos de Turismo de Base Comunitária; construção de unidades habitacionais; eletrificação rural, acesso comunitário à internet e organização de canais comunitários de comunicação, maior envolvimento e participação dos jovens nas atividades, fortalecimento comunitário, com maior engajamento e união dos pescadores; estruturação da Rede de Mulheres. Ações pontuais também foram consideradas conquistas, como a doação de cestas básicas, ações de fiscalização pelo órgão ambiental, ações de combate à Covid e rede de cuidados; oficinas de artesanato manual. As alianças com a Universidades tiveram destaque, com projetos de pesquisa em parceria com a UFBA, UFSB e UESC.

Os principais desafios citados pelas Associações foram a regularização fundiária da UC; coibir a expansão da pecuária sobre os territórios da Resex, que tem reflexos no desmatamento e grilagem de terras; a pressão dos projetos de carcinicultura, que promovem a abertura de valas no mangue (drenagem), desmatamento, emissão de efluentes tóxicos e o surgimento de espécies invasoras. Os impactos do petróleo na

saúde e na comercialização dos produtos da pesca é um desafio coletivo e a valorização (monetária e social) do trabalho dos pescadores e marisqueiras é fundamental para reduzir a rejeição e preconceitos com a Resex. A saúde da trabalhadora marisqueira é um desafio importante que abrange questões de gênero e violência laboral e doméstica. Equipar as Associações com unidades de beneficiamento é um desafio que pode melhorar a qualidade de vida e ambiental na Resex, com a redução da pressão sobre a fauna e obtenção de melhores preços. Nesse contexto, acessar e executar políticas públicas da cadeia produtiva da pesca e de Assistência Técnica são fundamentais para agregar valor aos produtos, outro desafio elencado. O acesso a serviços públicos de assistência social (creches), saúde (unidades de saúde e atendimento), meio ambiente (fiscalização ambiental), pesca (embarcações, petrechos), políticas para a juventude (conter êxodo de jovens da atividade) e habitação são importantes desafios para as lideranças comunitárias.

A Rede de Mulheres apresentou as conquistas da organização, muitas realizadas a partir da elaboração de projetos para editais e a partir do financiamento do GEF-Mar. O projeto Resex Para Sempre resultou em cartilhas de "educomunicação" e atividades e encontros para o fortalecimento das Associações de pescadoras, marisqueiras e catadoras. Diversos cursos para formação foram realizados, com temas sobre mudanças climáticas, estudos sobre a cadeia produtiva e de comercialização da pesca. Atividades foram financiadas com recursos provenientes de editais de apoio para melhoria da produção, como fogões ecológicos para marisqueiras, equipamentos de proteção individual, embarcações e petrechos de pesca.

#### b. Quitanda Solidária

As informações sobre a lógica e funcionamento da ação das Quitandas Solidárias foi descrita por uma liderança da Amex, em 2023, com as atividades se suspensas. A Quitanda Solidária funcionou em 2020 e 2021, no período mais crítico para os pescadores, quando não conseguiam vender seus estoques e não saíam para pescar, devido à contaminação por óleo e, logo em seguida, pela dificuldade de comercializar seus produtos, pela dificuldade de acesso durante o isolamento social e da queda vertiginosa dos preços dos produtos. A rede de solidariedade que se formou para atenuar os impactos do derramamento de óleo e pandemia na segurança alimentar

das famílias pescadoras foi importante para evitar o alastramento da fome na Resex, entretanto, a iniciativa da Quitanda almejou se estabelecer como uma alternativa aos sistemas convencionais de compra e venda de produtos pelas famílias de pescadores.

A quitanda solidária surgiu a partir de uma demanda dos pescadores e pescadoras observada pela AMEX, Rede de Mulheres e Associações das comunidades de Belmonte, Atalaia, Campinhos e Puxim da Praia. No final de outubro de 2019, a chegada do óleo em Canavieiras provocou a dificuldade de vender o pescado, os catados e os produtos da pesca artesanal. Essa problemática foi colocada em reuniões de associações com a AMEX e a Rede de Mulheres. Havia muita incerteza sobre a manutenção da pesca, pois não havia compradores. A ideia da quitanda solidária foi criar um sistema de acesso a alimentos em formato de trocas nas comunidades, como costumava ser feito nos tempos de maiores dificuldades de trânsito. Trocar o feijão pelo arroz, o [óleo de] dendê pela farinha, a mandioca pelo peixe foram as ações iniciais, antes de encontrar apoiadores/financiadores para adquirir alimentos em mercados.

O Projeto GEF-Mar disponibilizou recursos para uma primeira compra e estruturação das Quitandas. A partir daí, foi possível trocar produtos como o catado de aratu, de caranguejo e peixes, pelo "bruto", o feijão, arroz, café, farinha, açúcar que as famílias pescadoras precisavam para imediato e que no período do petróleo ficaram escassos. A intenção era operar somente durante o período das limitações impostas pelo risco de contaminação do óleo. Entretanto, antes da recuperação da normalidade das vendas, vieram as restrições da pandemia. Nas palavras da liderança da AMEX entrevistada em janeiro de 2023:

"Então o pensamento que a gente tinha de manter a segurança alimentar dos companheiros até o fim da... até a retomada da comercialização dos pescados, não foi. Porque veio a pandemia e aí a gente teve que prolongar a quitanda. Foi uma coisa que deu bastante certo, que ajudou os nossos companheiros, então a gente manteve ela" (sic).

Com o tempo, a falta recursos e a instabilidade das vendas fez com que os objetivos da fossem modificados: a proposta passou a ter como foco a segurança sanitária dos pescadores. Manter a quitanda, o sistema de trocas foi uma forma encontrada para evitar que as pessoas das comunidades rurais fossem aos mercados e corressem o risco de ser contaminadas pelo vírus da Covid-19. As Associações

foram buscar compradores de pescado, papel normalmente feito pelo atravessador, e, na troca, ofereciam mercadorias obtidas nos atacadões de Itabuna. A pesca que não era vendida era trocada por produtos hortigranjeiros agroecológicos produzidos no assentamento Terra a Vista, do MST, na região.

No início de 2022, com o "retorno" da comercialização ao "normal", o modelo da Quitanda Solidária perdeu espaço para o reestabelecimento dos antigos sistemas de compra e venda, no qual o pescador cria dívidas com comerciantes locais, que costumam praticar preços mais altos pelo "crédito". De acordo com a liderança, o costume em comprar maiores quantidades, a variedade de alimentos e o pagamento à crédito foram fatores que afastaram as pessoas das trocas. Paralelamente, os custos de transporte das mercadorias dos atacadões superavam a arrecadação das Quitandas, inviabilizando seu prosseguimento.

– Então, assim, finalizamos a quitanda solidária mas ela foi um projeto muito lindo que beneficiou nossos pescadores e pescadoras, garantiu a segurança alimentar deles a segurança da comunidade no combate à Covid, né, e fortaleceu, né, a organização local, fortaleceu o coletivo das pescadas e pescadores e a gente pensa ainda em retomar as quitandas nas comunidades porque é uma forma de fortalecer a comunidade, né, fortalecer os vínculos sociais entre as pessoas que moram na comunidade e garantir a soberania alimentar.

– Abraço, professor! Qualquer coisa tô por aqui.

Lilian, liderança pescadora de Campinhos

Resex Canavieiras-BA

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A questão de pesquisa que orientou o desenvolvimento da presente tese consistiu em verificar se e como a criação e instituição da Resex Canavieiras articularia a defesa e controle do território pesqueiro com os objetivos e práticas da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN). Para responder a essa questão, buscou-se relacionar o debate sobre a produção de comuns com as múltiplas dimensões da SSAN e se tais dimensões fazem parte das estratégias das práticas instituintes pelos grupos de pescadores e marisqueiras visando o fortalecimento e consolidação do território da Resex Canavieiras e da luta pela permanência e manutenção do seu modo de vida neste território.

A pesquisa nos levou a afirmar que a Resex Marinha de Canavieiras se tornou o fator polarizador das lutas pela permanência no território pesqueiro e pela manutenção dos modos de vida de seus habitantes, pescadores e marisqueiras. Verificamos também que a luta pelo direito ao território não começa com a instituição da Resex, se não que a instituição da Reserva surge como instrumento que institucionaliza essa luta, iniciada a partir do estabelecimento de conflitos entre diferentes formas de manejo e apropriação dos recursos naturais.

A despeito de ser historicamente marginalizada no acesso a políticas públicas e cidadania, a população pescadora e coletora-extrativista que ali se formou teve importante participação integrada ao arranjo de um sistema de produção e circulação de produtos alimentares para o qual contribuiu com pescados e mariscos, além de outros produtos do extrativismo vegetal. Esse papel marginal-integrado foi desempenhado sucessivamente, mesmo durante o estabelecimento e avanço do conflituoso empreendimento capitalista. Com isso, destaco que há uma população socialmente marginalizada, mas economicamente existente, que é capaz de coexistir com as diversas fases da expansão da acumulação do capital nos territórios adjacentes aos pesqueiros.

O quadro se transforma com a intensificação dos danos ambientais e dos impedimentos provocados pelos grandes empreendimentos sobre a base de reprodução sociocultural dos pescadores e marisqueiras. Havia, por parte dos pescadores, um conhecimento remoto de que as transformações na base produtiva regional interferiam nos arranjos territoriais-populacionais históricos, destruindo e

expulsando comunidades tradicionais de seus territórios. A partir da década de 2000, as comunidades pescadoras de Canavieiras e entorno sentiram os impactos da execução dos projetos de desenvolvimento na contaminação e mortandade da fauna dos manguezais, de onde elas tiravam alimento e renda.

Essas considerações—são importantes para situar o lugar dos grupos de pescadores e extrativistas na formação do território, ocupante de áreas públicas marginais sob uso comum, e na formação do sistema alimentar. É a clareza desse papel e a percepção de que a extinção do recurso natural representa a extinção da atividade produtiva e dos modos de vida a ela associados que desperta, primeiramente nas mulheres extrativistas catadoras de mariscos e marisqueiras, a busca por formas de proteção dos ambientes pesqueiros como reação a sua devastação. Nesse momento, ainda sem uma forma, mas com uma "intencionalidade", é possível antever a realização de *práxis* ou *práticas instituintes*, entendidas como o ato de instituir no território elementos do comum que, por sinal, já estavam presentes desde os tempos pregressos.

O modelo da Reserva Extrativista como forma de proteger os territórios pesqueiros foi exposto para grupos de pescadores e marisqueiras por agentes externos à pesca. A escolha por este formato se deveu ao fato de que este tipo de Unidade de Conservação contempla a obrigatoriedade de manter a integridade dos ecossistemas com a possibilidade de seguir realizando as atividades produtivas tradicionais, mantendo elementos político-organizativos gerais e deste modo permitindo que os povos tradicionais permaneçam no território. É importante destacar que as Reservas Extrativistas são o resultado de um processo de auto-organização e de resistência ao avanço de grandes empreendimentos sobre áreas de pequenos produtores.

Concebidas como grandes extensões de terras de ocupação coletiva convertidas em propriedade da União que não podem ser fracionadas, e um arranjo fundiário que garantia no "território extrativista" o componente da conservação ambiental, esse modelo garantiria as formas de ocupação e o uso artesanal dos recursos que se pretendia preservar. Esse território extrativista, que é o território da Resex Marinha, é um espelho do Território Pesqueiro, categoria criada pela organização social dos pescadores que dá sentido à dimensão territorial da atividade da pesca. Se o uso que a sociedade faz de um determinado espaço por meio da apropriação da natureza,

mediada pelo trabalho social, define o termo território, o uso histórico dos territórios pesqueiros, ou as práticas territoriais das pescarias, legitimaria o estabelecimento de normas e princípios de uso desses espaços, elaboradas de forma comunitária, que, na Resex Marinha, ocorrem no âmbito do Conselho Deliberativo.

A criação da Resex é compreendida pelas lideranças pescadoras como uma luta política. Mas é uma luta política não somente sobre a criação da Resex: ela mesma se tornou elemento da motivação para o fortalecimento da organização e ampliação da abrangência das associações de pescadoras e marisqueiras. Mais do que uma luta por um espaço, é uma luta social e política pelo acesso a direitos, à proteção e ao reconhecimento dessa territorialidade específica: uma luta por territórios.

É nesse lugar da luta política por direitos que aparece a noção da *prática instituinte*, que é um ato e está constantemente buscando a mudança e a transformação do instituído. O fazer da *práxis* ocorre sempre em um contexto histórico, em circunstâncias herdadas das gerações anteriores e, agindo sobre essas mesmas condições, estabelece novas. Nesse processo, não somente as circunstâncias exteriores são modificadas, mas os próprios atores que se produzem como sujeitos *em e por sua ação*. Para que o instituído não se autonomize ou se paralise “em relação ao ato” e, com isso, perca sua capacidade criativa, as atividades instituintes devem ser contínuas.

No desenvolvimento da pesquisa, buscamos relacionar o debate do *comum* com o da conservação da biodiversidade e promoção da SSAN. O comum, ou os comuns, estão sempre referidos a práticas coletivas e auto-organizadas para o compartilhamento e democratização dos recursos, materiais e imateriais, e espaços. Se o comum for entendido como um princípio político, o caráter de comum atribuído às coisas não é devido às suas características intrínsecas, mas resultam das decisões políticas tomadas pelas coletividades que fazem o uso do bem. Promover processos decisórios democráticos e coletivizados é um passo para a instituição de comuns. De qualquer forma, se o comum é político, é tema para qualquer um que deseje participar das deliberações sobre o comum. Por isso há diferentes comuns.

Na discussão da SSAN, um dos principais debates em que o comum está presente é sobre a definição do alimento como um “bem comum” ou uma bem com acesso mediado pela lógica do mercado: nesse ponto, realizar o percurso do conceito e de políticas públicas de SSAN permitiu traçar o processo de elaboração da noção

de segurança alimentar e, em parte, das disputas em torno desse conceito, que poderiam ser sintetizadas nesse antagonismo entre as perspectivas de alimentação como um direito e de alimento como uma mercadoria. Também possibilitou identificar e reconhecer, de modo amplo, as práticas institucionais de enfrentamento da fome e as múltiplas dimensões que a abordagem da SSAN pode oferecer para compreender como as desigualdades e inequidades sociais determinam o acesso aos alimentos, abordando temas que, para além do combate à fome e desnutrição como ação prática emergencial e de curto prazo, trazem aspectos territorializados, como o fortalecimento da pesca artesanal, do extrativismo e da agricultura familiar tradicional, nos aspectos da geração de renda, a garantia do acesso e controle das riquezas naturais, a conservação dos recursos e da biodiversidade, da merenda escolar a serviços de saúde e educação e a políticas de segurança social.

Nas Reservas Extrativistas, a abordagem da SSAN expõe questões relacionadas com a produção de alimentos em Unidades de Conservação, tema que revela as desigualdades no acesso aos "bens" da natureza. A SSAN atenta para a contribuição das comunidades extrativistas para o sistema alimentar, em diversas escalas e contextualiza o acesso aos alimentos e a situação dos níveis de insegurança alimentar (IAN) dessas comunidades.

As dimensões da SSAN (disponibilidade, acesso, utilização, estabilidade, agenciamento e sustentabilidade) podem mostrar os diferentes níveis e escalas de relações das comunidades da Resex entre elas, delas com os mercados externos e com o próprio sistema alimentar. Também articulam as formas de produção e comercialização dos alimentos com as formas de manejo das riquezas naturais em um território ambientalmente protegido, que resulta de ações e práticas que instituem os comuns como prática política.

A partir da característica multidimensional da SSAN se torna possível estabelecer relações com o campo da conservação da biodiversidade, mais precisamente a proteção ambiental sob o paradigma do socioambientalismo. O acesso diferenciado à terra, aos recursos naturais, às políticas públicas de fomento produtivo e a sistemas de saúde, saneamento e assistências social, elementos multidimensionais da SSAN, promovem sua aproximação à territorialidade instituída na Resex em sua relação com o direito aos territórios pesqueiros. Ao considerarmos que muitas das qualidades desses territórios existem (ou são potencializadas) nas Reservas Extrativistas, esta

se configura como a base para a realização de práticas instituintes de comuns, na medida em que sua institucionalização combina elementos do comum de proteção ambiental e a produção de alimentos.

Um importante resultado da luta pelo território, descrito por lideranças locais, refere-se à capacidade de criar condições para a permanência dos jovens nas comunidades, favorecendo, assim, o surgimento de novas gerações de pescadores artesanais que, associando os conhecimentos tradicionais ao uso de novas tecnologias e absorvendo conhecimentos técnicos e científicos, criam a expectativa em torno do aperfeiçoamento do manejo e da autonomia na gestão do território. Nesse sentido, o estabelecimento da Resex simboliza não somente a conquista “institucionalizada” da permanência dos grupos no território, como favorece a perenidade da atividade, aliando a tradição com as inquietudes das novas gerações, que podem ser consideradas como as portadoras das novas *práticas instituintes*.

Como vimos no decorrer da pesquisa e no acompanhamento a duas ações que envolveram coletivos, foi possível observar práticas de instituição do comum. Nas reuniões do Conselho Deliberativo da Resex Canavieiras, alguns temas giraram em torno da necessidade de uma aproximação do sistema de gestão do órgão ambiental ICMBio aos modos de vida das comunidades, de modo que a co-gestão se transforme numa ação com perfil de troca de conhecimentos e aproximação de saberes. As lideranças das Associações mostram muito vigor durante as reuniões, e o desenho de projetos que fortalecem o território da Resex e estimulam autonomia dos pescadores com relação às suas práticas políticas e do controle do território são pontos de pauta recorrentes. A observação das reuniões do Conselho Deliberativo ofereceu elementos para afirmar que as dinâmicas das reuniões, os temas dos debates e as apresentações de projetos constituem práticas instituintes do comum, uma vez que são atividades autotransformadoras que vêm ocorrendo desde a implantação do próprio Conselho. Neste espaço há um tensionamento constante entre o ato instituinte e o instituído, numa circunstância em que o comum instituído é representado no Conselho e a prática instituinte do comum a plenária, que decide politicamente o que é comum, por exemplo a habilitação de beneficiários, aprovação de projetos e revisão de normas e regramentos (o Acordo de Pesca).

A segunda experiência, a Quitanda Solidária mostrou uma ação emergencial executada por um corpo coletivo que teve a intenção de promover a segurança

alimentar e sanitária das comunidades pescadoras. A intenção de buscar relações comerciais mais justas e o acesso a alimentos saudáveis lhe deu características de prática instituinte da SSAN como um comum. A Quitanda Solidária, como prática instituinte, não se tornou coisa instituída, um arranjo permanente, mas se tornou uma provedora de ações instituintes de SSAN que (auto)modificou os sujeitos de sua ação e, assim, criou um coletivo que busca instituí-la.

Como descrito na apresentação, elaborar uma tese em um contexto de óleo, pandemia, enchentes, poucos recursos e com o desmonte dos sistemas de proteção social e ambiental não foi tarefa fácil, entretanto, o esforço, energia e carinho investidos no trabalho pode ter resultado em algumas contribuições:

O levantamento de dados e o estudo realizado sobre os níveis de insegurança alimentar e nutricional com comunidades pescadoras localizadas em Unidades de Conservação do tipo Reserva Extrativista Marinha foi, até onde encontramos dados, inédito. Esses estudos poderão servir como base para realizar futuras ações de automonitoramento da IAN e como base de dados para reivindicar políticas públicas ou organizar ações de promoção da alimentação saudável. A pesquisa contribuiu para que as lideranças passassem a ter mais conhecimento sobre suas comunidades. O estudo facilitou, também, a articulação entre o Conselho Deliberativo da Resex e a Universidade Federal do Sul da Bahia, que passou a ter uma cadeira nesse colegiado. Os dados dos formulários foram organizados em um painel de indicadores, que será oferecido à Amex como uma das formas de devolutivas previstas.

Acredito que a discussão do comum no contexto da SSAN constitui uma boa contribuição para o debate sobre o acesso a direitos e à segurança alimentar e nutricional e ao estabelecimento de relações entre os campos da conservação da biodiversidade e segurança alimentar é uma boa contribuição para o debate sobre a produção de alimentos saudáveis.

Esta tese passa a compor, junto com outras teses, dissertações e monografias, o acervo da produção acadêmica sobre a Resex Canavieiras. O conhecimento apresentado neste material é amplo, podendo servir como referência a diversos temas no universo de, ao menos, Ciências Sociais e Geografia. Ademais, a participação em um processo de pesquisa-ação, na introdução a conceitos de interesse e na elaboração de questionários, o aprendizado de ferramentas de pesquisa e a aplicação de entrevistas nas próprias comunidades, sem a minha presença, significou uma

experiência muito rica para as marisqueiras da Resex e demais localidades. A partir dela, outras atividades com autonomia foram realizadas no contexto da Rede de Mulheres Marisqueiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia. *Economia Rural*, vol.40, n.2. 2002, p.235-264.
- ACSELRALD, Henry. (2021). Pandemia, crise ambiental e impasses da modernização ecológica do capitalismo. *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 13(2), 205–218. <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.45314>
- ACSELRAD, Henry. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henry. (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Ed. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 13:35, 2004.
- ACCIOLLY, Miguel da Costa e VIEIRA, Fábio Pessoa. (Coord.) *Manchas de Sofrimento: enfrentamentos das comunidades Pesqueiras ao derramamento de petróleo de 2019*. Salvador: UFBA, 2022. 1ª Edição, 58 p.
- AGUIAR, Paulo César B. e PIRES, Monica de Moura. **A região cacauíra do Sul do Estado da Bahia (Brasil): crise e transformação**. Universidad Nacional de Colombia, Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, vol. 28, núm. 1, 2019.
- AGUIAR, Paulo César B., BRUNO-LIMA, Nelma, MOREAU-SOUZA-DOS-SANTOS, Ana Maria e FONTES-DE-OLIVEIRA, Ednice. **Evolução da ocupação e na configuração territorial do município de Canavieiras, Bahia, Brasil**. Revista Geográfica de América Central, N° 53. ISSN 1011-48X, julio-diciembre 2014 pp. 189-216. . <https://doi.org/10.15359/rgac.2-53.9>
- AGUIAR, Paulo César B. **Transformações socioambientais do município de Canavieiras (Bahia): uma análise à influência da Resex**. Dissertação de Mestrado. Ilhéus: UESC, 2011.
- ALIMONDA, Hector. La colonialidad de la naturaliza: una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, Hector. La naturaleza colonizada: ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO: Ediciones CICCUS, 2011. p. 21-60.
- AGUITON, Christophe. Os bens comuns. In: SÓLON, Pablo (org.). *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. São Paulo: Editora Elefante, 2019, p. 85-110.
- ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica. Instituto de Estudos Amazônicos – IEA. Curitiba, 1987.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.a ed, Manaus: PGS-CA-UFAM, 2008.
- \_\_\_\_\_. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'Dwyer Eliane C. (org). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ALMEIDA, Mauro W. B. (2004a) Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - VOL. 19 No. 55, junho/2004.
- \_\_\_\_\_. e PANTOJA, Mariana C. *Justiça Social nas Reservas Extrativistas*. Raízes, Campina Grande, vol. 23, nos 01 e 02, p. 27–41, jan./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. **Conflito e Mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado** (Tese de doutoramento). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1993.

ANDRADE, Cristina S Setenta; SILVA, Alisson Pereira; SILVA, Alciene Pereira da; PINTO, Roque. **Qualidade ambiental e saúde da população em Canavieiras - Bahia: aspectos epidemiológicos de saneamento básico e prevalência de parasitoses numa Reserva Extrativista**. Revista Baiana de Saúde Pública, v.37, n.2 (2013), p.335-349.

ANDRADE, Maristela O.; SILVA, Rubens. E.; MILLER, Francisca. S. **Simone Maldonado e seu legado à antropologia da pesca**. Revista Raízes, Campina Grande, v. 40, n. 2, jul./dez. 2020.

ANP AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. 4a Rodada de Licitações de Blocos. Concessão de Blocos Exploratórios. Agência Nacional do Petróleo, Brasília: 2002. Disponível em: <http://rodadas.anp.gov.br/pt/concessao-de-blocos-exploratorios-1/4-rodada-de-licitacao-de-blocos>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

BAHIA. Cenário atual do Litoral Sul: desenvolvimento urbano e regional. Diagnóstico técnico. Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Governo do Estado da Bahia. Salvador: 2014a.

\_\_\_\_\_. Lei Estadual 13.214 de 2014, que dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia. Publicado no DOE em 30 dez 2014b.

\_\_\_\_\_. Edital de seleção de Subprojetos Socioambientais voltados para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Edital Bahia Produtiva Nº 14/2019. Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, por meio do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS (Bahia Produtiva). 2019.

BARRETO FILHO, Henyo T. **Da Nação ao Planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia Brasileira**. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP: 2001.

\_\_\_\_\_. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In 'Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições'. Org. Fany Ricardo. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

BARROS, Sávio, MEDEIROS, Alzira e GOMES, Erina B. (org.) **Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil**. Relatório 2021. Comissão Pastoral da Pesca – CPP, Olinda, 2021.

BELIK, Walter, SILVA, José Graziano, TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. Revista São Paulo em Perspectiva, 15(4), Fundação SEADE, São Paulo, 2001.

BÉNÉ, Christophe; OOSTERVEER, Peter; LAMOTTE, Lea; BROUWER, Inge D.; HAAN, Stef de; PRAGER, Steve D.; TALSMA, Elise F.; KHOURY, Colin K.. When food systems meet sustainability – current narratives and implications for actions. *World Development*, 2019, 113: 116–30. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.08.011>

BENSUSAN, Nurit. Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BERRY, Elliot M. et al. Food security and sustentability: can one exist without the other? Public Health Nutrition: 2014. DOI:10.1017/S136898001500021X

BOTELHO, Carlos de Castro. Aspectos geográficos da Zona Cacaueira da Bahia. Revista Brasileira de Geografia, Ano XVI, Nº 2, abril a junho. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: 1954.

BRASIL. Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015. Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Estudo Técnico No. 01/2014. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Brasília: 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346/2006, que cria o SISAN, institui a PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – 2. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de alimentação e nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – 2. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2007a.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Brasília, 2007b.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA e dá outras providências. Brasília, 1985.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. DOU de 02/09/1981.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. DOU de 02/09/1981.

BURLANDY, Luciene, MAGALHÃES, Rosana e MALUF, Renato (coords). **Construção e promoção de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional: aspectos produtivos, de consumo, nutricional e de políticas públicas**. Relatório final de pesquisa. CESRESAN/CPDA/UFRRJ, MNS/UFF, IBASE. Rio de Janeiro, 2003.

CÂMARA, Samuel F., PINTO, Francisco R., SILVA, Felipe R da, SOARES, Marcelo de O. e DE PAULA, Thiago M. Socioeconomic vulnerability of communities on the Brazilian coast to the largest oil spill (2019–2020) in tropical oceans. *Ocean and Coastal Management* 202 (2021).

CAMENIETZKI, Carolina P. de A. **Unidades de Conservação e Soberania Alimentar: uma análise da comunidade vazanteira Ilha de Pau de Léguia, no entorno do Parque Estadual da Mata Seca, norte de Minas Gerais.** Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2011.

CAMILO, Valeria Macedo Almeida. **Segurança Alimentar e Nutricional e Conservação: uma abordagem no contexto de uma Reserva Extrativista Marinha no Nordeste do Brasil.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. UESC, Ilhéus: 2017.

CAMPOS, Nazareno José de. As diferentes formas de uso comum da terra no Brasil. Resumo desenvolvido a partir da Tese intitulada **Terras de Uso Comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas.** São Paulo, FFLCH/USP, 2000, 258 p. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>. Acesso em 19 de setembro de 2020.

CAR-BA. Edital de Chamada Pública N° 14/2019, de seleção de Subprojetos Socioambientais para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia - PDRS, Salvador: 2019.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Da Apropriação da Natureza à Construção de Territórios Pesqueiros. *GEOUSP Espaço e Tempo* (Online), [S. I.], v. 7, n. 2, p. 119-125, 2003. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.

CARDOSO, Poliana Oliveira. **O uso dos recursos naturais nas Reservas Extrativistas Marinhas brasileiras e a transmissão do saber fazer tradicional da pesca artesanal.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG: 2018.

CARDOSO, Thiago Mota; MODERCIN, Isabel Froes e PARRA, Lilian B. Persistência dos bens e espaços comuns na agricultura indígena na Bahia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 19, n. 1 / Ano 19 volume 1 - abril de 2011.

Silva CARDOZO, Leriane; Flôres PORTO, Micheline; Barbosa PIMENTEL, Patrícia Carla; Sicupira Rodrigues, Jaqueline; Schiavetti, Alexandre; Campiolo, Sofia. Discussões do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Canavieiras, Bahia, Brasil: da gestão pesqueira à ambiental. *Revista de Gestão Costeira Integrada - Journal of Integrated Coastal Zone Management*, vol. 12, núm. 4, 2012, pp. 463-475. Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, Lisboa, Portugal. 12(4):463-475 (2012)

CARMO, Jhader Cerqueira do; PIRES, Mônica Moura; JESUS JUNIOR, Guilhardes; CAVALCANTE, Aniran Lins; TREVISAN, Salvador Dal Pozzo. **Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo.** In Estudos Feministas, Florianópolis, 24(1): 406, janeiro-abril/2016. Pg. 155-180. <http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p155>

CASTRO Anna Maria de. Trajetória do combate à fome no Brasil. In. ARANHA, Adriana V. (org). Fome Zero: Uma História Brasileira. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Volume 1, Brasília, 2010.

CASTRO, Josué de. Geografia da Fome. 10<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

\_\_\_\_\_. Homens e Caranguejos. Editora Brasiliense, São Paulo, 1967.

CAVALCANTE, Aniram Lins; PIRES, Mônica de Moura; STRENZEL, Gil Marcelo Reuss; FERRAZ, Marcelo Inácio Ferreira. A arte da pesca: análise socioeconômica da Reserva Extrativista de Canavieiras, Bahia. Revista Informe GEPEC/Unioeste - Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Toledo/PR, v. 17, n. 2, p. 81-99, jul./dez. 2013.

CAVALCANTE, Aniran Lins. **A arte da pesca: análise socioeconômica da Reserva Extrativista de Canavieiras, Bahia.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Ilhéus, 2011.

CI-BRASIL. TEEB para o setor de negócios brasileiro. Relatório preliminar – sumário executivo. Conservação Internacional-CI: Rio de Janeiro, 2012.

CNDH. Povos livres, territórios em luta: relatório sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais/ Conselho Nacional dos Direitos Humanos – Brasília: 2018.

COCA, Estevan L. de F. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. Revista NERA Presidente Prudente, Ano 19, no. 32 – Dossiê. pp. 14-33, 2016.

CONAMA. Resolução CONAMA Nº 350, de 06 de julho de 2004. Dispõe sobre o licenciamento ambiental específico das atividades de aquisição de dados sísmicos marítimos e em zonas de transição. Publicada no DOU no 161, de 20 de agosto de 2004, Seção 1, páginas 80-81.

CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. Alimentação, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 496 p.

CORDELL, John. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. (orgs). Espaço e recursos naturais de uso comum. São Paulo: Nupaub/USP, 2001. Do original: Cordell, J. (1989). Social Marginality and Sea Tenure in Bahia. In: Cordell, J. (ed.). A Sea of Small Boats.

\_\_\_\_\_. Territórios de pesca localmente manejados no Brasil. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras – NUPAUB/FFLC/USP. 1983 (Traduzido por DIEGUES, A.C., 2019). Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/2019-11/TERRITÓRIOS%20DE%20PESCA%20LOCALMENTE%20MANEJADOS%20NO%20BRASIL%2025.11.pdf>

COSTA, Paula Chamy Pereira da. Reservas extrativistas marinhas: reflexões sobre desafios e oportunidades para a co-gestão em áreas marinhas protegida. Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes. Vol. 48, novembro 2018. DOI: 10.5380/dma.v48i0.58793. e-ISSN 2176-9109

CUNHA, Claudia Conceição. **Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado Brasileiro dos anos 1990.** Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicosociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, 2010.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Reservas Extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade. NUPAUB/USP, (s.d.).

CUNHA, Luiz Henrique. Da “tragédia dos comuns” à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. Raízes, Vol. 23, Nº 01 e 02, jan-dez/2004.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In CUNHA, M.C. Cultura com aspas. e outros ensaios. Cosacnaify, São Paulo: 2009.

CURADO, Isabella B. Resex Canavieiras: Articulação Social como Resposta aos Conflitos Vivenciados na Criação da Unidade. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: 2014.

DAL'BÓ DA COSTA, André. Luta social e a produção do espaço. In BARROS, Joana, DAL'BÓ DA COSTA, André e RIZEK, Cibele. Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios. São Carlos: IAU/USP, 2018.

DARDOT, Pierre. e LAVAL, Christian. Comum: ensaio sobre a revolução do século XXI. São Paulo, Boitempo: 2017.

\_\_\_\_\_. A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre o Neoliberalismo. São Paulo: Boitempo Editora, 2016.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. Impactos ambientais na pesca artesanal brasileira: uma interpretação geográfica. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 19, n.41, p.79 -106, set./dez. 2018.

DEDEURWAERDERE, Tom; FRISCHMANN, Brett; HESS, Charlotte; LAMETTI, David; MADISON, Michael; SCHWEIK, Charles; STRANDBURG, Katherine. An Introduction to Knowledge Commons. Workshop on Governing Knowledge Commons, Governing Knowledge Commons – GKC Framework, 2014. Disponível em: <https://knowledge-commons.net>

DIAS, Micheline; GOMES, Rahíssa; BATISTA, Samene; CAMPIOLO, Sofia; SCHIAVETTI, Alezxandre. Participação popular na criação de Unidades de Conservação Marinha: o caso da Reserva Extrativista de Canavieiras. Revista Direito GV, São Paulo, V. 14 N. 3; pp. 912-936, 2018.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. O mito moderno da natureza intocada. NUPAUB/USP. São Paulo: 2008.

\_\_\_\_\_. Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza nos trópicos. Editora Hucitec, São Paulo: 2000.

\_\_\_\_\_. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: Espaços e recursos naturais de uso comum [S.l.: s.n.], 2001 [versão PDF 2011]

\_\_\_\_\_. (org.) Os saberes tradicionais e a Biodiversidade no Brasil. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, NUPAUB/USP. São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. (coord). Conflitos entre populações humanas e Unidades de Conservação e Mata Atlântica. Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – NUPAUB/USP, São Paulo, 1995.

DUMITH, Raquel de Carvalho. **Dinâmicas do Sistema de Gestão na Reserva Extrativista de Canavieiras (BA): análise da robustez institucional e de possibilidades para o ecodesenvolvimento.** (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia. UFRG, Rio Grande-RS: 2012.

\_\_\_\_\_. Dez anos de r-existência da Reserva Extrativista de Canavieiras (BA): análise dos conflitos inerentes à reprodução social e política das suas comunidades tradicionais. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente/UFPR, v. 48, p. 367-391, 2018.

ESCOBAR, Arturo. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Vol. 35, dezembro 2015.

ESTERCI, Neide e FERNANDEZ, Annelise. O Legado conservacionista em questão. Revista Pós Ciências Sociais v.6, n.12, p. 16-40, 2009.

\_\_\_\_\_. e VALLE, Raul S.T. (orgs). Reforma agrária e meio ambiente. Documento Especial Fórum Social Mundial. Instituto Socioambiental, São Paulo, 2003.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. IN: SACHS, Wolfgang (editor). Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ETTINGER, Valéria M., JESUS JUNIOR, Gilliardes, SETENTA, Aline M. e CAVALCANTE, Aniran L. Cultura, Identidade e Gênero: Tecendo a Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras do Sul da Bahia. In: Revista Interdisciplinar de Gestão Social. v.4, no 3 set./dez. Salvador: 2015.

FALS-BORDA, Orlando. Participatory (Action) Research in Social Theory: Origins and challenges. In BRADBURY, Hillary e REASON, Peter. Handbook of Action Research: Participative inquiry and practice. Sage, 2001.

FANZERES, Anna. (coord.) **Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos Identificados.** Programa Nacional de Florestas/Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Ministério do Meio Ambiente. Projeto MMA/FAO/TCP/BRA/2902. Relatório Final de Consultoria. Brasília, 2005.

FAO. The state of Food Security and Nutrition in the world. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome, 2019. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>. Acesso em outubro de 2020.

\_\_\_\_\_. 2015. O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: agendas. Relatório 2015. FAO-Brasil, Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.fao.org.br>

\_\_\_\_\_. 2014. O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Um retrato multidimensional. Relatório 2014. FAO-Brasil, Brasília, 2014. Disponível em: [https://www.fao.org.br/download/SOFI\\_p.pdf](https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf)

FARIAS, Rafaela C. Rodeiro. **Territórios em disputa: o avanço neoextrativista e a invisibilidade de territórios pesqueiros em áreas marinhas protegidas**. XXXI Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília, 2018.

FEDERICI, Silvia. (2019), Re-enchanting the world - feminism and the politics of commons. Oakland (Ca.), PM Press.

FENNY, David; BERKES, Fikret; MCCAY, Bonnie J. e ACHESON, James M. A Tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, Antônio Carlos S.; MOREIRA, André de Castro C. (orgs.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB, 2001, pp. 17-42.

FERNANDEZ, Annelise C.F. O sertão formal da política brasileira de conservação da natureza. Revista Brasileira de Ciência Política, no 20. Brasília, maio - agosto de 2016, pp 165-204. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162005>.

FERREIRA, Marcos B. M. e SALLES, Alexandre O. T. Política ambiental brasileira: análise histórico institucionalista das principais abordagens estratégicas. Revista de Economia, v. 43, n. 2 (ano 40), mai./ago. 2016.

Forum for Food Sovereignty FFS. The declaration of Nyéléni. Forum for Food Sovereignty – FFS, Sélingué, Mali, 2007.

Fórum Mundial pela Soberania Alimentar FMSA. Declaração de Nyélény. Nyélény: [s.n.]. 2007.

FIGUEIREDO, Marina M. A. **Trabalho e participação política das pescadoras na Reserva Extrativista (Resex) Canavieiras – BA**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia - UFBA, Salvador, 2013.

FRANCO, José Luiz de Andrade e DRUMMOND, José Augusto. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In FRANCO, J.L., SILVA,G.G. (orgs.). História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. ISBN 978-85-7617-281-9

FRANCO, José Luiz de Andrade, SCHITTINI, Gilberto de Menezes e BRAZ, Vivian da Silva (2016). História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. Historiæ, 6(2), 233–270. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5594>

FRANCO, José Luiz de Andrade. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da Identidade Nacional. VARIA HISTÓRIA, no 26, janeiro de 2002. Pp. 77-96.

GAMBA. Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Canavieiras – PMMA-Canavieiras. Grupo Ambientalista da Bahia – GAMBA, 2016a.

\_\_\_\_\_. Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Belmonte – PMMA-Belmonte. Grupo Ambientalista da Bahia – GAMBA, 2016b.

GAVIOLI, Felipe Rosafa. **As múltiplas funções da Agricultura Familiar: um estudo no Assentamento Monte Alegre, – Araraquara/SP.** (Dissertação de mestrado). PPG em Agroecologia e Desenvolvimento Rural. São Carlos: UFSCar, 2010.

GOMES, Paula P. **Samba de Roda das Marisqueiras: corpos e instrumentos em Iuta.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade – PPGES. Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro, 2020.

GRISA, Cátia. Práticas, Políticas, Elementos e Indicadores da Segurança e da Soberania Alimentar. IV Congresso Internacional de Gestão Territorial para o Desenvolvimento Rural. Campeche, México: 2019. Disponível em: <http://rete.inf.br/2017/10/19/catia-grisa-fala-sobre-seguranca-e-soberania-alimentar-no-iv-congresso-internacional-de-gestao-territorial-para-o-desenvolvimento-rural/>. Acesso em 20/07/2019.

GUERRA, Lúcia Dias da Silva; CERVATO-MANCUSO, Ana Maria e BEZERRA, Aída Couto Dinucci. Alimentação: um direito humano em disputa - focos temáticos para compreensão e atuação em segurança alimentar e nutricional. Ciência & Saúde Coletiva, 24(9):3369-3394, 2019.

GUIMARÃES, E. e CURADO, I. **Oportunidades de geração de renda em atividades produtivas não pesqueiras.** Relatório final. Aretê Socioambiental, Sorocaba, 2021.

GURGEL, H.C. et al. Unidades de Conservação e o falso dilema entre conservação e desenvolvimento. in MMA. Dez anos do sistema nacional de unidades de conservação da natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. MEDEIROS, R., ARAÚJO, F. F. S. (Org). Brasília, 2011. 220 p.

HARDIN, Garret. The Tragedy of the Commons: The population problem has no technical solution; it requires a fundamental extension in morality. SCIENCE, 13 Dec. 1968, Vol. 162, Issue 3859, pp. 1243-1248. DOI: 10.1126/science.162.3859.1243. Texto também disponível em [https://www.garretthardinsociety.org/articles/art\\_tragedy\\_of\\_the\\_commons.html](https://www.garretthardinsociety.org/articles/art_tragedy_of_the_commons.html). Acesso em 12/10/2020.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. Bem-estar comum [recurso eletrônico]. Tradução de Clóvis Marques. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2016. Formato: epub. ISBN 978-85-01-10864-7 (recurso eletrônico).

HARVEY, David. "The Future of the Commons", Radical History Review, nº. 109, 2011.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2009.

HELLEBRANDT, Denis; ALLISON, Edward; DELAPORTE, Anne. Segurança alimentar e pesca artesanal: análise crítica de iniciativas na América Latina. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 32, p. 7-27, dez. 2014.

HLPE. 2020. Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome.

HOYOS, Claudia J.C. e D'AGOSTINI, Adriana. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. Revista NERA Presidente Prudente. Ano 20, no. 35, pp. 174-198, 2017.

IBAMA. Impactos ambientais da atividade de Prospecção Sísmica. Informação ELPN/IBAMA Nº 012/2003.

IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>.

\_\_\_\_\_. Produção da Pecuária Municipal. Volume 49, Rio de Janeiro, 2021.

\_\_\_\_\_. Sistema de Contas Nacionais. Série Relatórios Metodológicos. Volume 24, 3<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro, 2016.

ICMBIO. Atlas dos Manguezais do Brasil. Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade. Brasília, 2018.

\_\_\_\_\_. Levantamento e Diagnóstico Socioeconômico das famílias em Unidades de Conservação. Coordenação de Políticas e Comunidades Tradicionais (CGPT)/ Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação (DISAT). Brasília, 2016

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa (IN) Nº 35, de 27 de dezembro de 2013, Disciplina, no âmbito do ICMBIO, diretrizes e parâmetros para a elaboração e homologação do perfil da família beneficiária em reservas Extrativistas com populações tradicionais. DOU No 252, Seção 1, pg. 834; 2013.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa Nº 03, de 18 de setembro de 2007. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Publicada no Diário Oficial da União No. 182, Seção I, página 104, de 20/09/2007. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/arquivos/in\\_032007.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/arquivos/in_032007.pdf)

**IEA. Homem e Ambiente na Amazônia: usos potenciais da floresta e gestão social dos recursos ambientais.** Programa de Trabalho. Instituto de Estudos Amazônicos, Curitiba: 1989. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/documentos/K0D00098.pdf>. Acesso em agosto de 2020.

ILES, Alastair; DE WIT, Maywa Montenegro (2015). Sovereignty at What Scale? An Inquiry into Multiple Dimensions of Food Sovereignty, Globalizations, 12:4, 481-497, DOI: 10.1080/14747731.2014.957587. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2014.957587>

INCRA. II Plano Nacional da Reforma Agrária. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasília, 2003.

INTERLENGHI, Gabriela dos Santos, REICHENHEIM, Michael Eduardo, SEGALL-CORRÊA, Ana Maria, PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael, MORAES, Cláudia Leite de, COSTA, Rosana Salles. **Proposta de versão reduzida da escala brasileira de insegurança alimentar: capacidade de classificar adequadamente domicílios com menores de 18 anos com base nos 8 itens gerais/de adultos.** Trabalho apresentado em Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. Salvador, 2022.

JESUS JUNIOR, G.; TREVIZAN, S.D.P. e PIRES, M.M. Perfil e atuação da Rede de Mulheres pescadoras e marisqueiras do Sul da Bahia. In BAHIA. Bahia análise e

dados. Secretaria do Planejamento do Estado, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador, 2015. v. 25, n. 3, p.541-558.

KAUL, Inge, GRUNBERG, Isabelle e STERN, Marc A. Definido Bens Públicos Globais. In KAUL, INGE, GRUNBERG, Isabelle e STERN, Marc A. Bens Públicos Globais: cooperação internacional no século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2012.

KEPPEL, Anne Walleser. Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Relatório 2014. Brasília, 2014.

KEPPEL, Anne Walleser; SEGALL-CORREA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 187-199, Jan. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232011000100022&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000100022&lng=en&nrm=iso)>.

KINDON, Sara, PAIN, Rachel; KESBY, Mike. Participatory action research Approaches and Methods: connecting people, participation and place. Routledge studies in human geography. Taylor & Francis e-Library, London, 2007.

KLEIN, Naomi. Reclaiming the commons. New Left Review 9, May–June 2001. Transcrição de palestra proferida no Centre for Social Theory and Comparative History, UCLA. Los Angeles: 2001. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/I19/articles/naomi-klein-reclaiming-the-commons>. Acesso em setembro de 2020.

LAERHOVEN, Frank van; OSTROM, Elinor. (2007), Traditions and Trends in the Study of the Commons. International Journal of the Commons, Vol. 1, Nº 1, pp. 3-28.

LANG, T. & BARLING, D. 2012. **Food security and food sustainability: reformulating the debate**. The Geographical Journal, 178(4): 313-326.

LAVAL, Christian. Os usos intelectual, social e político do comum. In BARROS, J., DAL'BO DA COSTA, André e RIZEK, Cibele. Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios. São Carlos: IAU/USP, 2018.

LEÃO A.C. e GOUVÊA, J.B.S. Uso atual das terras da Região cacaueira do Estado da Bahia. Folhas Itabuna, Una, Potiraguá, Mascote e Canavieiras. Boletim Técnico No 8. Comissão Executiva do Plano de Recuperação econômico-rural da lavoura cacaueira – CEPLAC. Itabuna, Bahia: 1971

LEROY, Jean Pierre. Mercado ou bens comuns? O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental. Rio de Janeiro: FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2016, 44p.

LEVIEN, Michael. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. Sociologia e Antropologia, v. 4, n. 1, jun. 2014. DOI: 10.1590/2238-38752014v412

LIGNANI, J.B. et al. **Relationship between social indicators and food insecurity: a systematic review**. Revista Brasileira de Epidemiologia – vol. 23 – 2020. DOI: 10.1590/1980-549720200068

LIPIETZ, A. Questões sobre os "bens comuns". In CAMPELO, E. (org.). Os bens comuns: modelo de gestão dos recursos naturais. Revista Passerelle, Paris: 2012. ISBN: 2-914180-44-6

LIRA, Talita de M. **Reflexões sobre a questão ambiental e políticas ambientais no Brasil.** VII Jornada Internacional Políticas Públicas. Centro de Ciências Sociais, UFMA, 2015.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia n° 322. 32p. Brasília: UnB, 2002.

LOBÃO, R. Múltiplos significados para um condicionante etnoambiental: a ressignificação do próprio estudo. Revista Antropolítica, n. 37, p. 371-399, Niterói, 2o sem. 2014.

\_\_\_\_\_, LOTO, Luciana. Análise de dois casos de modelos de gestão compartilhada em pescarias artesanais: reservas extrativistas marinhas (Brasil) vs. áreas de manejo e exploração de recursos bentônicos (Chile). Confluências Revista interdisciplinar de sociologia e direito, vol. 14, n. 1. Niterói: PPGSD-UFF, dezembro de 2012, páginas 1 a 18. ISSN 1678-7145

MACHADO, Juliana Costa e SPREANDIO, Naiara. Introdução à Segurança Alimentar e Nutricional. In MORAIS, Dayane de Castro; SPERANDIO, Naiara; PRIORE, Silvia Eloiza (orgs). Atualizações e debates sobre Segurança Alimentar e Nutricional. Viçosa, MG: UFV, 2020.

MACHADO, Ricardo Augusto Souza e FUENTES, Manuel Cabalar. A manutenção do modo de vida tradicional frente às pressões do capital privado na Reserva Extrativista de Canavieiras – BA. o estado atual da questão. ANAIS do VIII Congresso Internacional de Geografia de América Latina, Madrid, 2014.

MACHADO, Ricardo Augusto Souza. **O meio natural na organização produtiva da população pesqueira tradicional do município de Canavieiras/BA.** Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2007.

MAGALHÃES, Karine Matos, BARROS, Kcrishna Vilanova de Souza, LIMA, Maria Cecília Santana de, ROCHA-BARREIRA, Cristina de Almeida, ROSA FILHO, José Souto, SOARES, Marcelo de Oliveira. Oil spill + COVID-19: A disastrous year for Brazilian seagrass conservation. Science of The Total Environment, Volume 764, 2021. ISSN 0048-9697. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0048969720364020>

MALERBA, Julianna. O Processo de implementação do polo de produção de celulose na região Extremo Sul da Bahia. Estudo de Caso. In LEROY, Jean Pierre; ACSELRAD, Henry. (coords). Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de modernização e democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento. FASE - Projeto Brasil Sustentável e Democrático ETTERN-IPPUR-UFRJ. Rio de Janeiro: 2007.

MALDONADO, Simone.C. A caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples. In: DIEGUES, Antonio Carlos. (org.) A imagem das águas. São Paulo, Hucitec/NUPAUB/USP, 2000a.

\_\_\_\_\_. No mar: conhecimento e produção. In: DIEGUES, A.C. (org.) A imagem das águas. São Paulo, Hucitec/NUPAUB/USP, 2000b.

MALUF, Renato S. Segurança alimentar e nutricional. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. A agricultura e a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional: entraves e desafios. In Carlos Mielitz (org.). Desenvolvimento agrícola e questão agrária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013a.

\_\_\_\_\_. Elementos para uma agenda pública de enfrentamento da pobreza e inclusão socioprodutiva no meio rural na ótica do desenvolvimento territorial sustentável. In: Leite, S. P. (org.). Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil. Brasília (DF), IICA: 2013b (Série DRS, 19, pg. 57-88).

\_\_\_\_\_. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, MJ e MALUF, R. (orgs). Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Mauad, Rio de Janeiro: 2003.

\_\_\_\_\_. Segurança Alimentar, políticas agroalimentares e planejamento agrícola na América Latina – O Caso do Brasil. Ensaio preparado para a FAO/ESP, janeiro/1995.

\_\_\_\_\_. e MENEZES, Francisco. Caderno Segurança Alimentar. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, Brasília: 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/caderno-2018seguranca-alimentar2019/19-caderno-2018seguranca-alimentar2019.pdf>

\_\_\_\_\_, ZIMMERMANN, S.A., JOMALINIS, E. Emergência e evolução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2003 a 2015). Estudos Sociedade Agricultura, 29 (3) • 517-544 • out. 2021 a jan. 2022.

MARCHIORO, Gabriel et al. Avaliação dos impactos da exploração e produção de hidrocarbonetos no Banco dos Abrolhos e adjacências. Revista Megadiversidade. Vol. 1, N° 02, outubro de 2005. Belo Horizonte: 2005.

MARINHO, Pedro Lopes. O Estado e a economia cacaueira da Bahia. IV Congresso Brasileiro de História Econômica. FEA-USP, São Paulo: 2001.

MARTINEZ-ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Contexto, São Paulo: 2007.

\_\_\_\_\_. Correntes do Ambientalismo. In D'ALISA, Giacomo; DEMARIA, Federico e KELLIS, Giorgos. Decrescimento: Vocabulário Para um Novo Mundo. Heinrich-Böll Stiftung. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luiz Bonaparte. Manuscritos Econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. Coleção Os Pensadores. 2a Edição. Abril cultura, São Paulo: 1978.

McKEAN, Margaret A. e OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, Antonio Carlos, MOREIRA, André de Castro C. (orgs) Espaços de uso comum. NUPAUB/USP, São Paulo: 2001. \*A publicação original, em inglês, data de 1995.

MCTIC. Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Segurança Alimentar e Nutricional. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTICs. Brasília, DF: 2018. ISBN 978-85-5569-152-2 (eletrônico).

MDS. Análise de indicadores e dos resultados do Suplemento de Segurança Alimentar e Nutricional da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD 2013. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. BRASÍLIA, 2014.

MEDEIROS, Leonilde S. e DIAS, M. Miná. Marco Jurídico Normativo para o Desenvolvimento Rural com enfoque Territorial. In BUARQUE, S. et al; Reflexões e proposições de Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial. Brasília: IICA, 2012.

MELIANI, P.F. Políticas Públicas e produção do espaço no Sul da Bahia: análise da situação por município dos Projetos de Reforma Agrária na Microrregião de Ilhéus-Itabuna. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 03, N. 01, 2014. Pp. 231-255.

MENEZES, Francisco, BURLANDY, Luciene e MALUF, Renato S. Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional CONSEA. Brasília, 2004.

MENEZES, Thereza C.C. Reservas extrativistas no Amazonas: gênese, metamorfose e efeitos sociais. In SAUER, Sergio e ALMEIDA, Wellington (Org.). Terras e Territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2011. pp. 345-360.

MILANI, E.J., BRANDÃO, J.A.S.L., ZALÁN, P.V. e GAMBOA, L.A.P. Petróleo na margem continental brasileira: geologia, exploração, resultados e perspectivas. Brazilian Journal of Geophysics, Vol. 18(3), 2000.

MIRANDA, Moema Maria Marques de. O Extremo Sul da Bahia e a avassaladora chegada da modernidade. II Relatório de viagem ao Extremo Sul da Bahia. FASE/IBASE, 1992.

MMA. A Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Cópia do Decreto Legislativo Nº. 2, de 5 de junho de 1992. Série Biodiversidade Nº 1. Brasília, 2000.

MPP. Cartilha para trabalho de Base da Campanha pelo Território Pesqueiro. Território Pesqueiro: biodiversidade, cultura e soberania alimentar ao povo brasileiro. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. 2012. Disponível em <http://campanhaterritorio.blogspot.com/>

\_\_\_\_\_. Cartilha Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre Território Pesqueiro. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, 2015. Disponível em: <http://cppnacional.org.br/noticia/cartilha-sobre-o-projeto-de-lei-da-campanha-pelo-territ%C3%B3rio-pesqueiro>

NASCIMENTO, Dária Maria Cardozo. Um registro da colonização estrangeira (século XIX na planície costeira de Belmonte e Canavieiras na Bahia, Brasil. XIV Encontro de Geógrafos de América Latina. Reencontro dos saberes territoriais Latino-Americanos. Lima, Perú, 2013.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica de ocupação e dos processos naturais dos municípios de Belmonte e Canavieiras (Bahia) e suas implicações para a elaboração de um zoneamento ambiental: uma contribuição à gestão da zona costeira.** 2007. 330 f. Tese (Doutorado em Geologia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

\_\_\_\_\_ ; DOMINGUEZ, José Maria Landim. Remanescentes da cobertura vegetal: uma contribuição cartográfica à gestão ambiental na Zona Costeira dos municípios de Belmonte e Canavieiras na Bahia, Brasil. Cadernos de Geociências, v. 7, n. 2, Nov. 2010

\_\_\_\_\_ ; DOMINGUEZ, José Maria Landim; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. Mudanças na ocupação econômica do Litoral Sul da Bahia: os exemplos de Belmonte e Canavieiras, Bahia. Revista Desenbahia No 10. Salvador, 2009. Pp. 07-28.

NASCIMENTO, Ricardo Carvalheira. Sete chaves para pensar o atual cenário da fome no Brasil: a contribuição de Josué de Castro. In Campello, Tereza e BARTOLETTO, Ana Paula (org.) Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Elefante, 2022.

NETTO, A. M. **Modificações da zona costeira do Extremo Sul da Bahia nos últimos 150 anos, e sua relação com a sedimentação do Banco de Abrolhos.** Tese de Doutorado, CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOLOGIA. UFBA, Salvador: 2008.

OLIVEIRA, Leandro Dias. A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: reflexões sobre o encontro entre economia e ecologia. In: ABRI. Carta Internacional, Associação Brasileira de Relações Internacionais, Vol. 7, n. 1, jan.-jun. 2012. [p. 118 a 139]

OLIVEIRA, Lidiane Barbosa de Oliveira. **Reserva Extrativista Marinha e Carcinicultura no Município de Canavieiras, Bahia: Contradições na Apropriação do Espaço em Territórios Pesqueiros a Partir do Arcabouço legal.** Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SOUZA, Sirius Oliveira. **Proposta de zoneamento geoambiental como subsídio ao planejamento do uso e da ocupação na Região Costa das Baleias (Bahia).** 2017. 1 recurso online (226 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1631026>.

OSTROM, Elinor. (1990). Governing the commons – the evolution of institutions for collective actions. Cambridge (UK), Cambridge University Press.

PACHECO, Maria Emilia (2014). Uma conquista da democracia. Palestra proferida na Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, em 05 de agosto de 2014. Disponível em: [http://polis.org.br/wp-content/uploads/PDF\\_SEG.pdf](http://polis.org.br/wp-content/uploads/PDF_SEG.pdf) Acessado em 12 de junho de 2019.

PACHECO, Vladimir M. **Reserva Extrativista de Canavieiras-BA: Conflitos de uso do solo.** Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2014.

PANTOJA, Mariana C. As Reservas Extrativistas e a Institucionalização do Movimento Local dos Seringueiros: O Caso do Alto Juruá. Raízes, Ano XVI, N° 15, dez./1997.

\_\_\_\_\_. A Reserva Extrativista do Juruá (Estado do Acre). Unidades de Conservação no Brasil: aspectos legais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC). Documentos do ISA 01, São Paulo, 1996. Pg. 57-63.

PARENTE, V.M., OLIVEIRA JUNIOR, A.R. e COSTA, A.M.C. Potencialidade Regionais – Estudo de viabilidade Econômica do Cacau. Sumário Executivo.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Manaus: 2003.

PECATELLO, Ana F. O. **Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000)**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 24, p. 71-82, jul./dez. 2011. Editora UFPR.

PEDREIRA, Márcia da Silva. **O Complexo Florestal e o Extremo Sul da Bahia: inserção competitiva e transformações socioeconômicas na região**. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 164p. Rio de Janeiro: 2008.

\_\_\_\_\_. Complexo florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural: o caso da Região do Extremo Sul baiano. In. BAHIA ANÁLISE & DADOS Salvador, BA. v. 13, n. 4, p. 1005-1018, mar. 2004.

PENA P.G.L., NORTHCROSS A.L., LIMA M.A.G., RÊGO R.C.F. Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão. Cadernos de Saúde Pública 2020; 36(2):e00231019.

PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Rio de Janeiro, 2021. ISBN: 9786587504193.

PEREIRA, Geusa da P., OLIVEIRA, Marcelo L.R., COSTA, Bianca A.L. **Mobilização e atuação das populações tradicionais na criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras-BA (Brasil)**. Revista Espacios Vol. 38 (Nº 41) Año 2017. Pág. 13

\_\_\_\_\_. **Organização comunitária como ferramenta de luta para a criação e consolidação da reserva extrativista marinha de canavieiras – BA**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Extensão Rural. UFV, MG: 2016.

PÉREZ-ESCAMILLA Rafael, SEGALL-CORRÊA Ana M. Food insecurity measurement and indicators. Rev Nutr 2008; 21(Suppl.): 15-26.

\_\_\_\_\_. Seguridad Alimentaria Y Nutricional: Marco Conceptual. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte. Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI, 2005.

PESSANHA, L., VANNIER-SANTOS, C. e MITCHELL, P.V. Indicadores para avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional e a garantia do Direito Humano à Alimentação: metodologias e fontes de dados. XVI Encontro Nacional de Estudos Popacionais. Caxambu- MG, 2008.

PETERSEN, Paulo; SILVEIRA, Luciano Marçal da; FERANDES, Gabriel Bianconi; ALMENIDA, Silvio Gomes de. Agroecossistemas. – 1. ed. - Rio de Janeiro, AS-PTA, 2017. 246 p.

PINTO DA SILVA, P. Da propriedade coletiva ao co-gerenciamento: lições da primeira Reserva Extrativista Marinha brasileira. In: Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira. Brasília: MMA/SBF, 2007, p. 161-179.

PINTO, Luiz P.; Hirota, Marcia. 30 anos de Conservação do Hotspot de Biodiversidade da Mata Atlântica: desafios, avanços e um olhar para o futuro. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 2022.

PINTO, Henrique S. **A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (Parte 1): A Modernização do Estado e os Avanços na Superação da Fome**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, agosto/2014 (Texto para Discussão no 150). Disponível em: [www.senado.leg.br/estudos](http://www.senado.leg.br/estudos). Acesso em 16 ago. 2021.

PINHEIRO, A. R. de O. (2008). Reflexões sobre o processo histórico / político de construção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. *Segurança Alimentar E Nutricional*, 15(2), 1-15. <https://doi.org/10.20396/san.v15i2.1813>.

PLOEG, J. D. van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. Peasants and the art of farming: a chayano - vian manifesto. *Agrarian Change and Peasant Studies Series*. Winnipeg: Fernwood Publishing, 2013.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2011

PROST, C.; DUARTE, O.S.; SAPUCAIA, C.S.; PACHECO, V.F.; MENEZES, M.L.G. Et ali. A pesca artesanal: uma atividade de importância social e ambiental em Canavieiras-BA. In: CELINO J.J.; HADLICH, G.M.; QUEIROZ, A.F. de S.; OLIVEIRA, O.M.C. de (orgs). Avaliação de ambientes costeiros da região sul da Bahia: geoquímica, petróleo e sociedade. 2019.

PRUDENTE, T. A.; MEIRELLES, M. A. N. de; ANJOS, J. S. A. dos; LAUDANO, W. L. de S.; SOARES, A. G. L. A degradação do ecossistema manguezal pela atividade de carcinicultura e seus conflitos de interesse no estado da Bahia. In: IV Congresso Baiano de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2016, Cruz das Almas/ BA. IV COBESA, 2016. v. 1.

RAMALHO, Cristiano W. e SANTOS, Severino. O cotidiano das Comunidades Pesqueiras entre o petróleo e o novo Coronavírus. In: BARROS, Sávio, MEDEIROS, Alzira e GOMES, Erina B. (org.) *Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil*. Relatório 2021. Comissão Pastoral da Pesca – CPP, Olinda, 2021.

RIOS, Kassia Aguiar N. **Principais disputas e conflitos territoriais identificados em comunidades tradicionais pesqueiras situadas no litoral e no curso do rio São Francisco - Estado da Bahia**. Mares: Revista de Geografia e Etnociências, 1(2), 147-150. Salvador, BA: 2019.

ROCHA, Ana Paula Assis. **Gestão dos recursos naturais e governança dos comuns: um estudo da Reserva Extrativista de Canavieiras-BA a partir das contribuições de Elinor Ostrom**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Políticas Públicas. UESC, Ilhéus: 2017.

SABOURIN, Erick. Multifuncionalidade da agricultura e manejo dos recursos naturais: alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro. *Revista Tempo da Ciência*, n.29, vol.15. Toledo: Unioeste, 2008. p.9-27.

SANDRONI, Laila T. **Territórios em disputa: os Tupinambá de Olivença e a Conservação da Biodiversidade na Mata Atlântica no Sul da Bahia**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade – UFRRJ. Rio de Janeiro, 2018.

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. Instituto Socioambiental, Editora Peirópolis: 2005.

\_\_\_\_\_. Segurança Alimentar e Nutricional e sustentabilidade ambiental. Instituto Socioambiental - ISA. São Paulo: 2010. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/depoimentos#bibliografia-10>

SANTOS, Cleverson; SCHIAVETTI, Alexandre. Reservas Extrativistas Marinhais do Brasil: contradições de ordem legal, sustentabilidade e aspecto ecológico. Boletim Instituto de Pesca, n. 39, v. 4, p. 479-494, 2013. Disponível em: [ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/39\\_4\\_479-494.pdf](ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/39_4_479-494.pdf). Acesso em março de 2020.

SANTOS, Katia M.P. dos. **Práticas agroalimentares em unidades de conservação de uso sustentável sob a ótica da segurança alimentar**. Tese (Doutorado) - - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Centro de Energia Nuclear na Agricultura. Piracicaba: 2015.

SAUVETRE, P. De quelles politiques le commun est-il le nom? Comunicação realizada durante o Colloque L’alternative du commun, Centre Culturel International de Cerisy, set. 2017. (mimeo).

SEGALL-CORRÊA, Ana M. e KEPPEL, Anne W. Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar – EBIA. Revista Proposta, Nº130. Fundação Rosa Luxemburgo e FASE. Rio de Janeiro, 2021. Pp. 16-21.

SCHERL, Lea M. et al. (2006). As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações. IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido. viii + 60pp. ISBN-10: 2-8317-0918-0 ISBN-13: 978-2-8317-0918-5

SCHMIDT, A. et al. **Estudo comparativo da dinâmica populacional de caranguejo-ucá, *Ucides cordatus* (LINNAEUS, 1763) (CRUSTACEA-DECAPODA-BRACHYURA), em áreas afetadas e não afetadas por uma mortalidade em massa no Sul da Bahia, Brasil**. Boletim técnico-científico do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste - CEPENE, Tamandaré - PE - v. 17, n. 1, p. 41-64, 2009.

SEI-BA. Acompanhamento da safra baiana. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador: 2018.

SEN, Amarthia. Well-being, agency and freedom: The Dewey lectures 1984. The Journal of Philosophy, 82(4): 169-221, 1985.

\_\_\_\_\_. Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation. Oxford, 1984.

SILVA, Hugo J.H., PIERRI, Naína. A retomada da carcinicultura no Brasil (2012–2020): flexibilização das normativas e impactos socioambientais. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPR. Vol. 60, p. 182-205, jul./dez. 2022. DOI: 10.5380/dma.v60i0.80348 e-ISSN 2176-9109

SILVA, Maria Zênia Tavares da. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. Configurações [Online], 25 | 2020, posto

online no dia 23 junho 2020, consultado o 07 outubro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/configuracoes/8626>

SILVA, Sandro Pereira. A trajetória histórica da segurança Alimentar e Nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. Texto para discussão 1953. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília. Rio de Janeiro, 2014.

SOARES, M. O., TEIXEIRA, C. E. P., BEZERRA, L. E. A., ROSSI, S., TAVARES, T., & CAVALCANTE, R. M. (2020). Brazil oil spill response: Time for coordination. *Science*, 367(6474), 155.2–155. doi:10.1126/science.aaz9993

SOARES NETO, Horígenes F.S., CARVALHO, Joana I.C., CAVALCANTE, Aniran L., JESUS-JUNIOR, Guilhardes e BENAVIDES, Zina A.C. (2020): “Arranjos institucionais e implementação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras - Bahia: disputas, conservação dos povos tradicionais e meio ambiente”. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, (enero 2020). ISSN: 1988-7833. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccscs/2020/01/arranjos-institucionais.html>

SOTTO-MAIOR, L.S.B. e GAIA, S. B. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação: Terra Indígena Comexatibá (Cahy/Pequi), Diretoria de Assuntos Fundiários – DAF, Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Prado, BA: 2015.

SOUZA, Nadinni O. de M, SANTOS, Fabiana R. P., SALGADO, Antônio de S., ARAÚJO, Fábio F.S. Dez anos de história: avanços e desafios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. In MEDEIROS, Rodrigo, ARAÚJO, Fábio F.S.; (Org). MMA. Dez anos do sistema nacional de unidades de conservação da natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. Brasília, 2011. 220 p.

SOUZA, Sirius Oliveira. **Proposta de zoneamento geoambiental como subsídio ao planejamento do uso e da ocupação na Região Costa das Baleias (Bahia)**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, SP: 2017.

TARALLO, Fernando. A pesquisa sociolinguística. São Paulo: Ática, 1986.

TOMÁZ, A.F. e SANTOS, G. Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil. Comissão Pastoral da Pesca – CPP, Brasília, 2016. 104p.

URZUA, Victor A. N. **Os riscos para a Pesca Artesanal associados às atividades da Indústria do Petróleo na Bacia de Campos, RJ**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

VERHAEGEN, Etienne. “La forge conceptuelle. Le “commun” comme réinterprétation de la propriété”, *Recherches sociologiques et anthropologiques* [Online], 46-2, 2015. Acesso em abril de 2022. URL: <http://journals.openedition.org/rsa/1547>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rsa.1547>

VIEIRA, Liszt e CADER, Renato. A Política Ambiental na Década 2002-2012. In SADER, Emir (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

VIEIRA, P.H.F., BERKES, F. e SEIXAS, C.S. Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: Conceitos, Métodos e Experiências. APED, Florianópolis, 2005.

VIVACQUA, Melissa. Reservas Extrativistas Marinho-Costeiras: reflexões sobre o estágio pré-implantação. *Revista Ambiente & Sociedade*, São Paulo. Vol. 21, 2018.

VIVERO-POL, J.L. Epistemic Regards on Food as a Commons: Plurality of Schools, Genealogy of Meanings, Confusing Vocabularies. *Preprints* 2017, 2017040038 (doi: 10.20944/preprints201704.0038.v1).

WEISS, J.S. e PIRES, M. O. RESERVAS EXTRATIVISTAS: Do Movimento Social para a Política Socioambiental. In: WEISS, JOSEPH. (Org.). *Movimentos socioambientais: lutas, avanços, conquistas, retrocessos, esperanças*. 1a ed. FORMOSA: Xapuri Socioambiental, 2019, v. 1, p. 90-120.

WESTON, B.H. and BOLLIER, D. (2013). *Green Governance: Ecological Survival, Human Rights, and the Law of the Commons*. New York: Cambridge University Press.

WITTMAN, H.; CHAPPELL, M.J., ABSON, D.J., KERR, R.B., BLESH, J., HANSPACH, J., PERFECTO, I., FISCHER, J. A social–ecological perspective on harmonizing food security and biodiversity conservation. *Regional Environmental Change* (2017) 17:1291–1301. DOI 10.1007/s10113-016-1045-9

WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

## **ANEXOS**

## ANEXO I – Formulário pesquisa conservação da biodiversidade e soberania e segurança alimentar e nutricional

### **Impactos do derrame de óleo e do coronavírus na segurança alimentar de marisqueiras e pescadores artesanais em Cabralia, Belmonte e Canavieiras-BA (2019-2020)**

Este formulário é parte do Projeto Maré-saber, organizado por professores e estudantes da Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB. O resultado dessa pesquisa pretende contribuir para o autoconhecimento e a organização das comunidades costeiras desses municípios.

Este material também pode ser utilizado para reivindicar direitos e ações emergenciais, assim como servir de base para monitorar a segurança alimentar das famílias marisqueiras e pescadores.

Destacamos que nenhuma informação pessoal jamais será revelada para terceiros, ficando restrita à pesquisa.

#### **1. Identificação do respondente**

1.1 Nome ou apelido:	1.6 Qual município onde reside? <input type="checkbox"/> Sta. Cruz Cabralia <input type="checkbox"/> Belmonte <input type="checkbox"/> Canavieiras <input type="checkbox"/> Outro (qual?)
1.2 Contato tel. celular :	1.7 Em qual comunidade (ou bairro) ou localidade?
1.3 Data de nascimento:	1.8 Qual o nome da sua Associação ou Colônia?
1.4 Gênero: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Não listado	1.9 Há quantos anos reside nessa localidade? <input type="checkbox"/> menos de 1 ano <input type="checkbox"/> entre 1 e 4 anos <input type="checkbox"/> entre 5 e 10 anos <input type="checkbox"/> mais de 10 anos <input type="checkbox"/> sempre vivi
1.5 Autodeclaração racial <input type="checkbox"/> Branco <input type="checkbox"/> Preto <input type="checkbox"/> Pardo <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Amarelo	

#### **2. Família, Casa e Quintal**

##### **Família**

2.1 Além de pescadores artesanais e marisqueiras, como você reconhece sua família? (pode escolher mais de uma) <input type="checkbox"/> extrativista (que tira os produtos do mar, mangue e das matas) <input type="checkbox"/> indígena <input type="checkbox"/> agricultores familiares (que cultivam roças) <input type="checkbox"/> quilombola <input type="checkbox"/> assentados da reforma agrária <input type="checkbox"/> nenhuma dessas/ outras (qual?)
---

2.2 Quantas pessoas residem na sua casa, incluindo você? (marque o número de pessoas pela idade)					
IDADE	1	2	3	4	5 ou mais
Idosos [60 anos ou mais]					
Jovens e adultos [entre 19 e 60 anos]					
Crianças e adolescentes [menos de 19]					

#### Casa

2.3 O fogão usa botijão e/ou lenha?	2.4 Tem geladeira funcionando na residência?
[ ] botijão de gás	[ ] Sim, sempre ligada
[ ] lenha	[ ] Sim, apenas parte do tempo ligada
[ ] outros	[ ] Não, não tenho geladeira funcionando

#### Quintal

2.5 No quintal ou terreno você realiza algum cultivo agrícola ou tem uma horta, plantas medicinais ou um pomar?	2.6 Cria algum animal para consumo próprio ou venda?
[ ] Sim	[ ] Sim
[ ] Não	[ ] Não

### 3. Trabalho, renda familiar e acesso aos alimentos

#### Trabalho e renda da família

3.1 Além da pesca e da mariscagem, desenvolve alguma outra atividade produtiva?	3.2 O que você faz com o que planta, cria e pesca?
[ ] extrativismo vegetal (que tira os produtos vegetais das matas)	[ ] só consome
[ ] agricultura	[ ] consome, troca ou doa
[ ] somente pesca ou mariscagem	[ ] consome, troca, doa e vende
[ ] fabrica petrechos de pesca ou artesanatos	[ ] consome e vende
[ ] outros	[ ] só vende
	[ ] outro

3.3 Antes do desastre do óleo e do coronavírus, quanto tempo de trabalho você dedicava para a pesca/mariscagem durante a semana?	3.4 Depois do óleo e do coronavírus, quanto tempo você passou a dedicar para a pesca/mariscagem durante a semana?
[ ] Quase todo o tempo de trabalho da semana	[ ] Quase todo o tempo de trabalho da semana
[ ] Grande parte do tempo de trabalho	[ ] Grande parte do tempo de trabalho
[ ] Metade do tempo de trabalho;	[ ] Metade do tempo de trabalho;
[ ] Menor parte do tempo de trabalho	[ ] Menor parte do tempo de trabalho
[ ] outros	[ ] outros

3.5 A quais atividades passou a dedicar mais tempo durante a semana depois do óleo e do coronavírus?	3.6 Como está a renda mensal da família com a pesca depois do óleo e do Coronavírus?
[ ] atividades fora da pesca em casa ou na comunidade	[ ] Aumentou um pouco
[ ] atividades fora da pesca fora de casa ou fora da comunidade	[ ] Manteve igual
[ ] atividades agrícolas, dentro ou fora da comunidade	[ ] Diminuiu um pouco
[ ] outros	[ ] Caíu pela metade
	[ ] Caíu mais da metade
	[ ] Praticamente não tenho renda da pesca

**Formas de acesso aos alimentos**

3.9 Os alimentos que você e sua família compram com dinheiro (feira, mercado, armazém, etc.) representam quanto do total de alimentos que vocês consomem por mês?	[ ] Quase tudo [ ] Grande parte [ ] Até a metade [ ] Menor parte [ ] Nada	3.8 Os alimentos que você e sua família retiram da pesca, da mariscagem ou das matas representam quanto do total de alimentos que vocês consomem por mês?	[ ] Quase tudo [ ] Grande parte [ ] Até a metade [ ] Menor parte [ ] Nada
---	---	---	---

3.7 Se você e sua família plantam para seu consumo, os alimentos que vocês colhem representam quanto do total de alimentos que vocês consomem por mês?

- [ ] Quase tudo
- [ ] Grande parte
- [ ] Até a metade
- [ ] Menor parte
- [ ] Nada

**4. Acesso da família à políticas públicas para sua segurança alimentar****Das políticas públicas**

4.1 Atualmente, você e sua família têm acesso a quais dos auxílios do poder público:

Inscrito no Cadastro Único (Cad-Único)?	[ ] sim	[ ] não
Recebe o seguro defeso?	[ ] sim	[ ] não
Pedi auxílio pelo desastre do óleo?	[ ] sim	[ ] não
Recebeu auxílio pelo desastre do óleo?	[ ] sim	[ ] não
Pedi auxílio emergencial da pandemia Covid-19?	[ ] sim	[ ] não
Recebeu o auxílio emergencial da pandemia?	[ ] sim	[ ] não

4.2 A quais políticas públicas os membros da família têm acesso hoje?	4.3 Sua família tem acesso a quais dos seguintes programas ou benefícios sociais?
[ ] PAA - Programa de Aquisição de Alimentos [ ] ATER - Assistência Técnica Rural [ ] Programas de fomento (Bahia Produtiva; Bahia Pesca, etc.) [ ] PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar [ ] Nenhuma [ ] Outras	[ ] Programa Bolsa Família [ ] Aposentadoria [ ] Benefícios de Prestação Continuada – BPC [ ] Programa Bolsa Verde [ ] Nenhum [ ] Outros

4.4 Depois do derrame do óleo e durante o isolamento do coronavírus, sua família recebeu, ou recebe, cestas de alimentos ou seu valor em dinheiro?	4.5 Durante o período de isolamento (COVID-19), as crianças receberam a merenda das escolas?
[ ] Sim, doações de moradores ou amigos [ ] Sim, do poder público (federal, estadual, municipal) [ ] Sim, de doações de empresas [ ] Sim, de doações de organizações não-governamentais (ONG) [ ] Sim, de doações de movimentos sociais [ ] Sim, doações de igrejas [ ] Não, não recebi [ ] Outros	[ ] Sim [ ] Não

## 5. Óleo, coronavírus e sua saúde

### Sobre o desastre do óleo

5.1 Você ou alguém da sua família combateu ou ajudou no combate ao óleo na época do desastre?

[ ] Sim

[ ] Não

### Se combateram o óleo:

a. Sentiram efeitos do contato com o óleo na sua saúde? O que sentiram?

b. Continuam sentindo?

[ ] Sim

[ ] Não

[ ] Não tenho Certeza

c. Tiveram atendimento específico para os efeitos do contato com o óleo?

[ ] Sim

[ ] Não

### Cuidados com a saúde

5.2 Costuma receber a visita de agentes de saúde?

[ ] Sim

[ ] Não

a. Caso receba, qual a frequência das visitas?

[ ] Uma vez por semana

[ ] De 15 em 15 dias

[ ] Uma vez por mês

[ ] Outros

### Pandemia do Coronavírus

5.3 Que tipo de cuidados você e sua família tem tomado na prevenção ao Coronavírus?

[ ] Utilizando máscara, álcool gel, água sanitária, desinfetante e sabão (kit prevenção)

[ ] Informando-me de como proceder com a higienização das coisas (roupas, sapatos, compras no mercado, etc)

[ ] Fazendo isolamento social e evitando sair, sempre que possível

[ ] Não temos tomado esses tipos de cuidados

[ ] Outros

5.4 Os membros da sua família estão conseguindo cumprir o sugerido isolamento social?

[ ] Sim, todos

[ ] Sim, mas não todos

[ ] Não

[ ] Outros

a. Se não conseguem, por quê?

---

---

---

6. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA

6.1. Nos últimos 3 meses, aconteceu alguma vez de você ficar preocupado da comida acabar antes de de ter dinheiro para comprar mais comida, de receber uma cesta básica ou de ter produtos da roça ou da pesca para comer?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
6.2. Nos últimos 3 meses, aconteceu da comida de sua casa acabar antes de ter como repor?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
6.3. Nos últimos 3 meses, aconteceu alguma vez de você ficar sem ter uma alimentação saudável e variada porque não tinha dinheiro para comprar ou por que não tinha produtos da roça ou da pesca para comer?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
6.4. Nos últimos 3 meses, aconteceu alguma vez de você ter que comer poucos alimentos que sobraram porque não tinha dinheiro para comprar ou não tinha ou produtos da roça ou da pesca para comer?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
6.5. Nos últimos 3 meses, aconteceu alguma vez de algum adulto da casa, inclusive você, pular uma das refeições porque não tinha comida suficiente em casa?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
6.6. Nos últimos 3 meses, aconteceu de algum adulto da casa, inclusive você, comer menos quantidade de comida nas refeições por que tinha pouca comida em casa?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
6.7. Nos últimos 3 meses, aconteceu de você ou algum adulto da casa sentir fome e não ter nada para comer em casa?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
6.8. Nos últimos 3 meses, alguma vez você ou algum adulto da casa fez só uma refeição ou ficou o dia inteiro sem comer porque não tinha como conseguir mais comida?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

Ebia para casas com menores de 18 anos (SÓ RESPONDER SE TIVER MENORES DE IDADE MORANDO EM CASA)

6.9. Nos últimos 3 meses aconteceu de algum morador da casa MENOR de 18 anos ficar sem comer uma comida saudável e variada porque não tinha dinheiro para comprar nem produtos da roça ou da pesca para comer?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
6.10. Nos últimos 3 meses, aconteceu de você não poder dar aos MENORES de 18 anos uma quantidade de comida suficiente porque não tinha dinheiro para comprar comida nem produtos da roça ou pesca para comer?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
6.11. Nos últimos 3 meses, aconteceu alguma vez de ter que diminuir a quantidade de comida para os MENORES de 18 anos comerem porque não tinha comida suficiente em casa ou dinheiro para comprar mais comida?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
6.12. Aconteceu de os MENORES de 18 anos terem que pular uma refeição porque não tinha comida suficiente em casa ou não tinha dinheiro para comprar mais comida?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
6.13. Aconteceu de os MENORES de 18 anos ficarem com fome e não comerem porque não tinha comida em casa ou dinheiro para comprar mais comida?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
6.14. Aconteceu nos últimos 3 meses de os MENORES DE 18 ANOS comerem uma vez só ou ficarem o dia inteiro sem comer porque não tinha comida em casa nem dinheiro para comprar mais comida?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

7. Finalizando...

7.1 O que você acha mais valioso nas suas atividades? \_\_\_\_\_

Muito agradecidos por participar!